SUMÁRIO

ARTIGOS

A evolução da agricultura brasileira na década de 70 3

Olindina Vianna Mesquita
Solange Tietzmann Silva

A evolução da agricultura na Região Norte na década de 70 11

Maria Socorro Brito
Mitiko Yanage Une

A evolução da agricultura na Região Nordeste na década de 70 47

Marília de Saldanha G. L.
Maristella de Azevedo Brito
Tereza Maria Ramos de Oliveira

A evolução da agricultura na Região Sudeste na década de 70 107

Luiz Sérgio Pires Guimarães
Ney Rodrigues Innocencio

A evolução da agricultura na Região Sul na década de 70 159

Olindina Vianna Mesquita
Solange Tietzmann Silva

A evolução da agricultura na Região Centro-Oeste na década de 70 197

Dora Rodrigues Hees
Maria Elisabeth de Paiva Corrêa de Sá
Tereza Coni Aguiar

ISSN 0034-723X

R. bras. Geogr.	Rio de Janeiro	ano 49	n. 1	p. 1 a 258	jan./mar. 1987

REVISTA BRASILEIRA
DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

A Revista não se responsabiliza
pelos conceitos emitidos
em artigos assinados

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ISSN 0034-723X

Pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado para:

Diretoria de Administração — SUEGRAF/GEDIT

Av. Brasil, 15.671 — Lucas
21.241 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 391-7788

Livraria do IBGE: Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro
20.021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 220-9147/(021) 220-8163

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-

Trimestral.

Órgão oficial do IBGE.

Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 — out./dez. 1976.

Índices : autor-título-assunto, v. 1-10(1939-1948) divulgado em 1950 sob o título : Revista brasileira de geografia : índices dos anos I a X, 1939-1948 — Índices anuais de autor-título-assunto.

ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Biblioteca Central
RJ-IBGE/81-44

CDU 91(05)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70

Olindina Vianna Mesquita *
Solange Tietzmann Silva *

SUMÁRIO

Apresentação

1 — Quadro geral da agricultura brasileira na década de 70

APRESENTAÇÃO

A acentuação do crescimento horizontal e a intensificação do processo de modernização que marcaram a agricultura no período 1970-80 conferiram uma posição peculiar, no quadro da evolução da agricultura brasileira, a esse período.

Com efeito, na década de 70 ocorreu uma extraordinária expansão da área dos estabelecimentos, especialmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, como resultado da melhoria crescente das condições de acessibilidade a espaços fracamente ocupados, dos incentivos fiscais e financeiros e, ainda, da perspectiva do empreendimento agropecuário como alternativa de investimento.

Paralelamente a essa ampliação do espaço agrário, verificou-se, também, no País, nos anos 70, um processo muito acelerado de modernização das atividades agrárias, mais acentuado nas Regiões Sul e Sudeste e sustentado, basicamente, pela política de crédito rural implantada no final da década de 60.

A evolução da agricultura, ao longo da década, além de conter as características comuns ao modelo nacional de crescimento da agropecuária, apresentou aspectos peculiares nas diferentes regiões do País,

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

em razão da influência das condições preexistentes da organização agrária resultantes de distintos processos históricos de ocupação, levando a especificidades das transformações técnico-produtivas e de suas interações com a expansão horizontal da agricultura e com as relações sociais de produção nos diversos segmentos espaciais do País.

Assim, objetivando a apreensão das diferenciações interregionais da evolução da agricultura, foi utilizado, ao nível de focalização macrorregional, um elenco de variáveis dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, da Produção Agrícola Municipal de 1980 e da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. Pelo fato de ser esta Sinopse a fonte mais recente de dados disponíveis, quando da execução do trabalho, foi o seu universo de dados que contingenciou o conjunto de variáveis utilizadas. Vale lembrar, também, que em função das características diferenciadas que marcam regionalmente a atividade agrária, os aspectos mais relevantes da evolução da agricultura na década de 70 foram abordados de forma distinta em cada uma das cinco macrorregiões.

1 — QUADRO GERAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70

No quadro geral da evolução da agricultura brasileira, a década de 70 apresenta uma posição peculiar em função, tanto da acentuação do crescimento horizontal, quanto da intensificação do processo de modernização nela registradas.

Com efeito, à melhoria crescente das condições de acessibilidade a espaços fracamente ocupados e aos incentivos fiscais e financeiros, acrescentou-se, nessa década, a perspectiva do empreendimento agropecuário como alternativa de investimento, num contexto de agravamento do processo inflacionário, o que conduziu à extraordinária expansão da superfície dos estabelecimentos. Ilustra bem a magnitude da ampliação das áreas conquistadas para a prática da atividade agropecuária o fato de os 75.442.406 hectares incorporados na década de 70 terem representado 20,4% da área total dos estabelecimentos em 1980. Essa ampliação concentrou-se mais no segundo qüinqüênio e foi especialmente característica das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, nas quais a conjugação dos fatores mencionados se fez sentir de forma particular (Tabela 1).

A análise da distribuição espacial, a nível microrregional, da variação absoluta da superfície dos estabelecimentos permite melhor qualificar essa forma de crescimento da agricultura e mostra que os mais altos crescimentos corresponderam a áreas com características diferentes quanto à evolução da agricultura (Mapa 1).

Assim, a ampliação da área dos estabelecimentos rurais ocorreu, por um lado, na porção meridional do Centro-Oeste e em trechos limitados do Sudeste e Sul do País, num contexto de preenchimento de espaços que permaneceram disponíveis em fases já avançadas da ocupação do território e que, somente na década de 70, foram incorporados, quer através da difusão do cultivo comercial de grãos, quer através da expansão da pecuária bovina de corte.

Por outro lado, o crescimento da área dos estabelecimentos processou-se, sobretudo, em espaços fracamente ocupados das Regiões Norte e Centro-Oeste e na porção ocidental do Nordeste (Mapa 1), onde a

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

ESCALA

50 0 50 100 200 300 400 500km

122

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
Variação absoluta — 1970-1980

Area (ha)

- -682.098 ⟷ 8.017
- -7.937 ⟷ 11.464
- 11.855 ⟷ 49.150
- 50.092 ⟷ 196.119
- 200.379 ⟷ 12.632.224

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA — 1

TABELA 1

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS — 1970-1980

BRASIL E MACRORREGIÕES	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	Total (ha)		Variação 1970-1980	
	1970	1980	Absoluta (ha)	Relativa (%)
BRASIL	294 145 466	369 587 872	75 442 406	25,6
Norte	23 182 144	42 546 027	19 363 883	83,5
Nordeste	74 298 713	89 555 112	15 256 399	20,5
Sudeste	69 500 950	73 973 814	4 472 864	6,4
Sul	45 458 035	48 184 988	2 726 953	6,0
Centro-Oeste	81 705 624	115 327 931	33 622 307	41,1

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

freqüente ocorrência e a magnitude do fenômeno permitem qualificá-los como aqueles em que o crescimento da agricultura efetivamente se deu através da incorporação de novas áreas. Para esses espaços ocorreram pequenos agricultores cuja presença se tornara inviável nas áreas de procedência, em especial o Sul, após a reorganização técnico-produtiva a que foram submetidas e que buscavam, em áreas novas, a possibilidade de reproduzir a unidade familiar de produção. Para as áreas fracamente ocupadas afluíram, também, empresários de origem rural ou urbana que aproveitando-se dos incentivos fiscais e creditícios, instalaram grandes empreendimentos em territórios cuja vastidão superava, em muito, a área destinada à ocupação produtiva das terras.

Paralelamente ao alargamento do espaço agrário, verificou-se, no País, no período 1970-80, um processo muito acelerado de modernização da agricultura sustentado, em grande parte, pela implementação da política de crédito rural no final da década de 60. A difusão, em moldes modernos, dos cultivos comerciais de grãos e, em especial, da soja respondeu pela intensificação do uso de itens modernos, ampliando-se o mercado das indústrias de máquinas e de insumos que se expandiam no País.

A mecanização, um dos traços marcantes da evolução da agricultura, apresentou forte impulso na década de 70, quando o número de tratores mostrou um acréscimo de 364.821 unidades, que acabou por constituir 68,7% do parque de tratores do País em 1980. Essa mecanização concentrou-se, fortemente, nas Regiões Sul e Sudeste (Tabela 2) que no início da década, já se apresentavam como aquelas detentoras dos níveis mais elevados de modernização da agricultura e com possibilidade relativamente fraca, no contexto nacional, de expansão espacial da agricultura. Vale lembrar, entretanto, que as demais macrorregiões, onde o crescimento horizontal da atividade agropecuária foi muito ex-

pressivo, apresentaram mudança técnica considerável, a ponto de se terem posicionado, no País, com os mais elevados índices relativos de crescimento do estoque de tratores [1].

TABELA 2

NÚMERO DE TRATORES

BRASIL E MACRORREGIÕES	NÚMERO DE TRATORES			
	Total		Variação 1970-1980	
	1970	1980	Absoluta	Relativa (%)
BRASIL	165 870	530 691	364 821	219,9
Norte	1 127	5 825	4 698	416,9
Nordeste	7 281	33 590	26 309	361,3
Sudeste	82 517	198 809	116 292	140,9
Sul	64 605	230 334	165 729	256,5
Centro-Oeste	10 340	62 133	51 793	500,9

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

O exame da distribuição espacial da variação absoluta do número de tratores no Brasil a nível microrregional, (Mapa 2) revela que a maior ocorrência de microrregiões com os incrementos mais elevados de mecanização corresponde aos Estados do Sul e a São Paulo, nos quais, em geral, a agricultura já vinha apresentando, anteriormente à década de 70, os mais expressivos aumentos da mecanização agrícola. Por outro lado, os incentivos do Estado à expansão de cultivos de caráter eminentemente mercantil, associados a um pacote tecnológico que privilegia a mecanização e o uso de insumos modernos reforçou a posição desses Estados no quadro da modernização da agricultura brasileira. Vale ainda observar que a baixa disponibilidade de terras a ocupar, à exceção do Estado do Paraná, fez com que, nos Estados em questão, a modernização da agricultura se tivesse constituído na forma dominante de crescimento da agropecuária, tendo a intensificação do processo produtivo, no âmbito dos estabelecimentos já constituídos, representado um dos traços definidores da agricultura de São Paulo e do Sul do País.

Ressalta, assim, em linhas gerais, a não coincidência entre os padrões de expansão da modernização [2] e do crescimento horizontal da

1 No entanto, a despeito do expressivo crescimento relativo ocorrido no parque de tratores das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, elas mostravam, ainda em 1980, uma participação muito reduzida no número total de tratores do País, detendo, respectivamente, 11,7%, 1,1% e 6,3% desse total.

2 Neste trabalho, a não disponibilidade, na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, de dados que pudessem exprimir, de forma mais completa, a modernização da agricultura levou ao emprego do número de tratores como único indicador do processo de modernização. Acredita-se na validade de tal procedimento, uma vez que a mecanização é capaz de retratar, de forma aproximada, a modernização da agricultura, por ser um dos componentes do pacote tecnológico que foi o traço comum às mudanças ocorridas no processo de produção da agricultura no País, na década de 70.

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

ESCALA
50 0 50 100 200 300 400 500km

122

NÚMERO DE TRATORES
Variação absoluta — 1970-1980

Numero

995	94
97	227
233	659
684	1722
1766	14.128

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 2

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

ESCALA
50 0 50 100 200 300 400 500km

122

NÚMERO DE TRATORES
Variação absoluta — 1970-1980

80

- Crescimento através de incorporação de espaço
- Crescimento através de modernização
- Crescimento através de incorporação de espaço e de modernização
- Ausência de crescimento significativo

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA - 3

agricultura, sendo mais freqüente a ocorrência simultânea desses dois tipos de crescimento na Região Centro-Oeste, na qual registraram-se, também, altas variações do número de tratores empregados na agricultura (Mapa 2). Com efeito, nessa Região, havia, por um lado, disponibilidade de espaços para formação de novos estabelecimentos agropecuários e, por outro, a ela se destinaram programas especiais de incentivo à agricultura em terras de cerrado, o que acelerou a difusão da modernização, tendo se expandido de forma extraordinária a mecanização favorecida pela topografia regional, dominantemente plana.

Uma vez analisada, em suas linhas gerais, a evolução da agricultura na década de 70, no que diz respeito à incorporação de novos espaços à área dos estabelecimentos e à modernização do processo produtivo, cabe verificar em que medida essas formas de crescimento, em suas diferentes intensidades, se combinaram, nos anos 70, contrastando áreas no espaço nacional e conferindo perspectivas diferentes ao rumo posterior do crescimento da agricultura brasileira.

Inicialmente, chama a atenção o fato de a maioria das microrregiões ter sido envolvida, de modo intenso, pelo menos por uma das formas de crescimento da agricultura, o que vem confirmar a peculiaridade já mencionada de a década de 70 se ter caracterizado por um processo acentuado de transformação da agricultura (Mapa 3) [3].

Distingue-se, de início, um conjunto formado por 1/4 das microrregiões do País, importante quanto à sua expressão espacial e que se caracterizou, na década de 70, pelo crescimento da agricultura através da incorporação de espaços (Mapa 3). Tal conjunto corresponde a praticamente toda Região Norte, à maior parte dos Estados do Maranhão e Bahia, ao sul do Piauí, a grandes áreas de Pernambuco e Paraíba, às porções norte e leste de Goiás e ao centro-norte de Minas Gerais. Encontram-se, ainda, ocorrências desse tipo de crescimento, fundamentado na expansão horizontal da agricultura, em microrregiões dos outros Estados nordestinos além dos mencionados e da porção leste do Estado do Paraná.

As unidades compreendidas neste conjunto apresentavam, no início da década de 70, como características comuns, a baixa densidade de ocupação, a preservação de seus recursos naturais e as vinculações ainda reduzidas com as áreas mais dimâmicas do País. Nessa década, somaram-se os efeitos dos fatores que se vinham acumulando de décadas

3 O mapa foi elaborado tomando-se em consideração duas variáveis: crescimento da área dos estabelecimentos e crescimento do número de tratores, a primeira variável significando o crescimento por expansão espacial e a segunda, o crescimento por modernização da agricultura. Em cada uma destas variáveis foram consideradas apenas as duas últimas classes, isto é, as de mais alta intensidade, objetivando caracterizar as unidades de observação — microrregiões homogêneas — segundo as formas de crescimento da agricultura na década de 70. Assim, as microrregiões definidas como de crescimento por expansão espacial foram as que se colocaram nas classes de mais alta intensidade da primeira variável, não tendo se posicionado nessas classes na segunda variável. No caso do crescimento por modernização, caracterizaram-se, nesta forma, as microrregiões que se posicionaram exclusivamente nas classes de mais elevada intensidade da variação do número de tratores (1970-80). A forma combinada de crescimento caracterizou as microrregiões posicionadas simultaneamente nas duas últimas classes das variáveis escolhidas como definidoras das formas de crescimento. As microrregiões homogêneas que não se posicionaram em quaisquer das últimas classes dessas variáveis foram caracterizadas como tendo apresentado ausência de crescimento significativo, no período considerado.

Obs.: Com relação à categorização das microrregiões homogêneas segundo as formas de crescimento da agricultura, torna-se pertinente esclarecer que mudanças poderão ocorrer no posicionamento dessas unidades de observação, quando das abordagens a nível macrorregional, em face do uso de outra escala de análise.

anteriores, resultando na acelerada apropriação de terras, num ritmo superior àquele voltado para a ampliação do espaço ocupado com fins produtivos. Com efeito, a construção de grandes eixos viários e os incentivos vinculados a políticas de âmbito nacional e regional tornaram vantajosa a ocupação de vastos espaços cuja acessibilidade se tornou favorável e cujo preço da terra era ainda bastante inferior àquele vigente nas áreas mais desenvolvidas do País. Nesse contexto, convergiram para essas áreas, tanto iniciativas empresariais quanto a pequena produção que aí buscava a sua reprodução, vedada nos espaços de agricultura mais evoluída, estando aí presentes conflitos advindos dessas duas formas de ocupação e delas com a dos grupos indígenas, o que coloca a questão da terra como um dos problemas graves no processo de ocupação dirigida ou espontânea das áreas de fronteira. Por outro lado, os empreendimentos de cunho empresarial, na medida em que recorrem aos meios modernos de produção, são pouco absorvedores de mão-de-obra, o que reduz as perspectivas, nas áreas novas, de geração de emprego no campo, capaz de contrabalançar a retração de mão-de-obra verificada nas áreas de ocupação mais antiga que sofreram intenso processo de reestruturação técnico-produtiva.

Um outro conjunto que abrange 1/4 das microrregiões no País caracterizado, fundamentalmente, pelo crescimento através da modernização, apresenta-se espacialmente mais restrito, correspondendo sobretudo a São Paulo e ao Rio Grande do Sul. Os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná seguem-se em termos de número de ocorrências de microrregiões caracterizadas por essa forma de crescimento da agricultura; é registrado, também, o crescimento pela modernização em outros Estados do Sudeste, no Mato Grosso do Sul e em dois Estados do Nordeste (Mapa 3).

Trata-se de microrregiões em geral caracterizadas, já no início da década, por uma posição destacada quanto à modernização em especial em São Paulo e no Rio Grande do Sul, Estados que se apresentavam, relativamente aos demais, bem dotados de infra-estrutura de apoio às atividades agrárias e que dispunham de condições favoráveis de acessibilidade aos grandes mercados do País e aos portos de exportação. No decorrer da década de 70, o amplo recurso ao crédito, assim como a forte atuação das indústrias produtoras de máquinas e insumos e de processamento da produção agrícola aí verificados permitiram a rápida expansão dos cultivos beneficiados pelos incentivos oficiais — como, por exemplo, a soja e a cana-de-açúcar —, o que significou, em muitas áreas, uma ruptura acentuada com relação a padrões anteriores de produção.

Com efeito, a adoção de um novo patamar técnico acarretou problemas tais como a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra e a inviabilização da reprodução de um segmento considerável de pequenos produtores, o que se refletiu na mobilidade da mão-de-obra rural em direção a áreas de fronteira representando, com todas as implicações associadas a esse fenômeno, uma das vertentes da problemática agrária nacional.

O crescimento da agricultura através da modernização apresentou, no decorrer da década, uma alta capacidade de difusão que ultrapassou as áreas cuja intensificação do processo produtivo seria a alternativa para a expansão da agropecuária e atingiu os espaços fracamente ocupados do Centro-Oeste, onde coexiste com a expansão espacial da agricultura como forma de dinamismo da atividade agropecuária.

Assim, um outro conjunto que engloba 15,5% das microrregiões pode ser identificado como apresentando crescimento da agricultura através de uma forma combinada de modernização e de incorporação de novos espaços à agropecuária. Este conjunto corresponde à maior parte do Centro-Oeste e do Estado do Paraná, sendo ainda encontradas ocorrências isoladas dessa forma de crescimento nos outros dois Estados do Sul, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pará.

No que diz respeito ao grande grupo de áreas contíguas caracterizadas pela forma combinada de crescimento da agricultura, onde a expansão do cultivo comercial de grãos e da pecuária de corte constituiu-se em traço marcante da evolução da agropecuária, cabe fazer a distinção entre o Paraná, cuja incorporação de novos espaços se deu num contexto de preenchimento de áreas que haviam permanecido disponíveis após fases anteriores de ocupação ativa do território e o Centro-Oeste, cujo grau de ocupação de terras era, em geral, muito baixo no início dos anos 70. Nesta última Região, os estímulos à utilização produtiva dos cerrados e das terras da porção amazônica foram decisivos para a implantação de grandes empreendimentos de cunho empresarial, responsáveis tanto pela magnitude da incorporação de áreas aí registrada, quanto pela utilização ampla dos meios modernos de produção.

Finalmente, distingue-se um conjunto caracterizado pela ausência de crescimento significativo da agricultura, que compreende 1/3 das microrregiões situadas, em sua maioria, na Região Nordeste, onde as transformações da agricultura se verificaram com menor profundidade e extensão, comparativamente às áreas de maior dinamismo da atividade agropecuária, anteriormente focalizadas, o que conduziu ao aprofundamento das desigualdades inter-regionais no País.

Ocorrências também numerosas de microrregiões com ausência de crescimento significativo são encontradas na Região Sudeste, em áreas cujas condições físicas ou características ligadas ao processo de ocupação e organização espacial as colocaram à margem das transformações intensas que marcaram a evolução da agricultura do País, na década de 70.

A constatação das mudanças que individualizaram a agricultura do País na década de 70 e que se fizeram notadamente fundamentadas nos aspectos ligados ao alargamento do espaço agrário e à intensificação do processo de modernização da atividade agropecuária, num contexto de expansão do capitalismo no campo, com a interferência do Estado, conduz ao interesse de análises mais detalhadas desses aspectos, a nível de maior desagregação.

As transformações da agricultura, nas diversas Regiões do País, embora se tenham efetuado segundo características comuns ao modelo nacional de crescimento da agricultura, sofreram influência das condições preexistentes da organização agrária resultantes de distintos processos históricos de ocupação, levando a especificidades regionais, modeladoras da evolução da agricultura. Assim, com vistas a enriquecer o quadro analítico e a captar as diferenciações inter-regionais dessa evolução, será utilizado, no nível de focalização macrorregional, um elenco de variáveis cuja amplitude é contingenciada pelo universo de dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, fonte mais recente

de informações disponíveis, quando da execução do trabalho. Cabe observar que os aspectos mais relevantes da evolução da agricultura na década de 70, em cada uma das cinco macrorregiões, comportaram abordagens distintas em função das características diferenciadas que marcam, regionalmente, a agricultura.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO NORTE NA DÉCADA DE 70

Maria Socorro Brito *
Mitiko Yanaga Une *

SUMÁRIO

1 — Introdução

2 — A estruturação do espaço agropecuário amazônico

2.1 — A ocupação da terra na fronteira

2.2 — Áreas de pecuária e de lavouras

3 — A atual forma de organização da fronteira

1 — INTRODUÇÃO

A Amazônia, tradicionalmente uma região de extrativismo, passou a ter, ao longo dos anos 70, redefinido o seu papel na organização espacial do País. Esta nova ótica alicerçava-se em uma política governamental que objetivava integrar a Amazônia ao sistema econômico brasileiro. A estratégia do Governo centrava-se na ocupação produtiva do território, e que através do modelo de Enclave de Exportação [1] procurava incentivar o aproveitamento integrado das potencialidades re-

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Maria Clélia M. H. Guitton Tavares Ferreira e a Suzi de Mattos pela colaboração prestada a este trabalho.

1 Este modelo veio substituir o de "Enclave de Importações" cuja premissa básica é a de que os países subdesenvolvidos ganham vantagem ao iniciarem seu desenvolvimento com as indústrias modernas ao invés de implantarem as de processamento de produtos primários. O modelo em questão veio, por sua vez, ocupar o lugar daquele de "Substituição de Importação Regional" que foi aplicado à Amazônia na década de 60 e cuja essência fundamentava-se na substituição de importação para reduzir o grau de dependência da Região em relação aos interesses dos centros dinâmicos.

gionais, incluindo, para tanto, as indústrias de transformação dos produtos primários abrangendo os de madeira, borracha, têxteis e projetos minerais, agropecuários e agroindustriais. A execução desses novos objetivos só se viabilizou mediante a implantação de um sistema hidrorodoviário — construção de grandes eixos viários: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, interligados à navegação fluvial — associado aos estímulos financeiros, determinados pelas políticas de crédito e de incentivos fiscais que, em conjunto, tornaram a Região atrativa a investidores particulares, tanto provenientes de outras áreas do País, como do exterior. Estes passaram a adquirir grandes extensões de terras, a baixo preço, com o intuito de auferirem vantagens advindas das diferenças do ritmo de crescimento, entre as taxas de inflação e as do crédito rural, o qual, pelo seu caráter subsidiado, mantinha-se sempre abaixo das taxas de mercado.

Neste contexto, assistiu-se a uma mudança na malha fundiária como resultante da introdução de grandes estabelecimentos agropecuários, bem como da reprodução dos pequenos, relacionados à ocupação espontânea e à colonização dirigida que estabeleceu o assentamento do módulo familiar de 100 hectares.

Esta nova estruturação do espaço veio acarretar mudanças na economia da Região, até então voltada para o mercado internacional e baseada fundamentalmente no aproveitamento dos recursos naturais. Dentre estes recursos, assumiam importância a extração de produtos florestais como a borracha, castanhas e frutos, couros e peles, que se notabilizaram como fonte de emprego e de renda. A Amazônia era, assim, uma região de extrativismo e, como na época do apogeu da borracha — 1890-1912, praticamente monoextrativista.

O extrativismo gerou um padrão de ocupação humana disperso ao longo dos principais rios e a atividade agropecuária se caracterizava por um sistema primitivo de exploração, com suas produções voltadas ao autoconsumo dos produtores e ao comércio local. Era inexpressiva a formação de aglomerados populacionais, destacando-se apenas Belém e Manaus, principais centros comerciais e administrativos da Região.

A rigor, o extrativismo se manteve importante até os anos 60, época em que o Estado com o intuito de reativar, diversificar e desenvolver a economia da Amazônia, iniciou uma política mais agressiva, através das atuações de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e dos programas: Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Dentro desta ótica, foi dada prioridade aos grandes projetos agropecuários. A pecuária, apesar de continuar extensiva, passou a ser praticada segundo algumas técnicas modernas, dentre as quais privilegiaram-se, de um lado, a implantação de pastagens artificiais e, de outro, a introdução de gado raceado, de origem indiana.

O fato de a Região nas duas últimas décadas ter se constituído em área de interesse governamental contribuiu para romper com a visão da Amazônia extrativista e colocá-la como uma alternativa de fronteira agrícola. Esta mudança de estratégia, apoiada na abertura de estradas, na implantação de projetos de colonização, de mineração e agropecuá-

rios, determinou uma nova feição aos fluxos migratórios, os quais eram, anteriormente, associados à produção extrativista, base da ocupação econômico-demográfica da Região.

Com efeito, os fluxos migratórios sofreram um redirecionamento, tendo o povoamento linear, ao longo dos rios, se deslocado gradualmente para as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que se constituíram nos novos eixos de penetração da Região. Diferenças na ocupação foram encontradas, pois ao longo da Belém-Brasília ela se fez em caráter espontâneo, enquanto nas outras duas predominou a ocupação dirigida. Estas rodovias foram fundamentais, não só para o deslocamento da própria população regional, originária de áreas estagnadas, como também de imigrantes de outras partes do País. Apesar disto, estes últimos não tiveram um papel significativo no acréscimo populacional, pois representaram apenas 12,32% da população regional de 1980, evidenciando-se, assim, que este aumento se fez via crescimento natural da população. Verificou-se também uma mudança na estrutura da população regional, assistindo-se ao declínio da participação do contingente rural na população total, que passou de 62,20 em 1960, para 48,53% em 1980 [2].

Convém frisar que houve uma diminuição no ritmo de crescimento do pessoal empregado na agricultura que de 51,20%, no primeiro qüinqüênio, passou para 25,30%, no final do decênio. Esta desaceleração constituiu um indicativo de que as grandes empresas mostraram-se com baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, não contrabalançada pelo aumento que a colonização dirigida (oficial e particular) trouxe ao contingente de mão-de-obra, o que contribuiu, de certa forma, para inibir o crescimento do pessoal ocupado no setor agrícola.

Neste contexto, a partir da década de 70, quando o Estado passou a considerar a Amazônia como uma "fronteira de recursos" grandes transformações ocorreram na Região. Assistiu-se, assim, a um grande aumento da área dos estabelecimentos rurais, nem sempre acompanhado pela correspondente ampliação das terras produtivas. A ocupação e/ou apropriação de grandes extensões de terras, exploradas ou não, repeliram as pequenas, verificando-se, neste processo, um acirrado conflito em torno da posse da terra, culminando na própria expulsão ou subordinação de pequenos produtores — posseiros, arrendatários, ocupantes — e dos indígenas. Dessa forma, a nova ocupação do território amazônico, viabilizada pela ação do Estado, vem se processando com profundas contradições econômicas e sociais.

Em face das peculiaridades que caracterizaram a recente ocupação da Região Amazônica, escudada em medidas governamentais, que passaram desde a década de 70 a ter um cunho de atuação mais direta, justifica-se desenvolver um estudo que avalie as transformações ocorridas no espaço agrário neste último decênio. Para a sua consecução serão abordadas as questões relativas à incorporação das terras ao processo produtivo, à expansão da pecuária e das lavouras. Cumpre assinalar que o papel desempenhado pelo Estado permeia todo o trabalho a fim de que se possa compreender o recente processo de evolução da fronteira agrícola e de estruturação do espaço regional.

2 Rondônia destoou, na última década, dessa tendência regional pois a população migrante representa 2/3 do total. Em Rondônia predominou a população com destino à zona rural, o que se refletiu na composição da população em 1980, com a rural sobrepujando a urbana em 58,57%.

A expansão da pecuária será analisada através de variáveis referentes às áreas de pastagens naturais e plantadas, efetivo de bovinos, orientação do rebanho e sua densidade. Com estas variáveis identificar-se-ão áreas onde a pecuária tenha adquirido maior expansão, no conjunto regional, em função da sua própria organização, em moldes moderno ou extensivo.

A expansão recente das lavouras será enfocada através das variáveis relativas às áreas das lavouras permanentes e temporárias, destacando-se os cultivos que receberam incentivos à sua implantação e/ou expansão. Pretende-se identificar as áreas onde as lavouras sofreram um processo de intensificação pelo uso de máquinas e insumos modernos e também aquelas onde a sua expansão se deu exclusivamente pela ampliação da área cultivada.

Tendo em vista o redirecionamento das atividades agrárias e conseqüentemente seus efeitos na reestruturação fundiária, no regime da posse da terra e nas relações de produção, torna-se relevante analisar estas características, segundo os dados referentes ao número e área dos estabelecimentos, condição do produtor, de pessoal ocupado nas atividades agrárias e adoção de máquinas.

A análise proposta, neste trabalho, estará apoiada nos dados secundários dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. Recorrer-se-á também aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), para os anos 75-80 com vistas a complementar os dados censitários.

2 — A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO AMAZÔNICO

Durante os anos 70 grandes transformações se verificaram na Região Norte, principalmente no tocante à forma pela qual se deu a incorporação de terras ao processo produtivo. O rearranjo da ocupação gradual do espaço se fez tanto via povoamento espontâneo e colonização dirigida, como pela implantação de grandes projetos agropecuários. Assistiu-se, como uma das conseqüências da nova forma de ocupação da Amazônia, à ampliação da área dos estabelecimentos e à deflagração de uma série de conflitos pela posse da terra. A implantação em especial dos grandes projetos concorreu para introduzir mudanças na estrutura fundiária e na condição do produtor tradicionalmente estabelecido na Região.

2.1 — A ocupação da terra na fronteira

O processo de ocupação físico-econômico que vem ocorrendo na Amazônia pode ser aqui relatado, inicialmente, do ponto de vista da ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários, que foi da ordem de 19.363.382 hectares, para o conjunto da Região, equivalendo a um crescimento de 83,70% da situação de 1970. Em termos espaciais, este crescimento se deu de forma heterogênea pois enquanto nas Microrregiões Juruá, Solimões-Japurá, Tapajós e Campos de Marajó houve uma diminuição que variou de 336.004 a 682.098 hectares, nas Microrregiões Araguaia Paraense, Baixo Amazonas e Rondônia verificou-se uma ampliação que oscilou de 2.362.624 a 4.056.629 hectares. Tais aumentos foram, em termos relativos, superiores ao verificado a nível nacional

(Tabela 1). Ao se fazer uma correlação entre a variação absoluta da área e do número dos estabelecimentos constata-se ser possível distinguir áreas segundo a importância que assumiram estas duas variáveis. Assim é que as microrregiões de penetração mais recente, de melhor acessibilidade e que canalizaram maior número de projetos agropecuários, apresentaram grandes variações da área e/ou do número dos estabelecimentos, enquanto nas de ocupação antiga, como Bragantina e Campos de Marajó, a tendência foi a uma subdivisão das propriedades com incremento do número de produtores sem a correspondente ampliação da área.

TABELA 1

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E GRAU DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)				GRAU DE OCUPAÇÃO		
	1970	1980	Variação 1970—80		Área territorial (ha)	% da Área dos estabelecimentos na área territorial	
			Absoluta	Relativa		1970	1980
BRASIL	**294 145 466**	**369 587 872**	**75 442 406**	**25,65**	**845 650 800**	**34,78**	**43,70**
Região Norte	23 182 145	42 546 027	19 363 882	83,53	355 400 200	6,52	11,97
Rondônia (01)	1 631 640	5 688 269	4 056 629	248,62	24 304 400	6,71	23,40
Acre	4 122 085	5 851 104	1 729 019	41,95	15 258 900	27,01	38,35
Alto Juruá (02)	959 401	2 324 149	1 364 748	142,25	7 304 300	13,13	31,82
Alto Purus (03)	3 162 684	3 526 955	364 271	11,52	7 954 600	39,76	44,34
Amazonas	4 475 940	7 220 520	2 744 580	61,32	155 898 700	2,87	4,63
Alto Solimões (04)	111 450	170 799	59 349	53,25	21 528 300	0,52	0,79
Juruá (05)	883 078	527 074	—356 004	—40,31	13 289 800	6,64	3,97
Purus (06)	1 402 662	2 745 055	1 342 393	95,70	23 216 600	6,04	11,82
Madeira (07)	317 380	1 493 794	1 176 414	370,66	23 131 700	1,37	6,46
Rio Negro (08)	65 569	145 987	80 418	122,65	33 800 400	0,19	0,43
Solimões-Japurá (09)	653 857	206 268	—447 589	—68,45	20 840 200	3,14	0,99
Médio Amazonas (10)	1 041 944	1 931 544	889 600	85,38	20 091 700	5,19	9,61
Roraima (11)	1 594 397	2 478 767	884 370	55,47	23 010 400	6,93	10,77
Pará	10 754 828	20 571 881	9 817 053	91,28	122 753 000	8,76	16,76
Médio Amazonas Paraense (12)	1 001 365	1 441 241	439 876	43,93	23 565 600	4,25	6,12
Tapajós (13)	777 277	321 051	—456 226	—58,70	19 357 400	4,02	1,66
Baixo Amazonas (14)	959 996	2 447 527	1 487 531	154,95	11 961 600	8,03	20,46
Xingu (15)	89 876	889 947	800 071	890,19	27 043 900	0,33	3,29
Furos (16)	806 370	1 643 329	836 959	103,79	11 799 400	6,83	13,93
Campos de Marajó (17)	1 842 761	1 160 663	—682 098	—37,02	2 304 600	79,96	50,36
Baixo Tocantins (18)	460 872	1 234 692	773 820	167,90	3 719 800	12,39	33,19
Marabá (19)	1 074 750	2 457 462	1 382 778	128,66	7 301 500	14,72	33,66
Araguaia Paraense (20)	1 109 027	3 461 651	2 352 624	212,13	4 985 600	22,24	69,43
Tomé-Açu (21)	214 052	451 200	237 148	110,79	1 437 000	14,90	31,40
Guajarina (22)	1 523 136	3 408 248	1 885 112	123,77	6 430 700	23,69	53,00
Salgado (23)	188 112	207 705	19 593	10,42	644 700	29,18	32,22
Bragantina (24)	615 366	883 919	268 553	43,64	1 160 900	53,01	76,14
Belém (25)	34 190	58 869	24 679	72,18	141 600	24,15	41,57
Viseu (26)	57 677	504 377	446 700	774,49	898 700	6,42	56,12
Amapá	603 254	735 483	132 229	21,92	13 906 800	4,34	5,29
Macapá (27)	384 414	453 414	69 000	17,95	7 324 900	5,25	6,19
Amapá e Oiapoque (28)	218 840	282 069	63 229	28,89	6 581 900	3,32	4,29

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Assim, a aceleração no crescimento ocorreu em espaços periféricos do sudoeste e do leste, enquanto o baixo e médio vales do rio Amazonas tenderam a um crescimento mais ordenado. As áreas que ainda não foram capturadas pelas grandes vias de penetração permaneceram distanciadas econômica e socialmente, acusando uma baixa variação absoluta tanto do número quanto da área dos estabelecimentos (Mapa 1) [3].

A acentuada ampliação da área dos estabelecimentos se refletiu no próprio grau de ocupação das terras que de 6,52%, em 1970, chegou a dobrar dez anos após, através de um crescimento linear. Entretanto, mesmo com esta duplicação, a Região Norte dispõe de vastos espaços a serem incorporados às atividades produtivas [4].

Esta disponibilidade de terras se mostra desigual quando se toma a microrregião homogênea como unidade de observação. De fato, aquelas de ocupação mais antiga, com uma trama viária mais desenvolvida como, por exemplo, as Microrregiões Campos de Marajó e Bragantina, tinham desde 1970 mais da metade dos seus territórios já ocupados. As alterações recentes nos níveis de acessibilidade e as medidas de políticas de Estado, voltadas para a integração e desenvolvimento, responderam pela intensificação que se verificou no grau de ocupação da Região Amazônica, principalmente nas Microrregiões Araguaia Paraense, Guajarina e Viseu, onde mais da metade dos seus territórios correspondeu às áreas de seus estabelecimentos agropecuários, em 1980 (Mapa 2).

O processo de ocupação territorial, ao ter um sentido mais jurídico de posse e de domínio do que econômico, logrou concentrar significativas parcelas de terras nem sempre associadas ao seu uso produtivo. Esta afirmativa, referenciada à situação de 1975, permite incluir nesta situação as Microrregiões Purus, Madeira e Xingu entre aquelas que se sobressaíram pela maior expansão da área dos estabelecimentos, que variou de 383.239 a 2.076.502 hectares enquanto a área produtiva praticamente se manteve já que estes acréscimos oscilaram entre 22.710 a 25.188 hectares. Estas Microrregiões apesar de terem incorporado, durante a década, de 800.071 a 1.800.071 hectares ainda permaneceram com um baixo grau de ocupação devido à sua grande extensão territorial (Tabela 1).

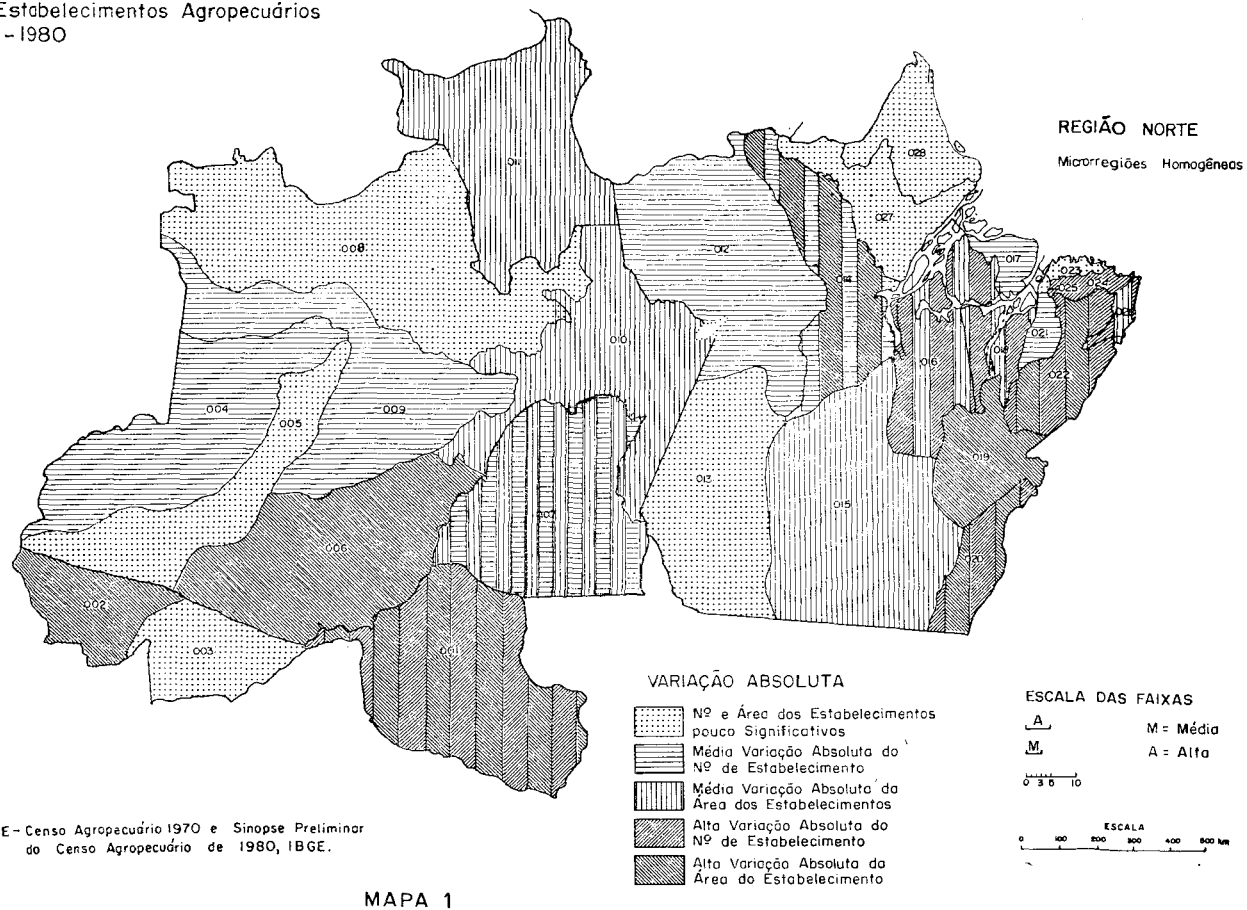
A acentuação do desequilíbrio entre os uso produtivos e a área dos estabelecimentos ficou patenteada durante a década de 70 e, a nível de Região, esta tendência deverá se projetar nos anos 80. Isto evidencia o próprio caráter inerente à área de fronteira que tem, entre uma das suas peculiaridades, a abundância de terras suscetíveis não apenas à

3 As variáveis utilizadas na elaboração do mapa foram divididas em quartis e as duas classes de valores mais elevados definiram a intensidade da variação absoluta do número e da área dos estabelecimentos. No mapeamento, algumas microrregiões se destacaram pela variação absoluta mais acentuada de uma das variáveis, identificando área de alta e média evolução, enquanto em outras a evolução, durante a década, se fez de forma combinada. Outras microrregiões, no entanto, se identificaram pela evolução pouco significativa destas variáveis. Esta mesma metodologia foi adotada nos mapas de combinação de indicadores — Áreas de Pecuária, Áreas de Lavoura e Formas de Crescimento da Agricultura.

4 Ressalta-se que o somatório da área dos estabelecimentos rurais (42.544.027 ha) com aquela destinada a parques florestais, estações ecológicas, reservas florestais, biológicas e indígenas (31.844.394 ha) perfaz 20,96% da área territorial indicando haver 79,04% da região a serem incorporadas ao processo produtivo. Vale, contudo, chamar a atenção para o fato de que esse último percentual deve ser efetivamente menor, uma vez que foi o conceito de estabelecimento aquele aqui tomado como elemento de análise, não tendo sido computadas, dessa forma, as áreas já apropriadas e não utilizadas como atividades agropecuárias.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Variação Absoluta do Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários 1970 - 1980

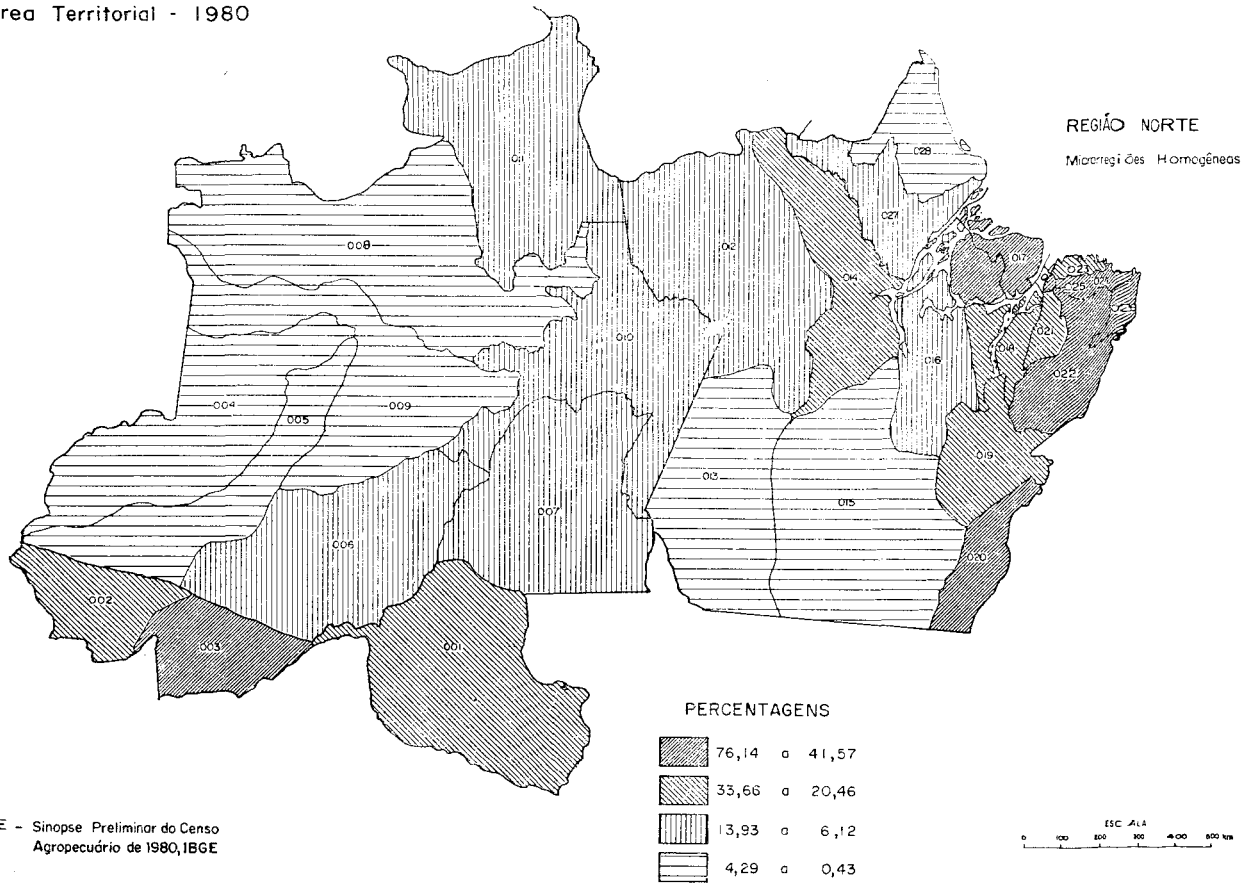


FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 1

GRAU DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Percentagem da Área dos Estabelecimentos na Área Territorial - 1980



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 2

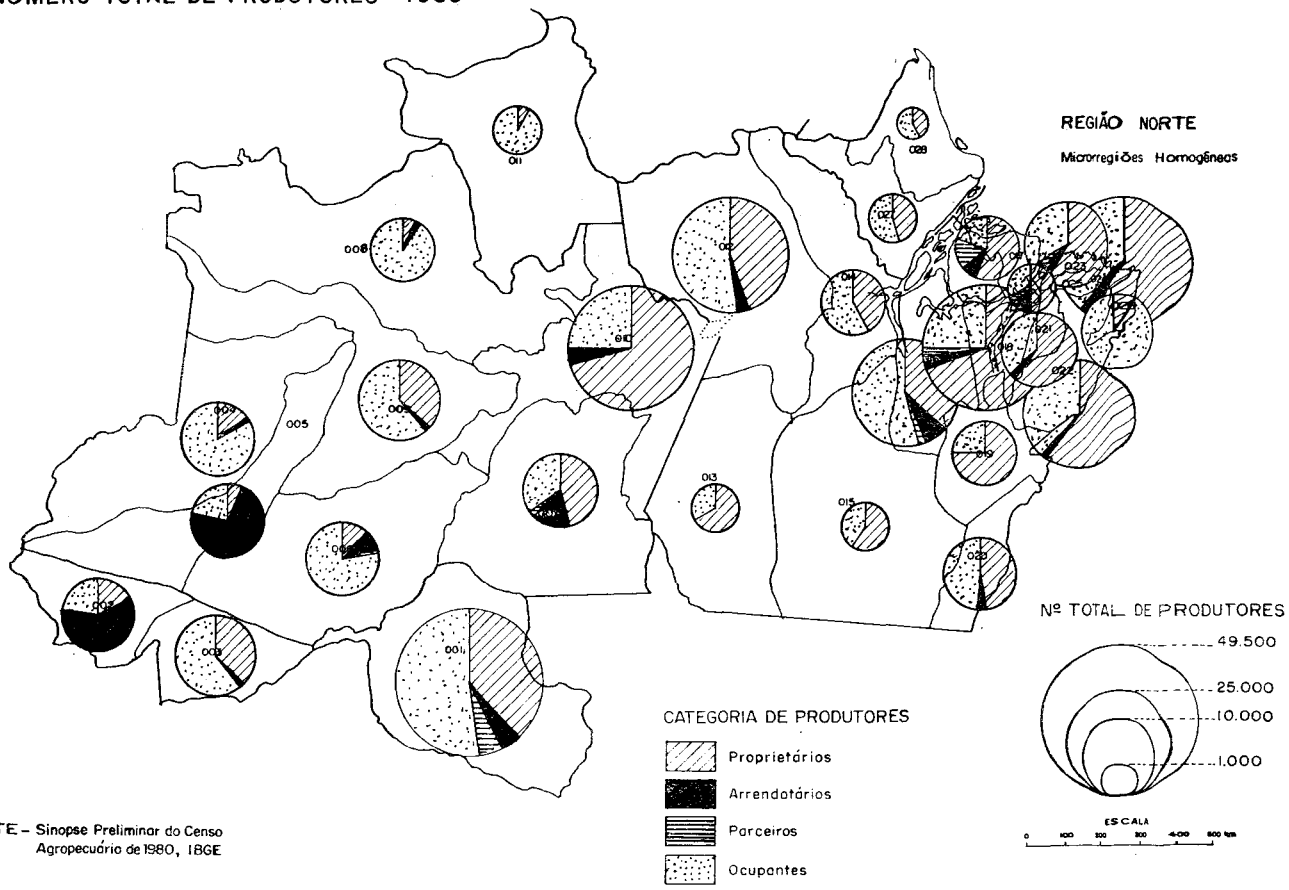
privatização mas, também, à incorporação de terras não legalizadas ao espaço agrário. A forma como vem se processando tal incorporação, conduziu a uma concentração fundiária, onde a presença das grandes unidades produtivas é o reflexo da atuação institucional na ocupação de terra em área de fronteira. Com efeito, assistiu-se no decênio a um aumento de 60% no número dos estabelecimentos de mais de 100.000 hectares, enquanto a expansão da sua área atingiu 84,99% daquela registrada em 1970. Estes estabelecimentos, por sua vez, achavam-se concentrados no Estado do Pará, que detinha 68,75% dos mesmos. Este ritmo de crescimento seguiu o das pequenas unidades produtivas, de menos de 100 hectares, as quais compunham o peso da estrutura fundiária regional e representavam, em 1970, 82,03% do número, ocupando 15,11% da área total dos estabelecimentos. Embora esta percentagem tenha se mantido elevada houve, durante a década de 70, uma mudança na malha fundiária, com o acréscimo do número dos grandes estabelecimentos e uma tendência a aumentar o tamanho médio das unidades produtoras de menos de 100 hectares que, em 1980, ocupavam 17,12% da área total dos estabelecimentos. Em termos espaciais e numéricos, esta categoria dimensional acusou acréscimos de, respectivamente, 87,81 e 56,93%.

Entretanto, quando se desce a nível microrregional, emergem diferenciações que vêm confirmar a importância do papel do Estado, no processo de distribuição e de privatização das terras, ao implantar projetos de colonização dirigida e ao favorecer a instalação de grandes empresas agropecuárias. Desta forma, justifica-se que tenha havido maior variação absoluta da área dos pequenos estabelecimentos em 1/3 das Microrregiões, entre as quais se destacam Rondônia e Salgado, enquanto naquelas onde a concentração fundiária se deu de forma mais intensa — Marabá e Tapajós — verificou-se a redução das unidades produtoras de menor superfície.

Juntamente com o processo de concentração fundiária, outras transformações ocorreram na Região, tais como alterações na composição dos quadros da condição do produtor e da propriedade das terras. As maiores alterações verificaram-se no tocante às participações relativas de proprietários e ocupantes, que passaram no final da década a ser semelhantes, representando cada uma delas 45,27% do total dos produtores. Os primeiros correspondiam a 38,87%, em 1970, e os ocupantes a 46,57% do número total dos produtores. Em termos absolutos, o acréscimo foi de 833.986 proprietários, durante a década, o que representou uma variação relativa de 82,73%. Assistiu-se, paralelamente, a uma ampliação da área dos estabelecimentos gerenciados por estes produtores que foi da ordem de 13.102.298 hectares, durante o decênio, enquanto os ocupantes incorporaram 6.311.027 hectares. A nível de estrato fundiário, os incrementos mais expressivos da área foram observados nos maiores estratos, enquanto os do número foram verificados no de 10 a 100 hectares. Isto vem corroborar a importância do processo de colonização, pois as glebas de terras geralmente estavam limitadas a este módulo dimensional. A maior concentração de proprietários (variação superior a 5.000) ocorreu nas Microrregiões Rondônia, Médio Amazonas, Médio Amazonas Paraense, Furos, Baixo Tocantins e Guajarina (Mapa 3).

O processo de privatização das terras provocou a expulsão dos ocupantes e a grilagem foi o principal recurso utilizado para a aquisição das terras promovendo, dessa forma, conflitos de diversas dimensões

PERCENTAGEM DAS CATEGORIAS DE PRODUTORES
NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES - 1980



FONTE – Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 3

entre ocupantes e grileiros. Estes conflitos se verificaram também entre ocupantes e grandes empresas, quando estas últimas adquiriram terra sem a intermediação dos grileiros. Os pequenos ocupantes, por terem precárias condições financeiras, principalmente para arcarem com as despesas de legalização, cujo processo é usualmente dispendioso, foram os que, via de regra, acabaram sendo expulsos violentamente. Embora tais conflitos tenham sido generalizados na Amazônia, nas Microrregiões Marabá e Araguaia Paraense, em função da velocidade acelerada com que aí se deu o processo de privatização das terras, esses conflitos tornaram-se mais acirrados e exigiram a interferência dos poderes públicos e da Igreja. Devido à intensidade de tais conflitos e com o objetivo de saná-los, o Governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

No bojo de tais conflitos, encontra-se o próprio papel que a terra passou a assumir ao se transformar em mercadoria e alcançar preços mais elevados, após haver permanecido como um meio de produção barato e abundante e, portanto, não suscitando cobiça e nem a necessidade da legalização da posse. Em face dessa valorização e ao interesse em adquirir terras na Região, por parte dos grandes empresários, assistui-se a uma dissociação entre o pequeno produtor direto e os meios de produção, especialmente a terra, transformando-o em mão-de-obra, forma pela qual ele passou a se inserir no mercado de trabalho urbano ou rural. Todavia, o fato de a Região ser fronteira ainda lhe oferece a alternativa de uma ligação, embora que transitória, com a terra, em áreas mais distantes e menos valorizada. Esta transitoriedade se explica porque ainda está em curso o processo de privatização, devido à existência de grandes extensões de áreas devolutas, sob o controle de vários órgãos governamentais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), GETAT, Grupo Executivo de Baixo Amazonas (GEBAM) — e das próprias Unidades Federadas (UFs) que permitem alimentar esse processo em face de evolução.

Esses fatos se refletiram na desaceleração do crescimento do número de ocupantes cuja variação relativa caiu de 46,67% no primeiro qüinqüênio para 4% no segundo. Tal desaceleração rebateu-se diretamente no ritmo da ampliação da área dos seus estabelecimentos que de 48,30%, registrada na primeira metade dos anos 70, passou para 18,58% no final da década. De fato, cerca da metade das microrregiões acusou uma perda da importância destes produtores tanto através da redução em números absolutos quanto em termos relativos no conjunto dos produtores. Está implícita nesta redução, a anexação das pequenas unidades de produção, que se originaram no povoamento espontâneo, pelas grandes empresas. O movimento de anexação provocou o deslocamento desses produtores para áreas dotadas de um baixo nível de acessibilidade e de reduzido grau de ocupação e mais distantes dos centros dinâmicos. Exemplo marcante foi o da Microrregião Marabá cuja diminuição dos ocupantes foi de 3.250 na década (Mapa 3). A desaceleração no ritmo de crescimento desses produtores configura mais uma vez que a política para a Amazônia vem inibindo a ocupação espontânea até então comum na Região, substituindo-a por uma outra voltada à privatização das terras.

No que se refere aos parceiros e arrendatários (Mapa 3), a situação de 1980 comprovou que eles foram numericamente pouco expressivos e equivaliam a menos de um décimo do total dos produtores da Região. Esta inexpressividade é o reflexo da forma em que se dá a própria ex-

ploração da terra, no interior dos estabelecimentos, onde se passou a privilegiar a pecuária, pouco absorvedora destas categorias de produtores.

A retração do número dos arrendatários está relacionada à perda gradual da importância do extrativismo, tanto da borracha quanto da castanha. Esses produtores sofreram uma redução de 5.434 e a área dos seus estabelecimentos de 456.209 hectares com as diminuições mais expressivas nas Microrregiões Alto Purus, Purus, Madeira, Solimões-Japurá, Médio Amazonas, Baixo Tocantins, Viseu e Macapá. Entretanto, o número dos arrendatários se manteve, em 1980, com uma certa representatividade nas áreas do sul e oeste da Região, onde o extrativismo da borracha e/ou da castanha ainda permaneceu como atividade predominante. Apesar de os parceiros apresentarem um acréscimo de 2.856 durante o decênio, totalizando 7.190, sempre foram pouco expressivos na Região e corresponderam em 1980 a 2 projetos em cada grupo de 100 produtores. Em situação inversa ocorreu uma diminuição de área dos seus estabelecimentos que de 628.661 hectares em 1970, ficou limitada a 329.240 hectares.

O que se observa na Região Norte, com relação aos parceiros, é a concentração dos seus contingentes em áreas de ocupação tanto antigas quanto naquelas relativamente recentes em virtude deste tipo de produtor se dedicar às lavouras de subsistência, notadamente a da mandioca, e ao extrativismo. A figura do parceiro liga-se também, em algumas áreas, ao plantio de arroz, lavoura que antecede a formação de pastagens.

Tendo em vista a nova forma como vem se dando a ocupação do espaço amazônico, centrada na implantação da política agrícola, calcada nos incentivos fiscais e no crédito rural, as atividades agropecuárias passaram a assumir relevância quando comparadas às extrativas. Isto permitiu não só o rearranjo da estrutura fundiária e da condição do produtor mas também a maior participação regional, através dos segmentos das lavouras e da pecuária no cômputo da economia nacional.

2.2 — Áreas de pecuária e de lavouras

A agropecuária na Região Norte ocupou até a primeira metade do século XX um papel secundário no panorama econômico regional por haver se constituído em atividade de subsistência e, portanto, com pequena capacidade de gerar excedentes para troca. Entretanto, emergiram, a partir da década de 40, algumas áreas nas quais a pecuária e a lavoura, em conjunto ou isoladamente, passaram a assumir importância econômica à medida que estas atividades foram se cristalizando ao longo do tempo. No que se refere à pecuária, a sua expansão ocorreu mesmo durante o ciclo da borracha destacando-se o sul e sudeste do Estado do Pará e os campos naturais do Baixo Amazonas.

Tentativas para desenvolver a lavoura em moldes comerciais foram realizadas através da colonização dirigida com elementos nacionais e estrangeiros, tendo-se destacado as colônias japonesas da Microrregião Médio Amazonas, onde foi difundida a cultura da juta, e a Tomé-Açu no Estado do Pará, com a introdução da pimenta-do-reino.

Esboça-se, assim, uma tendência ao desenvolvimento da agropecuária em áreas bastante localizadas, enquanto em grande parte do espaço amazônico predominava uma agricultura tradicional voltada à

subsistência. Esta situação se manteve até a década de 70 com a implantação da poltíica de integração da Amazônia ao espaço econômico nacional. A partir daí, verificaram-se mudanças no padrão de distribuição das atividades agropecuárias, com o surgimento de formas diferenciadas, permitindo identificar áreas voltadas à pecuária e/ou às lavouras.

2.2.1 — A pecuária

A década de 70 foi um período de transformações no criatório bovino da Região Norte, pois ao lado do crescimento do rebanho ocorreu a ampliação das pastagens e deu-se também melhoramento na qualidade de gado. O crescimento do efetivo de bovinos ocorreu, na maioria das microrregiões, de forma diferenciada com diversos graus de intensidade, ver nota de rodapé 2, verificando-se o surgimento de novas áreas pecuaristas e o desenvolvimento daquelas anteriormente existentes — Baixo Amazonas, Médio Amazonas, Marajó e Roraima. Assim é que o aumento do rebanho bovino foi significativo com uma variação absoluta de 2.242.229 cabeças, elevando-se o efetivo regional, de 1.706.177 cabeças, para 3.348.406 no final da década (Mapa 4).

Certas microrregiões apresentaram, pelas suas localizações, vantagens comparativas não só em termos das condições ambientais, quanto em estímulos concedidos pelo Governo através do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte [5]. Este Programa objetivava através da exportação de carne bovina a formação de divisas e, por intermédio da implantação de uma linha de crédito de investimentos, privilegiar os empreendimentos pecuários que se situassem em terras de cerrado, cerradão e mata fina, pois estes tipos de cobertura vegetal possibilitavam, de imediato, o preparo mecânico do solo. Esta vantagem locacional se justificava pela redução nos custos e ainda pela menor exigência de tecnificação no processo de derrubada quando comparada às áreas de mata densa. Tal orientação se fazia necessária devido à implantação desordenada dos primeiros projetos agropecuários, em locais nem sempre ecologicamente adequados ao desenvolvimento da pecuária. Objetivou-se, através desta medida governamental, explicitada no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), a preservação da floresta e dos recursos madeireiros. Entretanto, não se pode negar que atualmente em um balanço de benefícios-custos, ainda se observe o caráter predatório à natureza, inerente à grande maioria dos investimentos agropecuários efetuados na Região.

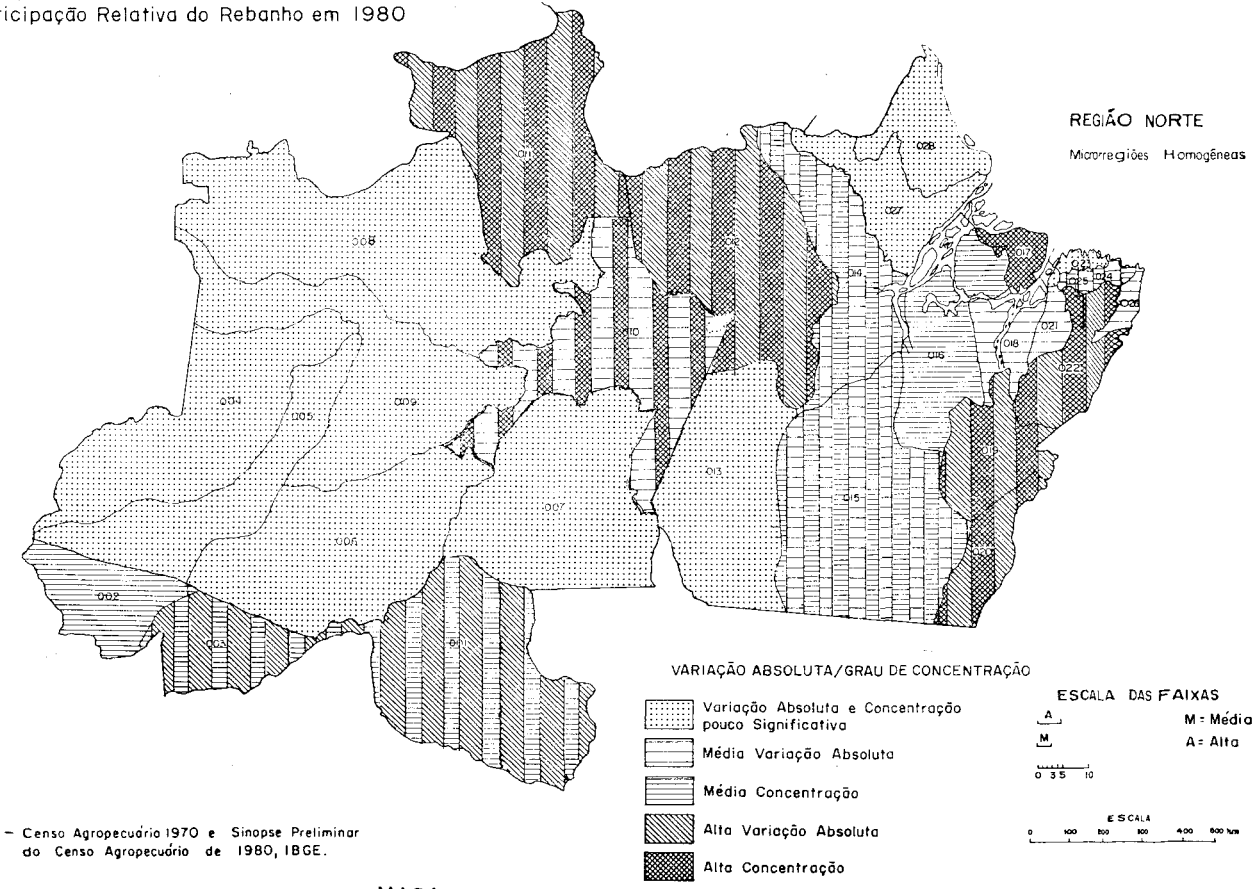
Ao favorecer a implantação de grandes empreendimentos o referido Programa veio dinamizar o pólo pecuário amazônico, já delineado na década de 60, e que se constituía nas frentes de pecuária provenientes do Centro-Oeste: o ramo oriental de penetração mais antiga e ocupação espontânea, que se juntou com o proveniente da Região Nordeste e atingiu as microrregiões do sul e leste paraenses, e o ocidental de penetração mais recente, que alcançou as Microrregiões Alto Purus, Purus e Rondônia.

---

5 Este Programa está inserido no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) instituído no Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND) sob a supervisão da SUDAM, apoiado em recursos financeiros internacionais repassados pelo Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA) e implantado a partir de 1975.

ÁREAS DE PECUÁRIA

Variação Absoluta do Efetivo de Bovinos 1970-1980 e Participação Relativa do Rebanho em 1980



FONTE – Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

A área do leste paraense apresentava, em relação às demais, várias vantagens locacionais o que propiciou a penetração de projetos pecuários para locais mais afastados até então à margem do processo produtivo. Tais vantagens estavam relacionadas ao nível de acessibilidade, pois a área era cortada pelo eixo viário de grande penetração — Belém-Brasília, que se interligava a uma trama de estradas vicinais e à proximidade do porto de Belém que, em conjunto, contribuíram para minimizar os custos de transportes. Do ponto de vista ecológico, esta área apresentava-se propícia à penetração da pecuária, pois, a cobertura vegetal e a topografia favoreciam o desenvolvimento de pastos naturais e plantados. Este elenco de vantagens associado aos incentivos governamentais direcionados para esta área concorreu para que as Microrregiões Araguaia Paraense, Marabá, Guajarina e Xingu desenvolvessem a atividade criatória aumentando o rebanho no período de 1970 a 1980 de 209.950 cabeças para 1.576.222, crescendo respectivamente a participação no total regional de 12,30 para 39,93%.

O leste paraense, em conjunto, apresentou no primeiro qüinqüênio aumentos significativos na área de pastos, os quais passaram a ocupar cerca de um décimo da área total dos estabelecimentos. A relação entre a área de pastos e a dos estabelecimentos rurais comprova que a primeira vem se ampliando em velocidade superior à dos estabelecimentos pelo menos no que se refere ao subperíodo de 1970 a 1975. Destoou, neste conjunto, a Microrregião Xingu cuja expansão da área dos estabelecimentos foi de 21 vezes, entre estes anos, sem a correspondente ampliação dos pastos. Este fato é o reflexo da mudança do nível de acessibilidade — construção da Transamazônica — que favoreceu, sobremaneira, a incorporação desta Microrregião até então situada à retaquarda da fronteira agrícola em face da sua não ligação ao sistema viário, até então implantado na Amazônia.

Por outro lado, é possível constatar-se que, no leste paraense, juntamente com a ampliação da área de pastos naturais, sucederam-se plantios de gramíneas em grandes extensões, melhorando, conseqüentemente, a qualidade das pastagens. Assim é que o aumento destas foi da ordem de 677.898 hectares, dos quais 40,73% localizavam-se na Microrregião Guajarina. Este acréscimo vinculou-se, em especial, à implantação de projetos pecuários que contaram com o apoio de recursos financeiros subsidiados tanto para a formação de pastagens como para a aquisição de rebanho.

Vale considerar que, mesmo com estes incrementos, as pastagens artificialmente formadas já eram, em 1970, espacialmente superiores às naturais. Não se coaduna, neste contexto, a Microrregião Araguaia Paraense, cujos pastos nativos, em função das condições naturais que sempre favoreceram o desenvolvimento de manchas de gramíneas e vegetação de baixo porte, ocupavam maiores extensões que os plantados. Entretanto, estes últimos ampliaram-se rapidamente, no qüinqüênio, superando os naturais, cujas variações absolutas foram respectivamente de 272.567 hectares e 199. 112 hectares (Tabela 2).

Ao se avaliar a lotação dos pastos, em 1970 e 1975 (Tabela 2), através da relação de unidade animal por hectare de pastagem, ficou configurado que a orientação implimida pela SUDAM nos projetos por ela aprovados, no sentido de se colocar menos de uma cabeça por hectare de pastos se manteve no leste paraense, área de maior concentração dos projetos pecuários. Dentro desta ótica, é possível afirmar-se que a orien-

tação imprimida à pecuária foi no sentido de conduzi-la dentro de um sistema extensivo modernizado, com a introdução de novas forrageiras, aquisição de reprodutores e de matrizes melhoradas, principalmente das raças indianas, Gir e Nelore, emprego de medicamentos e complementação alimentar previstas na dotação dos recursos financeiros, por ocasião da aprovação dos projetos. Os dados censitários de 1970 e 1975 mostraram que as despesas com alimentação e trato dos animais por unidade de rebanho bovino apresentaram maiores acréscimos nas áreas onde predominava uma finalidade mista (corte e leite) — Médio Amazonas e Belém — e naquelas de maior incentivo à pecuária.

TABELA 2

ÁREA DE PASTAGENS E LOTAÇÃO DOS PASTOS — 1970-1975

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	PASTAGENS (ha)				LOTAÇÃO DOS PASTOS	
	Naturais		Plantadas		Unidade animal(1) ÷ total de pastos	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
BRASIL	**124 406 233**	**125 950 884**	**29 732 296**	**39 701 366**	**0,58**	**0,69**
Região Norte	3 790 345	3 708 446	637 771	1 572 944	0,46	0,47
Rondônia (01)	82 186	60 046	41 006	164 524	0,22	0,26
Acre	41 098	53 991	22 256	70 113	1,30	1,04
Alto Juruá (02)	7 441	10 204	2 856	9 169	2,16	1,10
Alto Purus (03)	33 657	43 787	19 400	60 994	1,14	1,03
Amazonas	160 914	120 535	81 327	71 850	1,15	1,07
Alto Solimões (04)	400	1 841	2 173	416	2,33	1,86
Juruá (05)	5 158	2 199	3 551	1 549	0,88	1,60
Purus (06)	2 938	7 921	5 011	4 886	0,66	0,35
Madeira (07)	899	8 439	584	2 179	2,65	0,26
Rio Negro (08)	414	40	406	191	1,07	2,00
Solimões Japurá (09)	3 890	2 015	1 432	447	1,37	1,16
Médio Amazonas (10)	147 165	98 081	68 170	62 183	1,15	1,16
Roraima (11)	1 125 069	1 325 533	21 965	27 635	0,23	0,20
Pará	2 072 832	1 807 051	467 848	1 230 139	0,48	0,54
Médio Amazonas Paraense (12)	190 914	205 458	60 255	83 756	1,10	0,79
Tapajós (13)	6 745	867	4 224	7 432	0,57	0,50
Baixo Amazonas (14)	481 173	90 279	18 074	29 090	0,13	0,52
Xingu (15)	829	1 381	3 988	13 391	0,85	0,64
Furos (16)	48 694	15 710	3 034	12 111	0,77	0,40
Campos de Marajó (17)	1 169 758	990 397	17 380	11 520	0,44	0,53
Baixo Tocantins (18)	4 615	15 457	3 554	10 660	0,74	0,24
Marabá (19)	402	3 932	88 328	208 120	0,83	0,58
Araguaia Paraense (20)	128 192	327 304	85 938	358 505	0,24	0,35
Tomé-Açu (21)	980	6 052	3 149	29 614	0,56	0,35
Guajarina (22)	13 430	77 902	165 200	441 336	0,63	0,65
Salgado (23)	5 216	11 501	1 894	1 724	0,94	0,59
Bragantina (24)	15 189	47 996	11 457	18 928	1,35	0,65
Belém (25)	1 758	1 186	848	1 069	0,83	1,21
Viseu (26)	4 938	11 629	525	2 883	1,51	0,61
Amapá	308 248	341 290	3 368	8 733	0,23	0,22
Macapá (27)	193 426	127 393	2 602	6 716	0,13	0,25
Amapá e Oiapoque (28)	114 822	213 897	766	2 018	0,41	0,20

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975, IBGE.

(1)Bovinos + bufalinos + cavalos + muar + asininos = 1
Ovinos + caprinos = 0,25

O sudoeste amazônico constitui juntamente com o leste paraense as áreas que sofreram recentes transformações na pecuária onde, ao lado da acentuada variação absoluta do rebanho bovino ocorreram igualmente mudanças no sistema criatório.

Esta rápida multiplicação do efetivo de bovinos foi conseqüência da recente penetração do ramo ocidental da frente de pecuária, procedente da Região Centro-Oeste, que foi impulsionada pelos incentivos governamentais e pela mudança de acessibilidade — construção da Brasília-Acre e da Transamazônica. O efeito conjugado desses fatores induziu a mudanças da estrutura econômica extrativista e produziu uma nova forma de organização espacial, com a substituição da coleta pela pecuária, em face da valorização do gado de corte para o abastecimento dos centros urbanos. Assim, as Microrregiões Alto Purus, Rondônia e Purus, que em 1970 abrigavam um rebanho de apenas 79.202 cabeças passaram a ter, dez anos após, 527.736, aumentando a participação relativa no rebanho regional de 4,65 para 13,43%. Paralelamente verificou-se a ampliação da área de pastos que no primeiro qüinqüênio foi de 157.860 hectares, sendo que a dos pastos plantados triplicou no mesmo período. A parcela ocupada pelas pastagens no interior dos estabelecimentos cresceu de 2,97%, em 1970, para 4,67% cinco anos após. Com isto, a lotação dos pastos aumentou de 0,43% para 1,78 cabeças por hectare (Tabela 2).

A organização espacial resultante mostrou padrões diferenciados, em função dos graus de acessibilidade e permitiu distingüir as microrregiões conectadas ao espaço econômico daquelas a serem incorporadas. De fato, a Microrregião Rondônia ao receber estímulos semelhantes às áreas do leste paraense foi a que se destacou como a de maior crescimento da área de pastagem (82,29%) no período de 1970 e 1975 e do efetivo de bovinos (90,70%) durante o decênio.

Enquanto isso a Microrregião Purus, situada à retaguarda do eixo de penetração da Região Centro-Sul do País, servida pela Transamazônica e de menor incremento de bovinos, destacou-se, tão somente, pela ampliação das áreas dos estabelecimentos, denotando, portanto, um fraco nível de aproveitamento das terras, em um contexto de especulação fundiária.

Quanto às Microrregiões Alto Purus e Alto Juruá, de ocupação mais antiga e caracterizadas por uma estrutura produtiva calcada no extrativismo da borracha, vêm sofrendo desde a década anterior uma reestruturação na organização agrária, vinculada à venda das terras a empresários do Sul do País para a implantação de grandes empresas agropecuárias. Esta substituição de atividade foi mais acentuada na Microrregião Alto Purus, de maior grau de acessibilidade, onde se verificaram aumentos mais significativos do efetivo de bovinos e de área de pastagens.

No que se refere às áreas tradicionalmente voltadas à pecuária como as Microrregiões Rondônia, Campos de Marajó, Médio Amazonas e Baixo Amazonas, notoriamente concentradoras de consideráveis efetivos do rebanho bovino regional, passaram a formar uma continuidade espacial, com a área pecuarista do leste paraense. O criatório bovino, nestas áreas tradicionais, estava ainda no início da década de 70, calcado nas pastagens naturais que equivaliam a 94,66% da área total de pastagens. As plantadas correspondiam apenas a 5,34% e estavam concentradas nas Microrregiões Médio Amazonas e Médio Amazonas Pa-

raense. No final do primeiro qüinqüênio, estas Microrregiões eram as que se destacavam pelas maiores extensões de pastos plantados, embora o desenvolvimento destes sofresse restrições devido a fatores limitantes, decorrentes das inundações periódicas. Com relação aos pastos naturais ficou configurado no período de 1970 e 1975 uma redução de 300.289 hectares ao qual se opôs um acréscimo de 33.735 hectares nos plantados. Apesar dessa diminuição, o rebanho acusou um acréscimo de 204.646 cabeças durante a década. Porém, devido ao grande aumento do rebanho regional, observou-se uma redução relativa do efetivo de bovinos desta área que, em 1970, equivalia a 72,44% passando a representar, em 1980, 36,48%. Vale ressaltar que a Microrregião Campos de Marajó vem apresentando uma perda gradual do número e da importância relativa do seu rebanho bovino, pois, no início da década as 435.607 cabeças, que correspondiam a 26,11% do rebanho bovino amazônico, diminuíram para 427.643 em 1980, o equivalente a 10,13% do rebanho regional. Situação idêntica foi verificada também nas microrregiões amapaense onde a redução de bovinos foi de 29,10%, passando de 64.990, em 1970, para 46.069 cabeças no final da década. Estes números indicaram que o referido rebanho seguiu um comportamento inverso ao verificado a nível regional.

As inundações e a má drenagem dos solos, dificultando a formação dos pastos plantados e a expansão dos naturais, foram os principais fatores que inibiram o desenvolvimento desta atividade nas referidas microrregiões. Em vista destes fatores, deu-se a introdução de bufalinos que, por sua natureza anfíbia, se adaptam às inundações periódicas buscando o alimento no fundo das várzeas alagadas. Assim, o rebanho de bufalinos cresceu de 42.022 para 52.021 cabeças, em Campos de Marajó e, de 3.692 para 11.782 cabeças no Território do Amapá, no período de 1970 e 1975, o que vem indicar uma preferência dos criadores por estes animais e uma tendência à substituição do criatório bovino. Esta preferência, do ponto de vista econômico, se justifica pela grande capacidade de reprodução deste animal, pela sua precocidade em ganhar peso e ainda pelo aproveitamento do leite para a indústria de laticínio. A importância que vem assumindo este rebanho pode ser aquilatada através do estímulo governamental que também se direcionou para a criação de búfalos.

Nesta área tradicional de pecuária não se observaram, no primeiro qüinqüênio, melhorias no sistema criatório, o qual se mantinha com uma baixa capacidade de lotação dos pastos, em torno de 0,40 cabeças por hectare (Tabela 2). Dentro desta área, destacava-se a Microrregião Médio Amazonas, onde a lotação dos pastos era sensivelmente superior, atingindo 1,15 cabeças por hectare. Esta lotação espelha a alteração na finalidade do rebanho onde o gado leiteiro, embora minoritário, correspondia a 25.866 cabeças ou seja 14,11% do efetivo microrregional de 1975. Esta relativa concentração do gado leiteiro responde, por sua vez, pelo aumento nas despesas com a alimentação e os tratos de animais que se mostraram comparativamente mais elevados do que no restante das microrregiões desta área. Assim, a permanência desta atividade, praticada em áreas desfavoráveis e de modo super-extensivo, com o gado apresentando reduzido porte, pequeno desfrute e baixo grau de miscegenação com raças melhoradas, se justifica, em função da demanda dos mercados de Belém e Manaus.

Dentro do contexto do crescimento diferenciado do efetivo de bovinos na Região Norte, é possível distinguir-se uma terceira área situada

a oeste do Estado do Amazonas, composta pelas Microrregiões Alto Solimões, Madeira, Juruá, Rio Negro e Solimões-Japurá, além da Micro Tapajós no Estado do Pará, as quais tinham, como traço comum, um contingente numericamente inexpressivo de 30.221 cabeças o que correspondia a 1,77% do efetivo regional de 1970. No final da década, este rebanho, apesar de ter acusado uma variação absoluta de 17.197 cabeças, reduziu a sua participação relativa no conjunto regional para 1,20%. Este fato se explica, até certo ponto, pelas condições ambientais dominantes na área, pois as várzeas alagáveis durante grande parte do ano reduzem a capacidade destas áreas para exploração pastoril. Por outro lado, as partes elevadas, por serem passíveis de condicionar processos erosivos, têm reduzidas as possibilidades de aproveitamento pecuário.

Com relação às pastagens, se verificou uma ampliação dos pastos naturais, e uma tendência à estabilização dos plantados, no final do primeiro qüinqüênio. Como neste ínterim assistiu-se, na área em questão, a uma redução no efetivo de bovinos deu-se, em conseqüência, uma diminuição na lotação dos pastos que de 1,07 caiu para 0,68 cabeças por hectare (Tabela 2). Quando se consideram as microrregiões, fica patenteada a ocorrência de dois comportamentos opostos, pois, enquanto na Micro Madeira houve uma ampliação de 4.808 hectares das pastagens no primeiro qüinqüênio, nas demais foram acusados decréscimos. Tal fato se prendeu à implantação de projetos pecuários nesta Microrregião, privilegiando os pastos plantados e a própria ampliação da área dos estabelecimentos, que foi responsável pela incorporação de pastagens naturais. Como conseqüência, assistiu-se a um aumento na proporção de pastos naturais sobre o total das pastagens e, como a evolução do rebanho não acompanhou o mesmo ritmo, verificou-se uma redução na lotação dos pastos de 2,65 para 0,26 cabeças por hectare. Tem-se, portanto, um indicativo de que a ampliação acentuada da área dos estabelecimentos, nesta Microrregião, se fez de forma improdutiva permanecendo a terra como reserva de valor.

De um modo geral, no oeste da Amazônia, a atividade criatória não se reveste de importância econômica participando apenas como meio de subsistência e não como atividade principal. Este fato se prende às condições ambientais dominantes na área, que não viabilizam a expansão dos pastos plantados, pois o excesso de umidade do solo reduz o poder germinativo das sementes das forrageiras, limitando a exploração racional da pecuária. Por outro lado, a precariedade das vias de transporte rodo-hidroviário — alguns rios por ocasião da vazante não permitem a navegação de navios de grande calado — e a própria distância aos centros consumidores desestimulam, no momento, a exploração racional da pecuária concorrendo para torná-la um sistema rústico de criação. Assim, o isolamento da área ocidental da Amazônia tornou-a menos atrativa a empresários e pequenos produtores, mantendo-a, ainda na década de 70, economicamente vinculada ao extrativismo.

A atividade pecuária da Amazônia, no primeiro qüinqüênio da década de 70, é ainda praticada sob um sistema criatório extensivo, apesar da estratégia governamental imposta para a Região ter sido alicerçada no desenvolvimento da agropecuária, enfatizando o criatório bovino. Entretanto, algumas alterações vêm ocorrendo e de forma mais visível no leste e sudeste do Estado do Pará e nas Microrregiões Rondônia e Alto Purus, onde se concentrou maior número de projetos pecuários.

2.2.2 — As lavouras

A evolução recente das lavouras na Região Norte individualizou-se por um grande impulso, visando melhorar a capacidade de suprir as necessidades regionais e gerar excedentes, que ampliassem a sua participação nos mercados internos e externos. A forma como se deu esta evolução foi caracterizada pelas incorporações de terras e de equipamentos à produção, evidenciando, portanto, transformações na atividade, agrária.

Assim, a área das lavouras que, em 1970, era de 617.131 hectares apresentou, no final da década, uma incorporação de 1.146.382 hectares, tendo praticamente triplicado a sua participação na área total dos estabelecimentos. O segmento das lavouras temporárias foi o que mais se destacou, ao acusar uma ampliação de 723.522 hectares. Entretanto, as lavouras permanentes foram as que apresentaram, no decênio, maior variação relativa ao crescerem 319,46%. Tal variação resultou principalmente de uma política de incentivos elaborada para o setor agrícola, escudada em uma sólida pesquisa agronômica, já desenvolvida para algumas culturas como a pimenta-do-reino, cacau e seringueira, que permitia cultivá-las, com uma margem de relativo sucesso, nas condições ecológicas dominantes na Amazônia. A expansão das atividades agrárias se fez acompanhar de um aumento no número de tratores, que de 1.127 foi elevado para 5.825, na década considerada. Com esta difusão, a área de lavouras servida por um trator foi reduzida de 548 para 303 hectares. Estas alterações não foram, contudo, suficientes para elevar a Região ao padrão nacional que foi, em 1980, de um trator para cada 90 hectares de lavouras, evidenciando, assim, que o processo produtivo regional permaneceu com um baixo nível de mecanização. A ampliação do emprego de tratores se verificou de forma mais intensa nas áreas de lavouras comerciais e na de implantação de projetos agropecuários.

A participação das lavouras no contexto regional foi crescendo de importância e permitiu o aparecimento de formas diferenciadas de crescimento espacial. Estas diferenciações se refletiram na atuação de fatores de ordem político-econômica que ao assumir graus variáveis de magnitude minimizaram, ou não, os efeitos dos fatores físicos. Assim, na medida em que os impulsos foram sendo dados pelo Governo, através da implantação de uma estrutura creditícia, amparo tecnológico e de armazenagem, além da promoção de mudanças no nível de acessibilidade, eles se tornaram os responsáveis pela introdução de uma agricultura mais moderna, pela incorporação de novas áreas produtivas ao sistema econômico nacional. Enquanto isto, as áreas não privilegiadas pela política agrícola governamental foram caracterizadas por uma fraca penetração do capital no campo, o que se refletiu num incipiente grau de tecnificação das lavouras as quais, por isto, mantiveram-se extremamente dependentes das condições ambientais. Nestas áreas o sistema agrícola continuou itinerante com base no trabalho manual, no uso de queimadas e na fertilidade natural dos solos.

Assim, a expansão das lavouras na Região Norte foi mais acentuada nas áreas de recente introdução de atividade agropecuária modernizada, do leste paraense e do sudoeste da Amazônia, como também naquelas de atividade agrária tradicional das Microrregiões Baixo Amazonas, Médio Amazonas e Roraima. Durante a década houve uma acentuada variação absoluta da área de lavouras e, ao mesmo tempo,

uma maior participação dessa área na superfície total de lavouras da Região Norte (Mapa 5) as quais prenderam-se tanto à fixação de empresários, objetivando difundir e ampliar novas culturas, ou expandir as antigas em moldes capitalistas, como também à expansão das culturas alimentares, desenvolvidas pelos pequenos produtores que se localizaram na área, de forma espontânea, ou através dos projetos de colonização. Um outro impulso dado às lavouras prendeu-se ao cultivo em terras mais férteis decorrentes de afloramentos de rochas basálticas, até então recobertas pela floresta, mas que após o desbravamento passaram a ser incorporadas às áreas produtivas. Nesta área, as lavouras deixaram de ocupar uma posição de atividade marginal, onde o extrativismo era até então a atividade geradora de recursos, para comporem juntamente com a pecuária o setor dinâmico da economia regional. Na realidade, a agricultura que vem sendo desenvolvida visa tanto o mercado regional como o internacional.

A implantação das lavouras comerciais se fez acompanhar de um pacote tecnológico que buscava elevar os níveis de produtividade tornando-os competitivos com os alcançados a nível nacional. Entre os itens de modernização contidos neste pacote, o trator foi um dos que apresentou maior difusão, concorrendo para concentrar, nestas áreas, as maiores variações absolutas de tratores (Mapa 6).

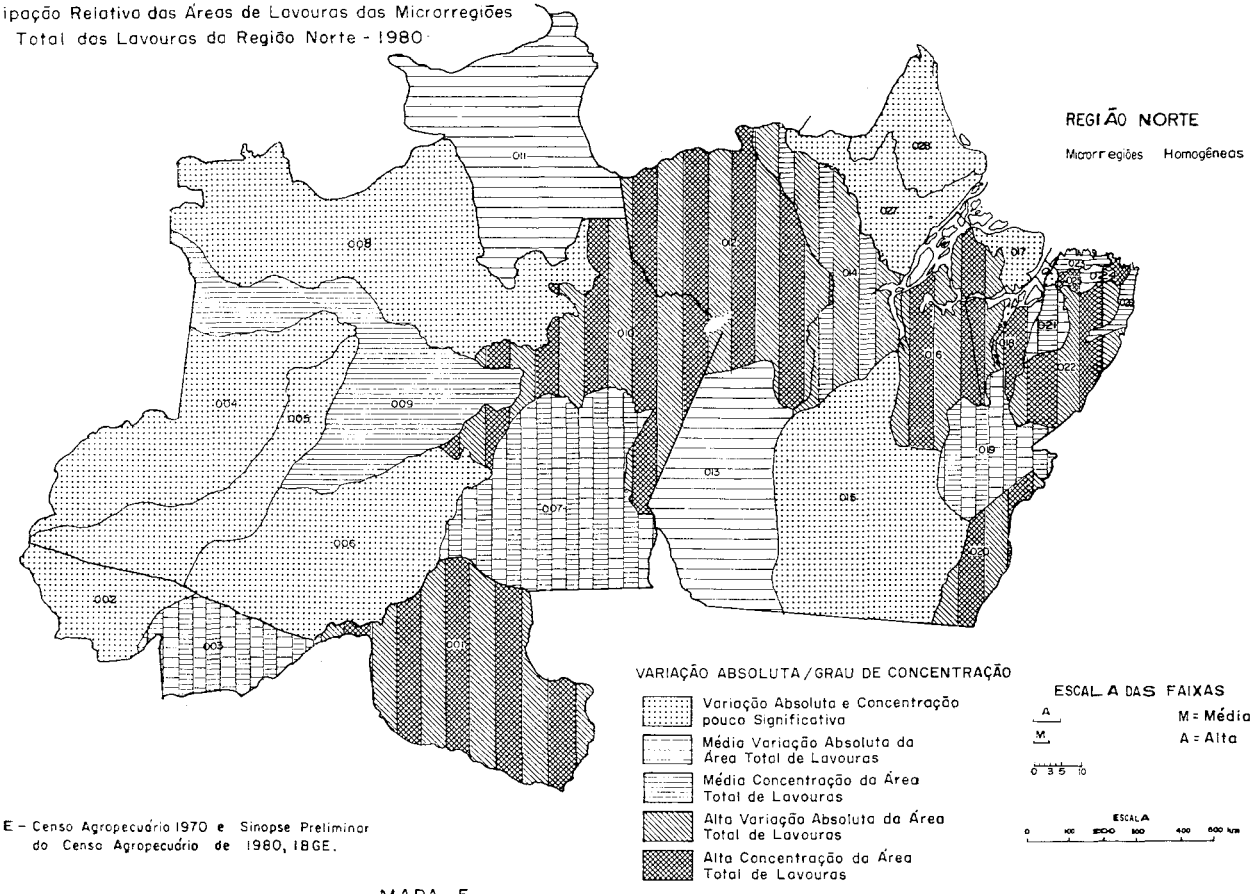
O processo de tecnificação em curso vem se fazendo em escala crescente, acompanhando a tendência observada a nível nacional, pois a relação do número de estabelecimentos servidos por trator demonstrou que a adoção deste item de modernização se fez através dos incentivos concedidos pelo Governo, uma vez que as áreas concentradoras de maior número de grandes projetos agropecuários, ou as que sediaram a implantação do Programa de Lavouras Selecionadas [6], foram as mais beneficiadas (Mapa 7).

Por conseguinte, nestas áreas (leste paraense, sudoeste da Amazônia, baixo e médio vales do rio Amazonas e Território de Roraima) estavam concentrados cerca de 96,84% dos tratores existentes na Região Norte, em 1980, dos quais, 21,68% localizavam-se na Microrregião Tomé-Açu. Esta elevada participação relacionou-se à expansão das lavouras comerciais que se destinam ao mercado internacional como a pimenta-do-reino e cacau. Verificou-se ainda uma baixa relação da área de lavouras por trator indicando, dessa forma, que os cultivos aí praticados vêm sofrendo um processo de tecnificação. A multiplicação acentuada do número de tratores não se fez acompanhar da mesma intensidade observada com relação ao pessoal ocupado, pois, enquanto os primeiros cresceram em 422,80%, o número de pessoas ocupadas no setor agropecuário teve um acréscimo de 28,13% (Tabela 3). Estes diferentes ritmos de crescimento são indicativos da maneira como vem ocorrendo a ocupação do espaço amazônico, notadamente porque esta área foi a mais beneficiada pelos grandes projetos agropecuários. Convém frisar, entretanto, que a ocupação do espaço agrário nem sempre foi calcada na implantação de projetos produtivos, sendo a especulação fundiária a forma dominante. Assim, os estabelecimentos têm uma baixa capacidade de absorção da mão-de-obra, seja por empregarem a

6 Este Programa objetivava a implantação em moldes modernos principalmente de lavouras permanentes com base agronômica segura e aceitação nos mercados internos e externo (dendê, pimenta-do-reino, cacau, borracha) e temporárias com condições satisfatórias de mercado (arroz, cana-de-açúcar).

ÁREAS DE LAVOURAS

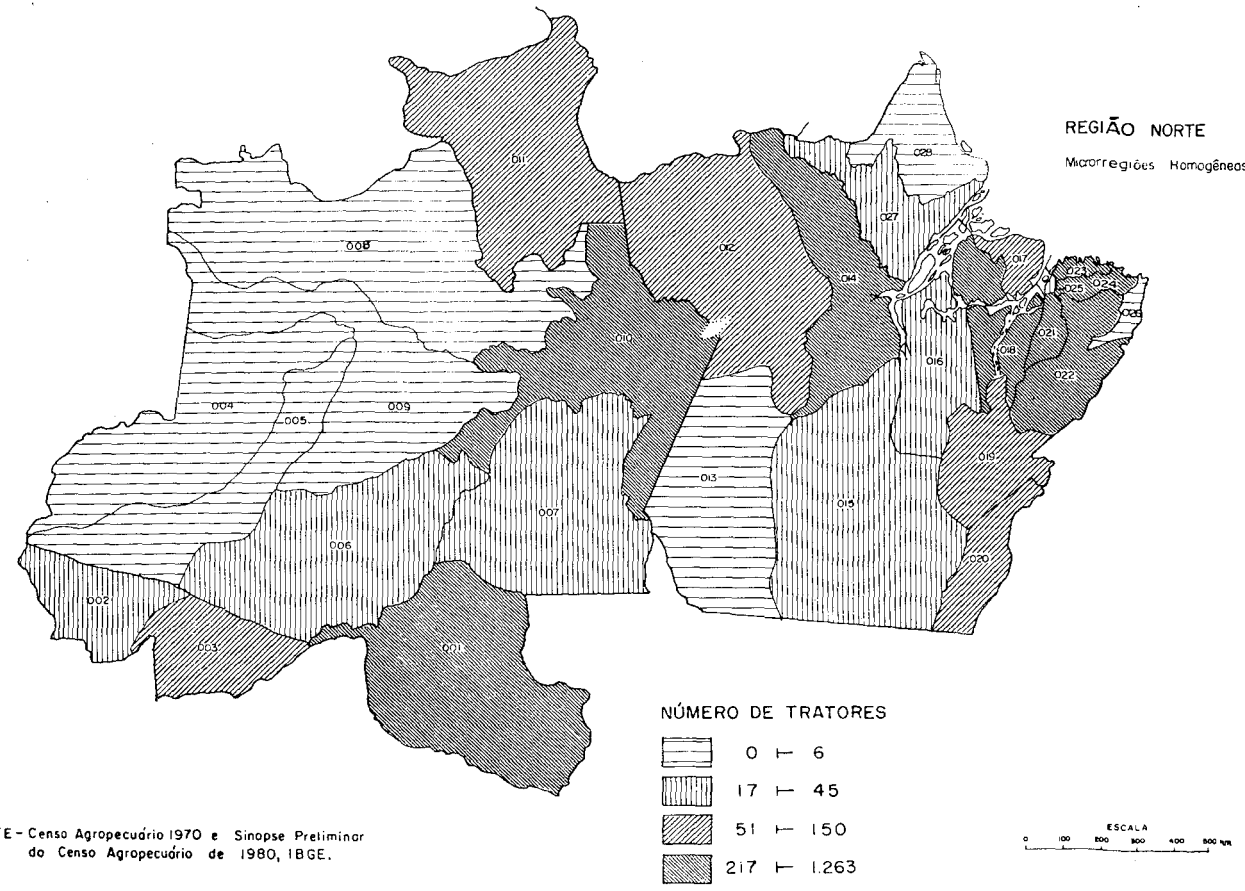
Variação Absoluta - 1970-1980
e Participação Relativa das Áreas de Lavouras das Microrregiões
na Área Total das Lavouras da Região Norte - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

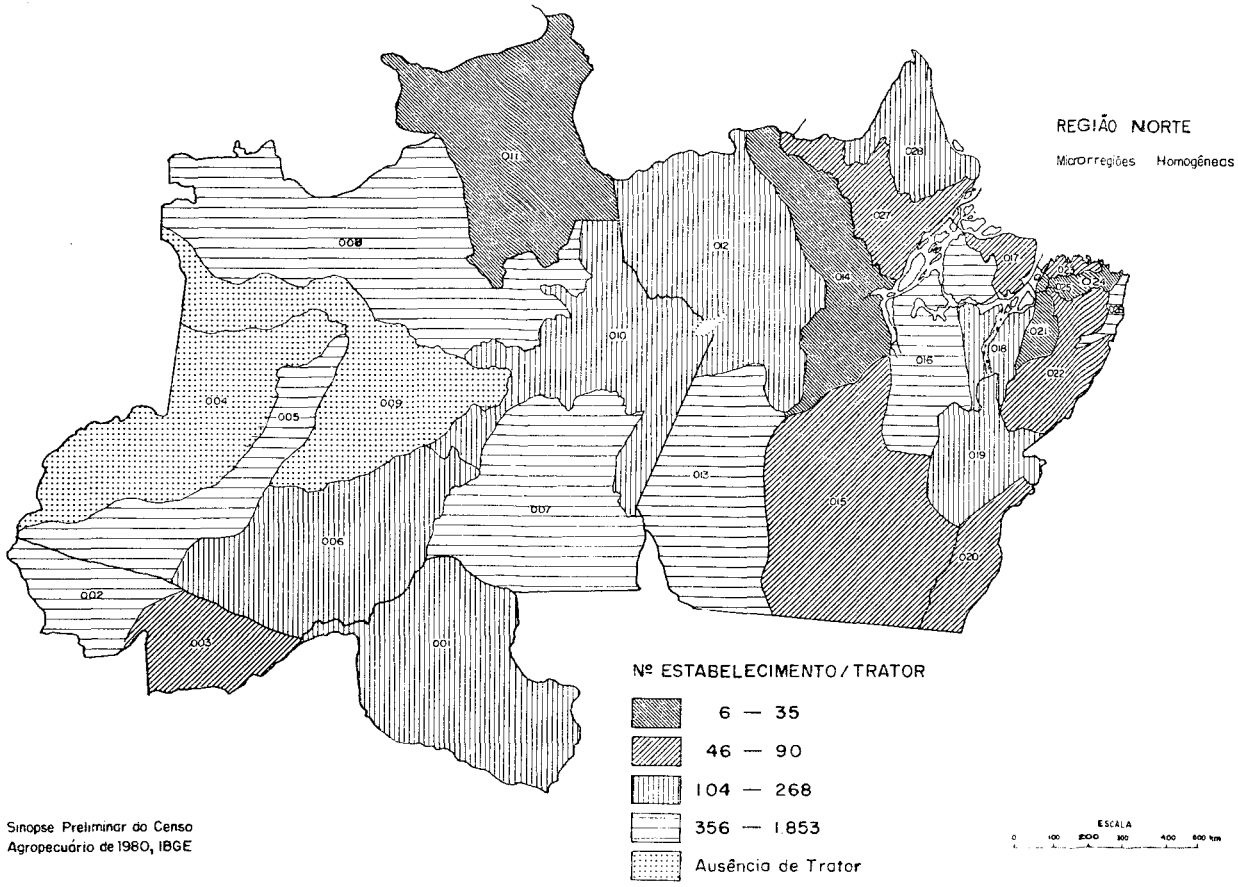
VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
DE TRATORES - 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

GRAU DE MECANIZAÇÃO - 1980



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 7

mecanização, seja pelo caráter extensivo com que são praticadas as atividades agropecuárias ou ainda pelo reduzido grau de utilização das terras, uma vez que, em 1975, apenas 29,46% da área total dos estabelecimentos da Região Norte apresentaram uso produtivo.

TABELA 3

PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO — 1970-1980

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO	PESSOAL OCUPADO								
	Total			Variação absoluta			Variação relativa (%)		
	1970	1975	1980	1970–75	1975–80	1970–80	1970–75	1975–80	1970–80
BRASIL	**17 582 089**	**20 345 692**	**21 109 890**	**2 763 603**	**764 198**	**3 527 801**	**15,72**	**3,76**	**20,06**
Região Norte	934 024	1 412 647	1 769 757	478 623	357 110	835 733	51,24	25,28	89,48
Rondônia (01)	20 563	103 992	176 936	83 429	72 944	156 373	405,72	70,14	760,46
Acre	62 081	77 486	95 159	15 405	17 673	33 078	24,81	22,81	53,28
Alto Juruá (02)	23 349	39 470	34 637	16 121	—4 833	11 288	69,04	—12,24	48,34
Alto Purus (03)	38 732	38 016	60 522	—716	22 506	21 790	—1,85	59,20	56,26
Amazonas	283 326	415 457	455 584	132 131	40 127	172 258	46,64	9,66	60,80
Alto Solimões (04)	21 073	46 506	52 721	25 433	6 215	31 648	120,69	13,36	150,18
Juruá (05)	25 453	52 557	32 508	27 104	—20 049	7 055	106,49	—38,15	27,72
Purus (06)	33 712	37 222	48 343	3 510	11 121	14 631	10,41	29,88	43,40
Madeira (07)	23 430	34 092	48 449	10 662	14 357	25 019	45,51	42,11	106,78
Rio Negro (08)	14 615	33 081	26 665	18 466	—6 416	12 050	126,35	—19,39	82,45
Solimões-Japurá (09)	35 609	36 602	62 721	933	26 119	27 112	2,62	71,36	76,14
Médio Amazonas (10)	129 434	175 397	184 177	45 963	8 780	54 743	35,51	5,01	42,29
Roraima (11)	8 277	19 044	17 020	10 767	—2 024	8 743	130,08	—10,63	105,63
Pará	549 313	777 660	1 010 560	228 347	232 900	461 247	41,57	29,95	83,97
Médio Amazonas Paraense (12)	94 950	103 960	136 569	9 010	32 609	41 619	9,49	31,37	43,83
Tapajós (13)	6 682	11 604	25 545	4 922	13 941	18 863	73,66	120,14	282,30
Baixo Amazonas (14)	10 830	28 530	36 722	17 700	8 192	25 892	163,43	28,71	239,08
Xingu (15)	5 284	9 668	15 782	4 384	6 114	10 498	82,97	63,24	198,68
Furos (16)	41 849	61 575	101 131	19 726	39 556	59 282	47,14	64,24	141,66
Campos de Marajó (17)	15 339	30 914	29 051	15 575	—1 863	13 712	101,54	—6,03	89,39
Baixo Tocantins (18)	103 869	132 868	148 993	28 979	16 125	45 104	27,89	12,14	43,42
Marabá (19)	19 391	38 414	47 812	19 023	9 398	28 421	98,10	24,47	146,57
Araguaia Paraense (20)	12 165	25 355	58 303	13 190	32 948	46 138	108,43	129,95	379,27
Tomé-Açu (21)	19 353	34 455	54 089	15 102	19 634	34 736	78,03	56,98	179,49
Guajarina (22)	65 078	95 381	111 870	30 303	16 489	46 792	46,56	17,29	71,90
Salgado (23)	52 901	69 216	68 865	16 315	—351	15 464	30,84	—0,51	30,18
Bragantina (24)	77 615	102 084	119 785	24 469	17 701	42 170	31,53	17,34	54,33
Belém (25)	9 347	8 391	7 468	—956	—923	—1 879	—10,23	—11,00	—20,10
Viseu (26)	14 640	25 245	48 575	10 605	23 330	33 935	72,44	92,41	231,80
Amapá	10 464	19 008	14 498	8 544	—4 510	4 034	81,65	—23,73	38,55
Macapá (27)	7 638	13 941	11 238	6 303	—2 703	3 600	82,52	—19,39	47,13
Amapá e Oiapoque (28)	2 826	5 067	3 260	2 241	—1 807	434	79,30	—35,66	15,36

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Esta baixa capacidade de absorver mão-de-obra se expressa na relação entre pessoal ocupado por área das unidades produtoras, que foi, ao longo da década, de quatro pessoas por 100 hectares de estabelecimentos rurais.

A tecnificação do processo produtivo concorreu para que o setor agrícola regional passasse a ter maior importância econômica através da introdução e da expansão de algumas lavouras obedecendo ao zonea-

mento imposto pelo Programa das Lavouras Selecionadas. Assim, algumas lavouras se destacaram pelo papel que passaram a assumir na pauta de exportações extra-regionais e internacionais. No caso específico da pimenta-do-reino a sua implantação, em moldes comerciais, iniciou uma nova fase na agricultura paraense, pois se fez acompanhar de uma racionalização do processo produtivo com o emprego de tratores, fertilizantes e práticas agrícolas especiais, propiciando o surgimento de uma agricultura intensiva. Iniciado o seu plantio na Microrregião Tomé-Açu teve a área cultivada expandida para as microrregiões próximas, acompanhando o traçado das Rodovias Belém-Brasília e Belém-São Luís (Mapa 8). Apesar do risco de perda que envolve os pimentais (aparecimento de fungos e pragas) esta lavoura apresentou um acentuado incremento, pois a sua produção quase quadruplicou no decênio, passando de 15.070 para 58.537 toneladas.

Vale salientar que, no final da década de 70, a produção atingiu volumes superiores à demanda do produto nos mercados nacional e internacional, o que levou a um redirecionamento da política agrícola, visando a cercear a expansão dos plantios através da redução de financiamentos. Esta orientação, determinada pela limitação do mercado internacional em absorver toda a produção, conduziu, conseqüentemente, à formação de grande estoque.

A manutenção do sistema de exploração dentro dos moldes modernos estendeu-se às espécies nativas que passaram a ser cultivadas e que vêm ganhando importância econômica, destacando-se entre elas as do cacau, seringueira e guaraná. As exigências agronômicas destas culturas concorreram para que elas se concentrassem em áreas aptas, previamente selecionadas. Quanto ao cacau, as áreas concentradoras ficaram restritas principalmente às Microrregiões Rondônia, Baixo Tocantins e Tomé-Açu, cuja orientação ao cultivo foi direcionada pelo Programa de Implantação da Cacauicultura sob a coordenação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Tal Programa incluía técnicas agrícolas modernas, variedades mais resistentes e rentáveis objetivando ampliar o leque de opções de produtos tropicais no mercado. Diante disto, a área colhida do cacau na Amazônia que em 1975 era de 9.913 hectares, sofreu um acréscimo de 12.429 no qüinqüênio ao passar para 22.342 hectares. Entretanto, apesar dos estímulos recebidos, a produtividade em 1980, que era de 242 quilograma por hectare mostrava-se inferior à obtida no Estado da Bahia: 690 quilograma por hectare.

No que se refere às lavouras temporárias voltadas à comercialização, sobressaem as do arroz, da juta e da malva, desenvolvidas ao longo das várzeas dos rios amazônicos.

Em termos espaciais, a lavoura do arroz supera a das demais culturas na Região Amazônica em 1980 (Mapa 8), assumindo aspecto de monocultura nas Microrregiões Xingu, Tapajós e Baixo Amazonas. Entretanto, por ser cultivado principalmente por produtores de baixa renda, ou ainda, por estar vinculado à fase que precede a implantação de pastos formados, não se verificaram melhorias acentuadas nas técnicas empregadas no seu plantio. Estes fatos são refletidos nos baixos índices de produtividade quando comparados ao da média nacional. No caso do cultivo deste produto ser realizado em áreas de projetos, cujas execuções foram aprovadas pela SUDAM, o seu plantio se faz com o

emprego de máquinas e insumos modernos e visa ao abastecimento de mercados regional e extra-regional.

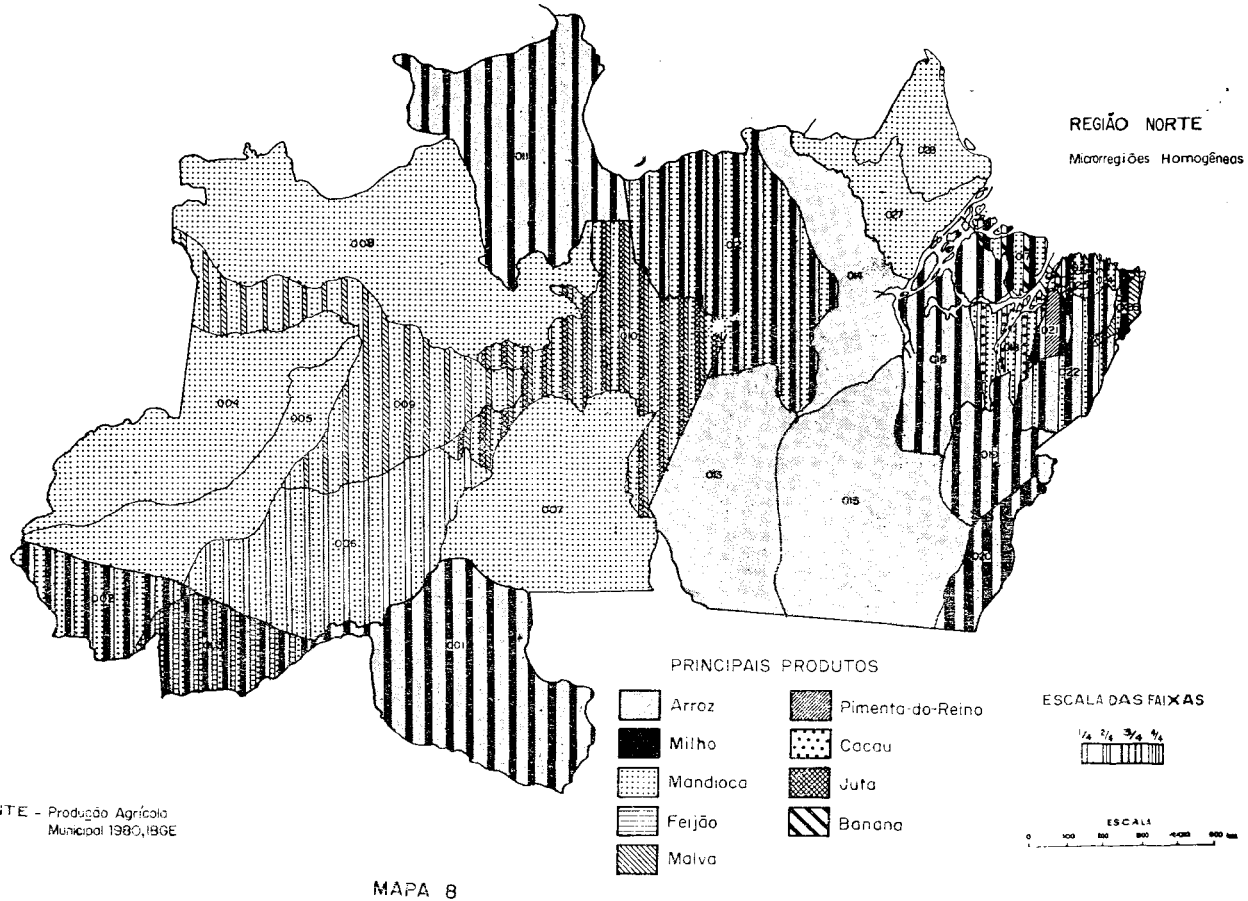
Quanto à cultura da juta, esta vem sendo substituída gradualmente pela da malva devido aos aspectos técnico-econômicos que envolveram tanto a parte agrícola quanto a referente à comercialização. As causas de natureza agronômica, que justificaram tal fato, prenderam-se à viabilidade do plantio da malva tanto em áreas de várzea como em terra firme. A menor duração do seu ciclo vegetativo permite efetuar a colheita antes da subida das águas, quando o seu cultivo é realizado na várzea, o que representa uma vantagem em detrimento da lavoura da juta. Com isto, enquanto a área colhida da juta se manteve estável entre os anos 1975-1980 a da malva apresentou um acréscimo mais sensível na Microrregião Médio Amazonas, passando de 4.158 para 10.488 hectares. A malva cultivada em terra firme vem sendo adotada como substitutiva do arroz na fase de formação de pastos, e foi esta variedade que teve maior expressão espacial durante o segundo qüinqüênio, nas Microrregiões Salgado, Bragantina e Viseu.

No que se refere às vantagens de ordem econômica, salientaram-se a redução do tempo de maceração, que é de cerca de dez dias enquanto o da juta é de 20 a 30 dias, e a qualidade superior da fibra que abre um leque de opções industriais ao seu emprego permitindo alcançar maior cotação no mercado. Além disto, emerge o próprio rendimento físico que, em 1980, foi de 1.095 quilograma por hectare ligeiramente superior ao da juta na Região Norte. Estas vantagens concorreram para que as referidas lavouras apresentassem um crescimento diametralmente oposto, durante o segundo qüinqüênio, pois, enquanto a da juta reduziu 1.474 hectares a da malva acrescentou 2.736 hectares.

A acentuada expansão das lavouras que ocorreu durante o decênio contribuiu para que as áreas do leste paraense, sudoeste da Amazônia, baixo e médio vales do rio Amazonas e o Território de Roraima, se tornassem as mais dinâmicas ocupando, portanto, uma posição privilegiada no conjunto regional.

A área não incentivada pela política agrícola do Governo, o oeste amazônico (Microrregiões Alto Juruá, Alto Solimões, Juruá, Purus, Rio Negro e Solimões-Japurá), surgiu como a de menor expressão espacial das lavouras. Esta área, caracterizada pela baixa ocupação humana, pela quase inexistência de uma infra-estrutura de transporte rodoviário e de apoio técnico-financeiro e pela distância dos centros decisórios, tanto regionais quanto nacionais, foi a que ofereceu menor alternativa de desenvolvimento. Diante disto, a agricultura é praticada em moldes tradicionais e o emprego de mecanização é pouco significativo. De fato, a elevada relação de estabelecimentos por trator (742) em 1980, (Mapa 7) colocou-a em uma posição de inferioridade, no conjunto da Região Norte, sendo que se registrou a inexistência desse implemento nas Microrregiões Alto Solimões e Solimões-Japurá. Contribuiu para mantê-la neste estágio a ausência de empreendimentos voltados à implantação da atividade agropecuária, em moldes modernos, que permitisse alargar o emprego de tecnologias intensivas em capital. Convém ainda ressaltar que o aumento do pessoal ocupado no setor agropecuário foi da ordem de 59,13%, sendo inferior ao verificado a nível regional. Isto revela o fraco desenvolvimento das atividades agrárias e a inexpressividade da população rural. As lavouras, desenvolvidas na área, tem como finalidade, em sua grande maioria, a subsistência do agricultor. No caso de

COMBINAÇÃO DE CULTURAS - 1980



MAPA 8

excedentes de produção, estes são trocados por gêneros de primeira necessidade em um comércio flutuante, denominado "regatão". Atrelado a este sistema de comercialização, onde o dono do regatão é o grande beneficiário, o produtor obtém ganhos insignificantes, que garantem apenas a sua sobrevivência e de sua família, impossibilitando-o, desta forma, de realizar investimentos no processo produtivo. Os excedentes ocorrem, usualmente, quando os cultivos são realizados em solos de várzea, mais férteis que os de terra firme, o que permite obter maior produtividade por um período de três anos. Após este período, inicia-se um declínio contínuo da produtividade induzindo o produtor à prática do sistema itinerante de roça, comum na Região Norte. Dentre as culturas mais usuais, na área em questão, emerge a da mandioca, especialmente mais importante, seguida do arroz, feijão e milho e excepcionalmente desenvolvem-se algumas lavouras comerciais como a da juta e a da malva. A cultura da mandioca aparece como a de maior abrangência espacial pois já era majoritária em 1975, e continuou a apresentar acréscimos substanciais, em sua área colhida, durante o qüinqüênio. Os acréscimos da produção estão mais relacionados à ampliação da área colhida do que mesmo ao emprego de fertilizantes e técnicas modernas. As demais lavouras — arroz, milho e feijão — embora tenham aumentado as suas áreas colhidas, são pouco significativas, uma vez que o seu somatório mantém-se inferior à área da mandioca. A Microrregião Alto Juruá que detinha, em 1975, mais de 3/4 de área cultivada com arroz e milho, perdeu durante o qüinqüênio esta elevada participação em conseqüência da expansão observada nas demais microrregiões, notadamente na Micro Purus. Apesar desta redução espacial, ela apresentou as maiores áreas cultivadas no oeste do Amazonas.

As lavouras comerciais da juta e da malva desenvolveram-se com expressão espacial nas Microrregiões Solimões-Jupurá e Purus. A melhor cotação no mercado e a presença de várzeas mais desenvolvidas concorreram para a expansão destas culturas, sendo que houve uma preferência pela malva, em detrimento da juta.

A pouca expressividade das lavouras alimentares é compreendida porque a agricultura, nesta área em exame, sempre foi uma atividade subsidiária do extrativismo, principalmente da borracha, castanha e madeira. De fato, o valor gerado pela atividade extrativa era de 54,89% do valor da produção extrativa e agropecuária, em 1975. Assim, o extrativismo ainda se mantém, neste trecho da Amazônia, como a atividade de maior expressão econômica.

3 — A ATUAL FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA FRONTEIRA

Na análise sobre a evolução do setor agropecuário da Região Norte, na década de 70, se configuraram grandes transformações, em especial no que se refere à incorporação de espaços à área dos estabelecimentos. A forma e a velocidade como se deu essa incorporação de terras esteve referendada pela política econômica governamental, orientada de modo a propiciar a expansão agropecuária apoiada na empresa privada e nos investimentos nacionais e estrangeiros. Praticamente, iniciou-se a formação de um setor rural com o predomínio das atividades agropecuárias mercantis que passaram a se sobrepor às atividades de subsistência. Manteve-se, simultaneamente, o setor extrativo, ampliando-se as opções

dos produtos explorados, criando-se empresas, notadamente voltadas para a exploração da madeira, e de minérios.

Sucedeu-se, desta forma uma intensa incorporação de terras a áreas dos estabelecimentos nem sempre absorvidas de modo produtivo. Recriou-se, de um lado, o latifúndio extrativista, agropecuário e agroindustrial sob nova modalidade, em função da qual a terra se transformou em propriedade privada, em mercadoria e passou a ser também utilizada como reserva de valor para futuras atividades econômicas ou especulações. De outro lado, desenvolveu-se a pequena propriedade, em menor proporção, através dos projetos de colonização dirigida, oficial e particular, além da ocupação espontânea. Tornou-se premente, para a instalação de grandes e médios projetos agropecuários, não só a privatização das terras devolutas, tribais e ocupadas mas a própria concentração da propriedade da terra. Estes dois aspectos significaram a expropriação dos pequenos produtores diretos, uma vez que estes, em face das exigências burocráticas e do preço elevado da terra, viam-se impedidos de realizar a legalização da sua posse devido à sua precária situação financeira. Diante desses impedimentos, desencadearam-se lutas pela posse da terra que assumiram, na maior parte das vezes, um caráter violento e sem perspectivas de soluções a curto prazo. Assim, de forma drástica ou não, estes produtores ao perderem o controle da sua posse, até então estabelecida, se transformam em assalariados, rurais ou urbanos, ou em alguns casos, conseguem atingir áreas mais distantes não dotadas de infra-estrutura de transporte e de apoio técnico-financeiro, mais voltadas ao extrativismo e, ainda, não atrativas aos empreendimentos agropecuários.

Assim, a política econômica do Governo, ao acabar conduzindo à concentração fundiária, mudou a dinâmica do processo de ocupação espontânea que, até então, se dava na Amazônia com a exploração de áreas devolutas por pequenos produtores sem terra, cuja forma de trabalho se centrava na unidade familiar e que haviam migrado de áreas-problema, em especial do Nordeste. Não resta dúvida de que o Governo também incentivou o assentamento de pequenos produtores, através da colonização oficial ou particular, porém não em intensidade suficiente para reduzir os problemas fundiários não só de outras regiões como os que passaram a surgir na Amazônia com a instalação dos latifúndios e/ou grandes empresas agropecuárias.

Esta situação tornou-se mais crítica ao se considerar a própria natureza da nova ocupação da Amazônia, que colocada tanto na implantação dos grandes projetos agropecuários, que visavam a modernização da agricultura, quanto na ocupação especulativa da terra, transformando-a em reserva de valor, veio contribuir para a redução da capacidade do setor agrícola de gerar empregos que conduz, conseqüentemente, à expulsão da população do campo.

A Amazônia é, assim, transformada em uma fronteira de desenvolvimento do capitalismo no instante em que a sua economia é impulsionada para articular-se com aquelas do Centro-Sul do País e do exterior.

O crescimento da agricultura, avaliado através do emprego da mecanização e de incorporação de novos espaços, mostrou diferenças espaciais acentuando os contrastes intra-regionais. As áreas onde o cresci-

mento se deu pela modernização [7] do processo produtivo coincidiram com aquelas onde se verificou maior implementação dos projetos agropecuários. Três quartos das microrregiões foram afetados em maior ou menor intensidade por uma destas formas de crescimento.

A ausência do crescimento significativo da agricultura, com uma fraca integração ao espaço econômico, ocorreu em sete microrregiões (Mapa 9) sendo que as do Estado do Amazonas, vinculadas ao extrativismo, apresentaram pouco ou mesmo nenhuma incorporação de terras às áreas de seus estabelecimentos e mantiveram-se com uma produção agrícola pouco significativa em 1980. A produção das lavouras, voltada à subsistência, estava calcada na mandioca e o efetivo de bovinos, de raça cabocla, apresentava baixo crescimento.

Nas microrregiões amapaenses assistiu-se, também, à ausência de um crescimento significativo, mas seu espaço rural vem sendo gradativamente reestruturado em torno da criação de bufalinos. A estas Microrregiões acrescenta-se a Tapajós que se constituiu em um enclave entre áreas de crescimento horizontal e modernizado da agricultura. A localização em relação aos eixos viários contribuiu, sobremaneira, para que este conjunto de Microrregiões tivesse pouca participação tanto em termos de efetivo de bovinos, quanto na produção das lavouras, as quais permaneceram voltadas à subsistência, com base na produção de mandioca.

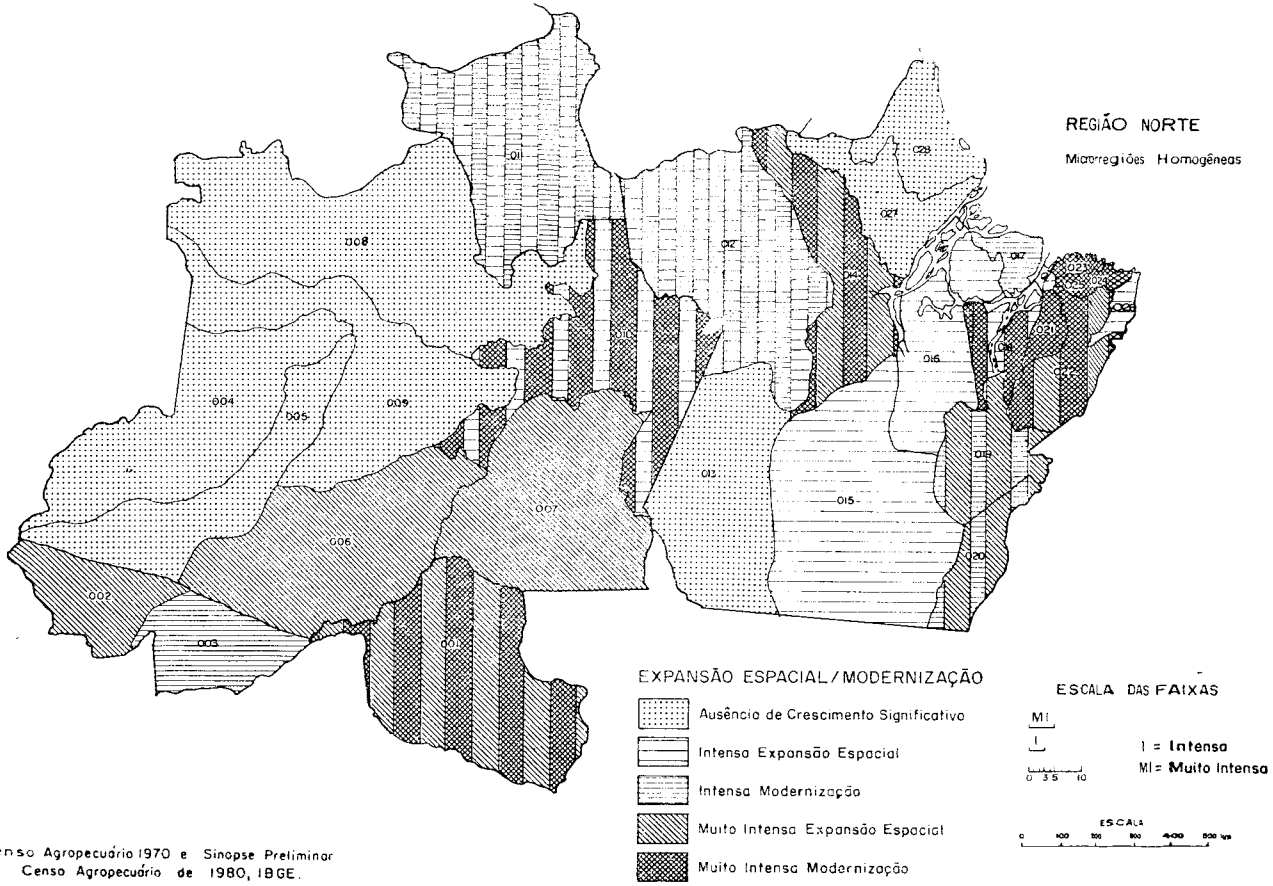
Este conjunto de Microrregiões, por ocasião da formulação do POLOAMAZÔNIA —, foi preliminarmente selecionado para a instalação de pólos de crescimento — Japurá-Solimões, Tapajós e Amapá — que, sob a supervisão da SUDAM, deveria ter um desenvolvimento integrado das potencialidades agropecuárias, agrominerais, florestais e minerais abrindo, desta forma, novas frentes de mercado externo. Entretanto, os efeitos sobre o crescimento da área ainda não puderam ser aquilatados devido ao reduzido número de projetos até então implantados, condicionando a frágil integração destas microrregiões à economia nacional.

O intenso crescimento observado nas 21 microrregiões, pela modernização e/ou expansão horizontal da agricultura, é o reflexo da convergência acentuada de recursos financeiros e creditícios que promoveram a expansão da área dos estabelecimentos agropecuários e a ampliação do número de tratores tanto em áreas de ocupação humana tradicional, quanto em áreas recém-desbravadas, em um processo de expansão do capitalismo.

A vinculação dessa recente expansão com o caráter subsidiado da agricultura, via implantação de projetos agropecuários, é sentida quando se verifica que há um paralelismo entre as microrregiões de maior número de projetos agropecuários (Mapa 10) implantados durante a década, e aquelas que apresentaram formas muito intensas de crescimento modernizado e/ou horizontal da agricultura. De fato, estas mi-

7 A incorporação de espaços superou a intensidade da modernização nas Microrregiões Araguaia e Marabá, a situação inversa se verificou nas Micro Médio Amazonas e Baixo Tocantins; enquanto o crescimento mais equilibrado (modernização e incorporação de espaços) se registrou de forma muito intensa nas Microrregiões Rondônia, Guajarina e Baixo Amazonas e de forma intensa nas Médio Amazonas Paraense e Roraima. Tendo em vista a limitação dos dados preliminares da Sinopse do Censo Agropecuário de 1980 que fornece apenas um dos indicadores do processo de modernização — o trator — este foi aqui interpretado como o elemento definidor da modernização da agricultura da Região Norte. Não define, portanto, este indicador, a modernização em seu sentido mais amplo.

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA - 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

crorregiões concentraram-se na Amazônia Oriental, especialmente no Estado do Pará, incluindo aquelas próximas aos eixos rodoviários como também ao longo do vale do rio Amazonas, estendendo-se até o Território de Roraima e no sudoeste amazônico, nos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas.

O crescimento da agricultura via incorporação de espaços se fez com diferentes graus de intensidade (Mapa 9). Identificou-se, inicialmente, Microrregiões de crescimento muito intenso da área dos estabelecimentos — Atlo Juruá, Purus e Madeira — com acréscimos superiores a 1.000.000 de hectares, os quais não foram suficientes para elevar de maneira significativa o grau de ocupação de seus territórios. Em função desses acréscimos, ocorreu um estímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias em detrimento do extrativismo, sendo que entre as lavouras, o segmento das temporárias foi o que mais se evidenciou durante a década. É de se supor que parte do crescimento esteja relacionada a lavouras precursoras de formação de pastos, pois a pecuária também foi incentivada, tendo o efetivo de bovinos quase triplicado nesse espaço de tempo. Entretanto, os excedentes gerados no setor são dificilmente colocados no circuito de comercialização em face da incipiente infra-estrutura de transporte e de armazenagem, predominantes na área.

Destacam-se, ainda, no contexto do crescimento horizontal da agricultura, Microrregiões de intensa expansão espacial — Xingu, Purus, Viseu e Belém — que se distinguiram do conjunto anterior tanto pelo maior grau de ocupação de suas terras, quanto pela maior participação das lavouras na área dos estabelecimentos e do maior efetivo de bovinos. A lavoura do arroz surgiu como a de maior importância espacial, seguida pelas do milho e da mandioca e assumiu o aspecto de monocultura na Microrregião Xingu. A expansão desta lavoura se prendeu, tanto ao seu papel como cultura predecessora da formação de pastos como ao de lavoura comercial, quando vinculada a projetos implantados. A melhoria das condições de acessibilidade verificada em algumas localidades permitiu agilizar a colocação das safras agrícolas no circuito de comercialização e concorreu para que as lavouras como as da mandioca, milho, juta e banana fossem gradualmente substituídas pela do arroz. Assim, embora a cultura do arroz ainda se mantenha como de subsistência, em algumas áreas, a tendência na década foi a de torná-la lavoura voltada para o mercado. Dentro do contexto da concorrência, o arroz, contudo, perdeu espaço para a malva que desponta como a principal lavoura comercial na Microrregião Viseu. De fato, o seu melhor nível de acessibilidade contribuiu para a penetração da lavoura comercial e conduziu a um maior estreitamento das relações com os mercados externos.

Por outro lado, a Microrregião Xingu destacou-se entre aquelas de crescimento da agricultura via incorporação de espaços, devido à sua contigüidade com as mais dinâmicas, o que favoreceu para que nela se concentrasse maior número de projetos de natureza pecuária. Conseqüentemente, ocorreu uma melhoria na qualidade do seu rebanho.

Assim, vale considerar que apesar de as atividades agropecuárias terem alcançado um certo destaque, elas absorveram parcelas pouco significativas das áreas dos estabelecimentos. Com isto, o processo de incorporação de terras, em face dos volumosos acréscimos das áreas dos estabelecimentos, vinculou-se mais à especulação fundiária do que aos

usos produtivos do solo. Isto contribuiu para que as microrregiões de muito intensa e intensa incorporação de terras se caracterizassem como áreas de fronteira de ocupação especulativa, com um crescimento horizontal da agricultura.

As Microrregiões que apresentaram intensa modernização de agricultura localizaram-se na parte nordeste do Estado do Pará — Salgado, Bragantina, Tomé-Açu e Campos de Marajó —, às quais se acrescenta a Alto Purus, no Estado do Acre. Estas Microrregiões caracterizaram-se pela maior dotação em termos de infra-estrutura viária, estabelecendo ligações diretas aos centros regionais o que facilitou, não só a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, como também o escoamento da produção agrícola, ensejando o desenvolvimento de lavouras voltadas para os mercados locais já consolidados e para a exportação. A área total dos estabelecimentos agropecuários expandiu-se de forma a colocar estas microrregiões com os mais elevados graus de ocupação indicando, desta forma, que o processo de incorporação de terras encontrava-se em fase mais avançada. No que se refere aos usos produtivos estes tenderam a ampliar-se no interior dos estabelecimentos em face da implantação de projetos agropecuários, pecuários, de lavouras e mesmo agroindustriais (Mapa 10), concorrendo para acentuar a agricultura comercial e diversificar as atividades agrárias.

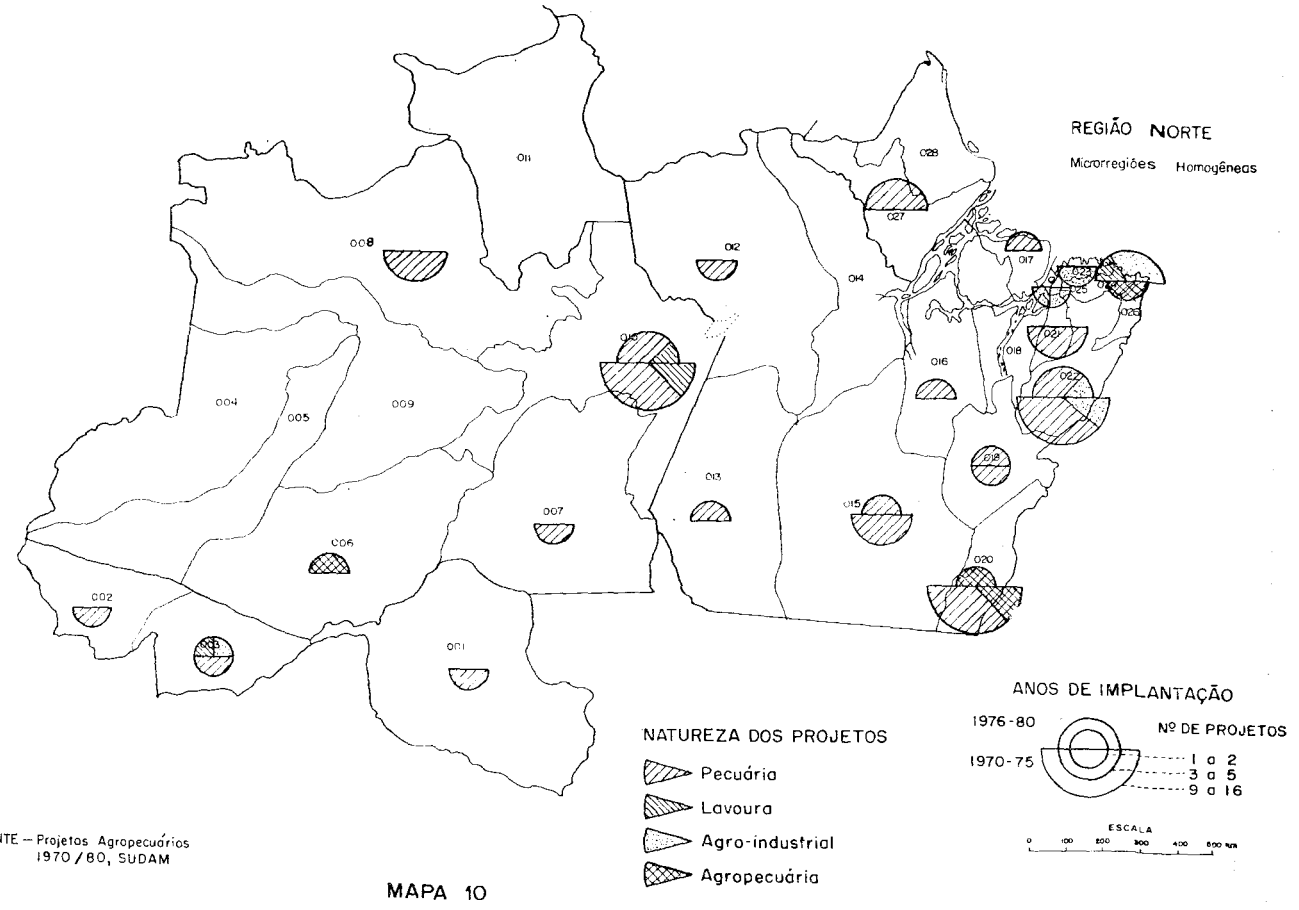
Assim, essa nova fase da agricultura se caracterizou pelo uso de máquinas e insumos modernos, viabilizada pela política de crédito rural, pois esta exigia, para a liberação de empréstimos, que uma parcela dos recursos fosse destinada à aquisição de tais insumos. A mecanização surge como um dos aspectos de modernização mais significativos na Amazônia, sendo a Microrregião Tomé-Açu a que apresentou o grau mais elevado de mecanização, com um trator servindo a seis estabelecimentos.

Além destas microrregiões de intensa modernização identificam-se as que se caracterizaram pelo crescimento combinado da agricultura, aliando a incorporação de terras à modernização do processo produtivo, o que permitiu identificar diferenciações espaciais segundo a magnitude de uma ou de ambas as formas de crescimento (Mapa 9).

O crescimento da agricultura através da modernização, neste conjunto de microrregiões, também esteve estreitamente relacionado à implantação dos projetos, que foi mais numerosa no primeiro qüinqüênio. Esta concentração temporal permitiu que o resultado destas implantações já se fizesse notar, no final do decênio, com as atividades desenvolvidas de modo a caracterizar este conjunto de microrregiões, como sendo as áreas de fronteira mais voltadas à produção agropecuária para atender à demanda dos mercados regionais e extra-regionais.

Assim, o modelo de crescimento da agricultura, baseado na modernização de caráter subsidiado e no estímulo às exportações, veio determinar que a Amazônia, região de baixos índices demográficos e com razoável potencial agropecuário, tenha direcionado o seu desenvolvimento de maneira a absorver reduzida parcela de população rural. De fato, a própria natureza da implantação de alguns projetos agropecuários que visavam, de um lado, a modernização da agricultura e, de outro, a ocupação especulativa da terra transformando-a em reserva de valor, concorreu para diminuir a capacidade de gerar novos empregos no setor agropecuário.

PROJETOS AGROPECUÁRIOS IMPLANTADOS PELA SUDAM - 1970 - 1980



FONTE – Projetos Agropecuários 1970/80, SUDAM

MAPA 10

Diante disto, a Amazônia vem perdendo, de forma prematura, a função que lhe tem sido imputada de válvula de escape das tensões sociais de outras regiões brasileiras, a partir do momento em que o crescimento do setor agropecuário, calcado em um modelo pouco absorvedor de mão-de-obra, reduz a sua capacidade de fixar a população no campo.

RESUMO

A Amazônia, tradicionalmente uma região de extrativismo, passou a ter, ao longo dos anos 70, redefinido o seu papel na organização especial do País. Esta nova ótica alicerçava-se em uma política governamental que objetivava integrar a Amazônia ao sistema econômico brasileiro. A execução desses novos objetivos só se viabilizou mediante a implantação de um sistema hidro-rodoviário — construção de grandes eixos viários: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, interligados à navegação fluvial — associado aos estímulos financeiros, determinados pelas políticas de crédito e de incentivos fiscais que, em conjunto, tornaram a Região atrativa a investidores particulares, tanto provenientes de outras áreas do País quanto do exterior.

O fato de a Região nas duas últimas décadas, ter se constituído em área de interesse governamental contribuiu para romper com a visão da Amazônia extrativista e colocá-la como uma alternativa de fronteira agrícola, determinando uma nova feição aos fluxos migratórios, os quais eram, anteriormente, associados à produção extrativista, base da ocupação econômico-demográfica da Região.

Neste contexto, a partir da década de 70 grandes transformações ocorreram na Região. Assistiu-se, assim, a um grande aumento da área dos estabelecimentos rurais, nem sempre acompanhado pela correspondente ampliação das terras produtivas. Recriou-se, de um lado, o latifúndio extrativista, agropecuário e agroindustrial sob nova modalidade, em função da qual a terra se transformou em propriedade privada, em mercadoria e passou a ser também utilizada como reserva de valor para futuras atividades econômicas ou especulações. De outro lado, desenvolveu-se a pequena propriedade, em menor proporção através dos projetos de colonização dirigida, oficial e particular, além da ocupação espontânea. Tornou-se premente, para a instalação de grandes e médios projetos agropecuários, não só, a privatização das terras devolutas, tribais e ocupadas mas a própria concentração da propriedade da terra. A ocupação e/ou apropriação de grandes extensões de terras exploradas ou não, repeliram as pequenas, verificando-se neste processo, um acirrado conflito em torno da posse da terra, culminando na própria expulsão ou subordinação de pequenos produtores — posseiros, arrendatários, ocupantes — e dos indígenas. Dessa forma, a nova ocupação do território Amazônico, viabilizada pelo Estado, vem se processando com profundas contradições econômicas e sociais.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO NORDESTE NA DÉCADA DE 70

Marília de Saldanha da G. L. Chmatalik *
Maristella de Azevedo Brito *
Tereza Maria Ramos de Oliveira *

SUMÁRIO

1 — Introdução
2 — Caracterização do espaço agrário do Nordeste
3 — Transformações da agricultura nordestina durante a década de 70
4 — Conclusão
5 — Anexos

1 — INTRODUÇÃO

A evolução da agricultura brasileira, na década de 70, foi profundamente influenciada pelas medidas de política governamental adotadas a partir de 1964 e voltadas para a capitalização do setor primário da economia. Assim, durante a segunda metade da década de 60 e, sobretudo nos anos 70, verificou-se a progressiva inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista. Nesse modelo, cumpria à agricultura o papel de contribuir com divisas para a expansão industrial e de fornecer alimentos de baixo custo às populações urbanas.

* Marília de Saldanha da G. L. Chmatalik, Analista Especializado em Economia; Maristella de Azevedo Brito em Geografia e Tereza Maria Ramos de Oliveira em Sociologia, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Elcy Teixeira de Assis e Silva, Iaci Leandro Ferreira e Roberto Silvestre Oliveira e Silva pela colaboração prestada a este trabalho.

Em conseqüência desse novo papel reservado à agricultura, verificou-se um processo de reestruturação do espaço agrário brasileiro, que atingiu de diferentes formas as diversas Regiões do País, dadas as especificidades das mesmas em termos de dotação de recursos naturais, formação histórico-econômica e articulação com as demais Regiões.

Dessa forma, nas Regiões Sudeste e Sul, foram os aspectos referentes à modernização da agricultura que assumiram maior destaque e progrediram associados à expansão de certas lavouras de caráter comercial, entre as quais talvez se possa destacar a da soja, pela sua ampla difusão espacial. Enquanto isso, nas Regiões Centro-Oeste e Norte, as transformações de maior impacto se relacionaram à expansão da fronteira agrícola, em cuja vanguarda se desenvolvia a pequena produção de alimentos, a qual contribuía, através de seus excedentes, para o abastecimento urbano do País; e em cuja retaguarda avançava sobretudo a pecuária bovina, praticada em estabelecimentos de grandes dimensões.

A Região Nordeste, embora não tenha participado com a mesma intensidade dos processos de modernização e de expansão horizontal da agricultura [1], revelou transformações significativas no período em questão. Acredita-se que o sentido dessas transformações possa ser mais adequadamente compreendido através de um breve retrospecto de alguns momentos da história econômica do País, quando ocorreram redefinições do papel do Nordeste no contexto nacional.

Um desses momentos importantes correspondeu à revolução de 1930, que marcou uma nova etapa na economia brasileira, "na qual se verificou, de um lado, a destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário — exportadoras e, de outro lado, a criação de condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno" [2].

As medidas político-institucionais adotadas após a revolução e, também, a construção de estradas que começaram a cortar o Território Nacional, tornaram viável a circulação de mercadorias em escala nacional.

Essa circulação mais ampla de mercadorias vinha-se tornando um requisito da expansão industrial do Sudeste, concentrada sobretudo em São Paulo. A partir do momento em que a região do café se transformou na região da indústria, ocorreu uma redivisão regional do trabalho em todo o País. Essa redivisão tornou o Nordeste e o Sul mais exportadores regionais de produtos agrícolas e importadores de produtos industrializados do Sudeste. É bastante conhecido o fato de que dentro desse novo sistema, ocorreu uma deterioração nos termos de troca inter-regionais, em detrimento do Nordeste e do Sul [3].

No caso do Nordeste, estabeleceu-se o chamado mecanismo de triangulação nas trocas de mercadorias, envolvendo Nordeste-Exterior — Centro-Sul — Nordeste, o qual "deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando, ainda mais, a reprodução do capital na região nordestina" [4]. A hegemonia do Sudeste

1 Tal Como se pode constatar através do mapa referente às Formas de Crescimento da Agricultura, que figura no Capítulo 1 desta publicação.

2 OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira;* crítica à razão dualista. São Paulo, Brasiliense, 1975. (Seleções CEBRAP, 1).

3 OLIVEIRA, Francisco de ; REICHSTUL, Henri Philippe. *Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil.* São Paulo, Brasileira de Ciências, 1973. (Estudos CEBRAP, 4).

4 OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit.

começou a se caracterizar à medida que se intensificavam as trocas de mercadorias e o Nordeste era invadido por mercadorias produzidas no Sudeste; diante da dificuldade de competição com as indústrias do Sudeste, começou a ocorrer uma drenagem progressiva dos capitais que se haviam formado no Nordeste. Por outro lado, esta Região assumiu o papel de fornecedor de mão-de-obra para a expansão econômica que se verificava na Região Sudeste, contribuindo fortemente para a formação do "exército industrial de reserva", que se acumulava nas cidades.

Duante a década de 50 e, particularmente, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, verificou-se um agravamento da situação econômica do Nordeste, à medida que prosseguiam a industrialização e o processo de concentração de capitais, no Sudeste. Tornava-se progressivamente mais difícil a sustentação dos setores tradicionais da economia nordestina.

Tal situação contribuiu para uma mobilização crescente das forças populares no Nordeste, envolvendo trabalhadores urbanos e, também, grupos camponeses e semi-camponeses. Os problemas econômicos que se acumulavam, bem como os problemas sociais a eles relacionados tornaram-se objeto de uma longa série de debates, que se travavam a nível técnico, administrativo e político e nos quais predominava a análise da questão sob o enfoque dos desequilíbrios regionais.

Tais debates culminaram com a criação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), que cuidaria de disciplinar e dar continuidade à ação estatal no Nordeste. Esta ação estatal vinha se realizando, até então, através de orgãos setoriais, sendo alguns dos mais antigos voltados especificamente para o problema das secas e caracterizando-se pelo cunho assistencialista. Assim, haviam surgido o IFOCS (1909), DNOCS (1936), o IAA (1933), a CHESF (1945), a CVSF (1948), o BNB (1952) [5]. Já em 1959, foi criada a SUDENE, não mais com caráter assistencialista ou voltada para problemas setoriais, mas sim, propondo-se a promover o desenvolvimento da economia nordestina vinculada ao desenvolvimento global da economia brasileira.

A estratégia proposta pela SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste foi norteada pelo diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que considerava como principal problema econômico do Brasil o da disparidade regional de ritmos de crescimento.

Uma apresentação esquemática da proposta do GTDN foi feita num documento denominado "Bases da Política de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil e Plano Qüinqüenal da SUDENE". Nesse documento foi salientada, particularmente, a importância que deveria caber ao setor industrial no desenvolvimento da Região e foram colocadas as seguintes proposições referentes ao setor agrícola:

— "Transformação da estrutura agrária da zona úmida litorânea, visando à utilização mais intensiva das terras, para aumentar a produtividade da economia açucareira e permitir a criação de unidades familiares especializadas na produção de alimentos.

5 Tais siglas correspondem, respectivamente, à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas, ao Instituto do Açúcar e do Álcool, à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, à Comissão do Vale do São Francisco e ao Banco do Nordeste do Brasil.

— Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas, no sentido de elevar sua produtividade e de torná-las mais adaptadas às condições ecológicas.

— Deslocamento da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da Região as terras úmidas do Sul da Bahia e do Maranhão, abrindo, por intermédio deste último, as portas de acesso às terras da Amazônia".

Dentre as proposições do GTDN, entretanto, a que conduziu a transformações de maior significado para a economia nordestina foi aquela que se referia ao desenvolvimento do setor industrial da Região. No sentido de viabilizar esse desenvolvimento foi acionado um poderoso instrumento, representado pelo mecanismo 34/18, que se destinava a incentivar os investimentos no setor industrial. Tal mecanismo, que concedia a todas as pessoas jurídicas do País a possibilidade de deduzir até 50% de seu Imposto de Renda (IR), desde que tais recursos fossem aplicados no Nordeste, provocou um surto de inversões em empreendimentos industriais, na Região, durante a década de 60.

A instituição desse mecanismo ocorreu numa época em que a expansão capitalista no Sudeste já atingira uma fase em que se haviam implantado ramos industriais que requeriam uma concentração de capitais — necessidade esta que conduziu a esforços governamentais voltados para a manutenção ou elevação da taxa de lucro dos setores mais capitalizados da economia. Os resultados desses esforços se fizeram sentir inicialmente no Sudeste, estendendo-se, posteriormente, ao Nordeste. Assim, "o mecanismo 34/18, como processo de redivisão do trabalho entre a indústria do Sudeste e do Nordeste, obedece à razão fundamental de manter elevada a remuneração do capital no País, penetrando um espaço periférico, que é aquele que, por ser virgem de práticas monopolísticas, oferece maiores oportunidades de elevar a remuneração do capital" [6].

As indústrias que se estabeleceram no Nordeste após a instituição do mecanismo 34/18, freqüentemente eram sucursais de empresas com sede no Sudeste. As novas indústrias se caracterizavam pela elevada concentração da propriedade e, também, pela grande concentração espacial, uma vez que a maioria delas se localizava em Recife e em Salvador; caracterizavam-se, ainda, pelo peso das indústrias químicas, ao contrário do que ocorria no parque industrial tradicional, em que predominavam as indústrias têxteis e alimentares. Verificou-se um descompromisso entre a nova industrialização e as reformas estruturais previstas pela SUDENE e, uma vez que não foram realizadas tais reformas estruturais, o surto industriais ficou condenado ao "isolamento" [7].

Enquanto a indústria tradicional do Nordeste se encontrava estreitamente vinculada à agricultura, o mesmo não ocorria com a nova indústria nordestina. Esta não estabeleceu ligações com as atividades primárias tradicionais da Região. Assim, a agricultura continuou relacionada às antigas indústrias, que se defrontavam com uma crise crônica.

6 OLIVEIRA, Francisco de; REICHSTUL, Henri Philippe. Op. cit.

7 CASTRO, Antonio Barros de. O desenvolvimento recente do Nordeste. In: SETE ensaios sobre a economia brasileira. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1972, v. 2.

No que se refere ao setor agrícola da economia, as propostas do GTDN, que foram anteriormente enumeradas, pouco se alteraram, nas duas décadas que se seguiram à criação da SUDENE. Uma das principais diferenças de ênfase, segundo Otávio Velho [8], seria a atribuição de maior destaque à expansão da fronteira.

Tais proposições do GTDN, entretanto, não eram diretamente executáveis. Havia que detalhar as ações a serem desenvolvidas, estabelecer prioridades, fixar montantes de recursos a serem aplicados; com esse intuito, uma série de programas foi instituido após a criação da SUDENE. A execução das medidas previstas nesses programas, freqüentemente foi atribuída, pelo menos em parte, a órgãos preexistentes tais como o DNOCS e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Tornaram-se mais generalizados, por outro lado, os repasses de recursos entre os diferentes órgãos atuantes na Região. Dessa forma, são bastante complexos e intrincados os mecanismos de ação estatal no Nordeste.

Embora sem buscar detalhar essa ação governamental, cabe, aqui, ressaltar alguns aspectos dos programas de maior abrangência implantados durante a década de 70 e voltados para o setor agrícola da região: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (o PROTERRA), o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo.

O PROTERRA foi instituído em 1971. Sua área de atuação, no que se refere à redistribuição de terras foi bastante limitada, atingindo apenas alguns trechos do Ceará, bem como dos Agrestes paraibano e pernambucano.

Gradativamente, deixou de se caracterizar como um programa, propriamente, aparecendo, entretanto, como financiador de outros programas. Assim, o financiamento concedido através do PROTERRA passou a se constituir num dos principais mecanismos de política creditícia na Região Nordeste, durante a década de 70.

O crédito distribuído por esse programa está voltado sobretudo para os instrumentos de capital e insumos modernos, isto é, para fatores estreitamente relacionados à expansão e modernização do setor agrícola mais capitalizado [9]. Esse tipo de financiamento tem-se associado a uma grande expansão da pecuária de corte e leiteira, na Região.

O POLONORDESTE foi criado em 1974, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização da economia em áreas consideradas prioritárias, pelo potencial de que dispõem; caracterizava-se por uma abordagem integrada do desenvolvimento rural.

O programa não visava a modificações na posse da terra, direcionando sua atuação para itens como: estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, pesquisa e experimentação, crédito rural orientado e extensão rural.

Entretanto, apenas uma pequena parte dos recursos foi alocada aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), que correspondiam à filosofia básica do POLONORDESTE, na época de sua implantação. Como uma série de outros programas, passou a funcionar, em parte, como repassador de recursos.

---

8 VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel., 1979.

9 SAMPAIO, Yoni; IRMÃO, José Ferreira; GOMES, Gustavo Maia. *Política agrícola do Nordeste;* intenções e resultados. Brasília, BINAGRI, 1979.

O Projeto Sertanejo foi instituído em 1976, visando a tornar mais resistentes ao efeito das secas os trechos do interior do Nordeste caracterizados pela semi-aridez mais acentuada; sua área de atuação ficaria limitada pela isoieta de 800 milímetros anuais.

Um aspecto que distinguiu o Sertanejo dos outros programas foi a constituição de equipes especiais para elaboração de projetos e assistência técnica. A execução dos projetos coube ao DNOCS, nos seus perímetros de irrigação, e aos governos dos Estados, com a colaboração da CODEVASF, nos demais núcleos.

No que diz respeito à seleção de locais para implantação desses núcleos, ocorreram muitas inconsistências, que podem ser, geralmente, atribuídas ao caráter político da seleção desses locais.

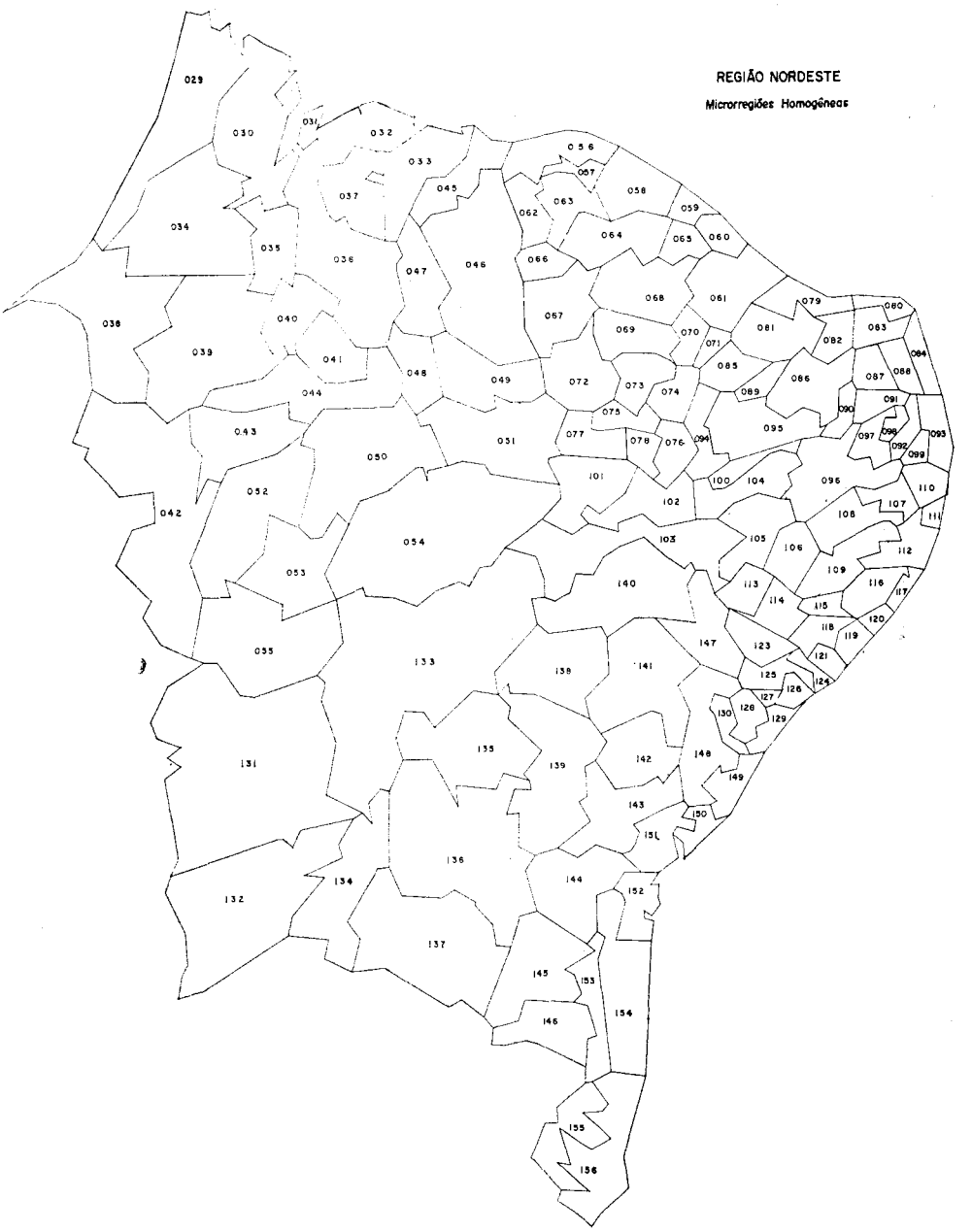
Os objetivos do PROTERRA, do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo, em suas grandes linhas, achavam-se dentro do espírito do GTDN. O primeiro voltava-se para os problemas de produtividade e estrutura fundiária, na zona próxima ao litoral, tal como sugeria a primeira das proposições do referido Grupo, para o setor Agrícola. O POLONORDESTE, embora não mencionando claramente, entre seus objetivos gerais, a incorporação de novos espaços à economia da Região, deixava implícita essa idéia, na medida em que se voltava para áreas com maior potencial de desenvolvimento, algumas das quais correspondem a áreas em direção às quais se expandiria a fronteira agrícola. Finalmente, o Projeto Sertanejo apresentava objetivos que se relacionavam, de maneira bastante direta, à segunda proposição do GTDN, que se referia às transformações na economia das zonas semi-áridas.

As distorções que se verificaram entre as intenções e os resultados desses programas já foram abordadas em outros estudos que focalizaram as políticas para o Nordeste [10], não se constituindo no objetivo deste trabalho avaliar tais políticas. Achou-se importante, porém, fazer uma caracterização sintética dos referidos programas, com o intuito de fornecer elementos para a análise das transformações que se verificaram na agricultura nordestina, no decorrer da década de 70 — as quais se constituem no objeto deste estudo.

Essas transformações serão abordadas, basicamente, através da análise de dados censitários, mapeados a nível de microrregiões homogêneas (Mapa 1) [11], no sentido de caracterizar o espaço agrário do Nordeste no período de 1970-80; para isso, serão analisados, sobretudo mapas referentes a 1980. Na terceira parte do texto, serão abordados aspectos que concernem à mecanização da agricultura, à ampliação do espaço agrário e à evolução do rebanho bovino — em relação aos quais se verificaram transformações importantes durante a década; para tanto, serão utilizados, basicamente, mapas que expressam variações observadas no período em questão. Finalmente no último item do trabalho, serão esboçadas algumas conclusões extraídas da análise das informações disponíveis, procurando-se estabelecer relações entre as transformações que se verificaram na agricultura e as medidas de política governamental atuantes no Nordeste.

10 Entre eles se encontra um trabalho já mencionado: SAMPAIO, Yoni; IRMÃO, José Ferreira; GOMES, Gustavo Maia. Op. cit.

11 A respeito da metodologia adotada, ver Anexo 1.



MAPA 1

2 — CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO NORDESTE

Com o objetivo de caracterizar o espaço agrário do Nordeste, na década de 70, procedeu-se à análise de alguns aspectos da agricultura regional, para os quais se dispunha de dados relativos a 1970, 1975 e 1980. Através do mapeamento dos dados referentes a esses três anos, verificou-se que não ocorreram grandes transformações nos padrões de distribuição espacial dos aspectos em questão, o que levou à decisão de centrar os comentários que serão feitos neste capítulo do trabalho basicamente nos mapas para 1980. Cabe ressaltar, entretanto, que a referida permanência de padrões não expressa imobilismo; indica, apenas, que o impacto das transformações ocorridas não foi suficiente para alterar substancialmente a distribuição espacial dos aspectos analisados.

Inicialmente, serão abordadas as diferentes atividades de lavoura e de criação, sendo que, antes de se tecerem comentários a respeito da distribuição espacial de cada uma dessas atividades, se buscará fazer referência ao incremento apresentado pelas mesmas no Nordeste, no período de 1970-80, comparado com aquele que se verificou, simultaneamente, a nível nacional.

As lavouras temporárias apresentaram um crescimento bastante significativo no Nordeste, durante a década, tendo a área cultivada com as mesmas passado de 6.344.971 hectares, em 1970, para 9.433.818 hectares, em 1980 — o que representou um aumento de 48,7%, equivalente ao crescimento observado a nível nacional.

A distribuição espacial dessas lavouras pode ser observada através do mapa referente à percentagem da área de lavouras temporárias na área total dos estabelecimentos agropecuários (Mapa 2). Através desse mapa, verifica-se a maior importância das lavouras temporárias em microrregiões localizadas no Agreste, na Zona da Mata e em algumas áreas esparsas pelo interior do Nordeste.

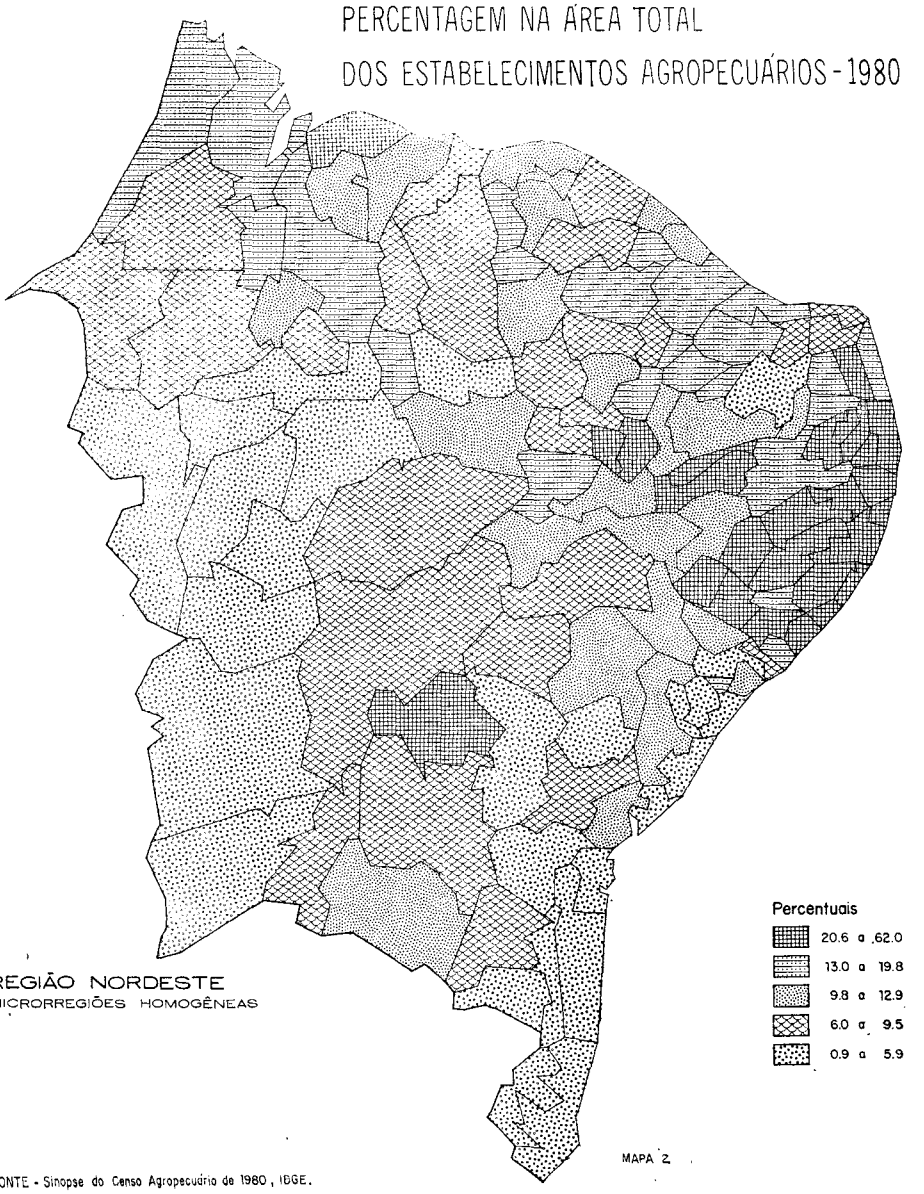
A importância das lavouras temporárias, no Agreste, pode ser atribuída ao fato de que essa porção do território nordestino desempenha o papel de principal área fornecedora de gêneros alimentícios para o numeroso contingente de população que se concentra na faixa litorânea oriental. Constituindo-se numa área de transição entre a zona úmida litorânea e o interior semi-árido, o Agreste apresentava possibilidades de desenvolvimento significativo das lavouras alimentares. Por um lado, caracterizava-se por um clima que não era suficientemente úmido para que se tornasse uma área de domínio da cana-de-açúcar; por outro lado, não apresentava a mesma escassez de chuvas que se verificava no sertão, impedindo a maior difusão das lavouras alimentares. Embora estas sejam as lavouras que assumem maior importância no Agreste, aí aparece, também, a cultura do algodão herbáceo, que é praticada em consórcio com outras lavouras e serve como matéria-prima para o parque industrial nordestino.

Cabe ressaltar que, apesar do papel de destaque assumido pelas lavouras temporárias na faixa agrestina, tem-se verificado, em alguns trechos aí localizados, um processo de pecuarização que estaria afetando a produção de alimentos; tal processo, entretanto, não chegava ainda a ocasionar uma redução significativa da área total de lavouras temporárias, no período de 1970-80, tal como foi possível constatar através dos dados censitários referentes a esse período.

ÁREA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS

PERCENTAGEM NA ÁREA TOTAL

DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 2

FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Já na Zona da Mata, a importância das lavouras temporárias está associada à monocultura da cana-de-açúcar, voltada para o fornecimento de matéria-prima às unidades industriais nela localizadas. A manutenção da lavoura canavieira como atividade importante nessa área foi assegurada pela atuação do IAA que, embora tenha conduzido à absorção de parte das cotas de produção pelas indústrias do Sudeste, permitiu que a atividade açucareira tivesse continuidade na Região Nordeste. Recentemente, a lavoura canavieira vem recebendo estímulos através do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) instituído em 1974, com o objetivo de expandir a produção de álcool no País, viabilizando, dessa forma, a sua utilização crescente como combustível.

Apresentaram, ainda, grande importância das lavouras temporárias, no decorrer de toda a década de 70, as Microrregiões Cariri (78) e Chapada Diamantina Setentrional (135). A primeira delas se constitui numa área de maior umidade, em meio ao sertão, apresentando atividades policultoras bastante dinâmicas, que se beneficiaram com inversão significativa de recursos, através do POLONORDESTE. Já a Chapada Diamantina Setentrional caracteriza-se pela presença de trechos de solos férteis, onde a cultura do feijão surge como componente principal da combinação agrícola; esta lavoura assume especial importância no Município de Irecê, que se constitui no segundo maior produtor de feijão do País.

Além dessas Microrregiões que vem sendo mencionadas e que se mantiveram em posição de destaque quanto à área cultivada com lavouras temporárias, no decorrer de toda a década de 70, figuraram na classe de percentuais mais elevados dessas lavouras, em 1980, algumas unidades onde as mesmas vem apresentando um crescimento significativo. Entre essas unidades, incluem-se algumas microrregiões nas quais a ocorrência de fatores locais, que atenuam a adversidade das condições climáticas dominantes no sertão, permitem maior desenvolvimento da policultura; esse é o caso das Microrregiões Serra do Teixeira (100), Alto Pajeú (104) e Sertão do Cariri (76). Apresentou, também, importância crescente das lavouras temporárias a Baixada Oriental Maranhense (32), onde se verificou a expansão da cultura da mandioca, visando a atender ao consumo da Cidade de São Luís, cuja área abastecedora tradicional vinha sendo afetada pelo processo de pecuarização.

Um processo distinto pôde ser observado nas Microrregiões Pindaré (34) e Médio Mearim (40), situadas na pré-Amazônia Maranhense, e nas quais, embora as lavouras temporárias surgissem com grande destaque em 1970, apresentaram uma diminuição de importância no decorrer da década, de tal forma que, em 1980, não se achavam mais incluídas nas classes correspondentes aos percentuais mais elevados daquelas lavouras. Nessas Microrregiões, a perda de importância das atividades de lavoura, em especial do cultivo do arroz, tem-se verificado em decorrência do processo de pecuarização que nelas vem ocorrendo. Cabe mencionar que, na primeira dessas Microrregiões, têm sido implantados projetos voltados para a pecuária de corte, incentivados pela SUDENE, tendo sido destinada uma soma considerável de recursos no Município de Santa Luzia [12]; já na Microrregião Médio Mearim, vem

12 Em 1979, esse Município obteve a quarta parte do total de recursos destinados ao Estado do Maranhão. A este respeito, ver: GOMES, Gustavo Maia; IRMÃO, José Ferreira; SAMPAIO, Yoni. *Política agrícola no Nordeste.* (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 11) Brasília, Ministério da Agricultura, 1979.

aumentando a importância da produção leiteira, estimulada pela proximidade do mercado consumidor representado pela Cidade de São Luís.

Se as lavouras temporárias tiveram, quando se considera o Nordeste como um todo, um crescimento bastante significativo, durante a década de 70, as lavouras permanentes apresentaram um incremento bem menos expressivo. A área cultivada com estas lavouras, no Noroeste, passou de 3.977.911 hectares, em 1970, para 4.848.503 hectares, em 1980 — o que representou um crescimento de 21,9%, inferior ao crescimento observado para o conjunto do País, que atingiu 31,5%. É interessante observar que esse crescimento, inferior àquele registrado a nível nacional, verificou-se apesar de serem as lavouras permanentes aquelas que, no Nordeste, recebem maiores estímulos governamentais. Ocorre que, sendo os estímulos governamentais dirigidos à agricultura voltados basicamente para os produtos de exportação, e tendo o Nordeste uma participação reduzida na produção exportada, recebe uma pequena percentagem do volume total de recursos destinados à lavoura no País.

Quanto à distribuição das lavouras permanentes no espaço nordestino, verifica-se que apresenta diferenças marcantes em relação à distribuição das lavouras temporárias, o que pode ser constatado através do mapa relativo à percentagem da área de lavouras permanentes na área total dos estabelecimentos agropecuários (Mapa 3). Através deste mapa, verifica-se que as lavouras permanentes se concentram principalmente na parte setentrional do sertão nordestino e em algumas áreas descontínuas, ao longo do litoral da Região.

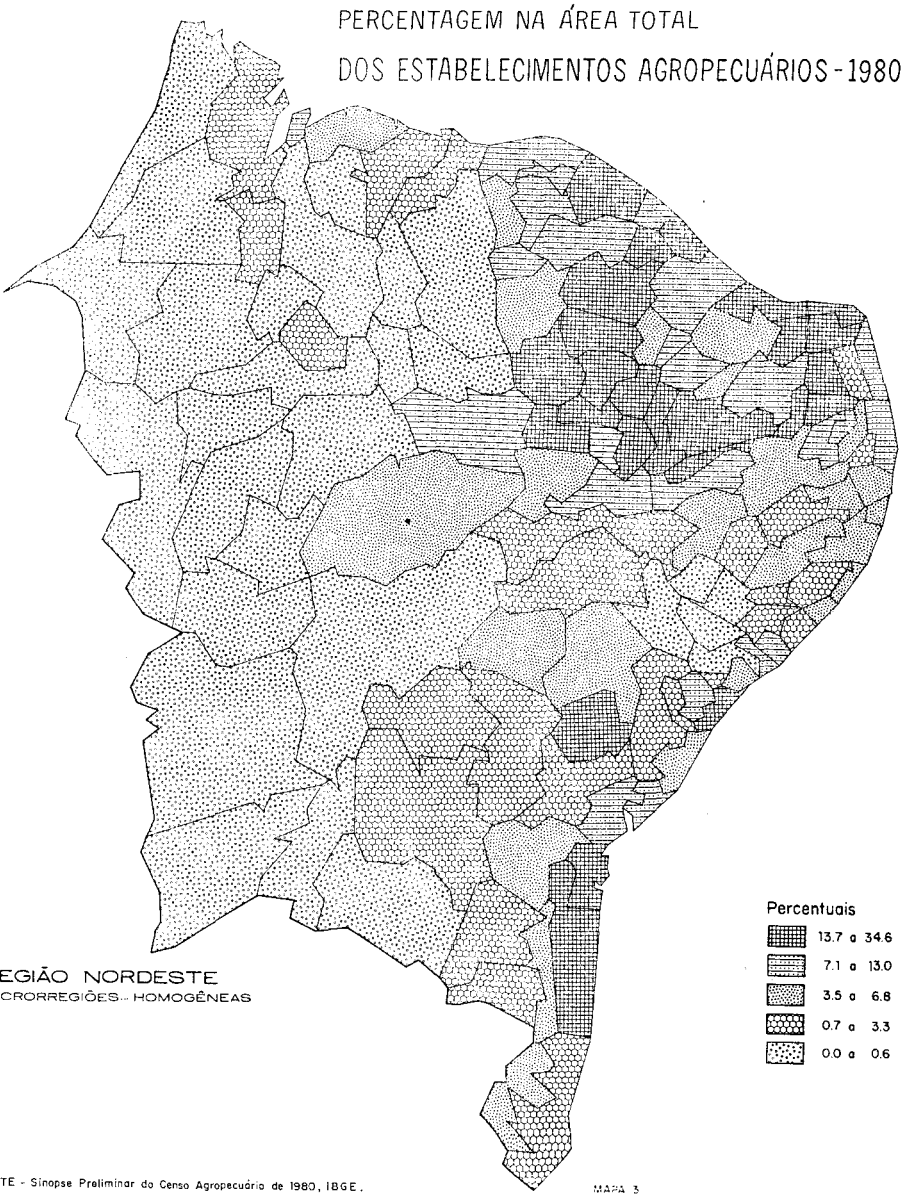
Na extensa área do sertão nordestino onde assumem importância as lavouras permanentes, essa importância pode ser atribuída à presença do algodão arbóreo que aí encontra condições ecológicas propícias ao seu desenvolvimento. A grande extensão da área onde se destaca a cultura algodoeira deve-se ao fato de que essa cultura não utiliza de forma exclusiva o espaço, uma vez que é praticada em consórcio com outras lavouras. De fato, grande parte da produção algodoeira é realizada por parceiros e arrendatários que praticam lavouras alimentares voltadas sobretudo para sua subsistência, consorciadas com a lavoura comercial do algodão. Essas lavouras são desenvolvidas em terras cedidas pelos proprietários pecuaristas, que aproveitam o algodoal como pastagem para o gado, após concluída a colheita. Dado o contexto em que foi introduzida a cultura do algodão no Nordeste, o capital não se apropriou de todas as fases do processo produtivo, penetrando apenas na esfera da comercialização, o que permitiu que o algodão fosse cultivado utilizando relações tradicionais de produção e mantendo a associação gado-lavoura. Estudos recentes, porém, têm demonstrado que, nas maiores propriedades, tem-se verificado uma tendência ao rompimento da associação gado-algodão, dado o interesse dos proprietários em expandirem a atividade criatória.

Uma outra área do Nordeste onde se destacam as lavouras permanentes encontra-se no litoral sul da Bahia, correspondendo às Microrregiões Cacaueira (154) e Tabuleiros de Valença (152), nas quais a cacauicultura é a atividade agrária dominante. Ao contrário do que ocorre com a lavoura algodoeira, que é espacialmente dispersa, a cultura do cacau se acha concentrada numa estreita faixa paralela ao litoral da Bahia, onde é favorecida pelas condições climáticas. Nessa área, verifica-se um alto grau de especialização na cultura cacaueira, o que viabiliza

ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES

PERCENTAGEM NA ÁREA TOTAL

DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 3

a obtenção de um grande volume de produção, numa área restrita. É a produção obtida no sul da Bahia que permite que o Nordeste se constitua na principal Região exportadora de cacau — produto que se constitui em importante fonte de divisas, figurando entre os cinco principais itens da pauta de exportações agrícolas brasileiras. Tal produção tem recebido grande estímulo governamental, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) que, a partir de 1970, tem tido uma atuação mais intensa no sul da Bahia, amparada por vigoroso programa de crédito voltado para o aumento da produção e da produtividade, através da modernização da lavoura.

Nas demais áreas onde as culturas permanentes assumem maior importância, verifica-se a presença de lavouras comerciais, que só nas últimas décadas, apresentaram grande expansão, estimuladas pelas possibilidades de colocação da produção no mercado.

Entre essas lavouras comerciais, figura a do sisal, que assume importância nas Microrregiões Serrinha (142), Litoral de São Bento do Norte (80), Serra Verde (83) e Curimataú (91). Sendo uma lavoura voltada basicamente para exportação, uma vez que apenas uma pequena parcela é beneficiada nas fábricas localizadas na própria Região, apresenta períodos de expansão e de retração relacionados às possibilidades de colocação no mercado externo. Tais possibilidades dependem, entre outros fatores, da oferta de produtos sintéticos similares, no mercado internacional; assim, com a crise do petróleo e a conseqüente redução da oferta de seus derivados, verificou-se uma conjuntura favorável à expansão da cultura sisaleira, a partir de 1974, o que permitiu a expansão dessa cultura, nas unidades anteriormente mencionadas. Embora as Microrregiões Litoral de São Bento do Norte e Serra Verde tenham apresentado alguma modernização das atividades agrárias, as áreas sisaleiras, de modo geral, não se caracterizam por grandes avanços do processo produtivo. Isto, aparentemente, se deve ao fato de que a produção de sisal não foi alvo de grandes estímulos oficiais, no que concerne à assistência técnica, pesquisa e crédito.

Enquanto a cultura sisaleira teve sua expansão estimulada sobretudo pelo mercado externo, as lavouras do coco, da banana e do caju expandiram-se em decorrência de estímulos oficiais à agroindústria no Nordeste. Essas lavouras assumem importância em áreas restritas da Região, destacando-se a cultura do coco na Microrregião Litoral Sul Sergipano (129), a do caju na Litoral de Pacajús (60) e a da banana na Microrregião de Uruburetama (58).

A produção de caju é conduzida por duas firmas, que operam com o ciclo produtivo completo, atuando em todas as fases, desde as atividades agrícolas, até o processamento industrial dos derivados da fruta. Os produtos destinam-se, sobretudo, às principais áreas metropolitanas do País, bem como ao mercado externo. O valor exportado pelas unidades industriais localizadas no Ceará coloca esse Estado numa posição de destaque na exportação de derivados do caju, uma vez que contribuiu, na safra 1979/80, com a maior parte do valor total desses produtos, exportados pelo Brasil [13].

A cultura do coco desenvolvida na Microrregião Litoral Sul de Sergipe tem, também, sua produção destinada sobretudo às indústrias locais de processamento, que apresentam uma linha bastante diversifica-

13 BRASIL. Comércio Exterior. Séries Estatísticas. Rio de Janeiro, CACEX, 1981.

da de produção. Esta inclui itens que se destinam a atender à demanda de fábricas de produtos alimentares localizadas no Sudeste e vinculadas a empresas multinacionais. As indústrias sergipanas de processamento do coco vêm recebendo incentivos fiscais e financeiros, repassados através da SUDENE.

Outra atividade que vem recebendo incentivos da SUDENE é a indústria de processamento da banana, que contribui, significativamente, como fonte de renda para o Estado do Ceará, através da colocação de produtos nos mercados interno e externo. Tais incentivos da SUDENE à industrialização da banana viabilizaram perspectivas mais amplas para os produtores rurais, que passaram a contar com uma demanda expressiva e estável para a sua produção.

Ao se analisarem as características das atividades de lavoura no Nordeste, ressaltaram-se as diferenças de localização das diversas culturas permanentes e temporárias, na busca de compreender os fatores subjacentes à distribuição espacial das mesmas. De forma semelhante, ao se proceder à análise das atividades de criação, se procurará enfatizar os contrastes apresentados pela distribuição espacial das diferentes espécies que serão consideradas.

Tal análise das atividades criatórias será feita a partir de mapas que refletem a densidade dos efetivos de bovinos, de suinos e de aves, no espaço agrário nordestino. Para a elaboração desses mapas foi considerada a área dos estabelecimentos agropecuários como um todo e não a área utilizada especificamente para a atividade em questão, uma vez que o objetivo do mapeamento era expressar o grau de especialização dos estabelecimentos em determinada atividade criatória.

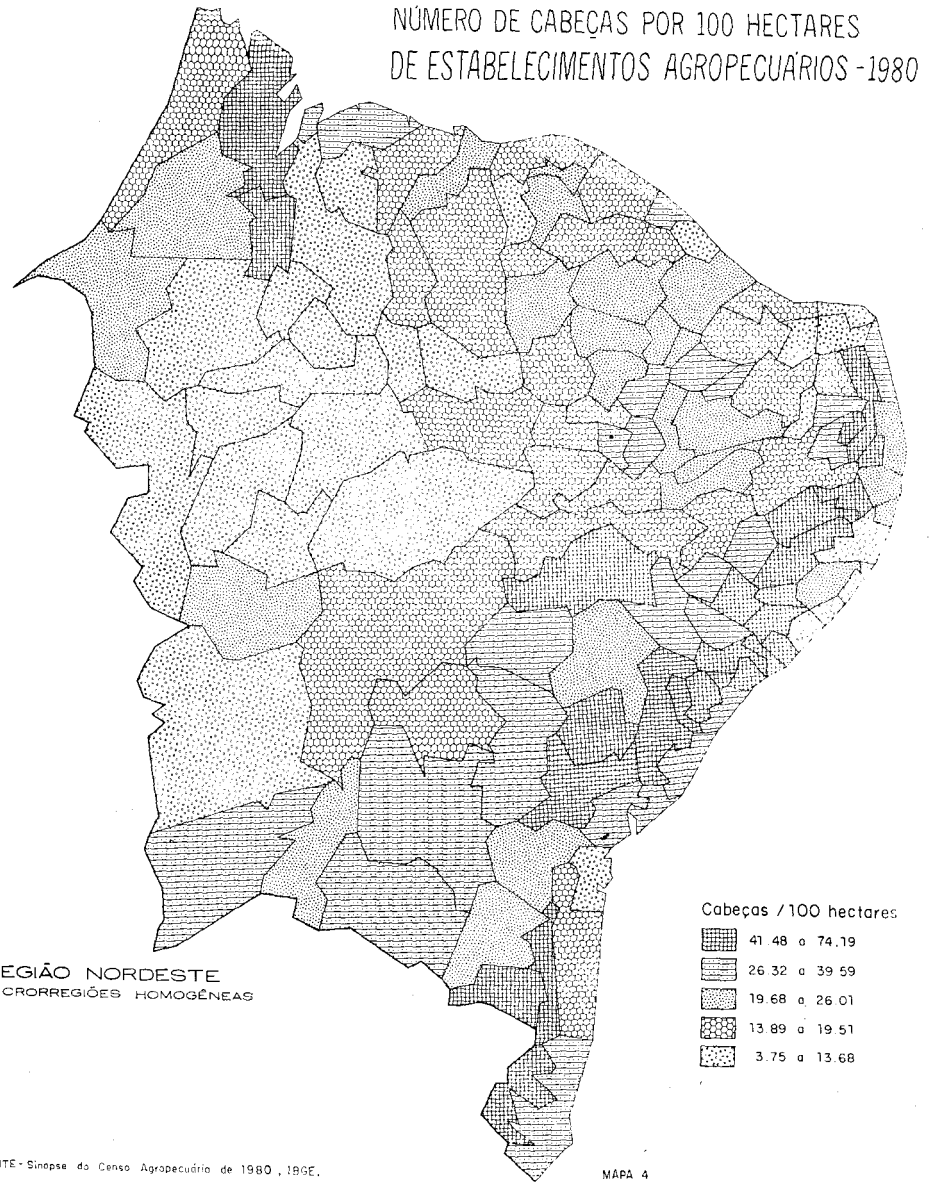
Inicialmente, se fará referência à pecuária de grande porte, que apresentou um crescimento significativo durante a década, tendo o número de cabeças passado de 13.805.921, em 1970, para 21.408.836, em 1980. Em termos relativos, o rebanho nordestino teve um aumento de 55,1%, enquanto o rebanho brasileiro apresentava um crescimento de 49,9%.

Observando-se o mapa referente à densidade do rebanho bovino no Nordeste (Mapa 4), verifica-se uma área de adensamento desse rebanho numa extensa faixa que inclui uma série de microrregiões localizadas no Agreste, além de algumas unidades litorâneas contíguas à área agrestina. Fora dessa faixa, destacam-se, pela maior densidade do rebanho, unidades localizadas na parte meridional da Bahia, no médio São Francisco e no norte do Maranhão.

O Agreste, tal como se mencionou anteriormente, caracteriza-se pela prática tradicional da policultura associada à atividade criatória. Essas atividades agrárias conferem à zona agrestina uma grande importância no contexto econômico regional, permitindo que contribua com grande parte do abastecimento de produtos alimentares às áreas mais populosas do Nordeste. O adensamento do rebanho bovino no Agreste pode ser atribuído, por um lado, à estrutura fundiária caracterizada pela presença significativa de pequenos e médios estabelecimentos, nos quais o aproveitamento das terras é mais intenso; por outro lado, a prática de engorda e da exploração leiteira, freqüentemente realizadas na área agrestina, estão geralmente associadas à maior lotação das pastagens. Assim, o Agreste contribui, significativamente, para o abastecimento de carne e leite aos centros urbanos localizados na própria faixa agrestina e, sobretudo, às capitais estaduais, situadas

BOVINOS

NÚMERO DE CABEÇAS POR 100 HECTARES DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

no litoral oriental. Em alguns trechos do Agreste, verifica-se, mesmo, uma tendência à formação de bacias leiteiras; esse é o caso das Microrregiões Vale do Ipojuca (108), Agreste Meridional Pernambucano (109), Batalha (114) e Agreste de Alagoinhas (148). Embora a pecuária leiteira seja considerada pelos produtores rurais como atividade de baixo retorno, a produção de leite vem-se desenvolvendo nas áreas mais próximas aos centros urbanos, nos quais se verifica não só o consumo em grande escala do leite *in natura* como também a demanda crescente das indústrias de laticínios neles localizadas.

Nas Microrregiões litorâneas Penedo (121), Propriá (124) e Cotinguiba (126), verifica-se, também, a importância da pecuária bovina, que vem-se expandindo em detrimento, seja das lavouras de subsistência, no caso das duas primeiras unidades, seja do cultivo da cana-de-açúcar, na Microrregião Cotinguiba. Nesta última, tem-se ampliado a produção leiteira voltada para o abastecimento de Aracaju.

Uma outra área de adensamento do rebanho bovino ocorre no sul da Bahia, correspondendo às Microrregiões Pastoril de Itapetinga (146), Encosta do Planalto de Conquista (153) e Interiorana do Extremo Sul da Bahia (155). Estas unidades constituem uma área em que a ocupação recente ocorreu num contexto de política governamental voltada para a integração no Território Nacional, com ênfase na construção de rodovias. Entre essas rodovias se inclui a BR-101 que, contribuindo para intensificar a exploração madeireira, conduziu à destruição da vegetação original de florestas, que deram lugar às pastagens plantadas. A expansão dessas pastagens foi, também, favorecida pela concessão de crédito rural, que se ampliou a partir do final da década de 60. Dado esse contexto em que foi introduzida a pecuária, esta vem sendo praticada em moldes menos extensivos do que aqueles dominantes em grande parte do território nordestino.

Localizada na área sertaneja, a Microrregião Corredeiras do São Francisco (140), apresenta, também, grande adensamento do rebanho bovino. Supõe-se que esse adensamento esteja relacionado à prática da recria e da engorda realizadas em áreas restritas dessa Microrregião caracterizada pela semi-aridez acentuada e pelo baixo grau de ocupação das terras. Nessas áreas restritas, a recria e a engorda seriam viabilizadas pela presença do rio São Francisco, pelo cultivo da palma forrageira que complementa a alimentação do gado e, também, pela rede viária que facilita o escoamento dos animais em direção aos grandes centros consumidores.

Uma última área que apresentou alta densidade do rebanho bovino, durante toda a década, corresponde à Microrregião Baixada Ocidental Maranhense (30). Nessa área que, apesar da proximidade de São Luís, permanecera isolada até a década de 60, a criação de bovinos é a atividade dominante. Nos últimos anos, com a abertura de rodovias, verificou-se uma dinamização das atividades agrárias praticadas na Microrregião.

Nas proximidades dessa Microrregião maranhense, localizam-se outras unidades nas quais também se verifica grande importância da pecuária bovina, embora nelas tenham se constatado alterações significativas nas densidades do rebanho observadas durante a década. Registrou-se um aumento dessa densidade na Microrregião Mearim (35) que, apesar de ser uma das áreas de atividades agrárias mais diversificadas do Maranhão, tem apresentado um crescimento significativo do

rebanho bovino, principalmente junto aos dois grandes centros regionais representados pelas Cidades de Bacabal e Pedreiras; a pecuária bovina estaria se desenvolvendo na microrregião em detrimento das atividades de lavoura, sobretudo do cultivo do arroz.

Já nas Microrregiões Gurupi (29) e Médio Mearim (40), constatou-se um decréscimo da densidade de bovinos, no período de 1970-80. Tal fato, entretanto, não ocorreu em virtude da perda de importância do efetivo pecuário, uma vez que este vem apresentando um incremento significativo. A diminuição da densidade deve-se à grande expansão horizontal da agricultura, isto é, ao ritmo acelerado de aumento da área dos estabelecimentos, que superou o ritmo de incremento do rebanho bovino.

Um processo similar, porém, ainda mais intenso, ocorreu na Microrregião baiana Chapadões do Alto Rio Grande (131), que se caracteriza como uma área de expansão da fronteira agrícola e onde o rebanho bovino teve um crescimento da ordem de 120,1% durante o decênio, enquanto a área dos estabelecimentos agropecuários apresentou um incremento de 272,9%.

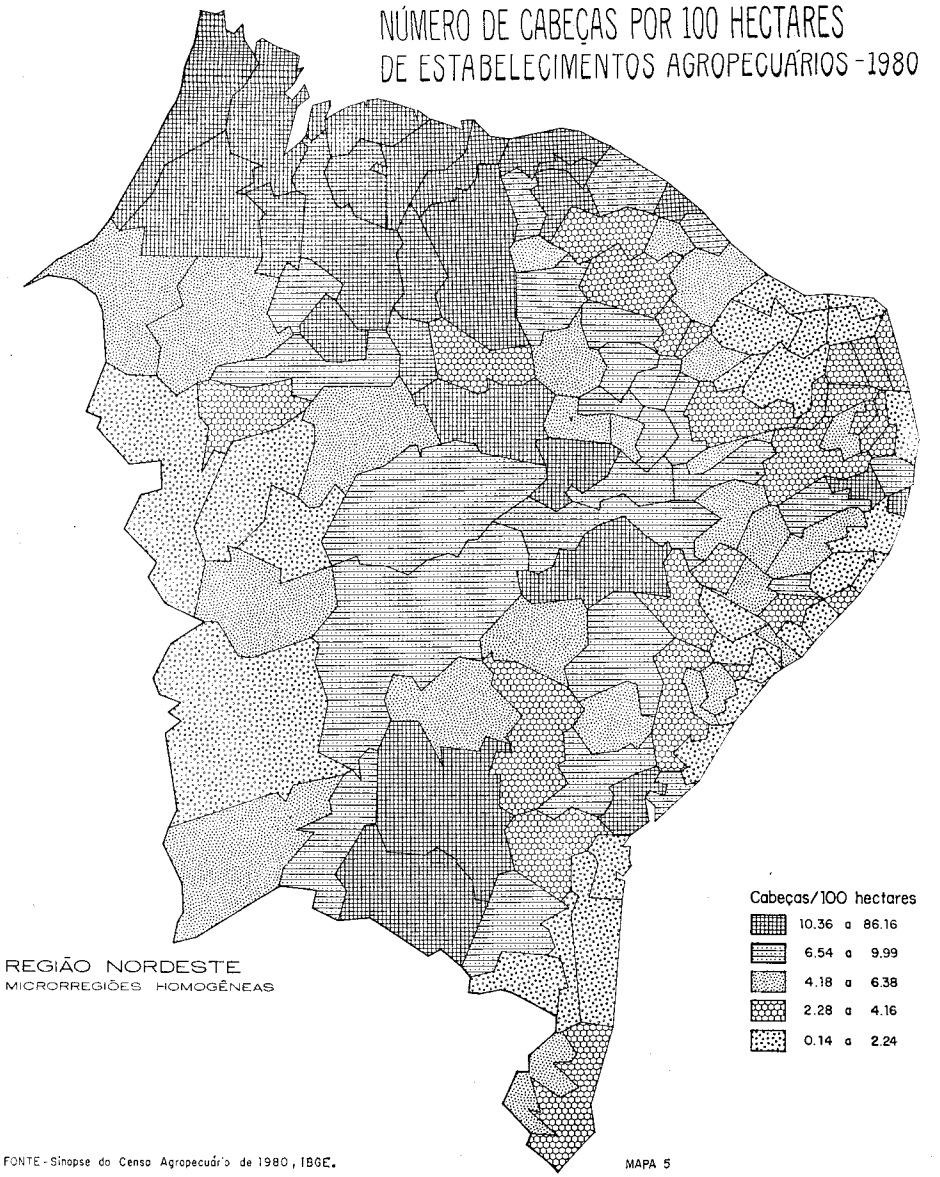
Enquanto o rebanho bovino do Nordeste teve uma grande expansão durante a década de 70, o rebanho suíno não apresentou crescimento significativo, tendo o número de cabeças passado de 7.094.856, em 1970, para 7.307.099, em 1980 — o que representou um incremento de 3%, bastante similar ao crescimento registrado a nível nacional, que foi de 3,3%. Cabe ressaltar, porém, que o Nordeste tem maior participação na criação de suínos do que na criação de bovinos desenvolvida no País, uma vez que detém 22,4% do rebanho suíno brasileiro e apenas 18,2% do efetivo de bovinos existentes no Território Nacional.

As áreas de maior adensamento do rebanho suíno no Nordeste contrastam nitidamente com aquelas onde se observa maior concentração do rebanho bovino. Através do mapa 5, verifica-se que as maiores densidades do rebanho suíno ocorrem sobretudo numa extensa área contínua que corresponde à porção norte dos Estados do Maranhão e Piauí e, ainda, ao noroeste do Ceará.

Nessa extensa área de concentração do efetivo de suínos, a criação desses animais está, geralmente, associada à pequena produção de subsistência, realizada sobretudo por ocupantes e arrendatários, que colocam no mercado apenas o excedente da produção consumida pela família. Esses pequenos produtores, não tendo condições de adquirir animais de grande porte, encontram na criação extensiva de animais de médio porte um meio de diversificar a produção de seus estabelecimentos. A opção pela criação de suínos e não por outra espécie animal de médio porte parece estar relacionada à maior umidade do clima, uma vez que, nos trechos do território nordestino que se caracterizam pelo clima semi-árido, os pequenos produtores dedicam-se, mais freqüentemente, à criação de caprinos e de ovinos. Por outro lado, a presença significativa de pequenos produtores, conduzindo à fragmentação do espaço agrário em numerosos estabelecimentos, contribui para que se verifique um elevado número de suínos por unidade de área. Cabe salientar, entretanto, que na Microrregião Baixada Ocidental Maranhense (30), a criação de suínos apresenta características distintas daquelas que se observam, em geral, no território maranhense, uma vez que, nessa Microrregião, verifica-se não só a ocorrência da suinocultura praticada em pequena escala, mas também daquela desenvolvida em maior escala, por grandes e médios produtores rurais.

SUÍNOS

NÚMERO DE CABEÇAS POR 100 HECTARES DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

Também se caracterizam pelo elevado número de suínos por unidade de área as Microrregiões Baixões Agrícolas Piauienses (51), Araripina (101) e Corredeiras do São Francisco (140), localizadas na área sertaneja; nessas unidades, em que as características da pequena produção são semelhantes àquelas que se verificam na porção setentrional do Nordeste e onde a semi-aridez do clima é atenuada por fatores locais, ocorreriam condições favoráveis ao maior adensamento de suínos.

Nas demais áreas nordestinas que se destacam pela importância da criação de suínos, esta atividade não se acha tão estreitamente associada à pequena produção de subsistência como nas áreas anteriormente referidas; nelas se verifica que, com a facilidade crescente de comercialização da produção, grupos diversificados de produtores têm passado a se interessar pela criação de suínos, visando à colocação dos mesmos nos mercados urbanos. Isso, aparentemente, vem ocorrendo nas Microrregiões Chapada Diamantina Meridional (136) e Serra Geral da Bahia (137) que, encontrando-se na porção meridional do Nordeste, caracterizam-se pela facilidade de escoamento da produção em direção aos centros consumidores localizados no Sudeste. Um processo semelhante viria ocorrendo, igualmente, em alguns trechos do território nordestino que circundam as áreas metropolitanas, como é o caso das Microrregiões Fortaleza (59), Agreste Setentrional Pernambucano (107), Recife (111) e Salvador (150). Deve-se observar que, nestas últimas Microrregiões, apenas em 1980, passou a se constatar maior adensamento dos efetivos de suínos, podendo-se supor que tenha havido uma intensificação da criação desses animais durante a década de 70, em decorrência da ampliação da demanda da população urbana, cujo crescimento tem sido acelerado.

Enquanto algumas áreas se caracterizaram pela intensificação da criação de suínos, durante a década de 70, outras apresentaram redução da densidade dos mesmos. Em algumas destas áreas, a redução de densidade pode ser atribuída à diminuição do número de cabeças que, provavelmente, ocorreu em conseqüência da desestruturação da pequena produção familiar; neste caso encontram-se as Microrregiões Chapadões do Alto Rio Grande (131), Médio São Francisco (134), Senhor do Bonfim (138), Sertão de Canudos (141) e Litorânea do Extremo Sul da Bahia (156). Já nos Microrregiões Chapadões do Rio Corrente (132) e Baixo-Médio São Francisco (133), a densidade de suínos diminuiu não porque tenha havido uma redução do número total de cabeças, mas sim porque o aumento da área dos estabelecimentos se verificou em ritmo mais acelerado do que o do aumento do rebanho suíno.

No que se refere à evolução da avicultura no Nordeste, constatou-se um aumento muito expressivo do efetivo de aves, uma vez que o número de cabeças passou de 36.263.707, em 1970, para 64.932.897, em 1980 [14]. Assim, registrou-se um crescimento de 79%, que coloca a avicultura, dentre as atividades criatórias que vêm sendo analisadas, como aquela que apresentou maior expansão durante a década de 70.

Ao se observar o mapa 6, verifica-se que, em 1980, os maiores adensamentos dos efetivos de aves ocorriam em trechos do Maranhão e do Piauí, bem como em diversas áreas próximas a importantes centros urbanos da Região.

14 Para a análise da criação de aves serão considerados apenas os galináceos, para os quais se dispunha de dados provenientes da Sinopse Preliminar do Censo de 1980.

Nos Estados do Maranhão e Piauí, o adensamento de aves está freqüentemente relacionado à pequena produção realizada em áreas onde se verifica uma densidade elevada de população rural de baixa renda; esta população recorre aos pequenos animais como meio de subsistência, uma vez que estes proporcionam facilidade de abate e de consumo rápido pelas unidades familiares. Por outro lado, nas proximidades de São Luis e Teresina, verifica-se o desenvolvimento da avicultura comercial, que vem sendo estimulada pela demanda crescente da população urbana.

As demais áreas que se destacam pela importância da criação de aves correspondem a unidades que se localizam junto ao litoral ou na faixa agrestina — onde se situam os principais centros urbanos do Nordeste. Entre essas unidades encontram-se microrregiões em que se situam áreas metropolitanas ou que se acham muito próximas às mesmas, sendo este o caso das Microrregiões Fortaleza (59), Recife (111), Mata Seca Pernambucana (110), Vale do Ipojuca (108), Agreste Meridional Pernambucano (109), Salvador (150) e Recôncavo Baiano (151). Aí se verifica a ocorrência dos principais cinturões hortifrutigranjeiros do Nordeste, nos quais a avicultura é realizada em moldes modernos, constituindo-se o aviário na unidade produtora típica. O desenvolvimento que vem apresentando a avicultura nessas Microrregiões foi constatado através de dados referentes à variação absoluta do número de aves, que demonstram terem essas unidades, com exceção apenas da Salvador [15], apresentado os crescimentos mais acentuados dos efetivos de aves, no período de 1970-80. Nas outras microrregiões localizadas no litoral oriental ou no Agreste, embora os efetivos de aves tenham apresentado, também, aumentos significativos, estes aumentos não atingiram a magnitude daqueles registrados junto às áreas metropolitanas.

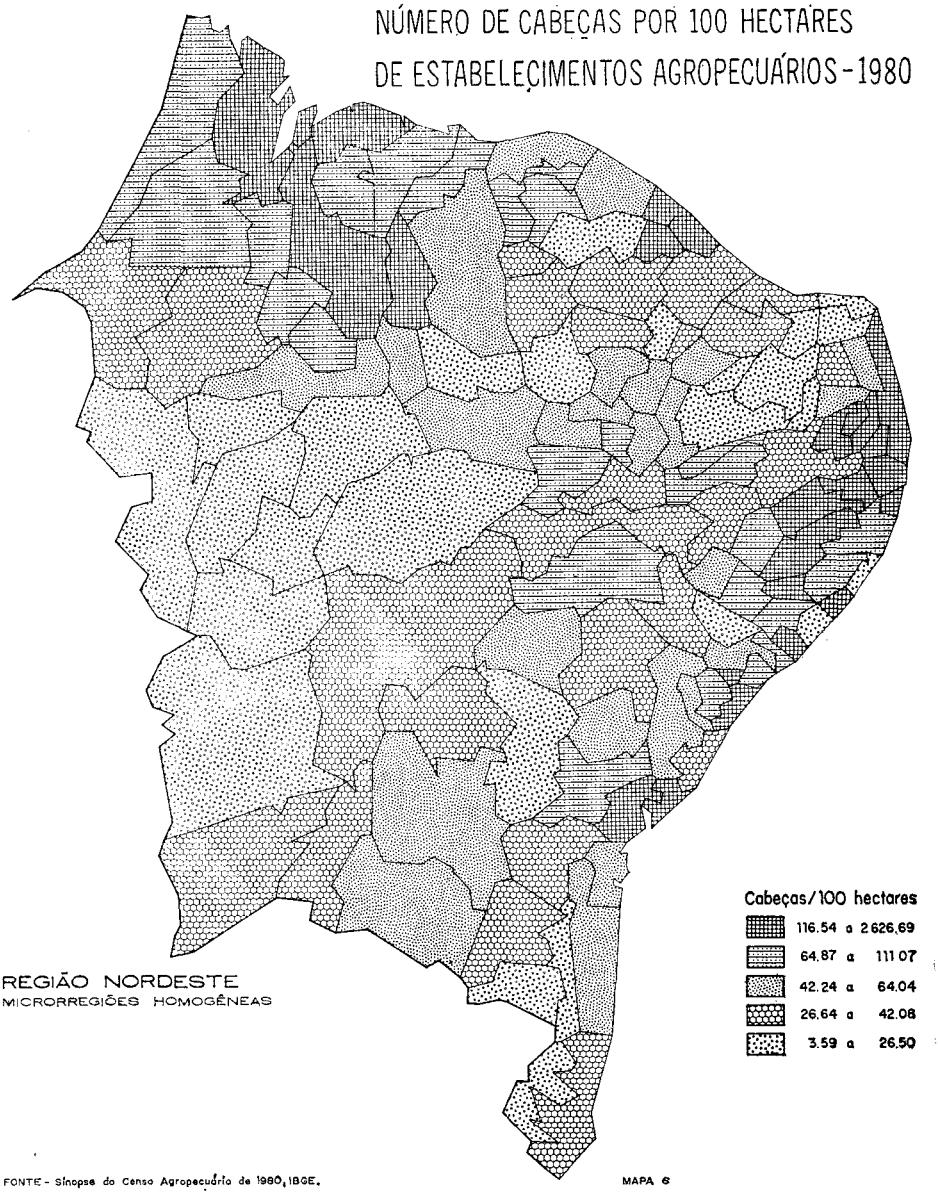
No que se refere à evolução da avicultura no periodo de 1970-80, torna-se importante ressaltar, também, algumas modificações que se verificaram na distribuição espacial das áreas de maior densidade dos efetivos de aves. De fato, o mapa referente a 1970 evidenciava a ocorrência de uma extensa área de adensamento, abrangendo toda a porção norte do Maranhão e algumas microrregiões do Piauí; já em 1980, o maior adensamento, nesses Estados, verificava-se numa área bem mais restrita. Nas unidades que deixaram de figurar na classe de maior densidade, não se verificou, necessariamente, um decréscimo da mesma. Ocorreram decréscimos apenas nas Microrregiões Mearim (35) e Médio Mearim (40); nas demais unidades, a mudança para uma classe de densidades menos elevadas se verificou quer em conseqüência do aumento acentuado da área dos estabelecimentos agropecuários, quer em decorrência do crescimento mais acelerado da avicultura em outras áreas do Nordeste.

A análise da distribuição espacial das atividades agrárias, feita com base no mapeamento de dados censitários, evidenciou que os trechos de maior adensamento dessas atividades correspondem, geralmente, às porções do território nordestino onde se desenvolveram as lavouras comerciais ou a criação praticada em moldes mais modernos. Nesses trechos de maior adensamento das atividades agrárias, constata-se que, dada a evolução da divisão intra-regional do trabalho, o espaço agrário

15 A Microrregião Salvador apresentou um decréscimo do número de aves, no período de 1970-80.

AVES

NÚMERO DE CABEÇAS POR 100 HECTARES DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

apresenta um elevado grau de diferenciação. Aí se verifica uma especialização das diversas áreas em diferentes atividades de lavoura ou de criação — o que pode ser atribuído não só a fatores históricos-econômicos, como também a aspectos ecológicos.

Assim, as lavouras que foram introduzidas no território nordestino visando basicamente ao mercado externo concentraram-se em áreas restritas que apresentavam condições mais favoráveis ao seu cultivo — tal como ocorreu com a lavoura da cana-de-açúcar que se desenvolveu rapidamente no litoral oriental da Região, ainda no século XVI; com o cultivo do algodão que, a partir do século XVIII, se tornou importante num trecho do interior semi-árido; com a cultura do cacau, que se expandiu no sul da Bahia, já no início deste século.

Essas áreas de concentração de cultivos comerciais pouco se alteraram através do tempo, embora o destino da produção tenha-se modificado, sobretudo no caso da cana-de-açúcar e do algodão, que passaram a se constituir em lavouras voltadas sobretudo para o mercado interno.

A distribuição espacial dessas grandes lavouras teve repercussões sobre a localização das demais atividades agrárias no Nordeste. A cultura canavieira, em especial, teve papel relevante no desenvolvimento de diferentes atividades agrárias na Região. Em primeiro lugar, na área de transição entre a zona canavieira e o sertão surgiu a policultura destinada ao abastecimento de gêneros ailmentícios à faixa açucareira e, posteriormente, aos centros urbanos que surgiram nessa faixa. Por outro lado, no interior semi-árido, expandiu-se gradativamente a pecuária bovina extensiva, voltada inicialmente para o fornecimento de animais de trabalho para a zona açucareira, bem como para o abastecimento de carne à população que aí se fixou.

A pecuária bovina, embora permaneça bastante difundida no espaço nordestino, no qual se expandiu, a partir do século XVI apresenta-se atualmente como atividade de caráter mais intensivo em alguns trechos da Região. Correspondem os mesmos às áreas que, embora caracterizadas pelo fácil acesso aos mercados consumidores, não são ocupadas pelas grandes lavouras, como é o caso do Agreste e de parte do Estado da Bahia. Aí a pecuária bovina evolui no sentido da especialização nas fases da recria e da engorda do gado, ou na produção leiteira.

À semelhança da criação de bovinos, a criação de aves, embora generalizada no território nordestino, apresenta maior intensidade nas áreas de mais fácil acesso aos centros urbanos. As áreas de maior intensidade da avicultura, porém, acham-se concentradas apenas nas proximidades mais imediatas das grandes cidades nordestinas. Sendo uma atividade que pode ser praticada em espaços exíguos, a avicultura torna-se viável mesmo em áreas de predomínio de grandes lavouras comerciais, como é caso da zona canavieira.

Dentre as atividades agrárias cuja distribuição espacial vem sendo analisada, apenas a criação de suínos apresenta áreas de adensamento que, em geral, não estão associadas à comercialização da produção. Tais áreas de adensamento estão relacionadas, como se ressaltou anteriormente, à necessidade de prover à subsistência da população rural, constituída, predominantemente, por pequenos produtores.

Fora das áreas de maior concentração das atividades de lavouras e de criação — numa grande extensão de terras correspondentes à porção centro-ocidental do Nordeste — verifica-se que o espaço agrário permanece pouco diferenciado, nele coexistindo as lavouras de subsis-

tência, a criação de animais de pequeno e médio porte e a pecuária bovina extensiva. Recentemente, porém, em alguns trechos dessa porção centro-ocidental da Região, vêm ocorrendo tentativas de introdução de lavouras comerciais mecanizadas, tal como a do arroz.

Assim, ao se analisar o processo de redefinição do papel representado pelas diferentes porções do território nordestino na produção agrícola regional, constata-se que vêm-se expandindo significativamente as áreas voltadas para o abastecimento dos grandes centros urbanos, quer situados no próprio Nordeste, quer localizados em outras Regiões brasileiras. Enquanto isso, tornam-se bastante restritas as porções do território nordestino cuja produção se destina, fundamentalmente, à exportação, já que áreas anteriormente vinculadas sobretudo ao mercado externo passaram a destinar uma parcela cada vez maior de sua produção ao mercado interno. Por outro lado, restringiram-se, também, as áreas voltadas basicamente para atividades de subsistência, uma vez que, dado o processo de integração das áreas mais remotas à economia nacional, verifica-se que essas áreas vêm colocando no mercado parcelas crescentes de sua produção agrícola.

Essa redefinição do papel representado pelas diferentes porções do Nordeste na produção agrícola regional vem sendo acompanhada por transformações na estrutura fundiária e nas características do processo produtivo. Embora uma análise mais aprofundada dessas características fuja ao âmbito deste trabalho, alguns indicadores referentes às mesmas serão, ainda, analisados, uma vez que foram considerados importantes no sentido de caracterizar o espaço agrário da Região. Assim, serão abordados os aspectos referentes à estrutura fundiária, à condição dos produtores rurais, ao pessoal ocupado na agricultura e à utilização de tratores nos estabelecimentos agropecuários.

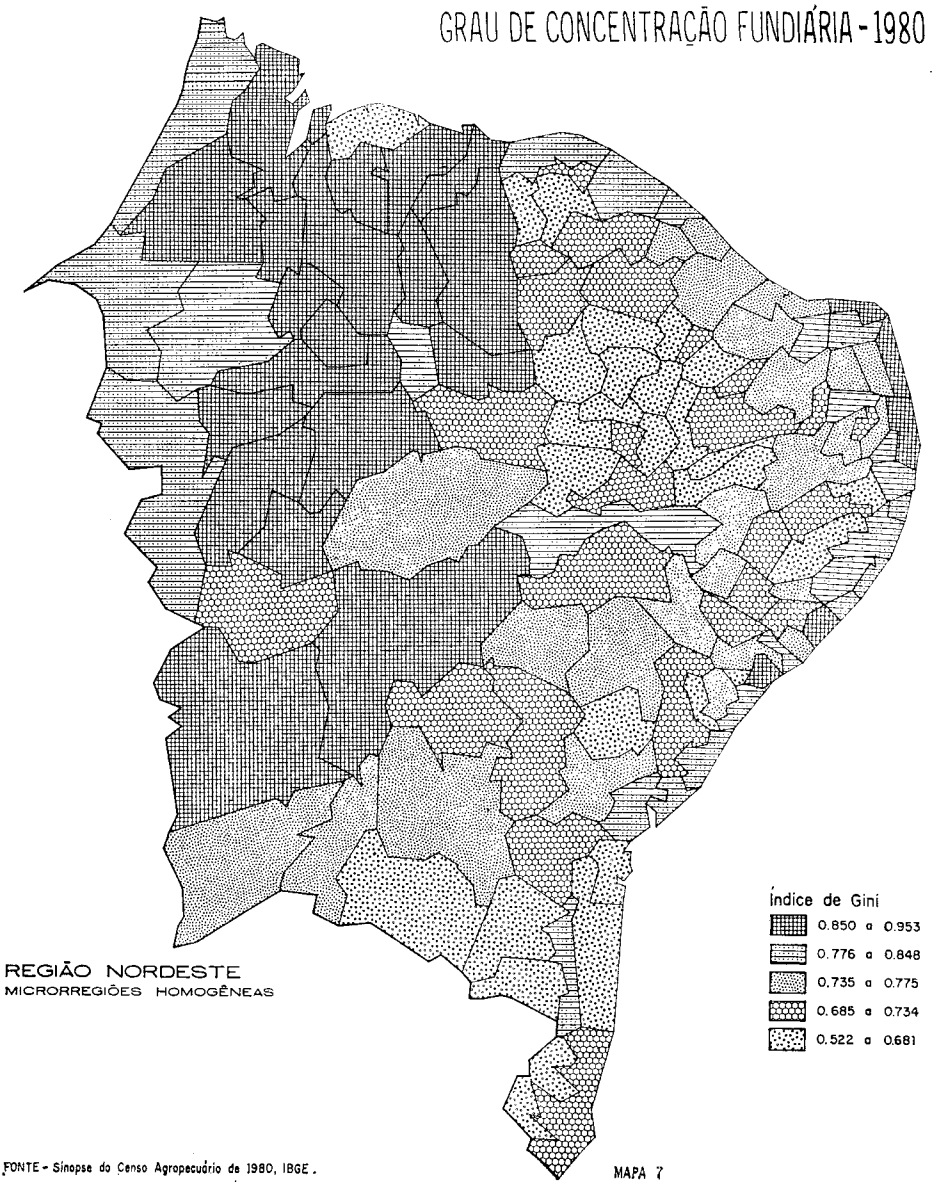
Com o objetivo de caracterizar, de maneira sintética, a estrutura fundiária do Nordeste, procedeu-se ao cálculo do índice de Gini [16] e, posteriormente, ao mapeamento dos valores obtidos, utilizando-se critério semelhante àquele adotado para a elaboração dos demais mapas.

Ao se observar o mapa referente à concentração fundiária em 1980 (Mapa 7), chama atenção o elevado índice de concentração que se constata na porção ocidental do Nordeste, assim como em trechos próximos ao litoral oriental da Região. Nessas duas áreas, foram distintos os processos de formação econômica que conduziram ao alto grau de concentração fundiária.

Nas microrregiões localizadas junto ao litoral oriental, a concentração fundiária está relacionada, basicamente, à organização da economia canavieira que, sendo praticada em grandes estabelecimentos agropecuários, que ocupam praticamente toda a área aproveitável para atividades agrárias, teve como conseqüência a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários.

Já na parte ocidental da Região, onde ainda há extensas áreas de terras devolutas, foi nas últimas décadas que se acentuou o processo de concentração fundiária, dadas as características assumidas pelo avanço

16 Cabe ressaltar que, tendo-se utilizado para esse cálculo os dados censitários referentes aos *estabelecimentos agropecuários* os valores do índice apresentam diferenças em relação aos que seriam obtidos se fossem considerados os *imóveis rurais*. São computados como estabelecimentos agropecuários não apenas as áreas exploradas por proprietários, mas também aquelas exploradas por ocupantes, parceiros e arrendatários.



FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 7

da fronteira agrícola. Esse avanço vem ocorrendo sobretudo através da aquisição de terras por grandes produtores e empresas agropecuárias, o que tem provocado um aumento significativo da área ocupada por grandes estabelecimentos rurais. Enquanto isso, tem-se verificado uma redução da área ocupada pelos menores estabelecimentos, uma vez que a expansão das grandes propriedades, freqüentemente, provoca deslocamentos de pequenos produtores, sobretudo ocupantes, que migram para outras áreas ou se transformam em trabalhadores assalariados.

Embora essa faixa ocidental do Nordeste tivesse sido apontada pelo GTDN como um espaço onde se poderia promover a ocupação das terras de maneira mais eqüitativa, permitindo a absorção dos excedentes populacionais da Região, a forma através da qual se processou a expansão da fronteira não conduziu aos objetivos propostos. De fato, constataram-se, na parte ocidental dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, níveis de concentração fundiária que se situaram entre os mais elevados do Nordeste, nos três anos que vêm sendo focalizados. Na busca de se verificar a evolução da concentração fundiária, nessa faixa do território nordestino, após a elaboração das proposições do GTDN, calculou-se o índice de Gini também para 1960, considerando-se as unidades espaciais passíveis de comparação [17]. A partir dessa comparação, verificou-se um aumento significativo do grau de concentração fundiária, na maioria das unidades consideradas.

Contrastando, de maneira mais nítida, com as áreas anteriormente mencionadas, surgem, no mapa referente a 1980, duas áreas que se caracterizam pelos menores índices de concentração fundiária registrados no Nordeste: a porção centro-norte da zona sertaneja e a parte meridional da Bahia. Nessas áreas, embora os maiores estabelecimentos ocupem grande parte do espaço agrário, não atingem percentuais tão elevados da área total dos estabelecimentos agropecuários quanto nas demais porções do território nordestino.

Na porção centro-norte da zona sertaneja, onde se verifica a presença do complexo gado-algodão-policultura, a ocorrência mais significativa dos pequenos e médios estabelecimentos está associada à forma de produção dominante na área, em que as atividades de lavoura são praticadas por parceiros ou arrendatários, em áreas cedidas pelos proprietários pecuaristas. As condições climáticas associadas ao grau relativamente elevado de ocupação das terras, contribuiu para que essa porção da área sertaneja permanecesse à margem seja do processo de expansão da fronteira, seja do desenvolvimento de lavouras comerciais praticadas em moldes intensivos. Dessa forma, verificou-se que aí permaneceu um número significativo de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários.

No sul da Bahia, ao contrário do que se verifica na zona sertaneja, o espaço agrário se apresenta bastante diversificado, constatando-se a ocorrência de áreas onde se destaca a pecuária melhorada, trechos em que predominam lavouras comerciais e, ainda, áreas caracterizadas pela

17 Na impossibilidade de se fazer a comparação a nível de microrregiões homogêneas, buscou-se obter dados a nível de municípios, já que alguns deles, tendo mantido suas áreas inalteradas no período em questão, permitiam a comparação dos índices obtidos para 1960 e 1980. Para a maioria das microrregiões homogêneas, foi viável realizar tal comparação, pelo menos para um dos municípios, o que deu margem a uma avaliação aproximada das transformações no grau de concentração fundiária, na porção ocidental do Nordeste. Os dados levantados com esse objetivo encontram-se na tabela que figura no anexo 3.

presença do binômio gado-policultura. Apesar da diversidade do espaço agrário, o sul da Bahia possui, como característica dominante em toda a área, a ocorrência significativa de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários que, ao contrário do que ocorre no sertão norte, são explorados predominantemente por produtores proprietários. Mesmo na zona cacaueira, onde se constata maior importância de uma lavoura comercial, esta não ocupa integralmente o espaço e nem é praticada exclusivamente por grandes proprietários, verificando-se, assim, a possibilidade de exploração das terras, também, por pequenos e médios produtores rurais.

Além da estrutura fundiária, outro aspecto importante, no sentido de caracterizar a organização da agricultura nordestina é aquele referente à participação das diferentes categorias de produtores na condução do processo produtivo. A análise da distribuição espacial dessas categorias de produtores será desenvolvida tomando-se como base um mapa-síntese (Mapa 8), em que foram representadas as áreas de maior concentração de proprietários ocupantes, parceiros e arrendatários, no ano de 1980 [18].

Através desse mapa, verifica-se a diferenciação das áreas de concentração das diversas categorias de produtores, que decorre, basicamente, das formas de penetração do capitalismo na Região.

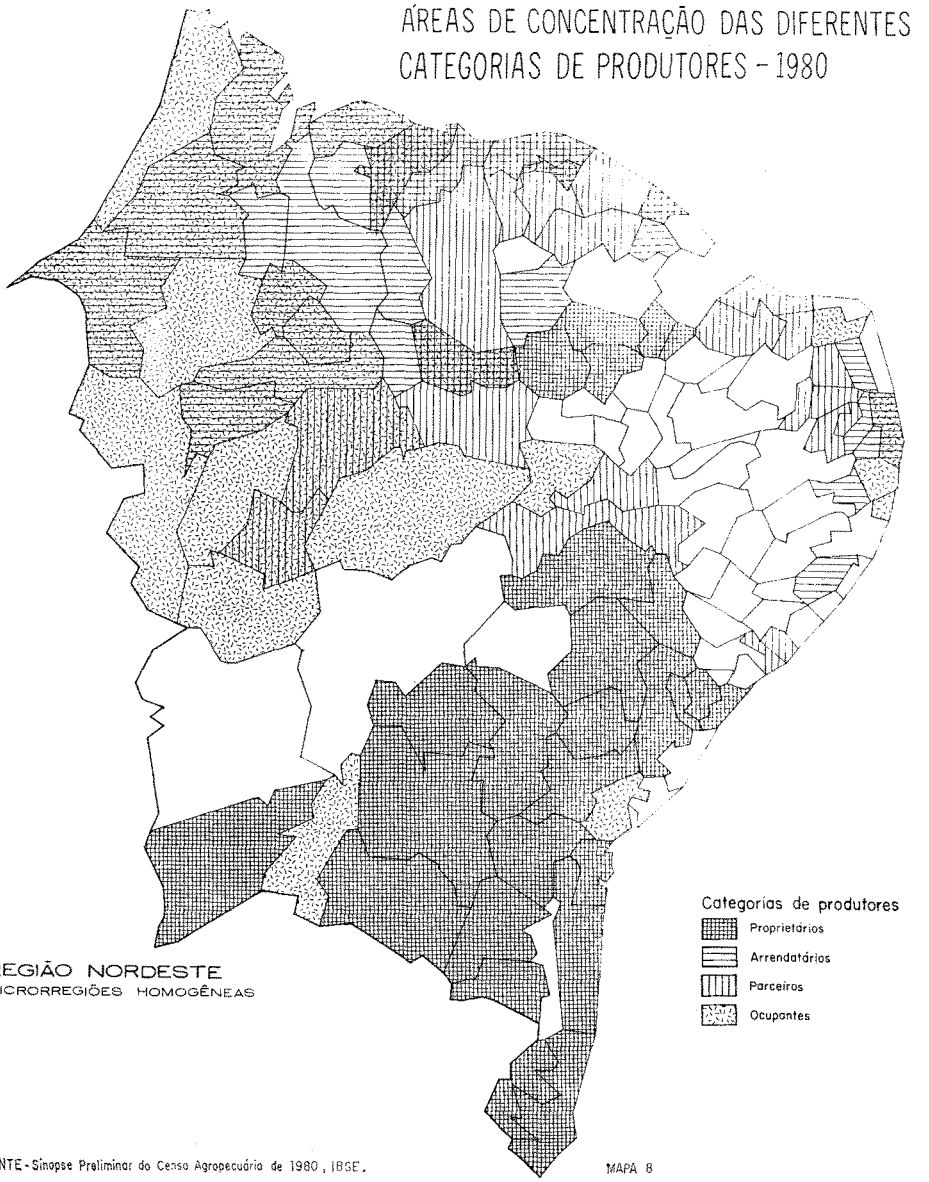
No que se refere à concentração de proprietários, destaca-se em especial, um conjunto de microrregiões localizadas na porção sul-oriental do Nordeste, embora se verifique, também, no sertão do Ceará, um grupo de unidades em que essa categoria de produtores assume grande importância.

Na primiera dessas áreas, a maior participação de proprietários no conjunto de produtores está associada, por um lado, ao predomínio mais acentuado da pecuária bovina, que se verifica na maioria das microrregiões, eliminando a necessidade do trabalho realizado por parceiros e arrendatários. Por outro lado, nos espaços restritos onde predominam lavouras comerciais como as do cacau e do café, a produção é desenvolvida em moldes capitalistas, dispensando, igualmente, formas de trabalho não assalariadas.

Nessa porção sul-oriental do Nordeste tem-se verificado uma expansão das atividades agrárias, destacando-se entre elas a pecuária bovina, praticada em moldes mais modernos do que aqueles que geralmente se verificam no interior do Nordeste. Tal expansão vem sendo acompanhada pela ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários, num processo de preenchimento dos espaços ainda disponíveis para apropriação pelos produtores rurais. Nesses espaços onde se verifica a ampliação da fronteira interna, é pouco expressiva a ocorrência de ocupantes, diferentemente do que ocorre nas áreas mais remotas, onde a expansão da fronteira externa ocorre associada à presença significativa dos mesmos.

Quanto à importância dos proprietários em algumas microrregiões do sertão cearense, acredita-se que esteja relacionada a um processo recente de rompimento da associação gado-algodão. Isto se deve, em grande parte, ao fato de que proprietários, tendo passado a receber maiores estímulos creditícios voltados para a pecuária, buscaram especializar-se na atividade criatória, o que conduziu à diminuição da im-

18 A respeito da metodologia utilizada para a elaboração deste mapa, ver anexo 1.



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 8

portância da parceria e do arrendamento, que eram utilizados nas atividades de lavoura praticadas no interior das grandes propriedades.

Contrastando com a área de maior concentração de proprietários, a área mais extensa de ocorrência significativa de ocupantes corresponde à parte norte-ocidental da Região. Essa ocorrência está relacionada ao processo de expansão da fronteira agrícola, que é particularmente intenso no trecho limítrofe com o Pará, onde se destaca o dinamismo da Microrregião Imperatriz. Os trechos que se localizam à retaguarda dessa faixa de ampliação mais acelerada da fronteira agrícola, passaram recentemente por um processo semelhante ao que se verifica mais a oeste, o que explica o número elevado de ocupantes que aí permanecem.

Não é apenas nessa extensa área de expansão da fronteira, porém, que se destaca a presença de ocupantes. Ela é expressiva, também, em outras áreas restritas do território nordestino, que se localizam sobretudo ao longo do litoral oriental, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Nessas áreas, acredita-se que possa ter contribuído para a presença significativa de ocupantes e ocorrência de solos pobres na faixa correspondente aos tabuleiros terciários. Nessa faixa, só recentemente ocorreu, em trechos restritos, a expansão da lavoura canavieira; nos espaços não aproveitados para essa lavoura, verificou-se a permanência de terras não tituladas, permitindo que aí se fixasse uma população de baixa renda, que vive basicamente da pesca e das pequenas lavouras alimentares. Outro fato que, recentemente, pode ter contribuído, também, para a instalação de ocupantes em áreas próximas ao litoral seria a desapropriação de terras ao longo da BR-101, criando condições para a instalação de pequenos produtores, em áreas pertencentes ao Estado.

Nas áreas de maior concentração de parceiros e de arrendatários, a utilização das terras se caracteriza pela presença muito significativa da cultura de alimentos básicos, entre os quais sobressaem os do arroz, mandioca, milho e feijão. Apesar de apresentarem essas características comuns, as áreas de concentração de parceiros e de arrendatários apresentam, também, aspectos que as diferenciam entre si.

Os arrendatários ocorrem sobretudo no Agreste e numa grande parte do Estado do Maranhão. Nesses trechos do território nordestino, embora se constate o predomínio das formas pré-capitalistas de produção, estaria se verificando maior penetração capitalista do que nas áreas onde se destaca a presença de parceiros. Este fato, provavelmente está associado à proximidade das áreas de concentração de arrendatários em relação à Zona da Mata ou ao extremo-oeste da Região, onde têm ocorrido grandes transformações na organização agrária. Nessas áreas onde é mais freqüente a presença de arrendatários estaria havendo um interesse crescente dos proprietários pelos contratos de arrendamento, uma vez que, para eles, tais contratos implicam em reduzidos riscos agrícolas, pois estabelecem o pagamento de uma renda fixa, ao contrário do que ocorre com os contratos de parceria, nos quais a renda depende da produção colhida.

Já os parceiros se concentram, particularmente, na periferia do sertão-norte, onde sua presença estaria vinculada, sobretudo, ao cultivo combinado de algodão e de lavouras alimentares. Nessa área, permanecem menos alteradas as características da organização agrária, o que daria margem à ocorrência mais freqüente de uma categoria de produtores rurais que exprime uma forma pré-capitalista de produção.

Uma vez examinada a distribuição espacial das diferentes categorias de produtores rurais, cabe verificar como se distribui no espaço nordestino o contingente de força-de-trabalho ocupada nos estabelecimentos agropecuários.

Deve-se, inicialmente, ressaltar que as microrregiões nordestinas apresentaram uma grande diversidade nos níveis de absorção de força-de-trabalho, uma vez que esses níveis variaram de 1,47 a 65,48 pessoas por 100 hectares de estabelecimentos agropecuários. Apesar da absorção de pessoal ocupado ser bastante reduzida em algumas áreas do Nordeste, verificou-se que a Região, como um todo, apresentou, durante a década de 70, um crescimento do contingente de mão-de-obra que atingiu 23,1%, situando-se acima do crescimento médio observado no País, que foi de 20,1%.

A densidade do pessoal ocupado foi representada no mapa 9, através do qual se verifica que a maior absorção de força-de-trabalho ocorre em microrregiões localizadas no norte do Maranhão, em trechos da Zona da Mata e do Agreste e, ainda, em áreas esparsas pela zona semi-árida.

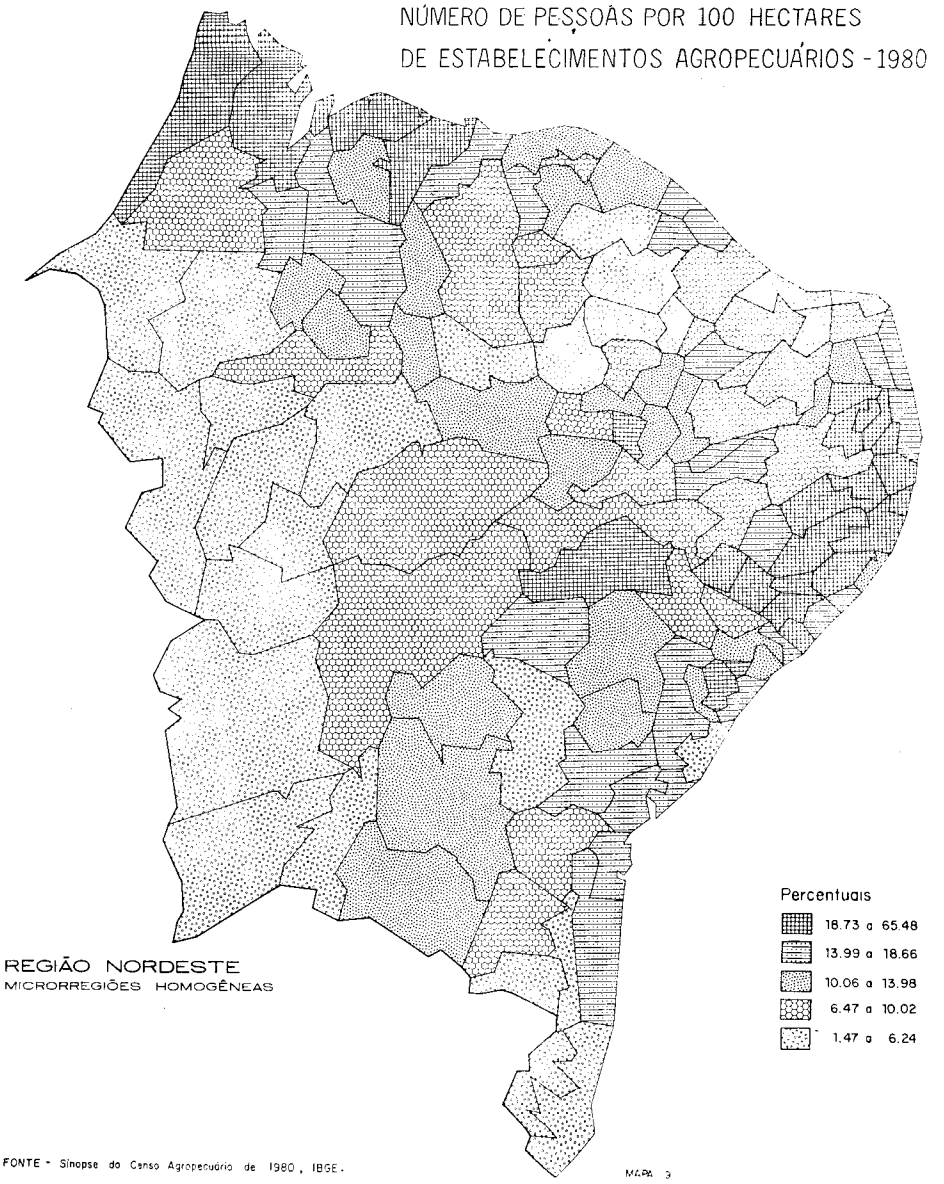
No norte do Maranhão, a grande densidade de pessoal ocupado está associada à importância da pequena produção, freqüentemente realizada por parceiros e arrendatários, o que conduz a um predomínio muito acentuado da mão-de-obra familiar, nos estabelecimentos agropecuários. O elevado contingente de força-de-trabalho que se observa nessa área pode ser atribuído, por um lado, ao fato de que o cultivo de produtos alimentares praticado em moldes tradicionais requer grande quantidade de mão-de-obra e, por outro lado, à subdivisão do espaço em numerosas unidades de produção — características que se associam a uma elevada densidade de população rural.

Também na área agrestina, constata-se que grande parte da força-de-trabalho é constituída pelos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários e pelos membros não remunerados de sua família. A participação dos mesmos no total de pessoal ocupado, entretanto, não é tão elevada como aquela que se constata no norte do Maranhão, verificando-se, já, a ocorrência um pouco mais freqüente de trabalhadores assalariados, que indicam a presença de relações de produção mais modernas na área. Observa-se, inclusive, uma articulação da zona agrestina com a área contígua, mais nitidamente capitalista, que corresponde à zona canavieira. Essa articulação se dá através do deslocamento de trabalhadores do Agreste para a Zona da Mata, nas épocas de maior demanda de mão-de-obra pela lavoura canavieira. Parte desse contingente de trabalhadores que se deslocam para a zona da cana-de-açúcar é constituída por pequenos produtores que se assalariam temporariamente, com o objetivo de complementar a renda familiar.

Já nas microrregiões localizadas na Zona da Mata, verifica-se que a composição do pessoal ocupado na agricultura difere significativamente daquela que se observa nas áreas anteriormente mencionadas. Na Zona da Mata, há um maior equilíbrio na participação das diversas categorias de força-de-trabalho no total do pessoal ocupado na agricultura, constatando-se que o contingente de trabalhadores permanentes é quase equivalente ao de mão-de-obra familiar; é expressivo, também, o número de trabalhadores temporários. Essa presença significativa de assalariados evidencia a ocorrência, nessa área, de relações de produção mais nitidamente capitalistas.

PESSOAL OCUPADO

NÚMERO DE PESSOAS POR 100 HECTARES
DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sínopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 3

Quanto às áreas caracterizadas pelos mais baixos índices de absorção de força-de-trabalho, verifica-se que correspondem, basicamente, à parte ocidental do território nordestino e a alguns trechos da zona semi-árida, bem como do sul da Bahia. Em todas essas áreas, a reduzida absorção de mão-de-obra pode ser atribuída ao predomínio mais acentuado da pecuária bovina, que se constitui numa atividade pouco absorvedora de força-de-trabalho.

Convém salientar que, numa dessas áreas caracterizadas pela reduzida absorção de mão-de-obra, verificou-se um aumento significativo do pessoal ocupado durante a década de 70. Trata-se da porção ocidental da Região, na qual o processo de expansão da fronteira agrícola conduz a um aumento do número total de pessoas ocupadas na agricultura, dada a grande ampliação do número e da área dos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, o número de empregos por unidade de área que se verifica nos estabelecimentos recentemente implantados é bastante baixo; além disso, embora esses estabelecimentos contribuam para a criação de novas oportunidades de trabalho, contribuem, também, para a destruição de oportunidades que existiam anteriormente, uma vez que provocam o deslocamento de ocupantes.

No que se refere à evolução da força-de-trabalho agrícola no Nordeste, durante a década de 70, cabe mencionar, também, que se verificou uma redução do pessoal ocupado na agricultura em algumas áreas que se caracterizam pelos níveis mais elevados de absorção de força-de-trabalho agrícola. Esse é o caso das microrregiões correspondentes ao Agreste pernambucano, em que a agricultura vem passando por transformações com ênfase na pecuarização ou na modernização do processo produtivo. Caso se verifique uma tendência à continuidade desse tipo de transformações na área agrestina, ocorrerá uma redução acentuada das oportunidades de trabalho nessa área que se caracterizava, na década de 70, como uma das principais áreas absorvedoras de mão-de-obra.

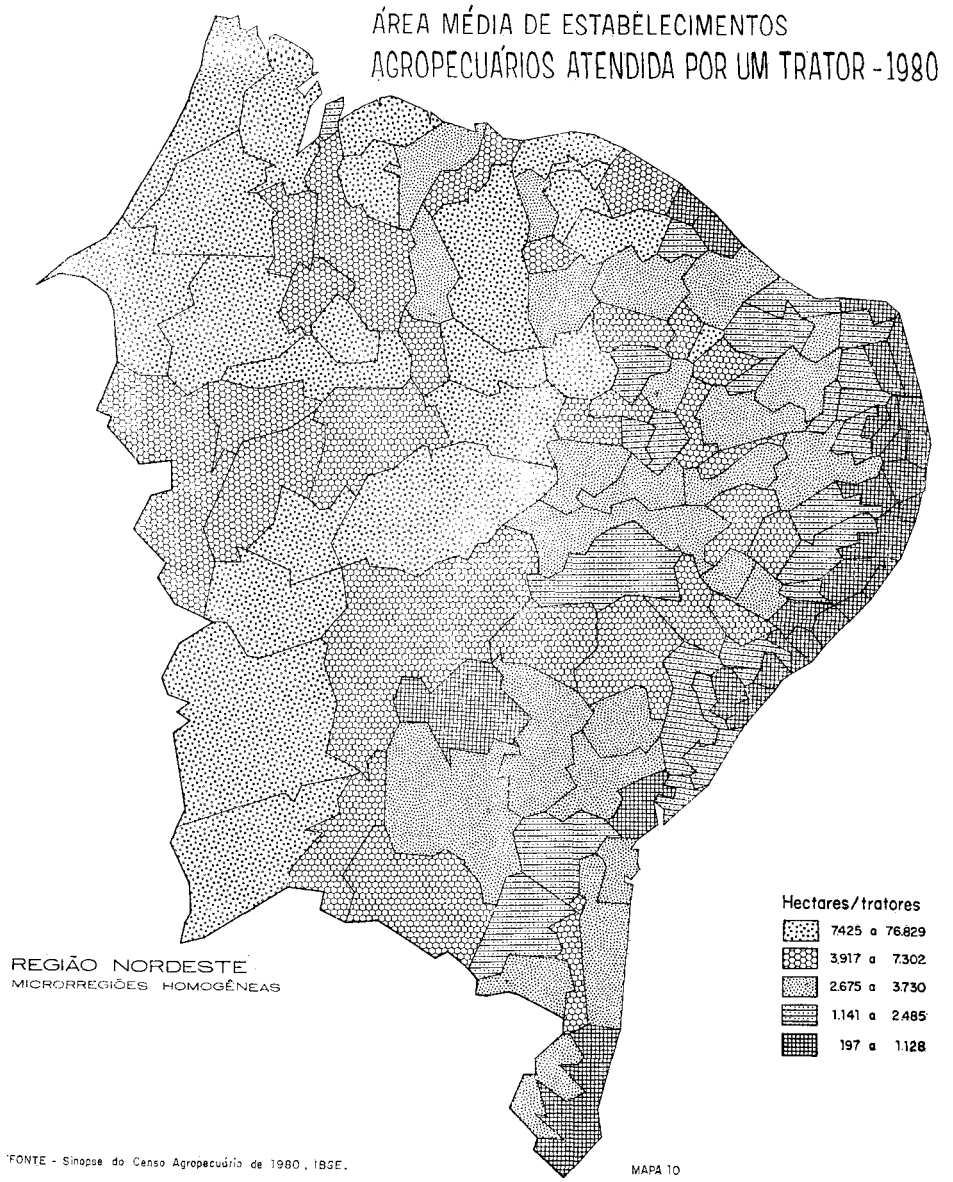
Um último aspecto da agricultura nordestina que será abordado, com o objetivo de caracterizar o espaço agrário regional, é aquele referente à intensidade da mecanização do processo produtivo. Para isso, foram utilizados dados relativos à área média de estabelecimentos agropecuários atendida por um trator. Observando-se a evolução desse indicador, no período de 1970-80 (Mapa 10), verifica-se que houve um aumento significativo da mecanização da agricultura nordestina, uma vez que a área média atendida por um trator passou de 10.204 hectares, em 1970, para 2.666 hectares, em 1980.

Apesar desse aumento significativo, observado para o conjunto regional, a maior intensidade da mecanização do processo produtivo continuou a se verificar na faixa oriental do território nordestino. Aí se concentram as lavouras de maior valor comercial, entre as quais se destaca, especialmente, a da cana-de-açúcar, dominante nas microrregiões da Zona da Mata.

Na área canavieira, embora se verifique que, em alguns trechos, as condições de topografia impõem limitações ao uso de máquinas agrícolas, constata-se uma grande difusão da mecanização, sendo os tratores utilizados, inclusive, com grande freqüência, para o transporte de cana, no interior dos estabelecimentos agropecuários. O processo de mecanização, nessa área, foi mesmo reforçado após 1974, em conseqüência dos estímulos dirigidos à utilização de máquinas e insumos modernos, pelo Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.

TRATORES

ÁREA MÉDIA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ATENDIDA POR UM TRATOR - 1980



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 10

Nas microrregiões agrestinas próximas à Zona da Mata, observa-se que a maior intensidade da mecanização está, também, associada à importância que aí assumem as lavouras comerciais. Em alguns trechos dessas microrregiões é a própria lavoura da cana-de-açúcar que contribui para o uso mais freqüente de tratores; isso ocorre sobretudo nas Microrregiões Piemonte da Borborema (92), Brejo Paraibano (98) e Arapiraca (118). Em outros trechos agrestinos, a maior intensidade de mecanização, aparentemente, encontra-se associada à presença de lavouras comerciais diversificadas, cujo desenvolvimento é estimulado pela facilidade de escoamento da produção em direção aos centros consumidores.

Fora da faixa oriental do Nordeste, apresentam utilização mais intensa de tratores algumas unidades esparsas pelo território regional. Entre essas unidades, encontram-se as Microrregiões Litoral de Pacajus (60), Fortaleza (59) e Recôncavo Baiano (151), nas quais se verifica, também, a importância das lavouras comerciais. Tais lavouras vêm sendo estimuladas seja pela proximidade dos centros urbanos consumidores, num processo semelhante ao que se observa no Agreste, seja pela possibilidade de colocação da produção no mercado externo.

Outra unidade que se destaca pela maior utilização de tratores é a Chapada Diamantina Setentrional (135), na qual os trechos de solos mais férteis favorecem a presença de atividades de lavoura praticadas com caráter mais intensivo, destacando-se entre elas a cultura do feijão.

Finalmente, verifica-se, também, uma grande intensidade da mecanização na Microrregião Litorânea do Extremo Sul da Bahia (156), na qual o uso de tratores está associado, basicamente, à exploração da madeira, bem como ao processo de formação de pastagens, nessa área de predomínio da pecuária bovina melhorada.

Em contraste com a porção oriental do Nordeste e com as unidades esparsas que foram enumeradas, uma extensa área localizada a oeste da Região apresenta os mais baixos índices de mecanização observados no território nordestino. Nessa área, a atividade agrária dominante é a pecuária bovina extensiva, quer praticada à solta, em terras devolutas, quer desenvolvida em grandes propriedades, muitas das quais implantadas recentemente, num contexto de expansão da fronteira agrícola. Neste contexto, a aquisição de terras é freqüentemente feita com o objetivo principal de reserva de valor, não havendo interesse dos proprietários em desenvolver atividades de lavoura, que implicam em maiores riscos e maiores investimentos do que aqueles requeridos pela criação extensiva. Dessa forma, a pecuária bovina se constitui na atividade agrária preferida pela maioria dos produtores rurais, conduzindo ao uso de número reduzido de tratores por unidade de área.

Recentemente, porém, tem-se verificado, nessa faixa ocidental do Nordeste, caracterizada pelo uso pouco freqüente de tratores, uma tendência à intensificação do processo de mecanização, dadas as características do processo mais recente de expansão da fronteira agrícola. Tal tendência ao incremento da utilização de máquinas agrícolas será abordada no capítulo seguinte do trabalho, em que serão analisadas algumas das transformações mais significativas que se observaram na agricultura nordestina, durante a década de 70.

3 — TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA NORDESTINA DURANTE A DÉCADA DE 70

A partir do exame de mapas que expressam a variação absoluta ou relativa de aspectos da agricultura nordestina sobre os quais se dispunha de dados comparáveis para 1970, 1975 e 1980, foi possível identificar alterações marcantes durante a década. Essas alterações serão abordadas a seguir, ressaltando-se as diferenças observáveis entre os dois qüinqüênios.

Inicialmente, se fará referência ao uso de tratores, tomado como indicador, ainda que precário, do grau de modernização dos estabelecimentos agropecuários. Algumas tendências significativas, no que concerne ao processo de mecanização, podem ser observadas através dos mapas de variação relativa do número de tratores, nos períodos de 1970-75 e 1975-80.

No primeiro qüinqüênio, as microrregiões que apresentaram variação mais acentuada do número de tratores (Mapa 11) achavam-se bastante dispersas pelo espaço nordestino. Na maioria dessas microrregiões, o uso de tratores, em 1970, era muito raro, e um pequeno acréscimo em termos absolutos foi suficiente para que a variação relativa atingisse níveis bastante elevados.

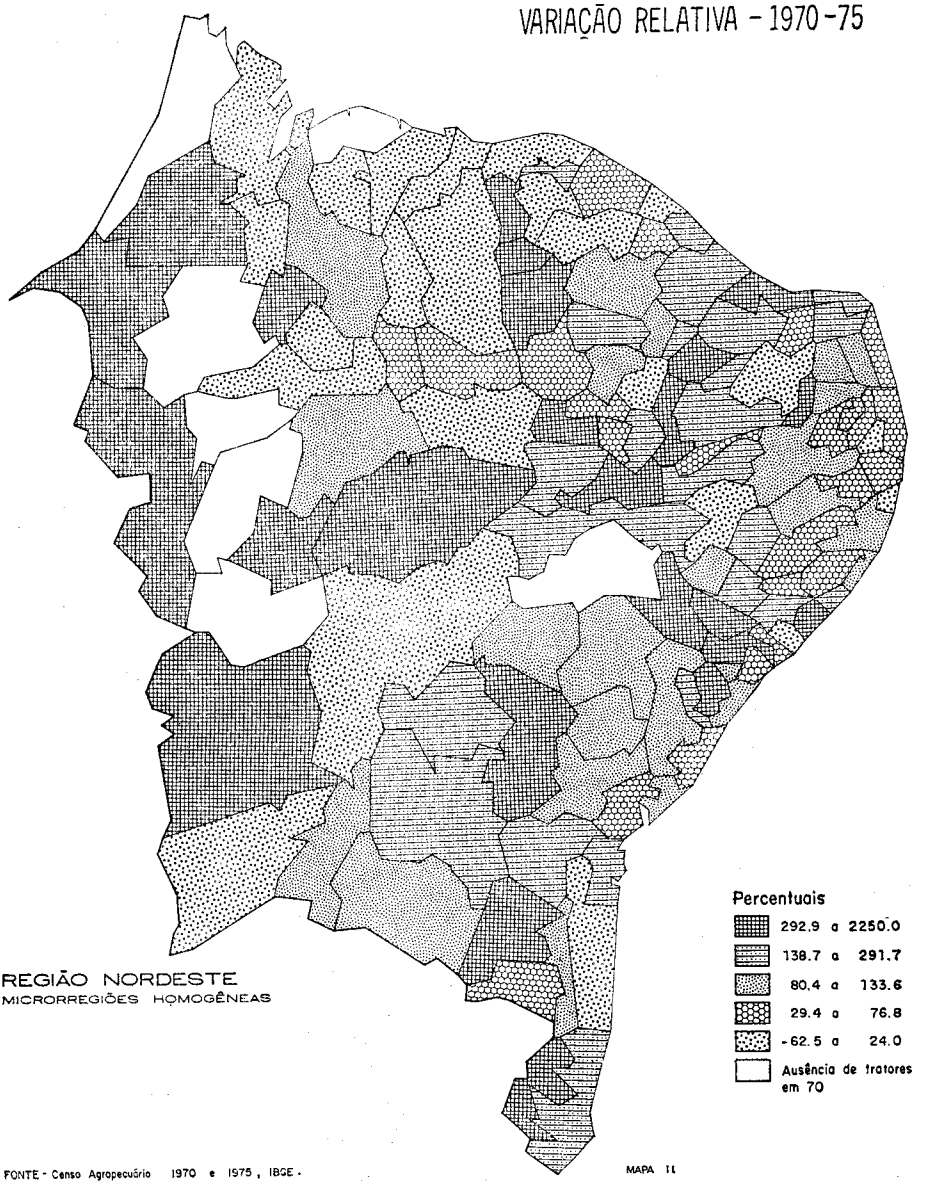
Algumas das unidades de observação que apresentaram variação relativa acentuada fogem, porém, a essa situação apontada como sendo a mais freqüente, pois apresentaram, também, uma variação absoluta significativa do número de tratores. Nesse caso encontram-se algumas microrregiões onde, embora já fosse difundido o uso de tratores em 1970, só nos anos posteriores se verificou maior desenvolvimento das lavouras comerciais, encontrando-se estas, ainda; em fase de expansão. Correspondem elas a Microrregião Tabuleiros de São Miguel dos Campos (119) onde vem ocorrendo o incremento da cultura da cana-de-açúcar, nos solos pouco férteis, porém, facilmente mecanizáveis dos tabuleiros; a Micro Agreste de Lagarto (128), no qual o fácil acesso a mercados urbanos tem permitido a diversificação e intensificação das lavouras; e a Microrregião Salineira Norte-Riograndense (79), onde uma produção diversificada, porém, com a presença significativa do plantio do tomate, visando à industrialização, vêm-se associando à difusão de tecnologia moderna.

Por outro lado, algumas microrregiões localizadas na parte ocidental da Região e que se caracterizavam, em 1970, pela baixa ocupação do solo e uso extremamente raro de máquinas agrícolas, apresentaram, também, acentuada variação relativa do número de tratores, além de terem apresentado variação absoluta significativa dos mesmos. Nesse caso encontram-se as Microrregiões Imperatriz (38), Altos Piauí e Canindé (54) e Chapadões do Alto Rio Grande (131). Assim, em unidades que se situam numa área de expansão da fronteira agrícola do País, já era observável, na primeira metade da década, uma tendência à difusão do processo de modernizaçqão — tendência essa que viria a se reforçar no período seguinte.

De fato, no mapa referente à variação relativa ao número de tratores no período de 1975-80 (Mapa 12), constata-se que as microrregiões incluídas na classe de variação mais acentuada localizam-se predominantemente na porção oeste da Região, onde tem sido generalizado o processo de ampliação do espaço agrário. Dentre essas unidades, as que

NÚMERO DE TRATORES

VARIAÇÃO RELATIVA - 1970-75



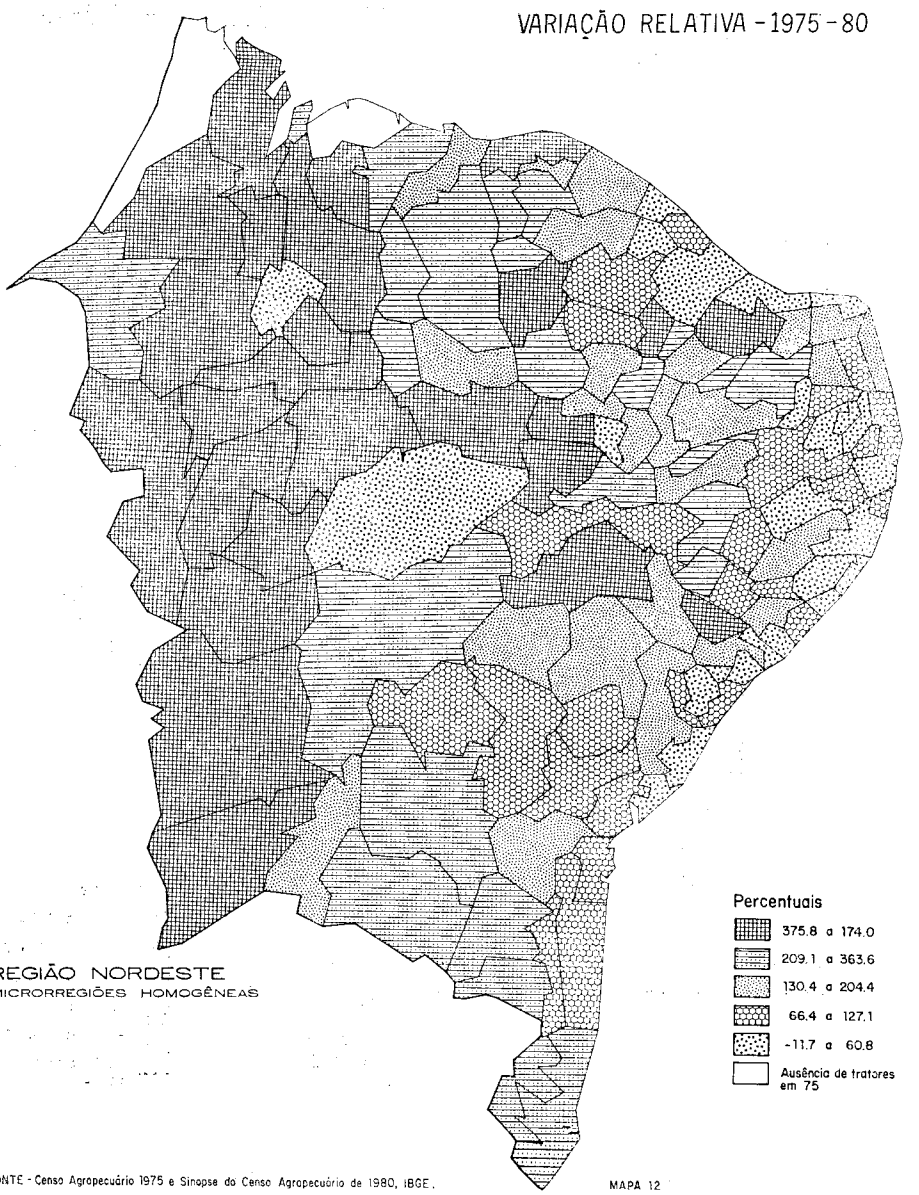
REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975, IBGE.

MAPA II

NÚMERO DE TRATORES

VARIAÇÃO RELATIVA - 1975 - 80



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Censo Agropecuário 1975 e Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 12

apresentaram variação absoluta mais elevada do número de tratores, durante o qüinqüênio, foram as Microrregiões Itapecuru (36), Chapadas do Sul Maranhense (42), Baixo Balsas (43) e Chapadões do Alto Rio Grande (131). Dessa forma, em extensas áreas nas quais o crescimento da agricultura vinha-se processando quase exclusivamente através da expansão horizontal, passou a ocorrer, também, um processo significativo de mecanização nos estabelecimentos agropecuários. Esse fato pode ser atribuído às especificidades do movimento mais recente de expansão da fronteira agrícola. Por um lado, diante dos estímulos governamentais à aquisição de tratores, tornou-se mais conveniente, para alguns produtores rurais, a utilização de máquinas do que o emprego de trabalhadores nas tarefas de derrubada da vegetação original e de plantio de pastos. Por outro lado, a partir dos últimos anos da década de 70, têm chegado ao trecho ocidental do Maranhão e da Bahia grupos de produtores rurais que adquirem terras com o objetivo de nelas introduzir lavouras comerciais praticadas com uso de máquinas e de insumos modernos. Esses produtores vêm, em sua maioria, do Sul do País e vendem seus estabelecimentos nas áreas de origem para comprar estabelecimentos maiores, em locais onde o preço da terra é mais acessível. Embora tais grupos do Sul não sejam numerosos, vêm contribuindo, significativamente, para o avanço do processo de mecanização da agricultura. Esse processo foi marcante não apenas na faixa de ocupação mais recente localizada ao longo dos limites ocidentais da Região, mas também nas microrregiões contíguas, situadas mais a leste, onde o avanço da fronteira agrícola já se iniciara há mais tempo.

Fora dessa extensa área localizada a oeste da Região, verificam-se algumas ocorrências de unidades nas quais a mecanização no setor agropecuário revelou-se importante no período de 1975-80. Todas essas ocorrências correspondem a áreas que, embora localizadas no sertão semi-árido, apresentam a possibilidade de desenvolvimento da lavoura, devido a presença de rios ou açudes junto aos quais se praticam lavouras irrigadas ou culturas de vazante; além disso, essas áreas são servidas por rodovias que facilitam o escoamento dos produtos agrícolas em direção aos mercados urbanos.

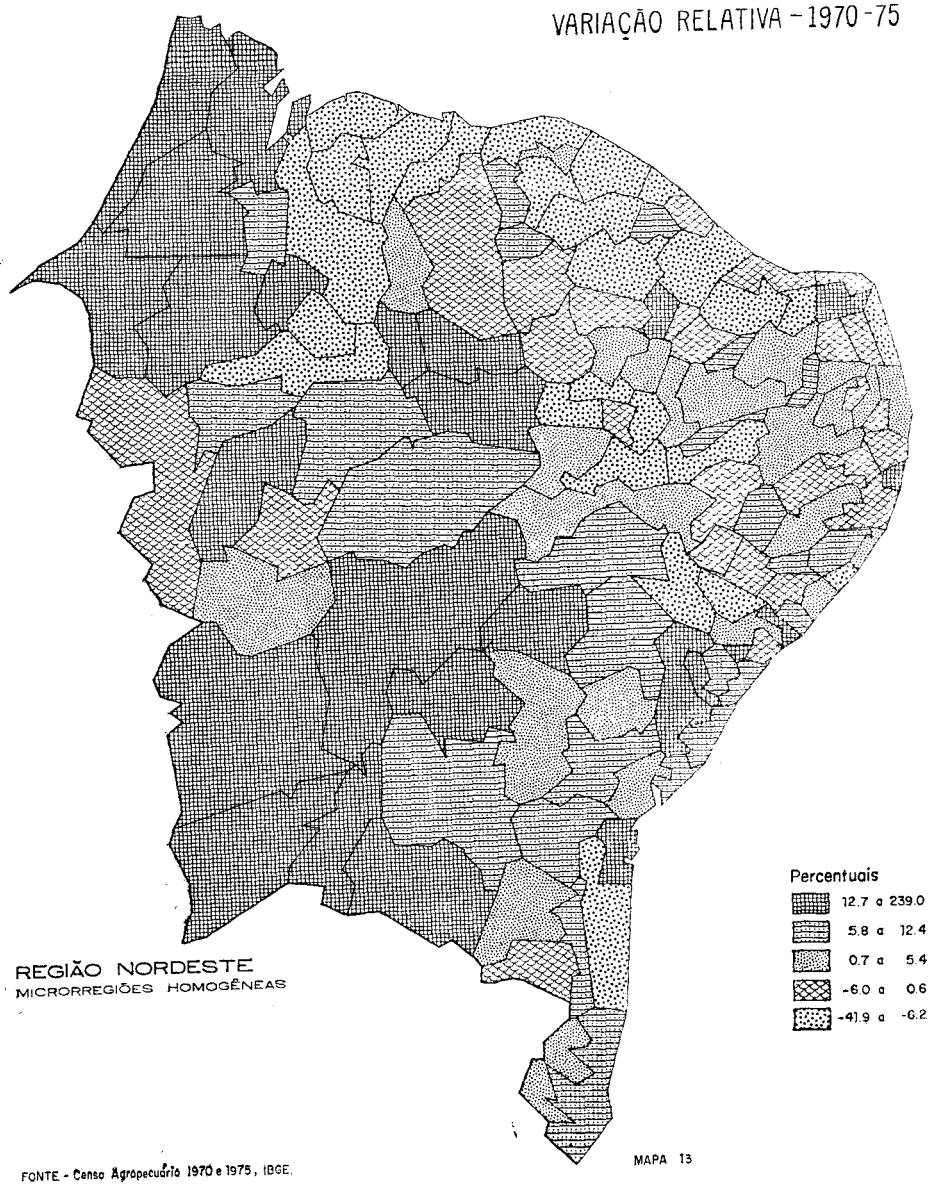
Se as características da rede de transportes tiveram influência sobre o incremento das lavouras comerciais, associadas ao processo de mecanização da agricultura, desempenharam um papel ainda mais importante na ampliação do espaço agrário, que se constituiu numa das transformações marcantes da agricultura nordestina, durante os anos 70.

A grande ampliação da rede rodoviária que caracterizou essa década, durante a qual se enfatizava, nas esferas governamentais, a necessidade de integração do Território Nacional, conduziu a drásticas alterações no grau de acessibilidade de extensas áreas localizadas não apenas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País, mas também na porção ocidental do Nordeste. Nesta última, a implantação de rodovias atravessando áreas de ocupação rarefeita e caracterizadas pela presença de terras devolutas, viabilizou uma nova etapa de ocupação do território, conduzindo a uma grande ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários, tal como se pode observar através dos mapas que expressam a variação relativa da área desses estabelecimentos.

Com efeito, no mapa referente ao período de 1970-75 (Mapa 13), verifica-se uma concentração das microrregiões que apresentaram as variações mais acentuadas na metade ocidental do Nordeste. Todas essas

ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

VARIAÇÃO RELATIVA - 1970-75



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975, IBGE.

MAPA 13

microrregiões caracterizavam-se, em 1970, por um baixo grau de ocupação das terras, verificando-se que, na maioria delas, os estabelecimentos agropecuários ocupavam menos de 40% da área territorial. Apenas as Microrregiões Médio Parnaíba Piauiense (48), Baixões Agrícolas Piauienses (51), Médio São Francisco (134) e Serra Geral da Bahia (137) apresentavam um grau de ocupação um pouco mais elevado, que se situava entre 40,1 e 56,4%; as duas primeiras localizam-se numa área de transição para a faixa mais densamente ocupada do Nordeste oriental e as últimas encontram-se próximas às áreas mais povoadas do norte de Minas Gerais e sudeste da Bahia. Nessa porção oeste da Região as unidades que apresentaram variações mais acentuadas da área dos estabelecimentos agropecuários concentram-se em núcleos correspondentes aos trechos que mais cedo foram atingidos pelo avanço das rodovias. Esse foi o caso do oeste do Maranhão, cortado pela Belém-Brasília (BR-153) e pela Belém-Maceió (BR-316); do oeste da Bahia, atravessado pela Brasília-Salvador (BR-242) e pela Brasília-Fortaleza (BR-020); das microrregiões próximas a picos-cidade que se tornou importante entroncamento de estradas, após o surto recente de expansão rodoviária.

Se todas essas microrregiões localizadas na parte ocidental do Nordeste se assemelharam em termos da rapidez com que se verificou a expansão horizontal, esta expansão apresentou especificidades quando se consideram as unidades que se encontram no Maranhão ou no Piauí e aquelas que se situam na Bahia. Enquanto nos dois primeiros Estados a expansão da área dos estabelecimentos prosseguiu associada a uma ampliação significativa da área de lavouras temporárias, na Bahia essa expansão foi acompanhada sobretudo pelo avanço da pecuária bovina. Essa diferenciação pode ser atribuída aos diferentes papéis desempenhados pelas duas áreas na reestruturação do espaço agrário nacional, durante a década de 70.

O Maranhão e o Piauí absorveram grande contingente de pequenos produtores que se deslocavam da zona semi-árida do Nordeste, especialmente de trechos do próprio Piauí ou Ceará, em busca de melhores condições de sobrevivência nas terras mais úmidas e "livres" da parte ocidental da Região. Nos estabelecimentos implantados por esses pequenos produtores, foram introduzidas, como atividades agrárias dominantes, as lavouras alimentares diversificadas e a criação de animais de pequeno e médio porte. A produção obtida nessas pequenas unidades, embora vise basicamente à subsistência das famílias produtoras, entra, também, no circuito comercial, através dos excedentes que são encaminhados para o abastecimento de cidades localizadas em diferentes Regiões do País, cabendo ressaltar que é mais significativa a comercialização dos excedentes de arroz.

Apesar desse papel importante que assumia como área de absorção de migrantes provenientes da zona sertaneja, essa porção do território nordestino se apresentava, também, como área de atração de grandes fazendeiros e empresários, oriundos particularmente do Centro-Sul. Esses fazendeiros e empresários geralmente adquiriam imóveis rurais em áreas anteriormente caracterizadas pela presença de terras devolutas, beneficiando-se dos incentivos proporcionados pela SUDENE ou pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); nos estabelecimentos agropecuários por eles implantados a pecuária bovina era introduzida como atividade econômica principal.

No caso do oeste da Bahia, tal como se afirmou anteriormente, a expansão horizontal prosseguiu associada sobretudo à introdução da pe-

cuária — o que fica evidenciado pelos dados censitários relativos aos efetivos de bovinos. Constituindo-se numa área que não fora atingida pelo afluxo mais intenso de migrantes provenientes do próprio Nordeste, a porção ocidental da Bahia passou a ser objeto de interesse de compradores de terras, depois que a construção de rodovias quebrou o isolamento em que permanecera até a década de 60. O baixo preço das terras se constituiu em fator de atração para os compradores de terras, de modo geral, a maioria dos quais optava pela pecuária como atividade que implica em menores riscos do que aqueles associados à lavoura; para alguns produtores provenientes do Sul, entretanto, um outro fator de atração apresentado pelo oeste da Bahia era a possibilidade de aí introduzirem lavouras mecanizadas, nos trechos de cerrado.

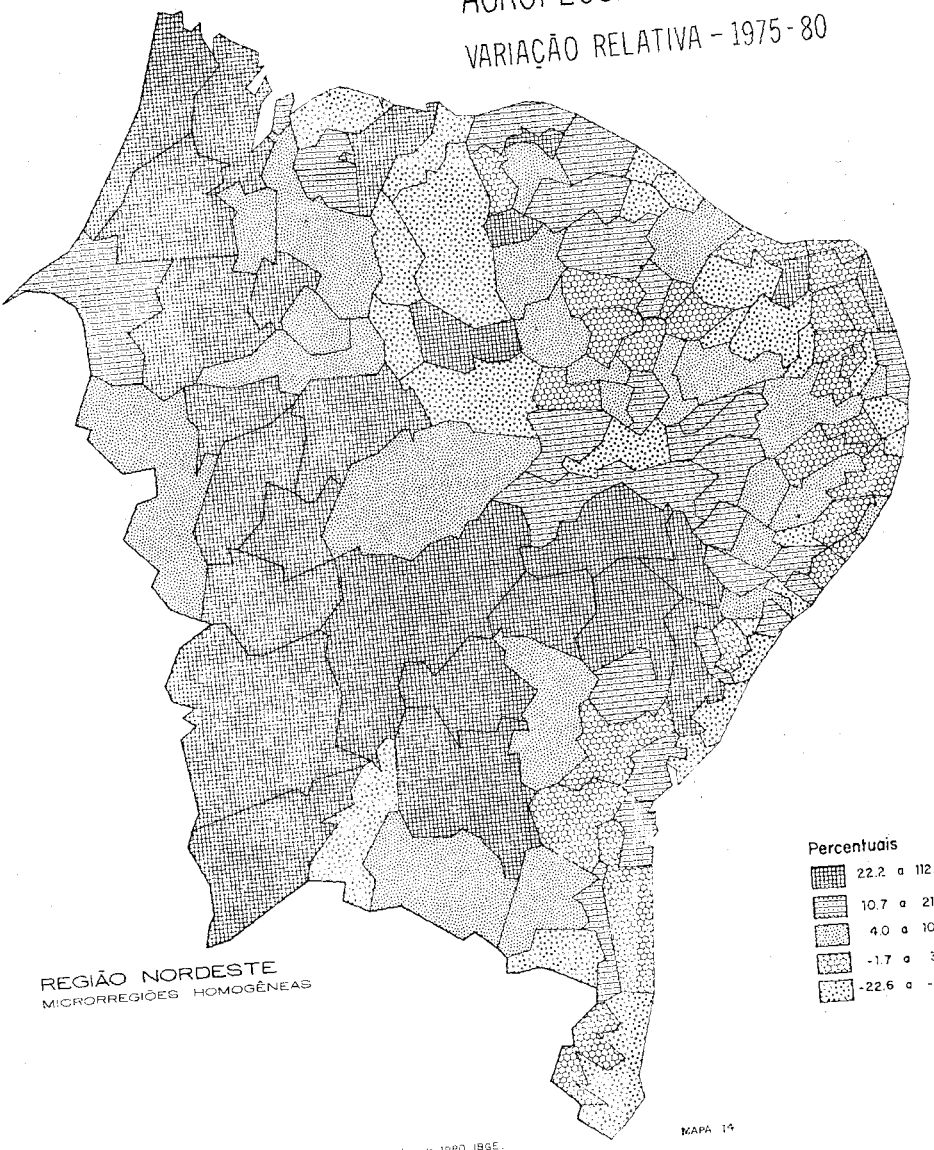
Embora tenha sido a porção ocidental do Nordeste que apresentou maior número de microrregiões caracterizadas pela ampliação acentuada da área dos estabelecimentos — o que é facilmente compreensível dada a disponibilidade de terras "livres" —, algumas unidades localizadas na parte oriental da Região também apresentaram grande variação da área dos estabelecimentos agropecuários, no período de 1970-75. Nessas unidades, embora o grau de ocupação das terras, em 1970, não fosse tão baixo como aquele que se verificava na faixa ocidental, era, geralmente, inferior ao das microrregiões circundantes, o que representava maior disponibilidade de terras para expansão horizontal. Verificou-se, nessas unidades, um preenchimento de espaços pelos estabelecimentos agropecuários, num processo de expansão da fronteira interna. Em diversas dessas microrregiões, que se localizam, em sua maioria na faixa litorânea ou no Agreste, verificou-se um aumento significativo da área de lavouras permanentes, no período em questão. É provável que esse aumento da área de lavouras permanentes possa ser atribuído à expansão do cultivo de frutas, nessas áreas caracterizadas pelo fácil acesso aos centros urbanos e, em alguns casos, pela presença de unidades agroindustriais que absorvem parte da produção da lavoura.

Passando-se a analisar a ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários no período de 1975-80 (Mapa 14), verifica-se que, assim como no período anterior, a maioria das microrregiões que se destacou em termos de variação relativa está localizada na parte oeste da Região — tal como se poderia esperar, dada a continuidade do processo de expansão da fronteira agrícola. Algumas diferenças, entretanto, são observáveis em relação à primeira metade da década.

Por um lado, as microrregiões localizadas na parte ocidental da Região e caracterizadas pelo maior aumento da área dos estabelecimentos agropecuários formam um aglomerado mais compacto. Algumas unidades que no qüinqüênio 1970-75 haviam ficado à margem do processo mais acelerado de expansão horizontal, provavelmente devido a sua posição em relação à rede de estradas, já no período seguinte participaram, também, intensamente, do surto de expansão. Assim, as Microrregiões Baixo Bolsas (43), Floriano (50), Médio Gurguéia (53) e Chapadas do Extremo Sul Piauiense (55) passaram a integrar o grupo das unidades que apresentaram maiores variações. Por outro lado, a principal área de concentração do processo de expansão horizontal ampliou-se em direção a leste, com a inclusão de algumas unidades localizadas na porção central ou norte-oriental do sertão da Bahia: as Microrregiões Chapada Diamantina Meridional (136), Corredeiras do São Francisco (140), Sertão de Canudos (141) e Sertão de Paulo Afonso (147). Nesse trecho do sertão da Bahia, assim como na parte ocidental

ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

VARIAÇÃO RELATIVA - 1975-80



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 14

FONTE - Censo Agropecuário - 1975 e Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

do Estado, o processo de expansão horizontal esteve associado sobretudo ao avanço da pecuária, tendo os efetivos bovinos apresentado grande aumento durante o período; trata-se, entretanto, de uma pecuária menos extensiva do que aquela praticada no oeste da Bahia, o que é possibilitado, inclusive, pelo escoamento mais fácil do gado em direção aos mercados consumidores, dada a posição dessas microrregiões no território nordestino.

Além da extensa área contínua a que se fez referência, algumas outras unidades esparsas pela Região apresentaram também uma variação relativa acentuada da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, verificando-se, assim, um preenchimento dos espaços que haviam permanecido disponíveis após os ciclos anteriores de ocupação. Em todas essas unidades, foi bastante significativa a ampliação da área dedicada à prática da lavoura.

À medida que se busca estabelecer associações entre o tipo de atividades agropecuárias que vêm-se expandindo no território nordestino e os processos de mecanização da agricultura ou de ampliação do espaço agrário que têm ocorrido na Região, verifica-se a importância da criação de bovinos, no contexto das transformações da agricultura regional. Tendo em vista essa importância, considerou-se pertinente uma análise mais detalhada da evolução do rebanho bovino do Nordeste, passando-se a focalizar, em seguida, a variação absoluta desse rebanho, em cada um dos períodos que vêm sendo considerados.

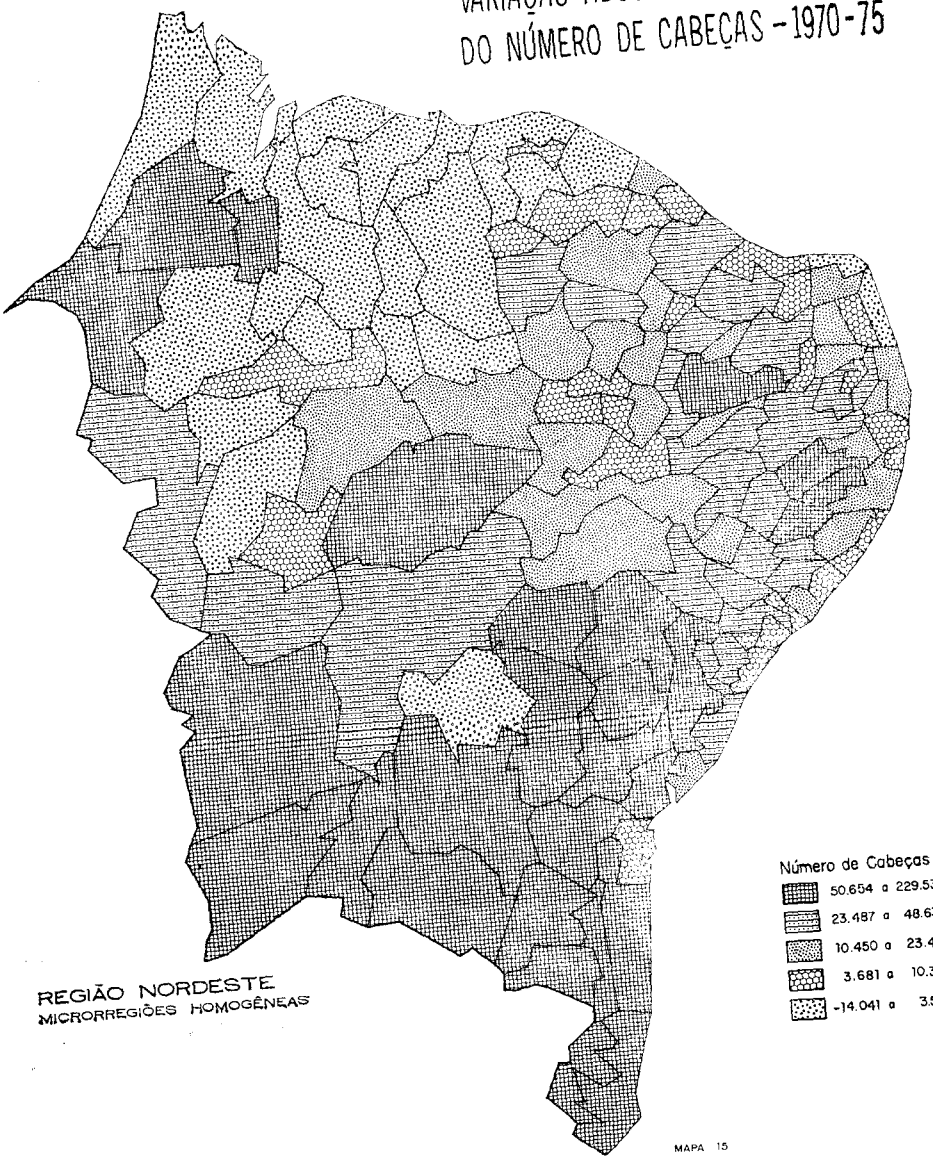
No período de 1970-75, tal como se pode verificar através do mapa 15, chama atenção o fato de que os grandes aumentos concentraram-se de forma maciça na Bahia, abrangendo grande parte da superfície desse Estado. Embora tais aumentos possam ser atribuídos predominantemente, ao processo de expansão horizontal da agropecuária que ocorreu sobretudo na porção centro-ocidental da Bahia e foi acompanhado pelo avanço da pecuária bovina praticada em moldes extensivos, outras características da organização agrária contribuíram, também, para a magnitude e abrangência que apresentou o fenômeno, nesse Estado.

O aumento do número de cabeças esteve associado não só à ampliação da área dos estabelecimentos e das pastagens, mas, também, à evolução do nível técnico de produção, no âmbito dos estabelecimentos agropecuários. Sobretudo na porção sudeste do Estado, verificou-se, a partir da segunda metade da década de 60, um avanço da "pecuária melhorada". Para esse avanço, que corresponde a um processo de capitalização da agricultura, contribuiram diversos fatores, entre os quais se podem destacar a melhoria nas condições de transporte rodoviário e a ampliação da concessão de crédito destinado à pecuária bovina.

De fato, os bancos oficiais, como Banco do Brasil, BNB e Banco da Bahia, forneceram crédito a médio prazo e com juros baixos, permitindo que os fazendeiros expandissem seus plantéis[19]; geralmente, a concessão de crédito esteve associada à assistência sanitária, o que concorreu para a melhoria do rebanho. Por outro lado, durante o período em questão, foi concluída a Rodovia BR-101 que, tal como se mencionou anteriormente, favoreceu a expansão das pastagens, na porção meridional da Bahia; essa Rodovia, bem como outras estradas que foram

19 Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas*. Recife, SUDENE, 1982. (Estudos regionais, 7).

BOVINOS
VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE CABEÇAS - 1970-75



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 15

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975, IBGE.

construídas ou asfaltadas no mesmo período, facilitaram a comercialização dos produtos agropecuários do sudeste da Bahia, entre os quais assumiam papel importante o gado de corte e a produção leiteira, tendo esta passado a fornecer uma renda suplementar mais significativa aos pecuaristas.

Nas demais áreas do Estado, embora não tenham ocorrido modificações tão relevantes no processo produtivo, verificou-se, em geral, uma atenuação do caráter extensivo da pecuária, sobretudo através do plantio de pastagens, cercamento dos pastos e melhoria genética do rebanho. Um fator que tem contribuído para a ocorrência dessas transformações é a proximidade da Bahia em relação às áreas mais capitalizadas do Sudeste.

Fora do Estado da Bahia, apenas um número reduzido de unidades apresentou aumento mais acentuado do rebanho bovino. Duas dessas unidades encontram-se na zona sertaneja, correspondendo às Microrregiões Altos Piauí e Canindé (54) e Depressão do Alto Piranhas (95); já as Microrregiões Vale do Ipojuca (108) e Agreste Meridional Pernambucano (109), situam-se na faixa agrestina; finalmente, as Microrregiões Pindaré (34), Mearim (35) e Imperatriz (38) localizam-se na Pré-Amazônia Maranhense.

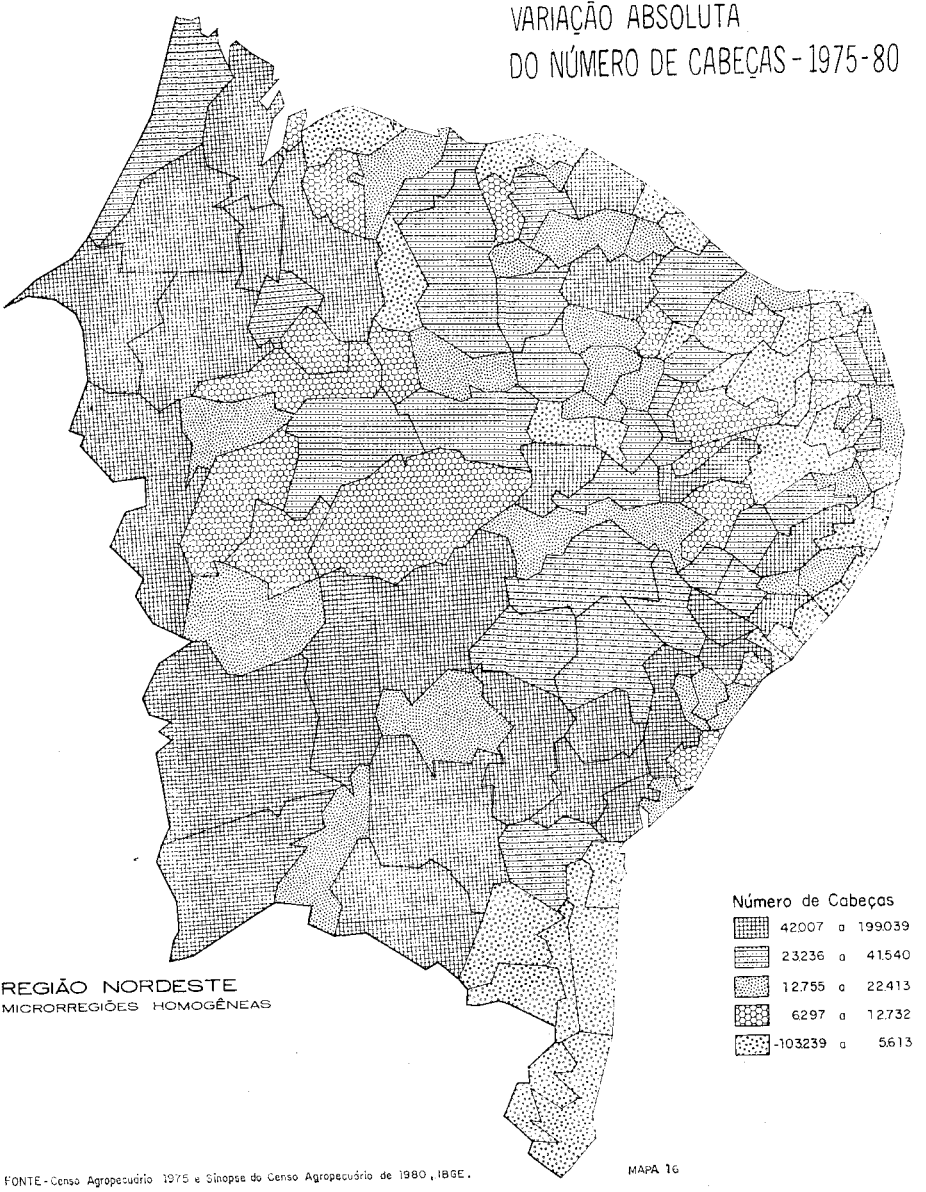
Passando-se a analisar a variação do rebanho bovino no período de 1975-80 (Mapa 16), observa-se que os maiores aumentos tiveram uma distribuição mais disseminada pelo território nordestino do que no período anterior.

No Maranhão, verifica-se que a área de ocorrência das variações mais acentuadas apresenta-se mais extensa do que na primeira metade da década, passando a incluir maior número de microrregiões, todas elas atingidas pelo processo de pecuarização relacionado ao avanço da fronteira agrícola.

Por outro lado, com relação ao Estado da Bahia, constata-se que algumas unidades que se incluiam na classe de aumentos mais elevados no primeiro qüinqüênio, apresentaram diminuição significativa do rebanho na segunda metade da década; este foi o caso das Microrregiões Planalto de Conquista (145), Pastoril de Itapetinga (146), Encosta do Planalto de Conquista (153), Cacaueira (154) e Litorânea do Extremo Sul da Bahia (156). Essa diminuição do rebanho talvez possa ser atribuída ao comportamento dos produtores rurais diante da variação do preço da carne e da diminuição da concessão de crédito para a pecuária — comportamento que se assemelharia àquele adotado pelos produtores do Centro-Sul. Estes produtores enviaram para abate, a partir de 1974, um número muito elevado de animais, inclusive de matrizes, uma vez que se sentiam desestimulados a continuar expandindo seus rebanhos, diante das condições consideradas adversas à pecuária de corte. Dado o caráter cíclico da produção brasileira de carne, são comuns essas elevações e decréscimos acentuados do preço do produto. Assim, no período de euforia que se verificou de 1970 a 1973 os pecuaristas assumiram volumosos empréstimos para investimento em gado, pastagens e benfeitorias, tendo o Governo aberto linhas especiais de crédito visando a desenvolver o setor e a possibilitar exportações. Entretanto, diversos fatores, entre os quais a retração das importações realizadas pelos países da Comunidade Econômica Européia e pelo Japão, impediram que os objetivos governamentais fossem atingidos e verificou-se uma inversão do ciclo, com a conseqüente queda do preço

BOVINOS

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE CABEÇAS - 1975-80



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Censo Agropecuário 1975 e Sinopse do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 16

da carne. Com o início desse novo ciclo, os pecuaristas começaram a destinar ao abate numerosas fêmeas, ainda com capacidade reprodutiva, tendo em vista a perspectiva de manutenção dos preços baixos e, também, a necessidade de saldar compromissos assumidos na fase de expansão do rebanho.

É possível que no sudeste da Bahia, que corresponde à mais extensa área de pecuária melhorada do Nordeste, os pecuaristas venham apresentando um comportamento que tende a se aproximar daquele adotado pelos produtores das áreas mais capitalizadas do País, os quais reagem de maneira mais definida e mais imediata aos incentivos e restrições impostas à pecuária [20].

Além de se ter verificado essa redução do rebanho numa área onde o crescimento do mesmo fora intenso no período anterior, observa-se também, que de um modo geral, o aumento de bovinos foi menos acentuado na segunda metade da década do que na primeira. Mesmo nas microrregiões incluídas na classe de maiores aumentos, a magnitude das variações no período de 1975-80 foi menor do que a observada no período precedente. Tal redução no ritmo de crescimento do rebanho, possivelmente pode ser atribuída não só ao contexto econômico adverso ao desenvolvimento da pecuária bovina, mas também ao fato de que, em 1979, iniciou-se um longo período de seca, na Região. Tendo atingido grande parte do território regional, a seca teria contribuído para a perda de parte do rebanho, nas áreas onde a pecuária foi mais afetada pela escassez de água [21]; por outro lado, a estiagem se teria constituído num fator que desestimulou os pecuaristas nordestinos a continuarem expandindo seus rebanhos.

A tendência mais geral que se observou na Região e, particularmente nas áreas de pecuária mais desenvolvida, no sentido do decréscimo do ritmo de aumento do rebanho, concorreu para que ascendessem à classe de variações mais elevadas algumas microrregiões que se destacaram pelo incremento de seus efetivos bovinos. Neste caso, encontram-se algumas unidades dotadas de maior disponibilidade de água do que as áreas sertanejas circundantes: as microrregiões Araripina (101), Alto Pajeú (104) e Sertão Sergipano do São Francisco (123). Também se destacaram pelo aumento do rebanho certas unidades que, caracterizando-se pela proximidade ou pelo fácil acesso às capitais estaduais, encontraram na demanda que se concentra nessas cidades um fator de estímulo à expansão da pecuária. Correspondem essas unidades às Microrregiões Uruburetama (58), Sertões de Quixeramobim (68), Natal (84), Agreste Meridional Pernambucano (109), Arapiraca (118) e Nossa Senhora das Dores (125).

Se os dados proporcionados pela Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, permitindo avaliar a variação do rebanho bovino, pareceram fornecer algumas indicações com relação ao efeito que teve sobre a pecuária nordestina, a seca que se iniciou em 1979, o mesmo não acontece com os dados referentes às lavouras. A respeito destas últimas, que se constituem na atividade agropecuária mais vulnerável à escassez de água, a Sinopse Preliminar proporciona, apenas, infor-

20 Ver SILVA, Jairo Augusto. *A pecuária no Brasil;* algumas considerações. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. mimeo.

21 Os dados referentes ao percentual de animais vitimados, em 1975 e em 1980, revelam que diversas das microrregiões onde aumentou esse percentual correspondem a unidades atingidas pela seca.

mações sobre área plantada; não fornece dados referentes à área colhida ou à quantidade de produtos obtido, que permitiriam avaliar as perdas decorrentes da estiagem.

Dada a gravidade do problema representado pela seca que se abateu sobre a Região e que viria a se estender até 1983 — passando a se constituir na seca mais abrangente e mais prolongada de que se tem notícia desde o século XVI — considerou-se importante tentar avaliar seus efeitos sobre a agricultura através de outras informações de que se dispunha.

Partindo de levantamentos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito da produção agrícola municipal, construiu-se um indicador da variação do rendimento médio das lavouras temporárias, segundo as microrregiões homogêneas, no período de 1975-80 (ver Chamada 22). Esse indicador, uma vez mapeado (Mapa 17), permite verificar a ocorrência de uma extensa área de decréscimo significativo dos rendimentos da lavoura, no período em questão.

Em 3/5 das microrregiões ocorreram variações negativas do rendimento das lavouras temporárias e a quinta parte dessas microrregiões apresentou decréscimos que atingiram a faixa de 33 a 75%. Esses dados se tornam particularmente expressivos quando se tem em vista que eles se referem ao período inicial de uma seca que prosseguiria, ainda, por alguns anos ininterruptos; assim, as safras seguintes sofreriam perdas ainda maiores, levando a Região a atingir a situação mais calamitosa em 1983.

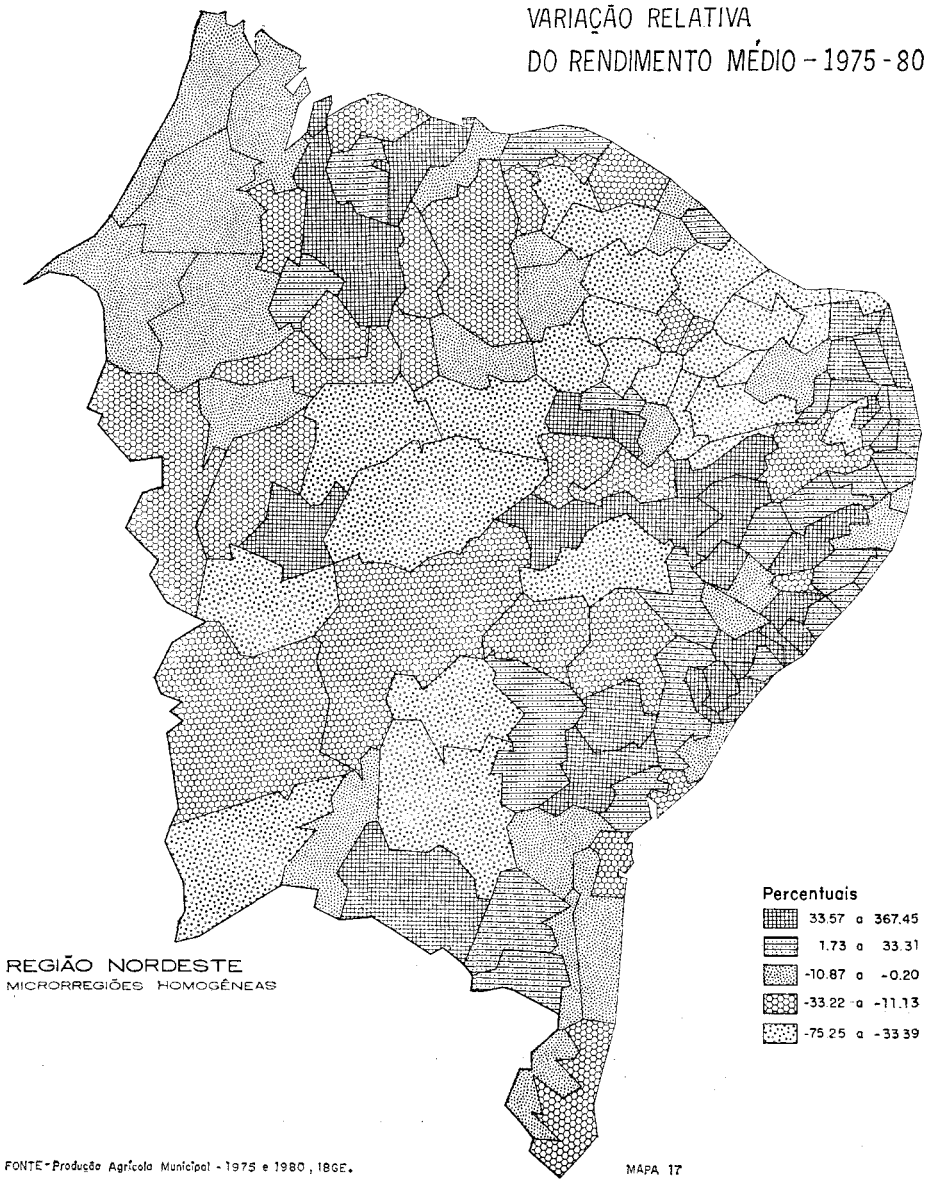
As microrregiões em que se verificaram os maiores decréscimos de rendimento da lavoura temporária, no período de 1975-80, localizam-se em áreas de semi-aridez acentuada, correspondendo a uma grande parte do Ceará, porção ocidental do Rio Grande do Norte e da Paraíba, extensa área ao sul do Piauí e algumas ocorrências no interior da Bahia. A vasta superfície do interior do Nordeste que apresentou decréscimos tão acentuados parece indicar o quanto a agricultura da região semi-árida permanece vulnerável às flutuações climáticas, apesar das proposições da SUDENE, de desenvolver, no sertão, um tipo de agricultura mais resistente à seca. As medidas adotadas nesse sentido, porém, ficaram limitadas, quase exclusivamente à implantação de projetos de irrigação em áreas restritas. Algumas dessas áreas já apresentavam, antes das obras realizadas por iniciativa governamental, trechos em que a agricultura irrigada era praticada em moldes tradicionais, tendo essa atividade tradicional sido desativada em conseqüência da implantação da irrigação desenvolvida com técnicas mais modernas.

Geralmente, a utilização de processos de irrigação ou a prática de culturas de vazante se constituem em fatores que permitiram o aumento verificado no rendimento das lavouras temporárias, em alguns trechos localizados no sertão nordestino. Esse foi o caso de uma área do sul do Ceará, onde os pequenos cursos d'água que se formam na base da Chapada do Araripe são aproveitados pelos produtores rurais, que cultivam as terras próximas às suas margens; essa área corresponde as Microrregiões Chapada do Araripe (77) e Cariri (78). Outro trecho onde se verificou elevação do rendimento das lavouras temporárias localiza-se em Pernambuco, abrangendo parte dos vales do São

22 A respeito da metodologia utilizada para a elaboração desse indicador, verificar anexo 1.

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

VARIAÇÃO RELATIVA DO RENDIMENTO MÉDIO - 1975 - 80



REGIÃO NORDESTE
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

FONTE - Produção Agrícola Municipal - 1975 e 1980, IBGE.

MAPA 17

Francisco, do Moxotó e Pajeú; abrange as Microrregiões Sertão Pernambucano de São Francisco (103), Alto Pajeú (104) e Sertão do Moxotó (105). Ocorrem, ainda, na área sertaneja duas unidades isoladas, em que as lavouras temporárias apresentaram elevação dos rendimentos: a Microrregião Médio Gurguéia (53), que possui trechos onde a maior umidade permite uma lavoura diversificada e a Microrregião Serra Geral da Bahia (137), onde os solos calcários e a presença de lagoas e rios favorecem o desenvolvimento da agricultura.

A análise que se vem fazendo a respeito das transformações do espaço agrário do Nordeste, durante a década de 70, permitiu detectar diferenciações intra-regionais marcantes com relação às formas de crescimento assumidas pela agricultura. Algumas tendências associadas a essas formas de crescimento foram apontadas a partir da análise dos dados de variação relativa, tanto do número de tratores, quanto da área dos estabelecimentos agropecuários — tomados, respectivamente, como indicadores da modernização e da expansão horizontal da agricultura.

Achou-se oportuno, entretanto, analisar também a variação absoluta desses dois indicadores e, assim, as áreas onde se verificaram as variações mais acentuadas de cada um deles foram representadas num mapa que busca proporcionar uma visão sintética da incidência espacial das duas formas de crescimento da agricultura no Nordeste, no decorrer da década (Mapa 18) [23].

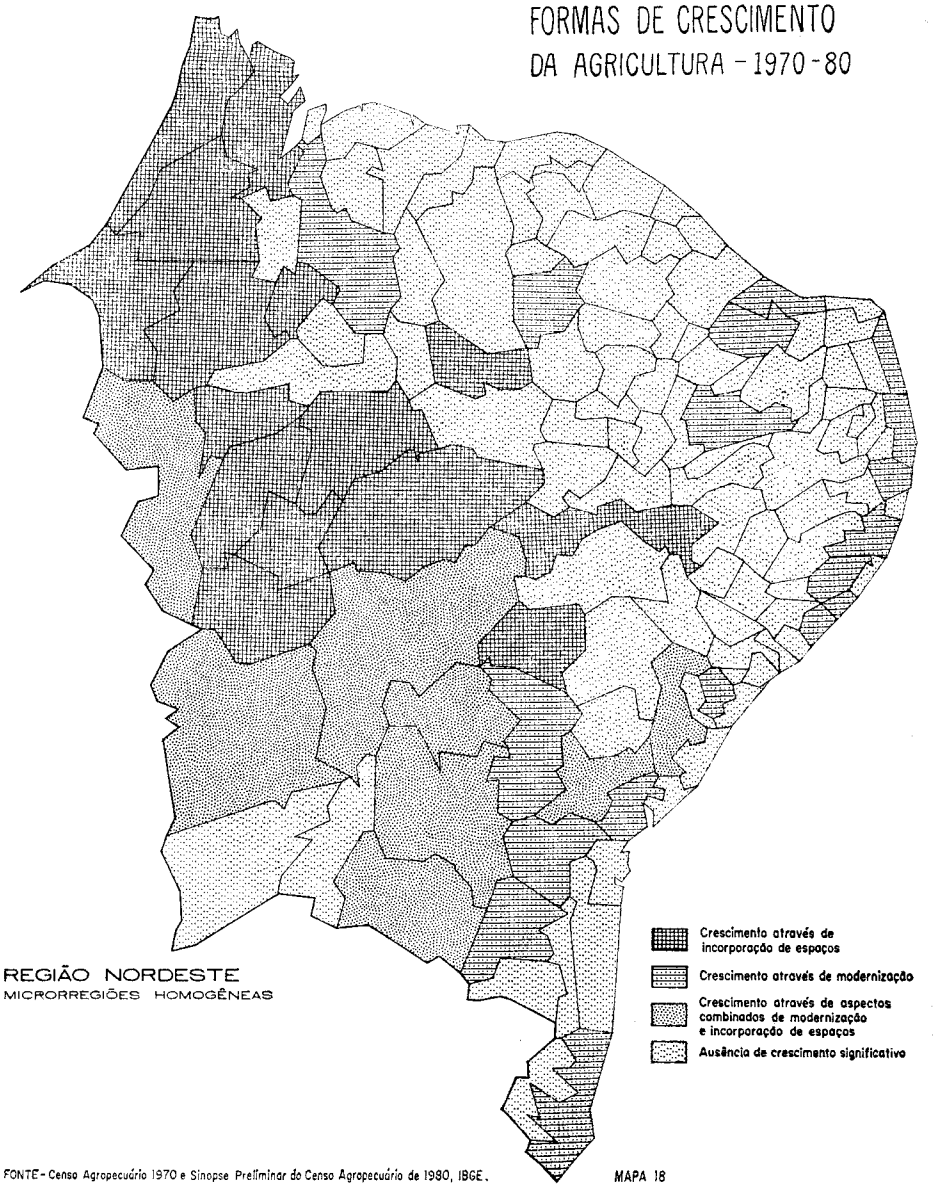
Nesse mapa, verifica-se que a modernização da agricultura atingiu o Nordeste sobretudo nas áreas próximas ao litoral oriental — onde se destaca a prática de lavouras de alto valor comercial, como a da cana-de-açúcar, do cacau e do sisal — e, também, em trechos do sudeste da Bahia, onde vem-se desenvolvendo uma pecuária melhorada, além de lavouras diversificadas.

A expansão horizontal da agricultura, tal como se ressaltou anteriormente, foi bastante generalizada na parte ocidental da Região. Em extensas áreas localizadas sobretudo no Maranhão e Piauí, essa expansão horizontal ocorreu dissociada de qualquer avanço significativo do processo de mecanização. O crescimento da agricultura assumiu, nessas áreas, um caráter bastante extensivo.

Já em outros trechos do território nordestino, o crescimento da agricultura ocorreu através de um processo combinado de incorporação de espaços e mecanização da agricultura. Esse foi o caso, sobretudo, de unidades localizadas no Estado da Bahia e, também, da Microrregião Chapadas do Sul Maranhense (42). Nessas áreas, a proximidade em relação ao Sudeste ou a presença de trechos de topografia plana, que facilitam a utilização de tratores, parecem ter contribuído para que o processo de mecanização prosseguisse com maior intensidade do que nas demais áreas caracterizadas por acentuada ampliação do espaço agrário.

Se o crescimento através da modernização foi significativo na área próxima ao litoral oriental e a expansão horizontal da agricultura se constituiu numa característica marcante da faixa ocidental da Região, muitos trechos do Nordeste permaneceram inatingidos por qualquer dessas formas de crescimento. A disseminação de tais áreas em que

23 A respeito da metodologia utilizada para elaboração desse mapa, ver anexo 1.



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 18

se verificou um aparente imobilismo das atividades agrárias pode, mesmo, ser apontada como uma das características importantes da organização agrária nordestina. Nessas áreas, que abrangem sobretudo a porção centro-norte da Região, verificou-se a permanência do binómio latifúndio pecuarista — minifúndio voltado para atividades de subsistência.

Nos últimos anos da década de 70, essas áreas tiveram sua problemática sócio-econômica agravada pela ocorrência da seca mais devastadora ocorrida nos últimos tempos. Entretanto, mesmo antes de ser atingida pela seca, essa porção do território nordestino se mantivera à margem do processo de crescimento verificado em outros trechos do Nordeste.

Por um lado, os aspectos climáticos teriam restringido as possibilidades de expansão de lavouras comerciais praticadas em grande escala, tais como as que se desenvolveram na faixa mais úmida, próxima ao litoral; assim, não se beneficiaram das vantagens creditícias dirigidas a essas lavouras, através de linhas especiais de financiamento — vantagens às quais se associaram a modernização do processo produtivo e a constituição de empresas agrícolas. Por outro lado, em grande parte desta área a que se está fazendo referência, o grau de ocupação das terras, em 1970, era bem mais elevado do que aquele que se verificava na parte ocidental do Nordeste; a menor disponibilidade de terras a serem apropriadas, associada à aridez do clima dominante nessas áreas do sertão nordestino, teria contribuído para que elas não atraíssem grupos interessados na aquisição de terras e, assim, não apresentassem crescimento horizontal semelhante ao que se observou em trechos dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia.

É importante salientar, ainda, que as áreas do sertão nordestino que ficaram à margem do processo de crescimento da agricultura apresentaram um imobilismo apenas aparente, pois não deixaram de sofrer alterações no período em questão. Em primeiro lugar, o próprio fato de que as áreas circundantes vinham apresentando crescimento significativo conduziu a mudanças em termos da posição relativa das áreas não atingidas pelo crescimento, uma vez que estas últimas tiveram sua posição deteriorada no contexto regional. Além disso houve, certamente, modificações nas formas de articulação dessas áreas com as áreas de economia capitalista mais avançada, quer situadas no próprio Nordeste, quer em outras regiões do País.

4 — CONCLUSÃO

Embora um período de dez anos seja muito curto para que se possam verificar grandes alterações na organização do espaço agrário, sobretudo no sentido da redivisão intra-regional do trabalho, que se processa a longo prazo, sob a influência de fatores histórico-econômicos, algumas transformações significativas puderam ser detectadas na agricultura do Nordeste, durante a década de 70.

Tais transformações vincularam-se, sobretudo, a medidas de política que visavam ao desenvolvimento global do País, tendo tido um reduzido impacto sobre a agricultura nordestina os instrumentos de política concebidos especificamente para a Região. Com a centralização do planejamento econômico pelo Governo Federal, verificou-se, um esva-

ziamento da SUDENE, que passou a exercer, sobretudo, o papel de órgão repassador de recursos destinados aos Programas voltados para o Nordeste.

A medida de política governamental que teve repercussões mais amplas na agricultura brasileira, durante a década de 70, foi a concessão de crédito rural subsidiado, que assumiu particular importância no período de 1969-81.

Também no Nordeste, as transformações que ocorreram no setor agrícola parecem ter sido fortemente influenciadas pela concessão de crédito rural. No caso das lavouras, embora o crédito tenha assumido grande destaque apenas em áreas restritas, onde predominam os cultivos de produtos de maior valor comercial, nelas esse instrumento de política agrícola contribuiu, significativamente, para a modernização do processo produtivo. O ritmo mais rápido de mecanização que se verificou nas referidas áreas constitui-se num indicador do processo de modernização das lavouras que aí são praticadas e que se sabe terem sido beneficiadas pela concessão de crédito rural.

Já o crédito destinado à pecuária foi mais fartamente distribuído no Nordeste, contribuindo para o crescimento do rebanho bovino que se verificou na Região, particularmente na primeira metade da década. Por um lado, o crescimento do rebanho foi importante em áreas de expansão da fronteira agrícola ou em áreas de predomínio da pecuária extensiva tradicional. Por outro lado, foi significativo, também, o incremento do rebanho bovino em áreas onde se verificava grande importância das lavouras, encontrando-se neste caso alguns trechos do Agreste.

A concessão de crédito rural teve, ainda, um papel relevante no processo de expansão horizontal da agricultura. Isso se deu na medida em que as condições favoráveis de oferta de crédito tornaram vantajosa a implantação de estabelecimentos agropecuários, como meio de acesso ao financiamento. Tal fato, certamente, contribuiu para que se verificasse, em determinadas áreas da Região, especialmente em sua porção ocidental, um intenso movimento de aquisição de terras, visando, pelo menos em parte, a captar os benefícios proporcionados pelo crédito. Assim, se constatou, nessas áreas, um aumento acentuado tanto do número quanto da área de estabelecimentos agropecuários.

Outro fator que concorreu para a ampliação do espaço agrário foi a concessão de incentivos fiscais. Esse mecanismo de política governamental assumiu maior importância no território maranhense, onde se superpõem as áreas de ação da SUDENE e da SUDAM. A expansão da área dos estabelecimentos agropecuários se revelou particularmente importante no oeste do Estado, que se caracterizava, no início da década, pelo baixo grau de ocupação das terras e onde foi mais intensa a atuação da SUDAM.

Exerceu, ainda, um papel muito importante na expansão horizontal da agricultura a construção de rodovias previstas no Plano de Integração Nacional (PIN). Somando-se à concessão de crédito rural e de incentivos fiscais, essas rodovias, que atravessaram áreas caracterizadas pelo isolamento e pela presença de terras devolutas, contribuíram para o processo de expansão da fronteira agrícola, que assumiu importância em toda a faixa ocidental do Nordeste. Além de atuarem na formação de um mercado de terras, nessa faixa do território nor-

destino, as rodovias de integração contribuíram, também, para que as pequenas unidades de produção passassem a colocar uma parcela crescente dos produtos de lavoura em mercados distantes, ampliando-se, assim, a circulação de mercadorias na Região.

Não só nas áreas mais remotas, entretanto, a melhoria da rede viária teve função importante na circulação de mercadorias; também nas áreas mais densamente ocupadas, a evolução da rede de transportes, tornando mais fácil o escoamento da produção em direção aos centros urbanos, contribuiu para a expansão da agricultura.

Constituiu-se, ainda, em estímulo para a produção agrícola nordestina a política de desenvolvimento da agroindústria que, criando uma demanda mais ampla e estável para alguns produtos regionais, contribuiu para a intensificação das atividades agrárias. A atuação dessa política parece ter sido particularmente importante para a expansão da produção de cana-de-açúcar e de frutas tropicais.

Se todas essas medidas de política governamental voltadas mais diretamente para o setor agrícola contribuíram, significativamente, para as transformações que se verificaram na agricultura nordestina, tais transformações associaram-se, também, a aspectos mais amplos do modelo econômico vigente no País. Um desses aspectos foi a intensificação do desenvolvimento industrial, que ocorreu acompanhada pela aceleração do ritmo de crescimento das cidades. O intenso processo de urbanização levou à concentração da demanda de produtos agrícolas em áreas restritas do Nordeste, tornando-se essa demanda crescentemente diversificada. Tal fato se constituiu num estímulo à comercialização da produção obtida nos estabelecimentos agropecuários, conduzindo, por um lado, à colocação no mercado de quantidades cada vez maiores de excedentes de alimentos básicos, cultivados por pequenos produtores esparsos pelo território nordestino. Por outro lado, representou, também, um estímulo à especialização e intensificação das atividades agrárias desenvolvidas nas áreas mais próximas aos grandes centros urbanos.

Assim, as transformações que se processaram na agricultura regional durante os anos 70, implicaram uma vinculação crescente do setor agrícola com o setor urbano-industrial. Essa vinculação se acentuou à medida que aumentavam os fluxos de produtos alimentares e de matérias-primas em direção aos centros urbanos e, também, à medida que se verificava um incremento das vendas de máquinas e insumos industriais aos estabelecimentos agropecuários.

É importante ressaltar que essas transformações da agricultura nordestina pouco contribuíram para que fossem atingidos os objetivos principais da política agrícola formulada pela SUDENE, os quais apresentaram uma continuidade básica, durante as décadas de 60-70. De fato, mantiveram-se as proposições elaboradas com relação ao desenvolvimento do setor agrícola na faixa úmida oriental, à adaptação progressiva da agricultura do interior semi-árido às flutuações climáticas e à expansão da fronteira na porção ocidental da Região. As formas através das quais se processaram essas transformações, porém, não conduziram ao aumento e melhoria significativos das oportunidades de trabalho para a população rural nordestina, os quais se constituíam em aspectos fundamentais a serem atendidos pela política adotada pela SUDENE. No desenvolvimento da agricultura da faixa úmida, a manutenção de um elevado grau de concentração fundiária,

a difusão de mecanização no processo produtivo e a tendência à pecuarização de alguns trechos anteriormente voltados para a policultura não contribuíram para a sustentação da economia familiar, absorvedora de grande contingente de força-de-trabalho. Na zona semiárida, tendo sido muito reduzido o impacto das medidas que conduziriam à maior resistência da economia agrícola às secas periódicas, verificou-se a permanência da instabilidade da produção agrícola; assim, durante as estiagens, reduzem-se, por vezes drasticamente, as oportunidades de subsistência da população sertaneja, através do trabalho em atividades agrárias. Na faixa ocidental do Nordeste, a expansão da fronteira, tendo-se associado à acentuação do processo de concentração fundiária, à expansão da pecuária bovina e, em alguns casos, à instalação de empresas voltadas para a lavoura mecanizada, não criou oportunidades significativas de trabalho; embora tendo freqüentemente conduzido à maior absorção de trabalhadores temporários, a implantação de estabelecimentos agropecuários contribuiu para a desarticulação da pequena produção e para o deslocamento de ocupantes que se dedicavam a atividades de subsistência.

Não tendo a natureza das transformações que ocorreram na agricultura, bem como em outros setores da economia nordestina, conduzido à resolução de uma série de problemas que se constituíam no objeto das medidas de política governamental, verificou-se que, em 1984, foi instituído o Projeto Nordeste, propondo uma nova estratégia para o desenvolvimento da Região. Esta estratégia tem como aspectos prioritários aqueles referentes à pobreza absoluta de uma parcela considerável da população, ao desemprego ou subemprego nos espaços rurais e urbanos, à marginalização da grande maioria da população relativamente às decisões e ao poder, à capacidade de resistência à seca da economia e sociedade rurais, à fragilidade estrutural da indústria nordestina. Tais aspectos, que são ressaltados no Projeto Nordeste, demonstram a persistência de graves problemas sócio-econômicos na Região, apesar dos sucessivos programas voltados para o seu desenvolvimento.

5 — ANEXOS

Anexo 1

NOTA METODOLÓGICA

O trabalho foi desenvolvido tomando como base, sobretudo, a representação cartográfica de dados extraídos dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, bem como da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

Do conjunto de mapas inicialmente elaborados, 17 foram selecionados para constar nesta publicação, tendo sido o texto redigido, fundamentalmente, a partir desses últimos, embora utilizando, também, informações proporcionadas pelos demais mapas.

Para a elaboração da maioria desses mapas, procedeu-se, em primeiro lugar, à ordenação das microrregiões homogêneas, segundo os valores assumidos pela variável; em seguida, ao grupamento das microrregiões, assim ordenadas, em cinco classes, contendo cada uma delas 1/5 das unidades de observação; e, finalmente, à representação cartográfica dessas classes.

Embora a maior parte das variáveis mapeadas segundo esse procedimento tenha sido construída a partir de dados censitários, uma delas foi calculada tomando-se como base informações provenientes da Produção Agrícola Municipal (publicação do IBGE que fornece resultados de levantamentos a respeito da produção da lavoura). Com estas informações, foi elaborado um indicador da Variação Relativa do Rendimento Médio das Lavouras Temporárias, que deu origem ao mapa 17. Tal indicador expressa a variação do valor da produção em relação à área colhida, tendo sido considerados os 13 produtos de lavoura cujo valor da produção foi superior a 1.000.000 de cruzeiros, em 1980: algodão herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, tomate, abacaxi, batata-doce, cebola e fava.

Por outro lado, dois mapas que acompanham o texto foram elaborados com o intuito de fornecer uma representação sintética de grupos de variáveis que, de início, haviam sido mapeadas segundo o critério anteriormente mencionado.

No primeiro deles, representaram-se as Áreas de Concentração das Diferentes Categorias de Produtores Rurais (Mapa 8). A partir dos mapas iniciais, referentes ao percentual de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes no total de produtores rurais, identificaram-se as microrregiões onde se registraram os percentuais mais elevados de cada categoria. Essas microrregiões, que correspondiam à classe de maiores percentuais em cada um dos quatro mapas foram representadas, no mapa-síntese, com quatro símbolos diferentes, de modo a permitir a fácil comparação das áreas de maior incidência de cada categoria de produtores.

No segundo mapa-síntese, representaram-se as Formas de Crescimento da Agricultura (Mapa 18). Para tanto, foram tomados como base os mapas de variação absoluta do número de tratores (utilizada como indicador do crescimento através de modernização) e de variação absoluta da área dos estabelecimentos agropecuários (utilizada como indicador de crescimento através de incorporação de espaços). As microrregiões que figuraram na classe de variações mais acentuadas, em cada um desses mapas, foram representados, no mapa síntese, com diferentes símbolos para os diferentes grupos de microrregiões: o das que apresentaram apenas crescimento através da modernização; o das que apresentaram apenas crescimento através da incorporação de espaços; o das que se caracterizaram pela superposição das duas formas de crescimento. Finalmente, as microrregiões que não haviam figurado na classe de variações mais acentuadas em qualquer dos mapas iniciais foram consideradas como unidades onde não houve crescimento significativo — tendo sido representadas no mapa-síntese com um quarto tipo de símbolo.

Anexo 2

RELAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS (MRH)

MARANHÃO

MRH/029 — Gurupi
MRH/030 — Baixada Ocidental Maranhense
MRH/031 — São Luís
MRH/032 — Baixada Oriental Maranhense
MRH/033 — Baixo Parnaíba Maranhense
MRH/034 — Pindaré
MRH/035 — Mearim
MRH/036 — Itapicuru
MRH/037 — Alto Munim
MRH/038 — Imperatriz
MRH/039 — Alto Mearim e Grajaú
MRH/040 — Médio Mearim
MRH/041 — Alto Itapicuru
MRH/042 — Chapadas do Sul Maranhense
MRH/043 — Baixo Balsas
MRH/044 — Pastos Bons

PIAUÍ

MRH/045 — Baixo Parnaíba Piauiense
MRH/046 — Campo Maior
MRH/047 — Teresina
MRH/048 — Médio Paranaíba Piauiense
MRH/049 — Valença do Piauí
MRH/050 — Floriano
MRH/051 — Baixões Agricolas Piauienses
MRH/052 — Alto Parnaíba Piauiense
MRH/053 — Médio Gurguéia
MRH/054 — Altos Piauí e Canindé
MRH/055 — Chapadas do Extremo Sul Piauiense

CEARÁ

MRH/056 — Litoral de Camocim e Acaraú
MRH/057 — Baixo-Médio Acaraú
MRH/058 — Uruburetama
MRH/059 — Fortaleza
MRH/060 — Litoral de Pacajus
MRH/061 — Baixo Jaguaribe
MRH/062 — Ibiapaba
MRH/063 — Sobral
MRH/064 — Sertões de Canindé
MRH/065 — Serra do Baturité
MRH/066 — Ibiapaba Meriodional
MRH/067 — Sertões de Crateús
MRH/068 — Sertões de Quixeramobim
MRH/069 — Sertões de Senador Pompeu

MRH/070 — Médio Jaguaribe
MRH/071 — Serra do Pereiro
MRH/072 — Sertão dos Inhamuns
MRH/073 — Iguatu
MRH/074 — Sertão do Salgado
MRH/075 — Serrana do Caririaçu
MRH/076 — Sertão do Cariri
MRH/077 — Chapada do Araripe
MRH/078 — Cariri

RIO GRANDE DO NORTE

MRH/079 — Salineira Norte-Riograndense
MRH/080 — Litoral de São Bento do Norte
MRH/081 — Açu e Apodi
MRH/082 — Sertão de Angicos
MRH/083 — Serra Verde
MRH/084 — Natal
MRH/085 — Serrana Norte-Riograndense
MRH/086 — Seridó
MRH/087 — Borborema Potiguar
MRH/088 — Agreste Poliguar

PARAÍBA

MRH/089 — Catolé do Rocha
MRH/090 — Seridó Paraibano
MRH/091 — Curimataú
MRH/092 — Piemonte da Borborema
MRH/093 — Litoral Paraibano
MRH/094 — Sertão de Cajazeiras
MRH/095 — Depressão do Alto Piranhas
MRH/096 — Cariris Velhos
MRH/097 — Agreste da Borborema
MRH/098 — Brejo Paraibano
MRH/099 — Agro-Pastoril do Baixo Paraíba
MRH/100 — Serra do Teixeira

PERNAMBUCO

MRH/101 — Araripina
MRH/102 — Salgueiro
MRH/103 — Sertão Pernambucano do São Francisco
MRH/104 — Alto Pajeú
MRH/105 — Sertão do Moxotó
MRH/106 — Arcoverde
MRH/107 — Agreste Setentrional Pernambuco
MRH/108 — Vale do Ipojuca
MRH/109 — Agreste Meridonal Pernambuco
MRH/110 — Mata Seca Pernambucana
MRH/111 — Recife
MRH/112 — Mata Úmida Pernambucana

ALAGOAS

MRH/113 — Sertão Alagoano
MRH/114 — Batalha
MRH/115 — Palmeira dos Índios
MRH/116 — Mata Alagoana
MRH/117 — Litoral Norte Alagoano
MRH/118 — Arapiraca
MRH/119 — Tabuleiros de São Miguel dos Campos
MRH/120 — Maceió
MRH/121 — Penedo

SERGIPE

MRH/123 — Sertão Sergipano do São Francisco
MRH/124 — Propriá
MRH/125 — Nossa Senhora das Dores
MRH/126 — Cotinguiba
MRH/127 — Agreste de Itabaiana
MRH/128 — Agreste de Lagarto
MRH/129 — Litoral Sul Sergipano
MRH/130 — Sertão do Rio Real

BAHIA

MRH/131 — Chapadões do Alto Rio Grande
MRH/132 — Chapadões do Rio Corrente
MRH/133 — Baixo-Médio São Francisco
MRH/134 — Médio São Francisco
MRH/135 — Chapada Diamantina Setentrional
MRH/136 — Chapada Diamantina Meridional
MRH/137 — Serra Geral da Bahia
MRH/138 — Senhor do Bonfim
MRH/139 — Piemonte da Diamantina
MRH/140 — Corredeiras do São Francisco
MRH/141 — Sertão de Canudos
MRH/142 — Serrinha
MRH/143 — Feira de Santana
MRH/144 — Jequié
MRH/145 — Planalto de Conquista
MRH/146 — Pastoril de Itapetinga
MRH/147 — Sertão de Paulo Afonso
MRH/148 — Agreste de Alagoinhas
MRH/149 — Litoral Norte Baiano
MRH/150 — Salvador
MRH/151 — Recôncavo Baiano
MRH/152 — Tabuleiros de Valença
MRH/153 — Encosta do Planalto de Conquista
MRH/154 — Cacaueira
MRH/155 — Interiorana do Extremo Sul da Bahia
MRH/156 — Litorânea do Extremo Sul da Bahia

Anexo 3

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI EM ALGUNS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE — 1960-1980

MUNICÍPIOS/MICRORREGIÕES	ÍNDICE DE GINI	
	1960	1980
Penalva/030	0,2325	0,8577
São Luís/031	0,0603	0,7552
Buriti/033	0,8460	0,8308
Pio XII/035	0,6636	0,8503
Matões/036	0,4498	0,8847
Urbano Santos/037	0,6170	0,8893
Gonçalves Dias/040	0,2119	0,7239
Buriti Bravo/041	0,9423	0,9175
Sambaíba/043	0,5959	0,8392
Pastos Bons/044	0,5649	0,8358
Parnaíba/045	0,8938	0,9285
Campo Maior/046	0,5143	0,8449
Beneditinos/047	0,5560	0,8266
Inhuma/049	0,3756	0,7542
São Francisco do Piauí/050	0,7018	0,8508
Ribeiro Gonçalves/052	0,5112	0,8171
Sento Sé/133	0,4255	0,6671

FONTE — Censo Agropecuário 1960 e 1980, IBGE.

RESUMO

O trabalho em pauta, se propõe a estudar as transformações da agricultura nordestina na década de 70. Foram abordados aspectos concernentes à mecanização da agricultura, à ampliação do espaço agrário e à evolução dos rebanhos. Também, consideraram-se as lavouras permanentes e temporárias. Através da análise das informações disponíveis, detectaram-se diferenciações intra-regionais marcantes com relação às formas de crescimento assumidas pela agricultura.

Tem-se um desenvolvimento maior na faixa úmida oriental, com o predomínio de lavouras de alto valor comercial e a tendência à pecuarização de algumas áreas voltadas para a agricultura. Na faixa ocidental do Nordeste, a expansão da fronteira agrícola acentuou o processo de pecuarização e de concentração fundiária. Finalmente, na zona semi-árida verificou-se a permanência de instabilidade da produção agrícola, uma vez que houve um impacto reduzido das medidas que conduziriam à maior resistência da economia agrícola às secas periódicas.

Esta diferenciação liga-se à política governamental para o Nordeste, que privilegiou determinadas áreas em detrimento de outras, na concessão de créditos agrícolas e incentivos fiscais.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO SUDESTE NA DÉCADA DE 70

Luiz Sergio Pires Guimarães *
Ney Rodrigues Innocencio *

SUMÁRIO

1 — Introdução
2 — Aspectos gerais da organização agrária no período 1950-70
3 — Evolução da agricultura brasileira na década de 70
4 — Transformações na organização agrária do Sudeste
5 — Conclusão

1 — INTRODUÇÃO

Considerando-se o nível de desenvolvimento do seu processo de produção, o Sudeste apresenta uma organização espacial relativamente uniforme, e se constitui no centro hegemônico das relações que estruturam a atual organização regional do País. Tal posição tem se consolidado ao longo do tempo, na medida em que os interesses do capital urbano sobrepujam aqueles relativos aos do capital rural. Ressalte-se, porém, que este desenvolvimento do capitalismo urbano não exclui o setor rural, mas antes o integra de forma definitiva através de um processo de expansão e intensificação do capital no campo, refletido sobremaneira no número crescente de explorações agrárias em caráter nitidamente empresarial.

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Edna Oliveira Barreto, Everardo Machado Travassos pela colaboração prestada a este trabalho.

A capitalização do campo no Brasil amplia-se substancialmente a partir de meados da década de 60, em decorrência da adoção de um modelo econômico cuja lógica se baseava no incremento das exportações e num mercado interno restrito. As conseqüências sociais advindas de tal modelo, caracterizado por uma intensa centralização e concentração do capital, se fizeram sentir tanto por uma expressiva concentração fundiária quanto por uma maior utilização de técnicas agrícolas modernas que, em última instância, ocasionaram uma significativa liberação do contingente de mão-de-obra rural.

O processo de reprodução do capital no campo, acentuou-se ainda mais na década de 70, em virtude de uma série de fatores, particularmente de ordem externa. Nesta época, dada a retração de mercados internacionais, torna-se inviável a tentativa de intensificar-se a implementação de uma política de exportação de produtos industriais de base não agrícola, um dos objetivos prioritários das políticas oficiais adotadas em meados na década de 60. Com isso, houve um incremento ainda maior do capital agrário que "personificado" na grande agricultura comercial de exportação, já vinha sendo requisitado para a geração de agro-dólares para o funcionamento da política de industrialização. Foi neste período que o empresariado rural passou a se beneficiar particularmente dos incentivos decorrentes da série de programas especiais de desenvolvimento do setor agropecuário, criados pelo Governo Federal — Poloamazônia, Polocentro, Programa Especial do Norte Fluminense, etc. Este incremento do capital agrário que, desde meados dos anos 60, está associado à captura do Estado pelo capital monopolista, se refletiu de forma mais acentuada na Região Sudeste, onde a produção agropecuária capitalista, já se apresentava mais plenamente desenvolvidas, antes deste último período.

Mesmo tendo o setor agropecuário do Sudeste, nos anos 70, uma expressiva participação na economia do País, as análises a nível regional, geralmente, limitam-se à ótica do capital urbano-industrial, cuja estruturação, indubitavelmente, comanda a organização deste subespaço. No entanto, dado o nível de industrialização atingido pela agricultura capitalista nesta Região, ela apresenta, de modo geral, os mais elevados índices de produtividade do País. Tanto que, no referente ao volume e ao valor da exportação, os oito principais produtos agrícolas exportados em 1975 — soja, cana-de-açúcar, café, cacau, milho, algodão, arroz e feijão — eram, em larga medida, obtidos no Sudeste [1]. São, igualmente, insuficientes estudos regionais que, ao considerarem o nível de maturação do capital no Sudeste, o retratem como centro hegemônico que preside o processo de homogeneização do espaço nacional. Processo este que evolui na medida em que o capital, ao se reproduzir de forma ampliada, subordina, de maneira não uniforme, a totalidade espacial, impondo aos demais modos de produção a sua estruturação lógica.

Considerando-se esta tendência à homogeneização monopolística do espaço nacional, objetiva-se neste estudo, verificar as formas assumidas pelo setor de produção agropecuário no Sudeste na última década. Com isto pretende-se elaborar um quadro que a partir da caracterização de um referencial, ao mesmo tempo básico e abrangente — a organização agrária —, viabilize estudos regionais que considerem os

1 IBGE, Censo Agropecuário do Brasil e CACEX, Banco da Brasil, 1975.

diferentes subespaços, segundo as configurações assumidas pelo processo de acumulação capitalista no campo e a tendência à homogeneização do espaço rural brasileiro.

Com o intuito de se verificar as especificidades da organização agrária do Sudeste e as suas inter-relações com as das demais Regiões, optou-se por um enfoque que, a partir de uma ótica espaço-temporal, privilegie o conjunto das políticas agrárias governamentais, como fator explicativo. Tal posicionamento consubstancia-se no fato de que as políticas econômicas oficiais exprimem, necessariamente, em um momento determinado, as inter-relações antagônicas dos diversos segmentos que integram a sociedade brasileira. Nesse sentido, a análise do conteúdo das estratégias políticas de desenvolvimento da economia agrária brasileira, revelaria, em suas dimensões essenciais, a interdependência das estruturas que compõem, em diversas escalas, o espaço agrário brasileiro. Nesta perspectiva, onde se propõe a análise das formas assumidas pelo setor agrário, na década de 70, em seu processo de expansão quantitativa e diferenciação qualitativa, o Estado é enfocado como entidade regulamentadora, organizada segundo determinados princípios que refletem, essencialmente, interesses econômicos dominantes. A base econômica é, portanto, fundamental, pois determina a forma de organização do Estado. Dessa maneira, o aparelhamento do Estado é o organismo que realiza determinadas tarefas técnico-administrativas, através de uma planificação conseqüente de objetivos determinados. Estes, por sua vez, estão subordinados a interesses não só econômicos mas, também, políticos e ideológicos predominantes.

É nesse sentido que Ianni ressalta a importância da noção de que, embora a economia capitalista envolva um processo de acumulação privada, as "forças produtivas não se organizam, desenvolvem ou reproduzem apenas devido à ação empresarial. Para compreendermos como elas podem ser organizadas dinamicamente e desenvolver-se, é necessário que tenhamos em conta, também, a ação governamental. Este é o âmbito em que se constituem e operam as condições "não-econômicas" indispensáveis à própria organização e reprodução das forças produtivas". Sendo esta "(...) a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial das relações e estruturas econômicas" e espaciais [2].

Assim, o Estado atua como elemento fundamental da tendência à homogeneização do espaço, pois cada opção de investimento oficial representa um fator determinante nas condições de desenvolvimento do sistema produtivo e, portanto, da reorganização do espaço. Sob esta ótica o Estado não é uma entidade mediadora, mas antes se apresenta como um "Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização" [3]. Nesse processo, portanto, o Estado, instrumento do capitalismo monopolístico, impõe à totalidade a unidade do capital — unidade na descontinuidade —formando um todo estruturado, em função das necessidades do modo de produção dominante.

2 IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 6-7.

3 OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 29-30.

Desta formulação deduz-se que haveria uma uniformização plena do espaço, que ocasionaria a superação do conceito de "região", no sentido de que todas apresentariam um igual desenvolvimento de suas forças produtivas. No entanto, esta tendência não se concretiza totalmente, dada a própria natureza do processo de reprodução do capital que, por definição, é desigual e combinada. Dada a persistência do caráter diferenciado no espaço, Oliveira define "região" como sendo um subespaço "onde se imbricam, dialeticamente, uma forma especial de reprodução do capital", e "onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". A especificidade de cada "região" completa-se, pois, num quadro de referência que inclua outras "regiões" com níveis distintos de reprodução de capital [4].

É sob esta perspectiva que se justifica um estudo que propõe uma análise do setor agropecuário do Sudeste, na qual as diferenciações existentes na organização agrária sejam relevadas como contradições postas e respostas, em escalas diversas, pela variedade de formas específicas assumidas pelo capital em seu processo de reprodução, na formação social, econômica e espacial. Neste quadro o papel do Estado, através de suas políticas oficiais seria, portanto, o de garantir sempre uma racionalização maior do processo de reprodução ampliada do capital.

Tal posicionamento se coaduna com o de Oliveira que considera que a possibilidade da prática de planejamento no capitalismo esteja fundamentada pelas relações de produção que caracterizam tal economia: "desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade é perfeitamente plausível". Após ressaltar que o planejamento opera em uma economia de mercado como um fator de mudança da forma de mais-valia a ser reposta, no sentido da racionalização da reprodução, o autor adverte que, se "as proporções de alteração da forma de mais-valia que deve ser reposta no início do ciclo produtivo não corresponderem à base real dada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o capital se esterilizará" [5].

Dadas as considerações tecidas até então, conclui-se que o Estado, em sua prática, não se encontra acima dos diversos segmentos sociais e suas contradições, mas sim que sua composição social exprime os interesses dominantes, dispostos à consolidação, conservação e aperfeiçoamento da estrutura de produção vigente. Neste contexto, este estudo tem por pressuposto básico que o Estado atua no campo através de duas formas complementares, configuradas nas diretrizes das políticas agrícolas oficiais. Por um lado, a presença do Estado se faz cada vez mais necessária no sentido de minimizar as crescentes contradições inerentes à relativa inelasticidade de um modelo econômico adotado, frente a novas exigências de maior participação social. Por outro, este mesmo modelo econômico, que tem por base a grande empresa rural, implica que o Estado invista em uma infra-estrutura que atribui aos grandes empresários maiores benefícios e riscos menores, assegurando

4 OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 29.

5 OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 24.

a continuidade da ampliação da escala de reprodução do capital agrário, nos moldes atuais.

Assim, a análise das diretrizes gerais das políticas agrícolas oficiais, em um estudo que se propõe a caracterizar, especificamente, a organização agrária da Região Sudeste, justifica-se na medida em que a ação do Estado, objetivando atender às necessidades nacionais, interfere na estruturação de um subespaço, através de opções de investimentos. Neste sentido, as alterações ocorridas na organização agrária de uma determinada região, não dependem, muitas vezes, diretamente de fatores locais, cuja influência, embora relevante, é relativa. Sua explicação, na maioria das vezes, deve ser buscada ao nível da totalidade, configurada no próprio Estado.

Para atingir os objetivos propostos neste estudo estabeleceu-se como unidade de observação a microrregião, e serão privilegiados, na análise, os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, bem como da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. A determinação da escala microrregional em um estudo que objetiva a análise da totalidade do espaço rural do Sudeste em seus aspectos sócio-econômico — geográficos, justifica-se na medida em que ela viabiliza a apreensão abrangente das diversas rugosidades concretizadas no espaço pelo capital, de forma desigual e combinada, em seu processo de reprodução. Por ser a microrregião formada por um conjunto de municípios onde, de um modo geral, as atividades econômicas se assemelham, torna-se viável uma sistematização geral, através da identificação e caracterização das formas concretizadas pelo capital no espaço em sua tendência à homogeneização.

O estudo será precedido de uma análise qualitativa das diretrizes políticas agrícolas oficiais, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, quando o sistema de planejamento do Estado, é aperfeiçoado, com o surgimento de um plano global de desenvolvimento econômico do País. Será realizado, também, um estudo das transformações ocorridas no setor agropecuário do Sudeste nas décadas de 50 e 60. A análise deste período se justifica tendo em vista que a capitalização do setor agropecuário do País se intensifica sobretudo a partir de meados da década de 50 e que, na segunda metade do decênio seguinte, acentua-se o processo de subordinação da agricultura ao capital.

2 — ASPECTOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA NO PERÍODO 1950-70

A organização agrária do Sudeste caracterizou-se, de modo geral, no período 1950-60, por uma intensificação das transformações que nela vinham ocorrendo desde o decênio anterior, sobretudo, no referente ao processo de mecanização e à expansão das atividades produtivas, particularmente as lavouras. Se no decorrer do primeiro qüinqüênio da década de 50 as diretrizes das políticas econômicas continuaram sendo baseadas no Plano Salte, que enfatizava a solução do problema do abastecimento alimentar dos centros urbanos, no segundo qüinqüênio a situação se alterou, com a elaboração do Programa de Metas. Conquanto mantivesse uma política de incentivos à produção voltada ao abastecimento interno, o novo programa ressaltava, como funda-

mental, a necessidade de incrementar a grande produção agrícola comercial destinada à exportação.

Objetivando maior produtividade das atividades agropecuárias e melhor distribuição da produção, considerou-se proritário o desenvolvimento e o fortalecimento de uma infra-estrutura de apoio ao setor rural. Para tanto o Programa de Metas privilegiou, especificamente, o incremento da triticultura, a criação e a ampliação de armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, fertilizantes e a mecanização da agricultura. No referente ao setor agropecuário do Sudeste é, sobretudo, ao desenvolvimento destes dois últimos tópicos que estão relacionadas as alterações mais significativas havidas na sua organização agrária, na década de 50. Assim, no que se refere à mecanização, constatou-se que, nesta Região, houve uma variação de 5.135 para 34.135 tratores, o que representava mais de 50% do total nacional.

Mesmo considerando que, desde esta época, a modernização ressaltava, em muito, desigualdades do setor agropecuário do Sudeste em relação às demais macrorregiões, em escala inter-regional, existiam também diferenciações bastante acentuadas, uma vez que a expansão e intensificação do processo de mecanização não foi uniforme. Conquanto a mecanização da agricultura tenha se dado quase unicamente em São Paulo — em 1960 a agricultura paulista contava com 27.176 tratores — constatou-se que, neste Estado, o aumento em área dos estabelecimentos ocorrido nesta década não foi tão intenso quanto o verificado em Minas Gerais e Espírito Santo. Constituindo-se uma exceção a esta tendência à alteração da malha fundiária do Sudeste, o Rio de Janeiro, cuja produção agropecuária, de modo geral, manteve-se inexpressiva em termos regionais, acusou uma redução da área dos estabelecimentos.

Nesta década registrou-se, ainda, no Sudeste, um aumento em quase 1.600.000 hectares de lavouras, o qual, embora expressivo, não foi o mais intenso do País, da ordem de 9.617.152 hectares. A natureza de tal incremento, observado no Sudeste, apresentou variações bastante significativas segundo os diferentes Estados. Em São Paulo, o aumento da produção agrícola se deu, sobretudo pela intensificação do processo produtivo, tendo em vista que, neste Estado foi bastante significativo o incremento do emprego de técnicas modernas no setor agropecuário. Já em Minas Gerais e, em menor escala, no Espírito Santo, o crescimento da produção se deveu, basicamente, à expansão horizontal da área dos estabelecimentos, uma vez que as atividades agropecuárias permaneceram sendo praticadas, primordialmente, em moldes extensivos.

Constatou-se que as referidas alterações espaciais foram permeadas por um processo de substituição de culturas, bem como pelo desenvolvimento de novos cultivos. Dado o caráter empresarial que, já nesta década, individualizava grande parte do setor agropecuário do Sudeste, houve uma implementação de culturas de maior valor comercial, muitas vezes em detrimento de algumas que, embora tradicionais, apresentavam menor rentabilidade. Assim, sobretudo em São Paulo, houve uma retração na produção do arroz, do feijão e do milho, e desenvolveu-se, significativamente, a cultura canavieira, a cafeicultura e a fruticultura cuja produção, embora em grande medida objetivasse o mercado interno, tinha um elevado peso na pauta de exportação do País.

Nos anos 50 a 60 a pecuária bovina, cuja produção se destinava tanto ao consumo interno como ao mercado externo, revelou, também, um desempenho positivo, com crescimento do rebanho em todos os Estados. Mesmo tendo sido significativo o aumento registrado em São Paulo — 1.409.047 cabeças — neste particular foi Minas Gerais que figurou com maior destaque, com uma variação absoluta de 2.335.518 cabeças. Tal fato é, em grande medida, justificável, uma vez que a atividade pecuária continuava sendo praticada de forma extensiva. Neste sentido, Minas Gerais, sendo o Estado da Região com maior disponibilidade de terras e, em sua maioria, revestidas por pastagens naturais, se adequava plenamente ao desenvolvimento da pecuária, considerando a forma como esta era praticada.

Estas alterações de ordem qualitativa e quantitativa até então observadas refletiam, em parte, os objetivos globais das políticas do Programa de Metas para o setor agropecuário e, concomitantemente, implicaram em alterações no quadro das relações de produção prevalecentes na agropecuária. Verificou-se, por exemplo, no Sudeste, um aumento do número total do contingente de produtores e pessoal ocupado, sendo que em Minas Gerais e São Paulo, onde se registraram os mais significativos incrementos das atividades agropecuárias, ocorreram as mais relevantes alterações no quadro geral de produtores, com elevado aumento dos proprietários e arrendatários [6]. Em relação ao pessoal ocupado, constatou-se um aumento expressivo na categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, o que se relaciona com a expansão das unidades familiares de produção em regime de parceria, arrendamento e ocupação.

Registrou-se, também, um aumento do número total das demais categorias de pessoal ocupado, embora menos significativo que o verificado em relação aos responsáveis e membros não remunerados da família. Tal situação se relaciona ao fato de que, embora o processo de modernização da agricultura havido nestes anos tenha sido bastante expressivo ,o emprego de tecnologia moderna no processo de produção dos estabelecimentos não foi tão generalizado a ponto de ocasionar uma redução absoluta da mão-de-obra empregada. Nesta década, pelo contrário, a expansão das atividades produtivas no setor agropecuário ocasionou um incremento da demanda de trabalho manual, refletido no aumento do número total de pessoas ocupadas.

Assim, na década de 50, apesar de no primeiro qüinqüênio viger o Plano Salte, é sob o Programa de Metas, que ocorram as maiores alterações na organização agrária do Sudeste. Ressalte-se, ainda, que neste último Programa, a agricultura se encontrava, em termos de prioridades, em uma posição subsidiária a dos demais setores. No entanto, as significativas alterações em alguns aspectos da organização agrária, na década de 50, que incorreram em um expressivo aumento da produtividade agrícola, se associa à essencialidade do setor como gerador de divisas destinadas, em grande parte, a financiar o desenvolvimento dos demais setores.

Na década de 60, as políticas oficiais para o setor agropecuário reiteravam medidas para acelerar o processo de modernização das práticas agrícolas. Durante o primeiro governo da década de 60, quando

6 Estão incluídos, nesta última condição, os produtores parceiros, que não foram pesquisados separadamente pelo Censo Econômico de 1950 e pelo Censo Agrícola de 1960.

vigorou o Plano Trienal as preocupações com o setor agrário centralizavam-se na necessidade de se implantar e aperfeiçoar uma infra-estrutura para o setor agropecuário, o que revelava uma continuidade com relação aos planos anteriores, e na desconcentração da estrutura fundiária, para o que considerava premente a implantação de uma reforma agrária. A partir de 1964, no decorrer dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva, quando foram elaborados o Plano de Ação Estratégica do Governo (PAEG) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) procurou-se enfatizar a imprescindibilidade de se promover uma dinamização ainda maior do setor agropecuário, com o fito de atender as solicitações cada vez maiores do mercado interno, e de participar, de forma mais atuante, no comércio externo do País, no qual as exportações desempenhavam papel fundamental no processo de desenvolvimento [7].

Para a consecução de tais objetivos, que se alicerçavam numa intensificação do processo de capitalização no campo, foi adotada uma política de incentivos que privilegiava, de forma particular, as médias e grandes propriedades. Como resultado de tais orientações, aumentaram, nesta década, as desigualdades regionais, apresentando o Sudeste uma agricultura empresarial com um elevado nível de tecnificação que a distanciava, ainda mais, das outras Regiões no referente ao processo de produção.

Nestes termos, constatou-se que o número de tratores sofreu incrementos nos diversos Estados da Região. Tal como já verificado na década anterior, São Paulo continuou a manter um ritmo de intensificação da atividade agropecuária ainda mais acentuado, concorrendo para aumentar, também, a nível intra-regional, as disparidades já constatadas. Pode-se ter uma idéia da posição privilegiada de São Paulo, neste particular, quando se observa que, do aumento de tratores ocorrido na Região, que foi de 48.382 unidades, 40.037 pertenciam a este Estado.

Os estabelecimentos acusaram, igualmente, aumentos expressivos em número e área, mas foi observada uma tendência diferente em relação ao decênio anterior. Uma vez que as políticas oficiais, a partir de 1964, privilegiavam os médios e grandes estabelecimentos, o incremento dos mesmos em número foi bem menor do que o observado nos anos 50 a 60, ao contrário do ocorrido com relação à área. Com isso, durante o período 1960 e 1970, o processo de concentração fundiária, que foi bastante intenso na totalidade espacial brasileira, se refletiu em termos de Sudeste, nos Estados do Espírito Santo e São Paulo, onde houve uma expansão significativa da área total dos estabelecimentos. Este crescimento espacial das unidades produtivas, ocorrido também nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro não foi acompanhado da área das lavouras, que acusou uma redução de 429.837 hectares.

Tal resultado deveu-se, basicamente, ao vertiginoso decréscimo ocorrido na área das lavouras permanentes, da ordem de 1.159.761 hectares, o qual não foi compensado pelo aumento verificado em relação às temporárias, que foi de 729.924 hectares. O programa de

7 Ao lado destes Planos, que enfocavam a economia como um todo, não se pode deixar de mencionar a atuação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), cuja programação, iniciada em 1962, concorreu para alterar, substancialmente, o quadro agrário de vastas extensões da Região, na década em estudo.

erradicação de cafezais antieconômicos posto em prática pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que só no Sudeste eliminou cerca de 1 milhão de pés de café foi o fator fundamental desta redução da área de lavouras permanentes. Tanto assim que, com relação aos demais produtos deste tipo de lavoura, onde a fruticultura continuou a predominar, poucos foram os casos de redução de suas áreas. Pôde-se constatar que, no referente às culturas das frutas cítricas e do caqui, ocorreram aumentos de produção bastante expressivos. O Estado de São Paulo figurou como o que apresentou maior redução da área de lavouras permanentes, que foi da ordem de 535.972 hectares. Porém, em face do excepcional desempenho das lavouras temporárias, que apresentaram aumento de 503.664 hectares, foi o Estado onde a área total das lavouras sofreu menor redução.

Uma comparação entre os tipos de cultura revela que, na década em estudo, foi a lavoura canavieira que, no Sudeste, serviu para contrabalançar as enormes perdas ocorridas com o café, particularmente em São Paulo, onde se observou um aumento de mais de 16 milhões de toneladas, muito superior ao verificado nos demais Estados. O fato de que alguns produtos da lavoura temporária, como o arroz, o feijão e a mandioca tenham tido sua produção diminuída revelou uma continuidade do processo de substituição de culturas, já observado na década de 50. Estas reduções, se relacionadas com os grandes progressos apresentados pelas culturas canavieiras e de frutas, e com o recrudescimento de novas culturas como o trigo e a soja, indicam que a agricultura do Sudeste, mais particularmente a de São Paulo, tende a se especializar em produtos destinados ao setor industrial.

A atividade pecuária, também, apresenta nesta década um incremento bastante expressivo, tendo Minas Gerais, com um total de 15.140.493 cabeças de gado bovino e São Paulo com 9.110.633, aumentado, significativamente, seu rebanho, em números absolutos. Em termos relativos o Espírito Santo apresentou uma variação de mais de 100% em seu rebanho, distanciando-se, neste particular, dos demais Estados do Sudeste, cujas variações não chegaram a 30%. Este aumento da atividade pecuária e da lavoura, nos anos 60 e 70, insere-se em um quadro amplo, no qual — através do PAEG e PED — a agricultura fora considerada como um dos setores estratégicos, para o qual foram elaborados determinados instrumentos de estímulos e intervenção, visando à correção da então considerada crônica inelasticidade da oferta de produtos agropecuários destinados a mercados internos e/ou externos.

No entanto, o sistema de crédito subsidiado, criado no sentido de incrementar a produção agropecuária, gerou, entre outros fatores, o forte desenvolvimento da produção de alto valor comercial, voltada sobretudo à exportação e, em contrapartida, a deterioração da produção, destinada ao mercado interno. Tal situação acarretou alterações no regime de exploração da terra, que revelou tendência para o aumento das propriedades e das ocupações em detrimento das formas indiretas de exploração da terra. Com relação a estas últimas, os resultados foram diferenciados a nível estadual pois, enquanto em Minas Gerais o número de parceiros reduziu e o de arrendatários aumentou, em São Paulo e Rio de Janeiro tal situação se inverte. Já no Espírito Santo, há uma redução generalizada das formas indiretas de exploração da terra.

Em estreita correlação com essas alterações na composição do contingente de produtores houve, no mesmo período, alterações no quadro do pessoal ocupado, que acusou uma redução em seu número total. Tal situação se justifica em face do nível alcançado pelo processo de modernização da agricultura que vinha se intensificando e se expandindo, sobretudo, a partir de meados da década de 50, e que, até então, só tinha ocasionado uma redução relativa do pessoal ocupado na agricultura. Com a intensificação do processo de tecnificação da agricultura na década seguinte, houve, por parte das empresas rurais, uma tendência ao privilegiamento do emprego de formas de trabalho assalariado, sobremaneira as temporárias.

O aumento também registrado nesta década, da categoria, responsáveis e membros não remunerados da família, se correlaciona tanto com a redução absoluta da mão-de-obra que antes era utilizada nos estabelecimentos, como também com o processo de concentração fundiária ocorrido na década. Em conseqüência da retração das oportunidades de trabalho, antigos trabalhadores e produtores, tendem, em parte, a migrar, e, em parte, a ocupar, no próprio Sudeste, determinadas glebas para serem exploradas em regime de trabalho familiar. Registre-se, ainda, que o aumento dos responsáveis e membros não remunerados da família deveu-se, também, a um incremento de pequenas unidades de produção de caráter nitidamente capitalista, voltadas essencialmente ao abastecimento dos centros urbanos.

Conforme foi visto, no período 1950 e 1970, ocorreram profundas alterações na organização agrária do Sudeste que, embora se dessem de maneira contínua, variaram de intensidade ao longo destes anos. Tais alterações estão subordinadas à forma assumida pelo capital em seu processo de reprodução no campo, forma esta respaldada e incentivada por políticas agrárias oficiais, que expressam interesses econômicos predominantes em cada período. Ressalte-se, ainda, que a individualização desta reorganização do espaço rural do Sudeste, entre 1950 e 1970, consistiu num processo constante de expansão, em número e área dos estabelecimentos que, na maior parte, deu margem a uma concentração fundiária em permeio com um processo de modernização agrária; em estreita correlação com estes processos, que incorreram num rearranjo das atividades produtivas, verificaram-se, conseqüentemente, alterações nas relações de produção.

As conseqüências sociais advindas deste quadro geral de transformações vão acentuar-se ainda mais na década de 70. Isto porque as diretrizes das políticas oficiais para o setor agropecuário, continuaram a enfocar a questão agrária como sendo apenas uma questão de insuficiência produtiva, de carência de infra-estrutura para armazenagem e distribuição da produção minimizando completamente a questão social do campo.

3 — EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70

A dinâmica da agricultura na década de 70, está em estreita correlação com as diretrizes das políticas agrícolas adotadas em meados do decênio anterior que, a partir deste período, apresentaram poucas alterações substanciais. Desde 1964, os responsáveis pela execução de

tais políticas se integram na linha de pensamento econômico que preconiza um maior estreitamento das relações internacionais de interdependência e complementaridade da economia brasileira. Na consecução desses objetivos político-econômicos elaboraram-se diversos planos de desenvolvimento que, diferentemente daqueles que prevaleceram antes do Governo Castelo Branco, apresentavam, essencialmente, um enfoque técnico-administrativo. Apesar disso, tais planos reproduzem determinadas relações e estruturas políticas que determinam e conservam certas condições não-econômicas de produção, apropriação e disposição de excedentes econômicos que, em síntese, expressam novos tipos de relacionamentos entre o Estado e a economia, que passam a predominar a partir do período pós-64.

No que se refere aos anos 70 e 80, foram elaborados quatro planos que continham as metas e os objetivos a serem alcançados nos diferentes setores da economia naquele período: o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76), o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (MEBAG, 1970-73), I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-74) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79). Especificamente, no que concerne à política agrícola, as diretrizes implícitas no primeiro desses planos, nunca chegaram a ser postas em prática. A não concretização das determinações contidas no Plano Decenal se associa a uma série de problemas ligados à conjuntura política da época, como o fim do período governamental em que tal Plano foi elaborado, o que implicou em uma reorganização das forças políticas dominantes. Ressalte-se que essas últimas, embora rearticuladas, se mantiveram como expressão dos mesmos segmentos sociais que originaram os governos a partir de 1964, não se registrando portanto, qualquer descontinuidade quanto à adoção das orientações econômicas que já vinham sendo preconizadas desde aquele período.

Já o MEBAG, para o período 1970-73, se individualiza dos demais pelo seu caráter setorizado, contendo apenas alguns projetos considerados como prioritários. De fato, no período Médici, optou-se, de início, pela não apresentação das estratégias de ação político-econômicas de forma globalmente estruturada, mas, já em 1971 tal orientação seria abandonada. Tendo sido formalmente apresentado o I PND, os objetivos e metas das ações de planejamento eram demonstrados de modo a abranger a sociedade brasileira como um todo.

Em seqüência ao I PND (1972-74), elaborou-se, já no período Geisel, o II PND (1975-79) que, tal qual o primeiro destes Planos em relação ao MEBAG reafirma, em referência ao primeiro dos PND's, uma mesma continuidade quanto às questões fundamentais da política econômica. Substituiram-se apenas "(...) alguns instrumentos anteriormente propostos, aperfeiçoando outros ou criando novas políticas de intervenção consideradas mais eficientes da ótica da racionalidade do planejamento como também visando a atender as considerações de ordem prática decorrentes das transformações que se operavam na conjuntura internacional daquele período" [8].

Nestes termos justifica-se a opção de, na análise da organização agrária, nesta década, ater-se somente ao estudo do I e II PND's, visto que os mesmos contêm uma elaboração mais completa no que se refere

8 LEWIN, H. A temática do "mundo rural" nos planos brasileiros de desenvolvimento econômico. *Debate e Crítica*, São Paulo, (4):83-105, nov. 1974.

às metas, aos meios e aos objetivos econômicos dos governos que atuaram na década de 70. Além disso, o fato de serem apresentadas determinadas estratégias político-econômicas sob a forma de um planejamento global, permite que, em uma análise que se refere objetivamente a um determinado setor econômico — no caso deste estudo, ao agropecuário —, se apreenda, de forma mais completa, as características das relações recíprocas entre os fatores determinantes que compunham o processo de produção dominante naquela década.

Pouco diferindo em relação às diretrizes das políticas agrícolas que preconizavam, tanto o I quanto o II PND se caracterizaram por uma orientação que objetiva não uma atuação a nível de qualquer mudança de estruturas sociais, mas antes garantir o desenvolvimento extensivo e intensivo do modo de produção dominante no campo. Na consecução deste processo, ao Estado cabia a criação de condições favoráveis, destinadas a atrair um maior volume de investimentos no setor agropecuário, com o intuito de criar e/ou desenvolver empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Para tanto, os investimentos estatais eram canalizados para a formação de uma infra-estrutura, visando a racionalização, ampliação ou mesmo a implantação de mecanismos destinados a agilizar a comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

Outra forma de atuação do Estado para implantar essa política de intensificação e expansão de uma agricultura comercial de médio e grande porte foi a criação de um sistema de incentivos fiscais e creditícios destinados a financiar investimento, custeio e a comercialização de produtos, bem como o desenvolvimento da pesquisa tecnológica. No estabelecimento de meios que garantissem a concretização dos objetivos de desenvolvimento do setor agropecuário, preconizados pelos dois PND o Governo Federal procurou assegurar a rentabilidade da exploração agrária pelo desenvolvimento de setores de alta elasticidade-renda, em concomitância com um incentivo às exportações.

No final da década de 60 registraram-se dois fatos, um de ordem externa e outro de ordem interna, que foram fundamentais ao desenvolvimento da agricultura comercial de exportação, ocorrido no decênio posterior. Em 1968, não só se implantou, no Brasil, o sistema de minidesvalorização cambial como, também, se verificou o início de uma tendência favorável à elevação dos preços dos produtos agropecuários no mercado internacional. "Estes dois acontecimentos favoreceram o nosso setor agrícola de exportação, o primeiro reduzindo o risco envolvido na remuneração real a ser obtida, e o segundo, elevando essa remuneração real, pelo menos para alguns produtos. Desse modo as conseqüências seriam no sentido da elevação do preço dos produtos exportáveis em relação aos de mercado interno. A previsão econômica, portanto, seria de expansão do setor exportador, em relação ao setor produzindo alimentos para o mercado interno" [9].

Na década de 70 acentuaram-se, definitivamente, as condições propiciadoras da ampliação da escala do processo de reprodução do capital no campo, sobretudo, a partir de 1974, quando a agricultura passa a representar um item fundamental no ajustamento da economia brasileira, mediante um incremento ainda maior das exportações. Ao

9 MELO, F. Homem de. A agricultura nos anos 80; perspectivas e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, *10*(2):57-101, maio/ago. 1980. p. 68-9.

lado daqueles fatores verificados no fim dos anos 60, uma série de novos fatores favoreceram diretamente tal processo como, por exemplo, a insuficiência do valor das exportações na manutenção da política de substituição de importações (a partir de 1971), elevação do preço internacional do petróleo (1973) e, conseqüentemente, dificuldades de colocação de produtos industrializados, de base não agrícola, em mercados internacionais, devido à política protecionista adotada por diferentes países.

Neste contexto, dado que o processo de acumulação, caracterizado pela intensa concentração e centralização do capital, baseava-se em um mercado interno restrito, tornava-se necessário buscar o mercado externo para a manutenção do modelo adotado. Assim, o Estado, com base nas metas contidas nos dois primeiros PND's favoreceu ainda mais a instalação e a ampliação de empresas agropecuárias médias e, sobretudo, grandes e muito grandes [10].

Como conseqüência, considerando-se a totalidade do espaço brasileiro, na década de 70, foi expressivamente maior o aumento da área dos estabelecimentos, que apresentou uma variação absoluta da ordem de 75.442.406 hectares; neste particular, foram as unidades produtivas de 10.000 hectares e mais as que figuraram com mais significativo aumento, tendo seu total se ampliado de 36.190.429 para 63.545.030 hectares. Sob o estímulo do programa oficial de incentivos, foi, também, nesta década que a demanda de máquinas e equipamentos agrícolas tomou maior impulso, a ponto de, nesses dez anos, o número de tratores utilizados no setor agropecuário, ter aumentado de 165.870 para 530.691 unidades. A intensificação de algumas características do processo de capitalização do espaço rural brasileiro incorreu na continuidade do processo de expropriação de pequenos produtores, principalmente em regime de arrendamento e parceria, e no aumento do efetivo de ocupantes (Tabela 1).

TABELA 1

NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — BRASIL — 1970-1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA E NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	1970			1980		
	Área total	Número de estabelecimentos	Área média	Área total	Número de estabelecimentos	Área média
Proprietário	254 442 898	3 094 861	82,21	319 037 425	3 316 446	96,20
Arrendatários	13 740 860	637 600	21,55	14 616 476	600 647	24,33
Parceiro	4 781 440	380 191	12,58	5 533 051	332 047	16,66
Ocupante	21 197 268	811 367	26,12	26 579 581	898 184	29,59

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

10 De acordo com Alberto Passos Guimarães. "(...) entre 75% e 90% do valor dos créditos concedidos vão para a mão dos grandes e médios proprietários de estabelecimentos agropecuários". GUIMARÃES, Alberto P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 308.

Na medida em que se acentuou e se generalizou o processo de expropriação dos pequenos produtores, parte deles foi aumentar o contingente de força de trabalho, comumente assalariada, de baixo custo, à disposição dos empreendimentos agropecuários. O efetivo dessa mão-de-obra, que só é utilizada em determinados períodos do ano, vem sendo crescente, o que tem levado à deterioração de suas condições de existência; muitos dos antigos produtores de subsistências, não tendo mais condições de determinar os níveis de produção necessários à reprodução de sua mão-de-obra, vão permanecer sujeitos às leis de mercado de trabalho.

Principais beneficiárias desse processo de expropriação, as empresas agropecuárias tanto dispuseram de condições de incorporar ao seu espaço produtivo as terras que antes eram trabalhadas por pequenos agricultores, como passaram a contar com um expressivo contingente de mão-de-obra que se constituiu em um dos fatores que viabilizaram a expansão/intensificação do processo de produção capitalista no campo, na década de 70. Simultaneamente a esse processo de expropriação e apropriação, o desenvolvimento do capitalismo rural beneficiou-se ainda da expansão de vias de transportes, do aperfeiçoamento das políticas dos preços mínimos e da ampliação do sistema de crédito para custeio e investimento. Considere-se, também, que a participação dos subsídios oficiais nos preços finais de alguns insumos, como fertilizantes e máquinas, foi ainda maior nesta década, comparativamente com a de 60.

4 — TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA DO SUDESTE

Como pólo hegemônico da formação sócio-econômica brasileira, foi no Sudeste que o sistema de incentivos oficiais com que contaram as empresas agropecuárias adquiriu plena expressão na última década. Pela leitura dos planos de atuação governamental conclui-se que os objetivos específicos para o Centro-Sul estão bem próximos aos objetivos gerais preconizados para a totalidade do espaço rural brasileiro. Tanto assim que objetivava-se para aquela Região — espaço onde está contido o Sudeste — o desenvolvimento de uma agricultura moderna de base empresarial com apoio fiscal e financeiro do governo, com vista a atingir níveis de competitividade internacional para todos os seus principais produtos. Considerando-se que nos dois PND's a política de expansão das fronteiras agrícolas é especificada como objetivo prioritário para as demais Regiões — Norte, Nordeste e Centro-Oeste —, é patente a importância do Centro-Sul, e do Sudeste, em particular, na consolidação das metas globais de políticas agrárias do Brasil, na década de 70.

Nestas condições, as características das alterações verificadas na organização agrária do Sudeste estão em estreita correlação com o elevado nível de maturação que o capital atingiu nesta Região. Assim, a análise dos dados referentes à variação em área e número dos estabelecimentos revelou que, tal qual o ocorrido a nível do País, houve na totalidade do espaço rural desta Região, no último decênio, uma tendência à concentração fundiária, tanto devido à redução do número dos estabelecimentos, como em conseqüência da expansão da área dos mesmos (Tabela 2).

TABELA 2

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

CLASSE DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS RURAIS							
	Número				Área			
	Total		Variação		Total		Variação	
	1970	1980	Absoluta	Relativa	1970	1980	Absoluta	Relativa
TOTAL	**928 586**(1)	**890 173**(1)	**—38 413**	**—4,3**	**69 500 950**	**73 973 813**	**4 472 863**	**6,4**
0 ⊢ 10 ha	310 210	291 320	—18 890	—6,1	1 551 490	1 390 211	—161 279	—10,4
10 ⊢ 100 ha	484 796	458 437	—26 359	—5,4	17 015 567	16 263 639	—751 929	—4,4
100 ⊢ 1 000 ha	125 834	131 649	5 815	4,6	32 489 850	34 299 388	1 809 538	5,6
1 000 ⊢ 10 000 ha	7 604	8 536	932	12,3	15 713 543	17 530 542	1 817 000	11,6
10 000 ha e mais	142	231	89	62,7	2 730 500	4 490 033	1 759 533	64,4

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.
(1)Foram excluídos os estabelecimentos sem declaração de área.

Analisando-se o comportamento dessas variáveis verifica-se a existência de uma relação entre a amplitude das variações relativas e a classe de área dos estabelecimentos: quanto menor era a unidade produtiva, maior foi a sua redução em número e área; inversamente, quanto maior era o estabelecimento maior o seu aumento. Esse quadro parece, pois, vincular-se à política oficial de incentivo à instalação e/ou expansão de empresas agropecuárias médias e, sobretudo, grandes, que desencadeou um expressivo processo de concentração fundiária na Região na década de 70. Ao lado das alterações na malha fundiária modificou-se também, o quadro relativo à condição dos produtores, registrando-se uma redução no número total do contingente (Tabela 3).

TABELA 3

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO DE PRODUTORES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

PRODUTORES	TOTAL DE PRODUTORES DA REGIÃO SUDESTE			
	Número absoluto		Variação	
	1970	1980	Absoluta	Relativa
TOTAL	**928 945**	**892 532**	**—36 413**	**—3,9**
Proprietário	713 273	704 597	—8 676	—1,2
Arrendatário	79 960	61 380	—18 580	—23,2
Parceiro	72 172	62 295	—9 877	—13,7
Ocupante	63 540	59 710	—3 830	—6,0
Sem declaração	—	4 550	—	—

FONTE — Censo Agropecuário do Brasil 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Tal comportamento, comum a todas as condições dos produtores, é apenas uma das diferentes expressões de uma mesma relação: a do desenvolvimento da produção capitalista, e o conseqüente processo de concentração fundiária, em concomitância com a intensificação do propresso produtivo nas empresas agropecuárias. Neste contexto, as reduções registradas entre os produtores que eram ocupantes, parceiros e pequenos arrendatários, evidenciariam uma valorização das atividades produtivas. Tanto os médios como, sobretudo os grandes empresários, procuraram incorporar ao espaço produtivo de seus estabelecimentos áreas não produtivas, e/ou recuperar pequenas glebas até então exploradas por ocupantes, parceiros e arrendatários não tipicamente capitalistas.

Mesmo o arrendamento capitalista acusou reduções no Sudeste como resultado necessário da acumulação do capital em poucas mãos, visto que, no capitalismo monopolístico, tende a desaparecer a diferença entre capitalistas e aqueles que vivem da renda da terra. Nesse sentido, nesta fase o capitalista, geralmente, é também, o proprietário das terras, embora possam persistir muitos estabelecimentos que permanecem explorados sob a forma de arrendamento.

No que concerne às unidades produtivas exploradas por proprietários, embora tivessem diminuído em número, foram as únicas cuja participação percentual aumentou em relação ao número total de estabelecimentos, passando de 76,8%, em 1970, para 78,9%, em 1980. A redução do número de proprietários seria, assim, também justificada pelo caráter monopolístico do processo de produção capitalista, na medida em que ao lado de uma acumulação capitalista limitada a um número de pessoas há, no referente ao setor agrário, uma tendência a um processo de concentração fundiária. Assim, o desencadeamento deste processo, estimulado por determinações político-econômicas, trouxe conseqüências sociais de grande importância, uma vez que foi bastante expressivo o número de ocupantes, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários e, até mesmo o de médios, e, por vezes, grandes proprietários, que se viram na contingência de abandonarem ou venderem seus estabelecimentos.

Em síntese, os empreendimentos capitalistas no Sudeste, na década de 70, definem-se, de modo geral, por serem grandes propriedades — algumas vezes médias — onde em certas etapas do processo produtivo são empregados métodos intensivos, dado o uso mais generalizado de tecnologias agrícolas modernas, tanto no referente aos insumos, como às máquinas. No que se refere a estas últimas, enquanto em 1970 existiam no Sudeste um total de 82.517 tratores, em 1980 tal número era da ordem de 198.809, representando, portanto, um acréscimo de 140,9%. Essa maior mecanização da agricultura ocorreu, também, em função do "pacote" de políticas de incentivos à instalação e/ou à ampliação das empresas agropecuárias, que visavam modernizar a agricultura no Sudeste através de um processo de tecnificação.

Como diretrizes dessas políticas não discriminavam, especialmente, a aquisição de máquinas como item prioritário, mesmo sem se dispor de dados, pode-se afirmar que, a essa mecanização processada no campo, correspondeu uma maior utilização de tecnologias de outra natureza (biológica, química, etc.). Por outro lado, a uma intensificação do uso destas tecnologias, geralmente, corresponde uma maior mecanização na medida em que "(...) a maior utilização de máquinas contribuiria para a diminuição do risco associado a essas tecnologias, risco esse

que passaria a existir em maior intensidade em função das maiores exigências dessas tecnologias, inclusive em termos de práticas culturais mais cuidadosas e períodos mais limitados, em comparação a uma contínua dependência com relação à contratação de mão-de-obra externa à propriedade" [11].

Como conseqüência das variações apresentadas pelos diferentes fatores já analisados, houve um desenvolvimento bastante significativo das atividades agropecuárias produtivas no Sudeste, na última década. Assim, as áreas em lavouras registraram um significativo aumento: as temporárias, variaram em 15,1%, uma vez que, em 1970, ocupavam um total de 7.439.430 hectares e, em 1980, sua área era de 8.563.727 hectares, enquanto as permanentes, no mesmo período, variaram em 63,6% tendo passado de um total de 2.172.973 para 3.555.477 hectares. Mesmo sem se dispor de dados relativos à área em pastagens, supõe-se também tenha ocorrido um aumento das mesmas nesta década. Tal suposição é, em parte, consubstanciada no aumento do efetivo de bovinos que, de um total de 26.845.044, em 1970, passou em 1980, para 34.742.174 de cabeças, variando, portanto, em 29,4%. Em estreita correlação com esse aumento do número total de bovinos, dois outros fatores, bastante significativos, vêm em apoio à hipótese de que a pecuária tenha competido, na década de 70, com outras atividades produtivas no uso da terra. Por um lado, neste decênio, o mercado internacional da carne bovina apresentou preços favoráveis o que, por si só, já estimulava o incremento da pecuária visando à exportação. Por outro lado, exatamente no intuito de estimular a exportação, um dos itens explicativos como prioritário nos dois PND's, foi a pecuária, o que, juntamente com uma conjuntura internacional favorável contribuiu ainda mais para o incremento desta atividade.

Embora tenha havido uma expansão das atividades agropecuárias no Sudeste, tal desenvolvimento teve uma abrangência limitada. Em primeiro lugar, essa limitação deu-se a nível dos estabelecimentos, uma vez que, de um modo geral, os pequenos e, até mesmo médios, ficaram alijados do sistema oficial de créditos subsidiados, destinado a estimular a produção. Em segundo, essa restrição ocorreu a nível de produtos, pois o incremento do uso de tecnologias visando à modernização do setor rural — uma das metas da política oficial —, concentrou-se, principalmente, nas culturas de exportações, em detrimento dos cultivos de produtos destinados ao abastecimento do mercado interno.

As conseqüências sociais, inerentes a esse crescimento econômico limitado, expressam-se entre outros problemas, na questão da reabsorção, pelo mercado de trabalho, do contingente de mão-de-obra. É fato que, em função do uso social que se faz das técnicas, no modo de produção capitalista há, com a maior tecnificação da agricultura, um aumento da sazonalidade do emprego da mão-de-obra rural, e uma redução, não só relativa, mas também, absoluta do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos, o que, conseqüentemente, provoca aumento da oferta de mão-de-obra. A situação deste contingente de trabalhadores agrava-se ainda mais quando, simultaneamente a um maior tecnificação, há um processo de concentração fundiária, na medida em que este último traz, como contrapartida, um processo de

[11] MELO, F. Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectivas e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, *10*(2):57-101, maio/ago. 1980. p. 63-4.

expropriação. Assim, embora o contingente do total de pessoal ocupado tenha aumentado no Sudeste de 3.959.463 trabalhadores, em 1970, para 4.306.136, em 1980, mesmo sem dispor de dados relativos às diferentes categorias de pessoal ocupado, pode-se afirmar que houve um aumento da temporalidade do trabalho agrícola e da oferta de força de trabalho.

Em síntese, devido às orientações das políticas oficiais, que visavam à modernização da economia rural através de um aumento da composição técnica e orgânica do capital, registrou-se, no Sudeste, na década de 70, um crescimento econômico real do setor agropecuário. Todas essas transformações processadas na organização agrária dessa Região, na década de 70, são a expressão plena, no setor agropecuário, do modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir de meados da década de 60, cujas diretrizes contidas nos dois primeiros PND's sistematizam os objetivos dos segmentos sociais dominantes. Tendo sido essa Região a maior beneficiária dos estímulos oficiais que visavam à modernização da economia agrária, ocorreu nela um expressivo processo de concentração e centralização do capital que refletiu em uma tendência à homogeneização do seu espaço rural. Esta tendência se deu de tal forma que foi nesta Região que ocorreu uma concretização maior das diretrizes sócio-econômicas previstas nos Planos de Desenvolvimento considerados; concretização esta expressa espacialmente por uma integração ampla e intensa da economia agrária regional, com base na industrialização de uma produção, em conseqüência de um relevado aumento da composição técnica e orgânica do capital no processo produtivo das médias e grandes empresas rurais.

4.1 — Transformações na organização agrária do Sudeste: uma análise a nível microrregional

Mesmo que certas características gerais possibilitem qualificar o Sudeste como espaço homogêneo, persistem, na Região, diferenciações, visto que, no processo de produção capitalista não foi incorporada, de modo uniforme, a totalidade do espaço rural. Tais diferenciações podem ser entendidas, seja pelas características preexistentes na Região, seja pelos diferentes níveis de maturação que o capital pode apresentar nos diversos segmentos do espaço geográfico que a compõe. Neste sentido, procurar-se-á, identificar, através de uma análise em escala microrregional, as possíveis diferenciações quanto às transformações ocorridas na organização agrária do Sudeste na década de 70. Para tanto, além dos dados até aqui utilizados, analisar-se-ão, também, aqueles referentes aos diversos tipos de culturas temporárias e permanente, contidos na publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1975 e na de 1980.

Além da ausência dessa publicação em 1970, a limitação da análise ao último qüinqüênio da década de 70 deve-se, também, ao fato de que o levantamento dos dados na PAM, por se basear numa sistemática metodológica diferente daquela adotada nos Censos Agropecuários, não viabiliza a comparabilidade entre as variáveis utilizadas. Na ausência dos dados definitivos do Censo Agropecuário de 1980, a inclusão daqueles publicados pela PAM, justifica-se, por um lado, pela própria natureza do trabalho, uma análise da organização agrária do Sudeste que sem informação sobre o comportamento da produção ficaria incompleta. Por outro lado, uma vez que as orientações prioritárias das

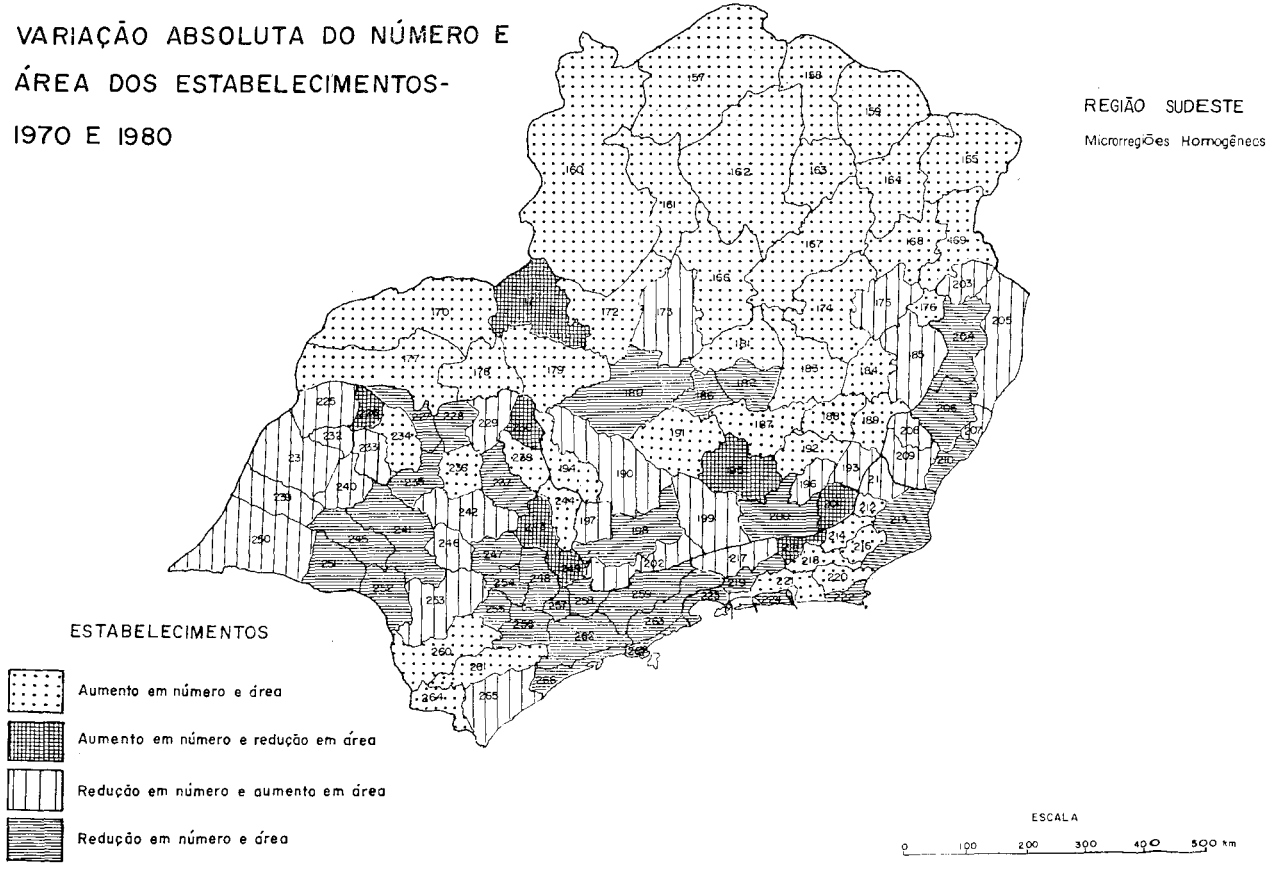
diretrizes político-econômicas para o setor agropecuário privilegiam a grande produção comercial destinada sobretudo à exportação, torna-se fundamental, na análise, o recurso às informações referentes às lavouras temporárias e permanentes praticadas na Região, mesmo que estas reflitam apenas uma tendência quanto ao desenvolvimento de cada cultivo. Procedeu-se, ainda, a uma seleção dos principais cultivos regionais, conforme se destinassem aos mercados interno e externo, no sentido de se verificar possíveis diferenciações quanto ao incremento de sua produção.

Mesmo considerando que o que individualizou o setor agropecuário do Sudeste no espaço foi o elevado aumento da composição técnica e orgânica do capital em seu processo produtivo, na análise a nível microrregional foram privilegiadas as variações absolutas do total dos estabelecimentos em número e área. Tal opção se dá, sobretudo, em face da indisponibilidade de dados mais completos no referente à modernização da economia agrária desta Região, o que permitiria um quadro mais completo das transformações havidas na sua organização agrária. No entanto, só se dispondo de dados relativos a tratores, o privilegiamento das variáveis referentes aos estabelecimentos, revela-se pertinente em função da própria lógica do modelo de crescimento econômico adotado a partir de meados da década de 60. Tendo como objetivo primordial a capitalização da economia rural, através do aumento do uso de máquinas e insumos, o tipo de medidas de incentivo às atividades agropecuárias adotadas pelos governos pós-64 denota que, para os mesmos, a estrutura fundiária não se constituía em fator impeditivo ao desenvolvimento do setor agrário. Pelo contrário, procurou-se desenvolver uma agricultura capitalista em grandes unidades de produção, o que, conseqüentemente, tornou inerente ao processo de capitalização, uma elevada concentração fundiária.

Correlacionando-se as variações absolutas do número e da área total dos estabelecimentos, pôde-se identificar três conjuntos distintos de microrregiões no Sudeste. Em um destes grupos, formado por microrregiões situadas sobretudo nas áreas centrais e orientadas de São Paulo, na região serrana e litoral sul espírito-santense, na parte central de Minas Gerais, bem como, por um conjunto descontínuo de microrregiões no Estado do Rio de Janeiro, registraram-se reduções em número e área das unidades produtivas. Em outro, integrado por microrregiões alocadas, principalmente, na parte leste e oeste do planalto ocidental paulista, no leste espírito-santense, no subconjunto formado por aquelas situadas no extremo setentrional da mantiqueira e no nordeste de Minas Gerais e, ainda, no sul mineiro, a estrutura fundiária caracterizou-se por um aumento de área e redução em número dos estabelecimentos. Já no terceiro grupo, constituído pela grande maioria das microrregiões de Minas Gerais, pelas localizadas no Paranapiacaba e por outras ocorrências dispersas no Estado de São Paulo, assim como naquelas situadas na parte fluminense da Serra do Mar e a que constitui a Fluminense do Grande Rio, o incremento ocorreu tanto em área como em número (Mapa 1).

Os dados revelaram, também, a existência de um número pouco significativo de microrregiões, de ocorrência descontínua, que se caracterizou por apresentar redução em área e aumento no número total dos estabelecimentos. Infere-se que o comportamento de tais microrregiões, bem como daquelas que integram o grupo que apresentou não

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS- 1970 E 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 1

só uma redução em área como também em número, tenha sua explicação vinculada a problemas de alterações conceituais, introduzidas no Censo Agropecuário de 1975, quanto à categoria analítica "estabelecimento". Tais alterações teriam ocasionado distorções nos dados relativos à estrutura fundiária, as quais em algumas microrregiões chegaram a implicar em redução da área dos estabelecimentos.

Tal argumento pode ser usado como fator explicativo apenas em parte, na medida em que a variação negativa da área total dos estabelecimentos abrangeu grande número de microrregiões que se individualizam, por exemplo, pelo predomínio espacial das atividades agropecuárias. Assim é que, de um lado, encontram-se Microrregiões como a do Rio de Janeiro (224), Grande São Paulo (262), Alto Paraíba (263) — nas quais o grande desenvolvimento urbano-industrial acarretou uma substancial absorção de áreas anteriormente destinadas a atividade agropecuária — e, as da Baía da Ilha Grande (223) e Costa Norte Paulista (267), onde o mesmo fenômeno foi devido a melhorias no setor intra-estrutural e ao desenvolvimento industrial que ocasionaram um forte movimento de especulação de terras destinadas, em grande parte, ao lazer. Nestes casos, pode-se justificar a alteração ocorrida na estrutura fundiária, pela expansão urbana. Por outro lado, há casos como os das Microrregiões de Bauru (241), Depressão Periférica Setentrional (243), entre outras, nas quais o expressivo aumento das áreas de lavoura, viu-se acompanhado de ponderável aumento da produção agrícola, e onde deveria ocorrer *pari passu* um aumento da área dos estabelecimentos.

Mesmo na Microrregião Açucareira de Campos (213) onde foi levada a efeito, pelo Estado, uma série de obras de caráter infra-estrutural, por iniciativa da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS), a redução da área total dos estabelecimentos se revela injustificada, em face dos aumentos da produção do açúcar e do rebanho bovino, além do incremento da fruticultura, operados nesta década [12].

Deve-se ressaltar, contudo, que poucas foram as microrregiões em que esta redução em número e área abrangeu a totalidade das categorias de estabelecimentos. De fato, somente com relação às pequenas unidades produtivas constatou-se uma quase generalizada redução, e foi, basicamente, devido àquelas que, no cômputo geral, a área dos estabelecimentos se reduziu. No que concerne aos estabelecimentos médios e grandes, excetuando-se os de 10.000 e mais hectares, um número ponderável de microrregiões apresentou aumento de número e área, denotando um processo de concentração fundiária (Tabela 4).

Tal característica ficou melhor delineada no conjunto de microrregiões que apresentou aumento em número e área dos estabelecimentos, embora se note, aqui, uma maior homogeneização, através das diferentes categorias de estabelecimentos, quanto à tendência observada em relação ao total da área. Na realidade, tanto os pequenos como os médios e grandes estabelecimentos, em esmagadora maioria, tenderam a aumentar em número e área, porém, os acréscimos mais substanciais

12 PROGRAMA especial do Norte Fluminense; avaliação preliminar. IPEA/IPLAN/MINAGR/EMBRATER, julho 1981. mimeo.

TABELA 4

ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 |— 10				10 |— 100			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
227 — Divisor Turvo-Grande	—225	—49,9	—1 555	—57,2	—343	—21,5	—10 309	—16,8
228 — Barretos	—637	—62,3	—3 265	—63,4	—925	—43,5	—22 788	—31,1
235 — Média Araraquarense	—336	—25,9	—3 757	—41,8	—365	—8,2	—633	—0,4
241 — Bauru	—420	—15,4	—2 277	—15,2	—301	—6,4	—8 800	—5,3
245 — Alta Paulista	—2 330	—52,2	—13 806	—52,7	—988	—18,5	—18 113	—11,6
251 — Alta Sorocabana de Assis	—3 012	—70,5	—16 751	—68,7	—1 687	—27,6	—34 152	—17,8
252 — Ourinhos	—453	—26,5	—1 687	—18,0	—498	—11,2	—12 896	—8,4
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE								
204 — Colatina	258	12,7	195	1,6	—1 698	—14,6	—67 260	—15,7
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense	278	13,1	1 187	10,5	—1 387	—10,8	—59 493	—12,9
210 — Litoral Sul Espírito-Santense	—269	—14,7	—2 014	—20,0	—900	—26,7	—22 731	—20,9
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS								
180 — Alto São Francisco	—1 614	—50,0	—7 881	—48,4	—1 956	—22,2	—63 858	—17,9
182 — Belo Horizonte	—305	—14,0	—2 026	—24,1	—472	—20,5	—17 253	—20,3
186 — Divinópolis	—663	—33,5	—3 152	—37,8	—418	—11,9	—14 570	—11,4
OCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO								
213 — Açucareira de Campos	880	8,5	—5 475	—12,7	—1 310	—18,2	—41 289	—17,9
219 — Vassouras e Piraí	73	6,3	—707	—12,0	—319	—24,4	—7 845	—17,4
222 — Cabo Frio	63	1,9	—3 369	—22,9	—59	—6,8	—1 753	—7,0
223 — Baía da Ilha Grande	—26	—1,9	—1 238	—17,7	—229	—20,1	—6 277	—20,0
224 — Rio de Janeiro	—2 093	—46,6	—4 283	—41,8	—238	—45,8	—3 939	—38,1
CENTRO LESTE PAULISTA								
247 — Rio Claro	—456	—55,5	—2 430	—57,4	—532	—23,0	—12 989	—14,9
248 — Campinas	—1 093	—22,0	—3 803	—18,5	—753	—15,8	—24 394	—17,4
254 — Açucareira de Piracicaba	—1 123	—65,1	—5 398	—63,2	—1 112	—41,6	—26 488	—32,0
255 — Tatuí	—805	—28,8	—4 809	—32,7	—468	—12,9	—7 882	—7,0
256 — Sorocaba	—681	—19,1	—3 965	—23,4	—356	—11,4	—11 002	—10,9
257 — Jundiaí	334	17,1	592	7,2	—386	—28,0	—10 724	—26,9
258 — Bragança Paulista	—1 383	—34,3	—5 959	—34,0	—522	—16,8	—12 114	—12,5
259 — Vale do Paraíba Paulista	—2 232	—60,2	—6 774	—51,7	—1 224	—32,2	—43 884	—28,6
262 — Grande São Paulo	—1 352	—21,9	—5 337	—22,7	—732	—23,7	—20 872	—23,6
263 — Alto Paraíba	—584	—37,8	—2 827	—35,0	—1 130	—23,9	—37 226	—19,8
266 — Baixada Santista	—216	—37,2	—738	—32,0	19	2,6	—1 167	—5,0
267 — Costa Norte Paulista	—45	—15,2	—306	—20,3	—54	—26,1	—1 029	—16,8

TABELA 4

ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	100 |— 1 000				1 000 |— 10 000			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
227 — Divisor Turvo-Grande	23	4,1	6 042	3,8	—1	—2,1	—2 669	—2,4
228 — Barretos	25	3,5	5 149	2,5	3	4,9	21 040	19,0
235 — Média Araraquarense	70	8,2	22 179	10,6	—9	—30,0	—20 242	—38,3
241 — Bauru	—95	—5,2	—7 007	—1,3	6	3,5	—9 671	—2,7
245 — Alto Paulista	136	13,3	40 225	13,7	—4	—4,7	—10 102	—6,7
251 — Alta Sorocabana de Assis	148	14,1	38 687	13,9	—10	—12,7	—17 899	—12,0
252 — Ourinhos	—2	—0,2	19 550	8,7	2	3,9	—2 970	—3,2
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE								
204 — Colatina	118	7,3	40 668	12,0	4	14,8	14 704	36,5
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense	136	14,2	38 575	25,1	1	50,0	3 739	172,6
210 — Litoral Sul Espírito-Santense	—35	—7,6	1 163	1,2	4	44,4	7 192	36,6
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS								
180 — Alto São Francisco	5	0,1	4 359	0,5	0	10,3	23 277	15,9
182 — Belo Horizonte	—100	—13,1	—27 777	—14,2	—2	—5,6	—1 621	—2,5
186 — Divinópolis	—59	—7,0	—11 109	—6,6	—2	—22,2	—1 732	—11,8
OCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO								
213 — Açucareira de Campos	24	1,8	10 090	3,0	5	5,1	—24 881	—10,5
219 — Vassouras e Piraí	18	4,3	6 469	5,7	3	13,6	1 712	5,0
222 — Cabo Frio	—43	—27,2	—13 217	—31,7	0	0,0	11 685	42,4
223 — Baía da Ilha Grande	—22	—31,4	—4 994	—30,6	—1	—8,3	8 594	26,4
224 — Rio de Janeiro	—12	—38,7	—3 729	—48,7	—	—	—	—
CENTRO LESTE PAULISTA								
247 — Rio Claro	—42	—5,6	—14 343	—7,1	7	16,3	25 337	32,8
248 — Campinas	—80	—12,9	—32 425	—18,3	10	41,7	11 656	25,7
254 — Açucareira de Piracicaba	20	5,3	3 914	3,6	0	0,0	—725	—1,0
255 — Tatuí	11	2,7	3 505	3,9	0	0,0	1 169	7,3
256 — Sorocaba	—79	—12,7	—19 253	—12,7	—2	—8,0	2 570	5,6
257 — Jundiaí	—30	—14,3	—5 706	—9,9	—1	—11,1	—3 784	—26,6
258 — Bragança Paulista	—16	—3,9	—3 320	—3,6	—1	—14,3	—633	—8,0
259 — Vale do Paraíba Paulista	—121	—8,0	—19 310	—5,2	3	6,8	2 889	3,4
262 — Grande São Paulo	—53	—15,7	—6 408	—8,2	—8	—32,0	—4 812	—10,0
263 — Alto Paraíba	—99	—8,0	—12 351	—4,7	1	2,0	—8 138	—7,2
266 — Baixada Santista	—40	—31,5	—13 376	—34,3	—7	—43,8	—11 786	—33,9
267 — Costa Norte Paulista	—7	—16,3	—942	—9,0	3	42,9	11 062	68,1

TABELA 4

ESTABELECIMENTO COM REDUÇÃO EM NÚMERO E AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
CENTRO DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
227 — Divisor Turvo-Grande	0	0,0	—1 142	—8,7
228 — Barretos	—1	—100,0	—11 616	—100,0
235 — Média Araraquarense	0	0,0	—5 861	—33,2
241 — Bauru	1	100,0	13 853	81,8
245 — Alta Paulista	—	—	—	—
251 — Alta Sorocabana de Assis	1	—	10 426	—
252 — Ourinhos	0	0,0	—3 602	—24,3
REGIÃO SERRANA E LITORAL ESPÍRITO-SANTENSE				
204 — Colatina	—	—	—	—
206 — Colonial Serrana Espírito-Santense	—	—	—	—
210 — Litoral Sul Espírito-Santense	—	—	—	—
PARTE CENTRAL DE MINAS GERAIS				
180 — Alto São Francisco	—	—	—	—
182 — Belo Horizonte	2	—	30 697	—
186 — Divinópolis	—	—	—	—
OCORRÊNCIAS DISPERSAS NO ESTADO DO RIO				
213 — Açucareira de Campos	2	200,0	31 548	296,3
219 — Vassouras e Piraí	—	—	—	—
222 — Cabo Frio	—	—	—	—
223 — Baía da Ilha Grande	—	—	—	—
224 — Rio de Janeiro	—	—	—	—
CENTRO LESTE PAULISTA				
247 — Rio Claro	—	—	—	—
248 — Campinas	—1	—100,0	—32 391	—100,0
254 — Açucareira de Piracicaba	—	—	—	—
255 — Tatuí	—	—	—	—
256 — Sorocaba	1	—	12 048	—
257 — Jundiaí	—	—	—	—
258 — Bragança Paulista	—	—	—	—
259 — Vale do Paraíba Paulista	—1	—100,0	—10 488	—100,0
262 — Grande São Paulo	—	—	—	—
263 — Alto Paraíba	—	—	—	—
266 — Baixada Santista	—2	—100,0	—30 130	—100,0
267 — Costa Norte Paulista	—1	—50,0	—14 285	—51,1

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

em área ocorreram com os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares e os de 1.000 a menos de 10.000 hectares (Tabela 5).

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 |— 10				10 |— 100			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS								
157 — Sanfranciscana de Januária	1 101	100,8	4 405	61,4	832	13,0	12 847	5,2
158 — Serra Geral de Minas	1 214	50,6	3 861	27,7	81	1,3	4 445	2,1
159 — Alto Rio Pardo	504	22,1	3 076	23,8	2 705	48,5	57 105	30,8
160 — Chapadões do Paracatu	346	59,0	1 799	51,9	618	14,2	28 047	13,9
161 — Alto-Médio São Francisco	139	289,6	356	139,1	66	12,8	5 356	22,1
162 — Montes Claros	1 213	33,4	4 809	20,9	—417	—4,1	—35 130	—8,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha	213	78,0	1 440	79,8	295	16,8	10 062	14,6
164 — Pastoril de Pedra Azul	1 553	194,1	8 175	173,4	2 066	44,7	43 591	22,8
165 — Pastoril de Almenara	194	135,7	947	97,1	443	19,3	3 974	3,4
166 — Médio Rio das Velhas	384	99,0	1 891	68,4	626	31,4	14 487	16,8
167 — Mineradora de Diamantina	—412	—3,9	8 014	15,3	2 247	37,5	45 277	25,3
168 — Teófilo Otoni	1 918	192,2	10 731	156,2	952	22,8	13 358	7,9
169 — Pastoril de Nanuque	546	197,1	2 877	144,6	377	19,9	8 990	10,2
170 — Uberlândia	982	109,7	4 400	75,6	—621	—12,4	—26 873	—11,6
172 — Mata da Corda	220	18,6	708	10,2	797	13,7	26 439	11,1
174 — Bacia do Suaçuí	2 438	121,9	8 143	58,9	343	5,1	4 281	1,6
176 — Mantena	469	45,2	201	2,6	—272	—9,3	—5 056	—5,3
177 — Pontal do Triângulo Mineiro	555	163,2	3 102	130,7	1 668	65,1	69 095	54,0
178 — Uberaba	107	29,6	75	3,1	392	28,1	21 765	35,4
179 — Planalto de Araxá	292	151,3	1 969	56,2	807	40,5	29 003	28,9
181 — Calcários de Sete Lagoas	818	87,6	2 840	49,2	55	2,1	972	1,0
183 — Siderúrgica	678	53,2	3 469	49,6	498	11,1	10 637	6,1
184 — Mata de Caratinga	378	9,0	1 531	6,3	—76	—1,0	—7 363	—2,9
187 — Espinhaço Meridional	—19	—0,3	750	3,1	43	0,8	1 344	0,7
188 — Mata de Ponte Nova	262	7,0	1 773	9,4	99	1,6	—1 842	—0,9
189 — Vertente Ocidental do Caparaó	1 437	54,9	6 486	43,4	489	7,2	2 877	1,2
191 — Formiga	120	3,9	23	0,1	—55	—0,6	1 217	0,3
192 — Mata de Viçosa	621	8,3	1 246	3,9	261	3,5	7 872	3,4
194 — Mogiana Mineira	599	13,1	1 690	6,9	—127	—1,6	3 301	1,3
PARANAPIACABA								
260 — Campos de Itapetininga	1 141	17,1	3 138	9,0	888	14,4	23 472	12,0
261 — Paranapiacaba	2 571	40,1	6 287	23,9	—263	—6,1	—13 827	—10,1
264 — Apiaí	2 064	352,2	7 119	246,0	172	11,6	258	0,5
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO								
234 — São José do Rio Preto	80	3,7	138	1,1	234	5,0	3 902	2,4
236 — Serra de Jaboticabal	296	24,2	1 045	13,7	—12	—0,3	—1 441	—0,9
238 — Serra de Batatais	103	28,3	482	26,1	502	41,1	19 940	39,1
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista	145	7,1	841	7,9	248	7,9	6 708	6,5
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO								
212 — Miracema	372	17,5	—187	—2,0	—20	—1,0	—1 659	—2,4
214 — Cantagalo	299	16,3	381	4,5	135	5,9	8 551	11,5
216 — Cordeiro	750	82,3	2 458	53,1	53	2,7	2 279	3,2
218 — Serra Fluminense	694	19,6	—270	—2,0	—5	—0,3	747	1,4
220 — Bacias do São João e Macacu	1 141	78,0	1 455	16,0	—270	—12,1	—6 005	—9,6
221 — Fluminense do Grande Rio	993	11,7	—3 188	—10,2	—450	—15,9	—5 121	—8,3

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	100 |— 1000				1000 |— 10 000			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS								
157 — Sanfranciscana de Januária	—152	—7,0	—14 413	—2,5	91	60,7	227 045	61,7
158 — Serra Geral de Minas	98	8,3	39 702	14,6	46	76,7	102 443	59,8
159 — Alto Rio Pardo	528	42,1	129 755	42,6	71	120,3	131 623	120,9
160 — Chapadões do Paracatu	1 025	25,4	296 835	22,9	124	15,4	220 764	11,1
161 — Alto-Médio São Francisco	—1	—0,2	—12 942	—6,7	—14	—8,5	—22 150	—4,5
162 — Montes Claros	—146	—3,4	19 438	1,5	81	19,2	147 544	16,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha	—65	—8,8	—17 866	—9,0	—9	—17,0	—17 049	—14,7
164 — Pastoril de Pedra Azul	184	8,0	69 204	11,3	14	11,7	19 806	9,8
165 — Pastoril de Almenara	193	9,2	57 144	8,9	7	3,2	—12 049	—2,7
166 — Médio Rio das Velhas	92	6,4	2 996	0,6	26	11,7	42 518	8,2
167 — Mineradora de Diamantina	274	38,1	81 369	43,6	36	138,5	114 387	247,8
168 — Teófilo Otoni	215	17,4	80 066	25,0	39	68,4	71 599	67,6
169 — Pastoril de Nanuque	—59	—3,5	369	0,1	52	36,6	111 428	38,5
170 — Uberlândia	—89	—2,4	—13 482	—1,3	—13	—4,2	3 615	0,6
172 — Mata da Corda	331	13,4	73 218	12,2	—2	—1,8	727	0,4
174 — Bacia do Suaçuí	136	4,9	44 577	6,5	24	48,0	61 799	64,6
176 — Mantena	116	44,3	19 820	36,9	6	600,0	9 828	676,9
177 — Pontal do Triângulo Mineiro	764	24,0	173 737	17,5	—27	—7,5	—80 991	—11,2
178 — Uberaba	197	13,6	30 043	6,4	—14	—9,2	—48 941	—15,44
179 — Planalto de Araxá	211	9,0	53 153	6,9	—4	—2,1	—23 266	—6,7
181 — Calcários de Sete Lagoas	124	11,6	42 992	14,1	13	20,3	9 665	7,4
183 — Siderúrgica	83	6,8	21 939	8,1	6	23,1	—9 892	—12,3
184 — Mata de Caratinga	93	9,5	19 731	10,4	7	43,8	12 770	26,4
187 — Espinhaço Meridional	—7	—0,8	—4 860	—2,8	6	28,6	20 035	42,9
188 — Mata de Ponte Nova	—4	—0,4	9 019	4,2	—6	—25,0	—4 713	—9,2
189 — Vertente Ocidental do Caparaó	—91	—8,6	—15 700	—7,8	6	120,0	15 150	184,5
191 — Formiga	202	10,4	56 998	13,4	5	14,7	13 912	30,3
192 — Mata de Viçosa	0	0,0	5 038	4,1	0	0,0	—170	—2,5
194 — Mogiana Mineira	99	8,0	17 307	6,1	7	38,9	10 282	28,7
PARANAPIACABA								
260 — Campos de Itapetininga	55	4,6	27 125	8,6	5	4,3	—13 655	—4,7
261 — Paranapiacaba	—27	—4,5	—1 275	—0,8	22	75,9	41 626	58,2
264 — Apiaí	—48	—14,5	—4 770	—6,0	9	60,0	23 096	80,6
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO								
234 — São José do Rio Preto	31	2,9	17 675	7,3	1	3,3	—1 142	—2,0
236 — Serra de Jaboticabal	—58	—6,5	—844	—0,4	12	38,7	19 495	34,2
238 — Serra de Batatais	41	6,0	—2 433	—1,2	—8	—17,8	—17 037	—20,2
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista	12	1,7	1 448	0,7	—2	—6,5	9 260	18,5
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO								
212 — Miracema	40	10,4	11 824	14,6	3	100,0	9 846	263,8
214 — Cantagalo	12	2,6	—920	—0,9	—6	—42,9	—6 890	—33,7
216 — Cordeiro	32	6,0	3 480	2,8	—4	—23,5	—7 660	—27,4
218 — Serrana Fluminense	13	6,4	—400	—0,8	3	50,0	196	1,5
220 — Bacias do São João e Macacu	51	14,0	14 909	13,9	3	9,1	480	0,7
221 — Fluminense do Grande Rio	—1	—0,4	—1 936	—2,7	—3	—13,6	—2 537	—4,5

TABELA 5

ESTABELECIMENTOS COM AUMENTO EM NÚMERO E ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Número		Área	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS				
157 — Sanfranciscana de Januária	16	533,3	490 582	226,7
158 — Serra Geral de Minas	6	200,0	103 124	268,1
159 — Alto Rio Pardo	7	—	226 557	—
160 — Chapadões do Paracatu	0	0,0	66 151	12,9
161 — Alto-Médio São Francisco	9	75,0	148 660	57,9
162 — Montes Claros	9	100,0	—84 403	—21,9
163 — Mineradora do Alto Jequitinhonha	5	—	91 132	—
164 — Pastoril de Pedra Azul	—	—	—	—
165 — Pastoril de Almenara	1	50,0	25 358	69,7
166 — Médio Rio das Velhas	1	9,1	35 112	18,7
167 — Mineradora de Diamantina	9	900,0	219 691	1 191,4
168 — Teófilo Otoni	—	—	—	—
169 — Pastoril de Nanuque	1	—	15 397	—
170 — Uberlândia	5	250,0	63 540	159,6
172 — Mata da Corda	1	—	22 500	—
174 — Bacia do Suaçuí	0	0,0	—10 567	—49,5
176 — Mantena	—	—	—	—
177 — Pontal do Triângulo Mineiro	—	—	—	—
178 — Uberaba	0	0,0	210	2,0
179 — Planalto de Araxá	3	—	51 268	—
181 — Calcários de Sete Lagoas	1	0,0	392	1,3
183 — Siderúrgica	4	400,0	80 628	556,7
184 — Mata de Caratinga	0	0,0	—2 354	—12,7
187 — Espinhaço Meridional	0	0,0	3 147	14,7
188 — Mata de Ponte Nova	—	—	—	—
189 — Vertente Ocidental do Caparaó	—	—	—	—
191 — Formiga	—	—	—	—
192 — Mata de Viçosa	—	—	—	—
194 — Mogiana Mineira	—	—	—	—
PARANAPIACABA				
260 — Campos de Itapetininga	—1	—33,3	363	0,9
261 — Paranapiacaba	0	0,0	2 775	4,1
264 — Apiaí	2	—	23 465	—
OCORRÊNCIAS DISPERSAS EM SÃO PAULO				
234 — São José do Rio Preto	—	—	—	—
236 — Serra de Jaboticabal	—	—	—	—
238 — Serra de Batatais	—	—	—	—
244 — Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista	—	—	—	—
FLUMINENSES DA SERRA DO MAR E FLUMINENSE DO GRANDE RIO				
212 — Mitacema	—	—	—	—
214 — Cantagalo	—	—	—	—
216 — Cordeiro	—	—	—	—
218 — Serrana Fluminense	—	—	—	—
220 — Bacias do São João e Macacu	—	—	—	—
221 — Fluminense do Grande Rio	1	—	43 560	—

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Merece ser ainda assinalada a dimensão da ocorrência espacial de tal variação em Minas Gerais, mais particularmente, no centro-norte, onde o conjunto de microrregiões em análise forma uma totalidade contígua. Tal fato relaciona-se com a expressiva expansão horizontal das atividades produtivas nesta área, na década de 70, dada uma maior disponibilidade de terra ali existente. A expansão deu-se, tanto pela reativação de área subutilizadas, como pela incorporação de terras devolutas ao processo de produção. Corroborando esta assertiva, verificou-se que foi, também, neste Estado que os estabelecimentos de 10.000 hectares e mais figuraram, na maior parte das microrregiões, com acréscimo de área, as quais muitas vezes, se revelaram substanciais. Com relação a estes aspectos pode-se ver que o Estado de São Paulo se apresenta em situação nitidamente oposta. Já o Estado do Espírito Santo revelou uma evolução singular, pois, foi o único no Sudeste no qual nenhuma microrregião apresentou aumento do número de estabelecimentos.

No conjunto de microrregiões que se caracterizaram por apresentar redução em número de estabelecimentos e aumento em área, os médios e grandes estabelecimentos tiveram suas áreas ampliadas de forma significativa, na maior parte das microrregiões, em boa medida através de um processo de absorção de terras que afetou, sensivelmente, aqueles de menos de 100 hectares, e, por vezes, os de 10.000 hectares e mais (Tabela 6). O fato de que estas microrregiões se localizem, em grande número, em áreas de ocupação mais antiga talvez justifique a pequena importância dos estabelecimentos de 10.000 hectares e mais, cujas ocorrências, além de pouco numerosas, apresentaram decréscimos, principalmente com relação à área.

Tais alterações na estrutura fundiária, que deixaram patentes um processo de concentração da terra a nível dos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares e de 1.000 a menos de 10.000 hectares parecem resultar, em grande medida, das orientações implícitas nas políticas agrárias oficiais que, dentre suas metas para esta região, privilegiavam o desenvolvimento da média e, sobretudo, da grande empresa rural. Este fato viu-se acompanhado de conseqüências no que diz respeito às variações observadas quanto às categorias de produtores; tanto assim que, embora tenha se verificado um decréscimo de todas as categorias, a nível do Sudeste, a situação não se mostra homogênea quando se realiza uma análise a nível microrregional.

No caso dos proprietários, verificaram-se elevadas variações absolutas, ocorrendo de forma bem generalizada em Minas Gerais. A nível de hipótese, correlaciona-se esse aumento com o próprio desenvolvimento da atividade agropecuária havido nesta década, na medida em que, quando aumenta a valorização da mesma, há uma tendência ao acréscimo do número de estabelecimentos explorados diretamente pelos próprios proprietários. Como na grande maioria das microrregiões de Minas Gerais registrou-se um aumento em número e área de todas as categorias de estabelecimentos, supõe-se que a maioria deles esteja sendo explorado por proprietários (Mapa 2).

O desenvolvimento das atividades produtivas, nos anos 70 e 80, poderia, também, ocasionar uma redução do número de proprietários, como, efetivamente, ocorreu na maioria das microrregiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Nestes Estados, dado a forma

TABELA 6

ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 |— 10				10 |— 100			
	Estabelecimentos		ha		Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
242 — Araraquara	—845	—46,3	—4 652	—49,2	—470	—10,3	—7 239	—4,4
246 — Jaú	—465	—38,4	—2 811	—40,5	—585	—20,5	—13 820	—14,9
253 — Serra de Botucatu	—707	—29,7	—4 721	—33,3	—665	—13,3	—13 600	—7,8
OESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
225 — Alta Araraquarense de Fernandópolis	—1 189	—15,0	—6 072	—13,7	—926	—10,9	—16 272	—7,1
231 — Alta Noroeste de Araçatuba	—1 219	—29,1	—8 176	—37,1	—474	—11,9	3 139	2,5
232 — Médio São José dos Dourados	—1 102	—49,5	—6 291	—49,4	—73	—3,9	4 693	8,2
233 — Divisor São José dos Dourados-Tietê	—1 734	—67,4	—8 318	—61,3	—495	—13,4	—9 928	—7,8
239 — Nova Alta Paulista	—4 613	—33,5	—21 053	—28,0	—561	—6,9	—2 131	—1,1
240 — Alta Noroeste de Penápolis	—1 661	—39,7	—8 631	—38,0	—376	—8,9	4 007	3,2
250 — Alta Sorocabana de Presidente Prudente	—9 123	—67,4	—50 532	—66,8	—2 503	—24,7	—27 554	—9,9
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS								
175 — Governador Valadares	—259	—12,4	—1 633	—15,2	—575	—14,9	—20 757	—14,0
185 — Bacia do Manhuaçu	—350	—12,7	—3 202	—18,0	—1 103	—13,0	—38 512	—11,7
193 — Mata do Muriaé	—157	—6,5	—851	—6,7	—100	—2,0	—2 875	—1,7
196 — Mata de Ubá	—708	—17,4	—2 320	—12,6	—141	—2,9	381	0,2
208 — Vertente Oriental do Caparaó	—97	—6,9	—961	—11,3	—246	—6,1	—7 882	—5,5
209 — Cachoeiro do Itapemirim	—721	—30,4	—4 659	—32,9	—628	—13,6	—19 264	—9,1
211 — Itaperuna	60	4,0	—1 253	—14,0	—228	—8,1	—4 779	—4,7
SUL MINEIRO								
190 — Furnas	—1 062	—14,2	—4 828	—13,7	—1 071	—8,6	—27 291	—6,0
197 — Planalto de Poços de Caldas	—254	—7,4	—1 431	—8,4	—301	—7,1	—3 515	—2,5
199 — Alto Rio Grande	—159	—8,6	—1 831	—18,3	—886	—14,6	—29 452	—12,6
202 — Alta Mantiqueira	350	3,8	—451	—1,1	—521	—5,5	—5 649	—1,9
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE								
203 — Alto São Mateus	—62	—12,6	—935	—27,5	—735	—33,0	—32 092	—35,4
205 — Baixada Espírito-Santense	—417	—24,6	—1 748	—19,3	—3 454	—39,0	—44 498	—35,7
207 — Vitória	—768	—62,0	—2 943	—59,7	—335	—33,9	—8 595	—27,9

TABELA 6

ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(continua)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	100 |— 1 000				1 000 |— 10 000			
	Estabelecimentos		ha		Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
242 — Araraquara	—153	—10,2	—46 212	—11,1	9	8,0	45 005	21,0
246 — Jaú	—75	—10,4	—15 291	—8,1	11	37,9	20 190	42,0
253 — Serra de Botucatu	152	10,8	49 836	12,4	0	0,0	—725	—1,0
OESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA								
225 — Alta Araraquarense de Fernandópolis	102	11,7	26 564	12,4	15	30,0	24 741	28,1
231 — Alta Noroeste de Araçatuba	315	29,1	81 803	24,3	17	7,5	—37 667	—6,8
232 — Médio São José dos Dourados	62	17,7	14 116	15,5	6	42,9	7 036	26,8
233 — Divisor São José dos Dourados — Tietê	131	20,0	29 020	18,4	—6	—15,4	—4 352	—6,3
239 — Nova Alta Paulista	159	23,3	41 573	23,2	15	20,5	16 554	10,5
240 — Alta Noroeste de Penápolis	127	17,6	18 685	9,7	—1	—2,6	1 889	3,0
250 — Alta Sorocabana de Presidente Prudente	357	22,9	98 239	21,4	56	19,4	85 964	12,6
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS								
175 — Governador Valadares	—91	—5,9	—9 616	—2,2	36	41,9	47 943	29,4
185 — Bacia do Manhuaçu	250	12,2	56 166	11,3	41	82,0	66 100	74,2
193 — Mata do Muriaé	34	4,0	9 063	5,1	0	0,0	—95	—0,6
196 — Mata de Ubá	36	6,0	3 421	2,8	1	25,0	—398	—3,9
208 — Vertente Oriental do Caparaó	27	6,5	8 817	11,3	3	150,0	6 254	292,4
209 — Cachoeiro de Itapemirim	64	6,1	21 318	9,1	6	31,6	12 248	43,9
211 — Itaperuna	13	2,0	3 652	2,6	6	54,5	7 478	38,5
SUL MINEIRO								
190 — Furnas	182	5,8	36 137	5,1	19	42,2	42 210	55,5
197 — Planalto de Poços de Caldas	—16	—2,5	3 424	2,7	4	100,0	9 407	113,0
199 — Alto Rio Grande	58	2,8	39 388	8,6	8	20,5	15 864	25,9
202 — Alta Mantiqueira	106	10,9	25 222	13,2	1	5,0	15 654	38,4
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE								
203 — Alto São Mateus	—111	—13,1	912	0,4	46	139,5	82 191	124,0
205 — Baixada Espírito-Santense	—243	—13,7	—14 133	—3,5	28	41,8	66 078	55,9
207 — Vitória	—16	—9,5	—230	—0,5	9	300,0	16 584	321,6

TABELA 6

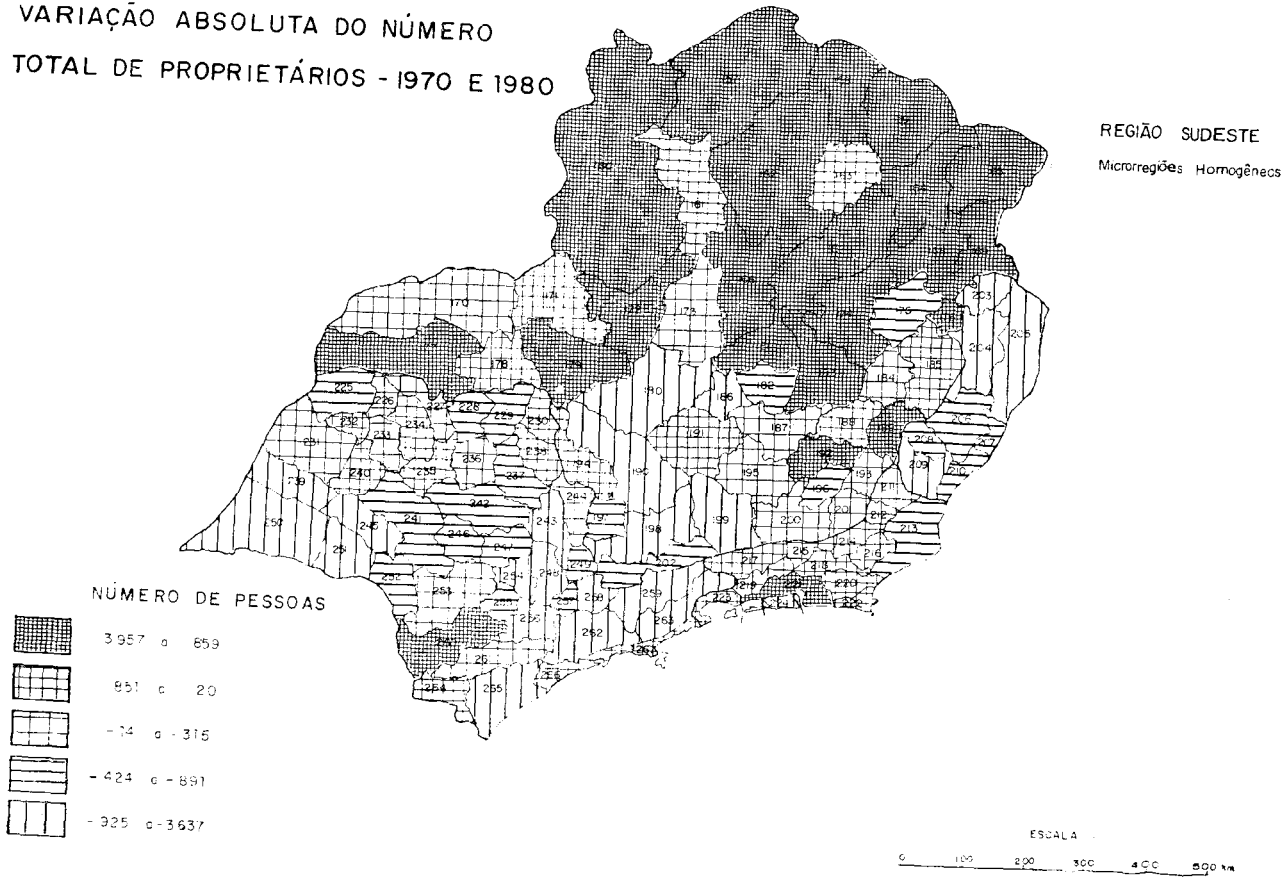
ESTABELECIMENTOS COM REDUÇÃO EM NÚMERO E AUMENTO EM ÁREA — VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS — REGIÃO SUDESTE — 1970-1980

(conclusão)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	CLASSES DE ÁREA (ha)			
	10 000 e mais			
	Estabelecimentos		ha	
	Absoluto	Relativo	Absoluta	Relativa
LESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
242 — Araraquara	2	66,7	29 963	74,8
246 — Jaú	1	—	15 545	—
253 — Serra de Botucatu	1	25,0	—20 889	—22,0
OESTE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA				
225 — Alta Araraquarense de Fernandópolis	—1	—100,0	—10 764	—100,0
231 — Alta Noroeste de Araçatuba	1	25,0	—13 640	—14,8
232 — Médio São José dos Dourados	0	0,0	0	0,0
233 — Divisor São José dos Dourados — Tietê	—	—	—	—
239 — Nova Alta Paulista	—	—	—	—
240 — Alta Noroeste de Penápolis	—	—	—	—
250 — Alta Sorocabana de Presidente Prudente	0	0,0	17 887	18,0
EXTREMO SETENTRIONAL DA MANTIQUEIRA E NORDESTE DE MINAS GERAIS				
175 — Governador Valadares	0	0,0	—3 632	—11,7
185 — Bacia do Manhuaçu	—	—	—	—
193 — Mata do Muriaé	—	—	—	—
196 — Mata de Ubá	—	—	—	—
208 — Vertente Oriental do Caparaó	—	—	—	—
209 — Cachoeiro de Itapemirim	—	—	—	—
211 — Itaperuna	—	—	—	—
SUL MINEIRO				
190 — Furnas	—	—	—	—
197 — Planalto de Poços de Caldas	—	—	—	—
199 — Alto Rio Grande	—	—	—	—
202 — Alta Mantiqueira	—2	—100,0	—25 656	—100,0
LESTE ESPÍRITO-SANTENSE				
203 — Alto São Mateus	—	—	—	—
205 — Baixada Espírito-Santense	4	133,3	108 521	206,5
207 — Vitória	—	—	—	—

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE PROPRIETÁRIOS - 1970 E 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 2

assumida pelo processo de reprodução do capital, concretizado no aumento da média e grande empresa, o processo de concentração fundiária daí decorrente deu-se sobremaneira, em detrimento de pequenos estabelecimentos — por vezes, médios —, sem incorporar, ponderavelmente, novas áreas ao espaço total produtivo (exceção do Espírito Santo). Portanto, nesses Estados a redução do número de proprietários não se vincula a qualquer aumento geral de pequenas unidades de produção exploradas por arrendatários, parceiros, ou mesmo agregados, comportamento comum em períodos em que há uma retração das atividades produtivas do setor agropecuário.

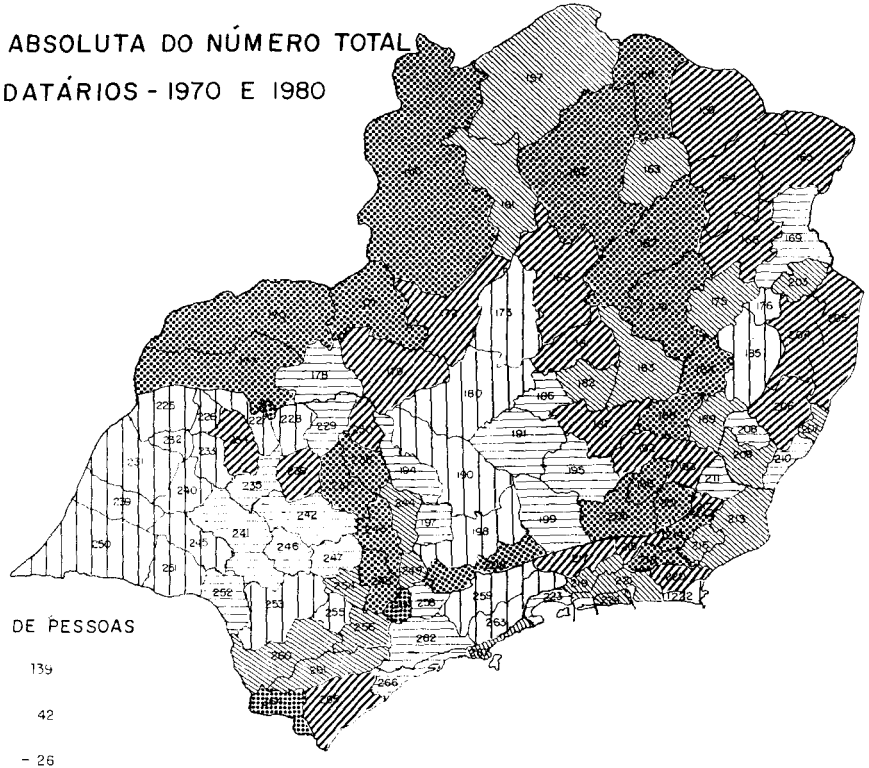
Quanto à condição dos arrendatários, a distribuição das variações absolutas pelas microrregiões de Minas Gerais e São Paulo lembra, em boa medida, a que se observou com relação aos proprietários (Mapa 3). Enquanto na maioria das microrregiões de Minas Gerais se observou um aumento desta categoria de produtor, em São Paulo deu-se o oposto. Convém salientar, contudo, que nas microrregiões mineiras onde o número dos arrendatários acusou redução, esta foi tão intensa que incorreu numa diminuição do contingente destes produtores ao nível do Estado.

Considerando-se que em algumas microrregiões dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, o acréscimo do número de arrendatários resultou num aumento de sua expressão a nível estadual, concluiu-se que foi o Estado de São Paulo que respondeu pelo acentuado decréscimo desta categoria de produtores na Região Sudeste. Neste Estado, mais uma vez, foram as transformações verificadas na sua estrutura fundiária que, ao se caracterizarem por uma significativa perda de expressão dos pequenos estabelecimentos na maior parte das microrregiões, concorreram para que, em muitas delas, se verificassem perdas das mais acentuadas no contingente de arrendatários.

Com relação aos produtores parceiros constatou-se, também, que, em face da maneira como vem se processando a penetração do capital no setor agropecuário do Sudeste, seu número total foi reduzido, a nível regional. Neste particular, foi o Estado de São Paulo que, tal como visto quanto aos arrendatários, figurou como o principal responsável pelo decréscimo desta condição de produtor, onde o número de parceiros retraiu-se na grande maioria de suas microrregiões e, em várias delas, de forma bastante expressiva (Mapa 4). Em Minas Gerais esta categoria de produtor teve, também, seu contingente reduzido, porém, de forma pouco acentuada. Neste Estado a distribuição, a nível microrregional, das variações absolutas do número de parceiros parece indicar que, apesar de em muitas microrregiões, ainda prevalecerem práticas extensivas nos estabelecimentos, o desencadeamento do processo de modernização que vem atingindo o setor agropecuário de Minas Gerais, vem ocasionando a substituição desta categoria de produtor por outras formas de trabalho que melhor se adaptem aos objetivos dos proprietários da terra. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, as variações absolutas revelaram uma estreita correlação com aquelas constatadas na estrutura fundiária ocorrendo aumento da parceria na maioria das microrregiões onde houve acréscimo do número de estabelecimentos. Já no Espírito Santo, onde a estrutura fundiária se caracterizou por uma redução generalizada do número de estabelecimentos, esta categoria de produtor aumentou na maioria das microrregiões.

Quanto aos ocupantes, cujo contingente só é numericamente inferior ao de proprietários, registraram-se reduções pouco significa-

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE ARRENDATÁRIOS - 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

NÚMERO DE PESSOAS

605	a	139
129	a	42
32	a	- 26
- 27	a	- 173
- 207	a	- 5 880

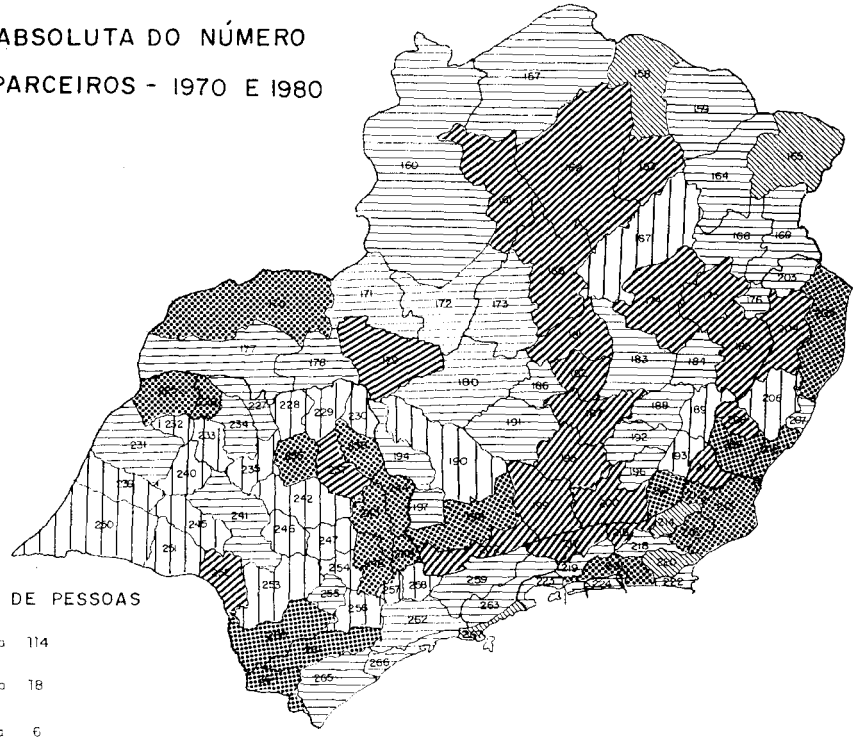
ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 3

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE PARCEIROS - 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

NÚMERO DE PESSOAS

1741 a 114

106 a 18

16 a 6

- 3 a - 262

- 290 a - 3.798

ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

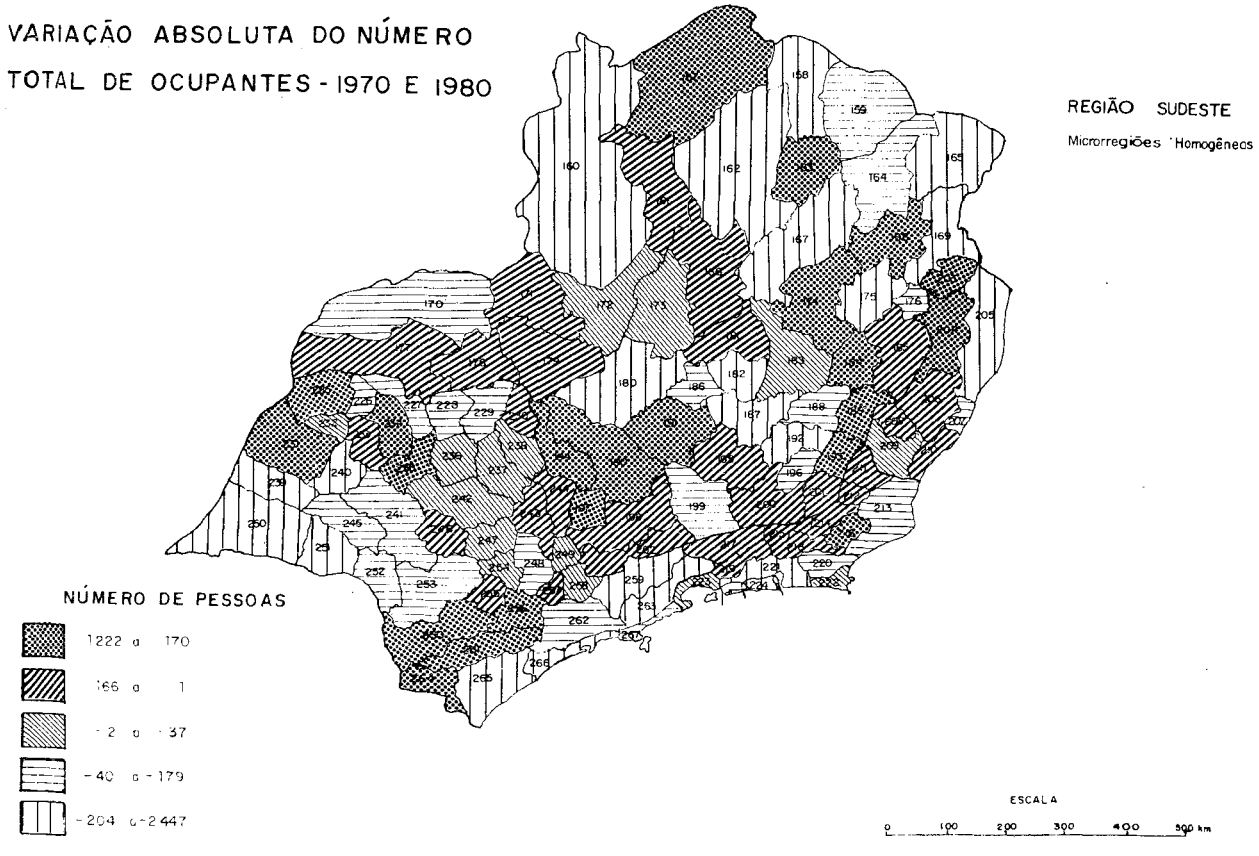
MAPA 4

tivas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e uma situação de estabilidade no Espírito Santo. Todavia, esta homogeneidade quanto às alterações observadas no contingente de ocupantes não se dá em escala microrregional, quando se verificam diversificações espaciais muito grandes (Mapa 5). Tal comportamento tem estreita correlação com a forma desigual com que a agricultura empresarial se expande no espaço regional do Sudeste. Mesmo considerando que esta correlação existe também, no referente às demais condições de produtores, é preciso relevar que, enquanto as ocupações representam uma forma não autorizada de posse da terra, todas as demais são formas legalizadas. Com a expansão e intensificação do modo de produção dominante, tais categorias de produtores, uma vez subordinadas e reorientadas, podem se adequar às suas necessidades, sendo, portanto, preservadas, mesmo com algumas modificações.

Considerando-se que um dos aspectos característicos das alterações observadas na organização agrária do Sudeste, no período 1970 a 1980 foi a expansão da área total dos estabelecimentos, através, principalmente, da ampliação de médias e, sobretudo, grandes empresas, infere-se que tenha havido uma redução do espaço ocupado por posseiros. Portanto, esta redução que, implicou em retração da área média dos estabelecimentos dos ocupantes e em diminuição numérica do seu contingente pode, conseqüentemente, levá-los à ocupação de áreas, geralmente, de difícil acesso e de solos mais pobres, cuja topografia, muitas vezes, torna menos viável a mecanização. Muitos dos ocupantes que permaneceram na Região, não migrando para os centros urbanos, ou não se integraram ao processo produtivo como assalariados, ou certamente tenderam a ocupar áreas com terras devolutas, onde o processo de modernização agrária era, ainda, incipiente.

Ressalte-se que, nessa Região, onde é bastante elevado o grau de maturação do capital, são restritas as áreas de modernização pouco significativa, o que pode ser avaliado, entre outros fatores, pelo elevado índice de mecanização do setor agropecuário do Sudeste. Tanto assim que, a nível microrregional, mesmo tendo se constatado diferenciações bem acentuadas nas variações absolutas quanto ao número de tratores, poucas foram as microrregiões que acusaram retração, ou pequena intensificação do processo de mecanização, na década de 70 (Mapa 6). Proporcionalmente, foi o Rio de Janeiro que figurou com maior número de microrregiões com baixo nível de mecanização, onde somente a Açucareira de Campos, cujo setor agropecuário se caracteriza pela existência de grandes estabelecimentos que praticam uma cultura canavieira em moldes empresariais, notabilizou-se pelo incremento do emprego de tratores.

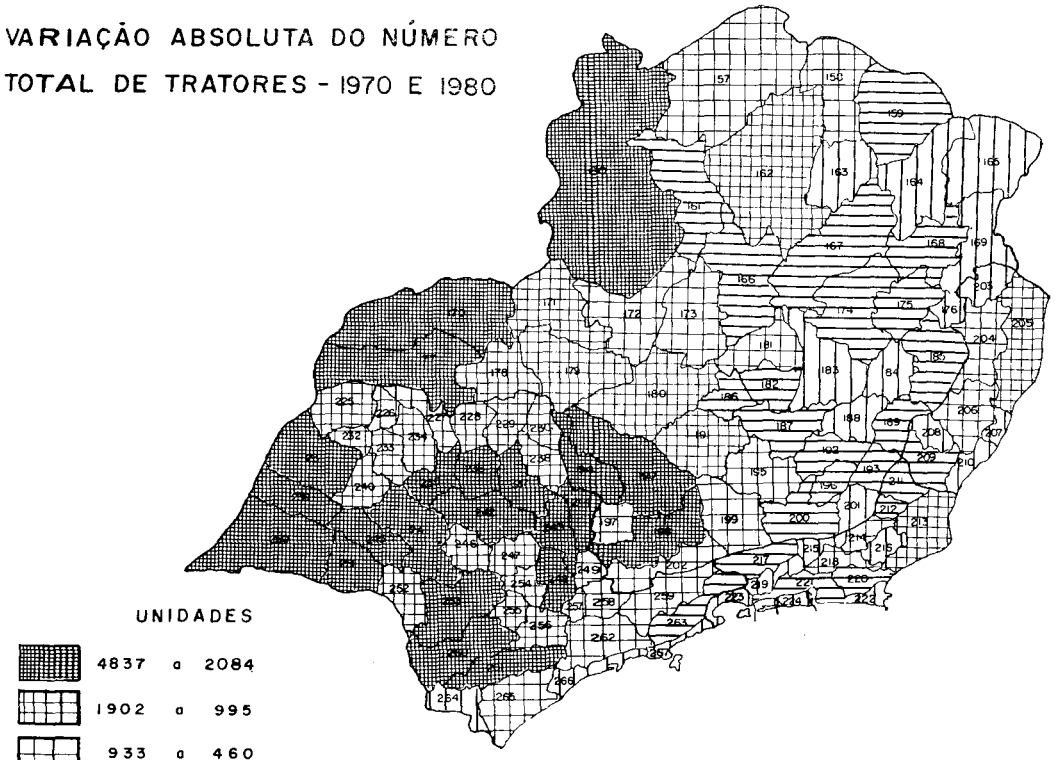
Já o Espírito Santo apresentou-se com situação mais favorável, tendo a Microrregião Baixada Espírito-Santense se destacado com alto índice de mecanização, decorrente da atuação de empresas capitalistas que realizaram fortes investimentos nos setores da silvicultura e da pecuária. No Estado de Minas Gerais, onde a fronteira agrícola expandiu-se, substancialmente, tal processo ocorreu de duas formas. Enquanto as microrregiões distribuídas a leste e nordeste figuraram sempre com baixos níveis de mecanização o contrário ocorreu com a maioria das microrregiões situadas no Centro-Sul, Triângulo Mineiro e oeste do Estado. Tal realidade indica que nas microrregiões situadas a leste e nordeste de Minas Gerais, onde o processo produtivo era, predominante-



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE TRATORES - 1970 E 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

mente, extensivo até o final da década de 70, elas formam a única área contígua, espacialmente expressiva, onde o processo de modernização se manteve incipiente no Sudeste.

Em relação ao Estado de São Paulo, ocorreu ali o mais expressivo processo de intensificação da agricultura, com a maior parte das microrregiões apresentando elevados índices de mecanização; somente quatro microrregiões paulistas, situadas na Serra do Mar e na orla litorânea, apresentaram baixo índice de mecanização.

A elevada mecanização do setor agropecuário, bem como a expressiva expansão da área total dos estabelecimentos, foi acompanhada, nos anos em estudo, de um grande aumento das áreas de lavoura, principalmente as temporárias. Se as políticas oficiais preconizavam um papel importante para a agricultura no comércio exportador e, em menor escala, no interno — produção de alimentos e matérias-primas — foi o setor das lavouras temporárias que respondeu, em primeiro lugar, às necessidades de expansão da produção (Mapa 7).

A distribuição de suas variações absolutas pelas microrregiões revela que os Estados de Minas Gerais e São Paulo foram os que mais se notabilizaram quanto aos aumentos apresentados. Convém assinalar, também, que eles se distinguiram, de forma significativa, quanto aos produtos mais importantes cultivados.

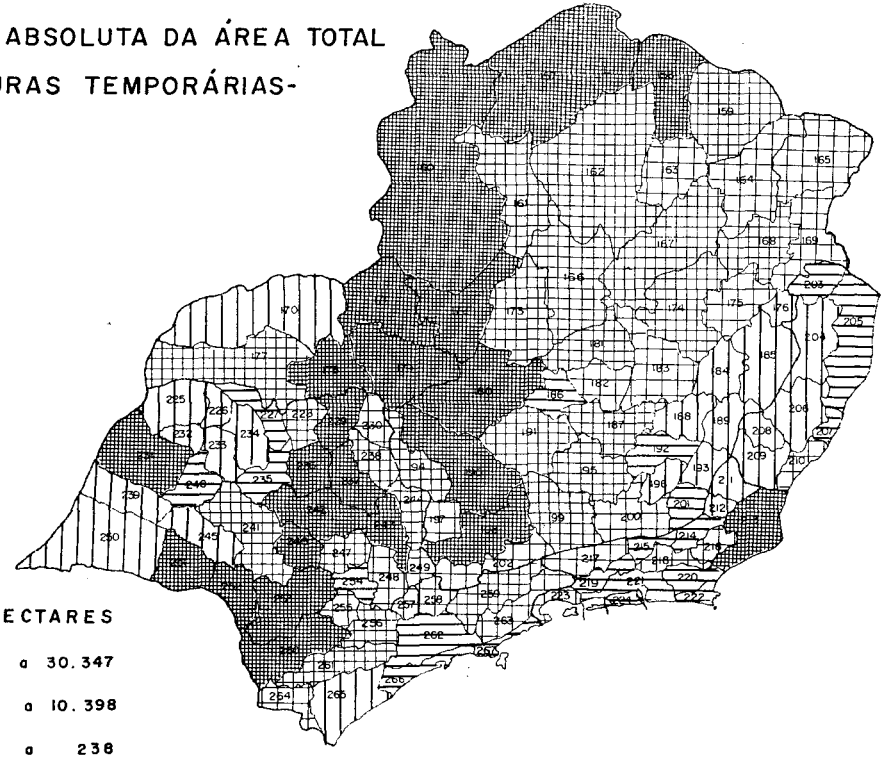
Em Minas Gerais as áreas da lavoura temporária aumentaram, na maior parte das microrregiões, influenciadas pela expansão da pecuária, tanto que, o milho, cujo cultivo, freqüentemente, precede a implantação do pasto, foi o produto que apresentou acréscimos mais generalizados. A soja foi, também, outro produto da lavoura temporária que apresentou um crescimento substancial em Minas Gerais, o que ocorreu mais particularmente em microrregiões do Centro-Sul, do Oeste e do Triângulo Mineiro.

Em São Paulo, a cana-de-açúcar foi o produto responsável pelo aumento mais generalizado das áreas de lavouras temporárias, tendo ocorrido mais particularmente em microrregiões alocadas no centro e no leste do Planalto Ocidental Paulista, onde a existência de uma infra-estrutura já montada, concorreu para que fossem mais beneficiadas pelo Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Em segundo plano, figuram a soja e o trigo, porém, com incrementos expressivos bem menos generalizados, tendo sido a Microrregião Alta Sorocabana de Assis (251) que, neste particular, se apresentou com maior destaque. Trata-se, na realidade, das culturas temporárias que mais concorreram para a intensificação da mecanização da agricultura no Estado.

Fora destes Estados, só merece referência especial, o desenvolvimento das áreas de lavouras temporárias verificado no Rio de Janeiro, na Microrregião Açucareira de Campos, o qual ocorreu, basicamente, em função da cultura da cana-de-açúcar, e se deveu, também, aos investimentos do PROÁLCOOL.

Quanto aos aumentos das áreas das lavouras permanentes eles se deveram, sobretudo, às culturas da laranja e do café, que só não influenciaram, de forma ponderável, microrregiões do Rio de Janeiro. A cultura do café concorreu, por sua vez, para os aumentos das lavouras permanentes em microrregiões do sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro. Porém, foi no Espírito Santo, onde esta cultura foi reativada na década em estudo, que se operaram aumentos mais generalizados, os quais concorreram para o decréscimo das lavouras temporárias na maior parte das microrregiões (Mapa 8).

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS- 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

HECTARES

146.604	a	30.347
28.720	a	10.398
10.311	a	238
-169	a	-7.117
-8.419	a	-77.554

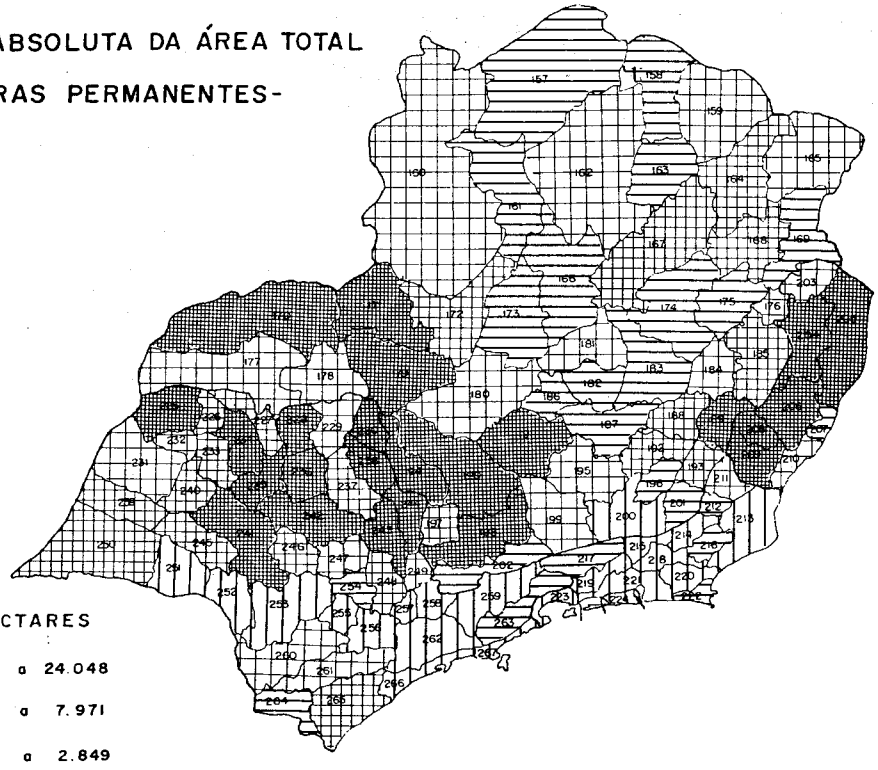
ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 7

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS PERMANENTES- 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

HECTARES

126.392	a 24.048
21.133	a 7.971
7.478	a 2.849
2.627	a 38
- 203	a -25.445

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 8

Em São Paulo, o aumento da área da lavoura permanente ficou por conta, principalmente, da cultura da laranja, e secundariamente de outros produtos frutícolas. O café, de modo geral não influenciou neste particular, já que teve muitas de suas áreas substituídas por culturas temporárias. Dessa forma, foi a laranja o produto principal responsável pelos aumentos de área da lavoura permanente em microrregiões da Depressão Periférica Paulista e do Planalto Ocidental Paulista. Fora desse Estado só convém assinalar a importância desta cultura para o crescimento da área da lavoura permanente nas Microrregiões mineiras de Uberlândia, Uberaba, Pontal do Triângulo Mineiro e Espinhaço Meridional.

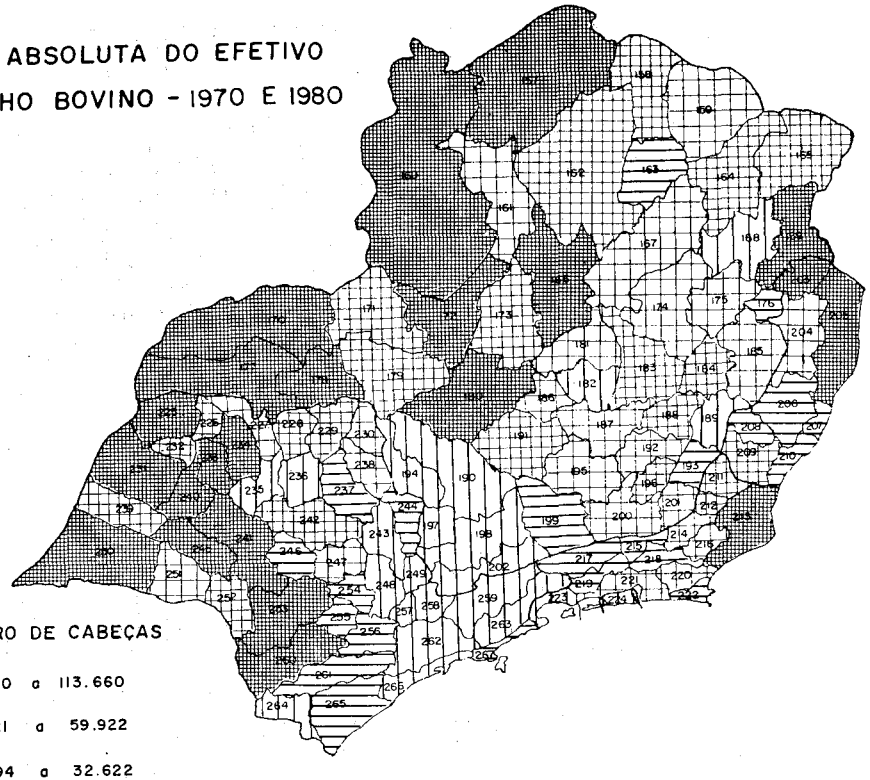
No que se refere à pecuária, constatou-se que, nesta década, também foi bastante ponderável o aumento do rebanho bovino que, na grande maioria das microrregiões do Sudeste, apresentou aumentos superiores a 32 mil cabeças de gado. Todavia, a maneira como se processou a distribuição das alterações referentes às variações absolutas através das microrregiões, permite estabelecer inferências quanto à evolução do crescimento do rebanho bovino (Mapa 9).

Em Minas Gerais, a distribuição das variações absolutas parece indicar que o aumento da prática desta atividade está relacionado a alguma forma de intensificação do processo produtivo dos estabelecimentos. Tanto assim que, embora, na maioria das microrregiões de Minas Gerais, a pecuária ainda seja realizada extensivamente, constatou-se que os acréscimos mais expressivos do rebanho bovino ocorreram naquelas onde se registraram, de modo geral, os mais expressivos índices de variação absoluta, no referente ao incremento da prática agrária com o emprego de técnica moderna. No que se refere a atividade pecuária, o sul do Estado constitui um caso a parte, pois, ao contrário do norte mineiro, o processo de modernização havido nesta área relaciona-se menos com a atividade criatória do que com o desenvolvimento de lavouras de alto valor comercial — café, soja e trigo — cujas culturas se expandiram, em grande parte, em áreas antes destinadas às pastagens.

O Estado de São Paulo apresentou, também, tendência a um aumento do rebanho cada vez maior na direção do oeste. Parece que, em relação as microrregiões situadas ao leste os problemas que concorreram para a redução em número e área dos estabelecimentos justificam a pouca significância das variações absolutas. Mais para o centro, este aspecto pode estar relacionado com o grande desenvolvimento tanto das lavouras temporárias como permanentes. Quanto aos grandes aumentos observados nas microrregiões meridionais e centro-ocidentais, pode-se aventar como fatores explicativos, não só a maior disponibilidade de terras — em grande parte de topografia plana e revestidas de vegetação campestre — como a concessão de créditos oficiais. Tais condições ensejaram um processo de especialização, tanto no setor da pecuária de corte, nas áreas mais próximas aos vales do Paraná, do Paranapanema e do Grande, como na da leiteira, mais para o centro.

Embora os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo não tenham revelado progressos tão intensos quanto os de São Paulo e Minas Gerais, a maior parte das microrregiões também acusou aumentos superiores a 32 mil cabeças de gado. Porém, nestes Estados apenas três microrregiões apresentaram aumentos mais intensos, as quais se situam nas áreas setentrionais. Trata-se de microrregiões que se destacaram quanto

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EFETIVO DO REBANHO BOVINO - 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

NÚMERO DE CABEÇAS

878.760 a 113.660

113.621 a 59.922

56.394 a 32.622

30.085 a 6.966

6.769 a -47.367

ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

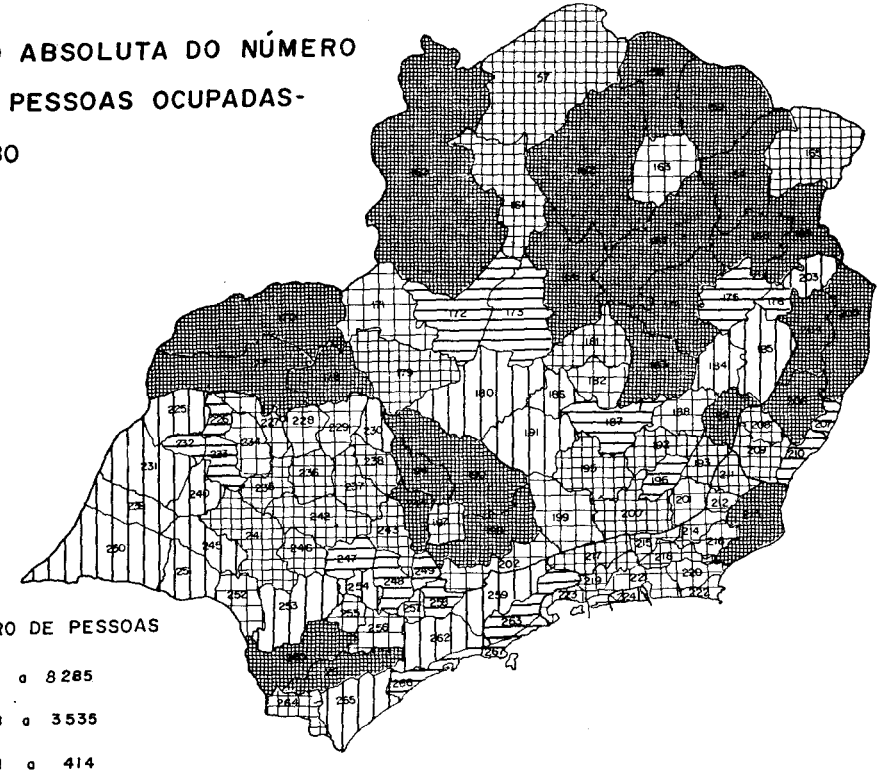
a mecanização e que, apesar de terem acusado grande aumento das áreas de lavoura têm, também, grande disponibilidade de terras destinadas à atividade pecuária.

Essas transformações havidas na organização agrária do Sudeste, implicaram, ainda, em significativas alterações nas relações de produção, na medida em que foram privilegiadas aquelas categorias de pessoal ocupado que melhor se adequavam às diferentes atividades das empresas agropecuárias. Assim, em áreas onde o processo produtivo se caracterizava por uma utilização intensiva de máquinas houve, de modo geral, uma tendência ao aumento do trabalho temporário. Já naquelas de ocupação recente e naquelas onde, apesar de ocupação antiga, se caracterizaram, igualmente, por uma expansão horizontal de agricultura, a tendência geral foi de um aumento do total do pessoal ocupado. Enquanto na primeira destas áreas a fase inicial da implantação das atividades agrícolas demandaria um contingente maior de mão-de-obra, em muitas das microrregiões que se caracterizaram por um aumento da área dos estabelecimentos, o incremento do pessoal ocupado estaria correlacionado a não ocorrência, nessas unidades de observação, de um processo de modernização. De fato, com a ausência de práticas intensivas, a força de trabalho era, ainda, dominante na estrutura do processo produtivo dos estabelecimentos nessas microrregiões. Supõe-se que, com a expansão horizontal da agricultura a qual, em grande medida, se deu por meio de um processo de concentração fundiária, muitos dos antigos produtores expropriados teriam sido reincorporados como mão-de-obra no processo de produção (Mapa 10).

Com relação às microrregiões que se caracterizaram por transformações intensas ou muito intensas no que se refere ao incremento em máquinas, ou em máquinas e ocupação de terras, constatou-se uma tendência geral à retração ou ao incremento menos significativo do pessoal ocupado. Mesmo em algumas microrregiões onde, concomitantemente à intensificação do processo produtivo, houve um expressivo aumento do contingente de mão-de-obra, o número de pessoas ocupadas por hectare de estabelecimento reduziu-se no decorrer deste período. Neste último caso incluiu-se, por exemplo, a região do Triângulo Mineiro. Esta tendência à redução, do emprego de mão-de-obra na agricultura, em microrregiões onde o processo de modernização se fez mais intenso, é uma conseqüência da própria tecnificação da agricultura. Enquanto as práticas extensivas caracterizam o sistema de produção, e a força de trabalho é predominante, o espaço produtivo das microrregiões incorporam um crescente contingente de mão-de-obra; quando, porém, há uma intensificação do processo produtivo, sobremaneira pela tecnificação, há uma restrição da demanda de força de trabalho, incorrendo em uma liberação de parte do segmento de trabalhadores antes ocupados. Neste processo, o contingente de mão-de-obra passa primeiro a decrescer em termos relativos para, então, reduzir-se em termos absolutos.

A tecnificação, aliada à tendência à especialização da produção deterioram as condições do mercado de mão-de-obra, tanto por restringir a demanda como por aumentar a sazonalidade do trabalho. Tendo suas oportunidades de emprego bastante reduzidas nos períodos de entresafra, a força de trabalho da maioria desse contingente populacional permanece ociosa pois, não tendo acesso aos meios de produção — sobretudo a terra —, a sua capacidade de reprodução está estritamente correlacionada com a capacidade do mercado de trabalho de absorver

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS- 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

NÚMERO DE PESSOAS

- 32.764 a 8285
- 7328 a 3535
- 3481 a 414
- - 22 a -3100
- -3357 a -33.273

ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE – Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 10

sua mão-de-obra. Desse modo, em muitas microrregiões de São Paulo, onde a agricultura era bastante tecnificada, ao lado de uma redução do total do pessoal ocupado, registrou-se, em 1980, uma participação do trabalhador volante acima da média estadual, que era de 15%.

Considerando-se a expressividade desta média, que representa o dobro da referente à totalidade do País, afirma-se que, dadas as características assumidas pelo processo de modernização na década de 70, a categoria "volante", é a que melhor se coaduna com as necessidades de produção dos estabelecimentos capitalistas. Isto porque o emprego sazonal a que estão sujeitos estes trabalhadores, viabiliza a superação do problema da ociosidade da mão-de-obra empregada, decorrente da diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, intrínseco à natureza das atividades agropecuárias. Sendo o nível de reprodução deste segmento de mão-de-obra determinado pelas necessidades de mercado e não pelas da subsistência, a impossibilidade de acesso à terra e a sazonalidade de seu emprego se configuram como fatores que implicam em uma deterioração de suas condições de existência.

Pelo exposto constatou-se, a nível microrregional, significativas diferenciações espaciais apesar da tendência à uniformização da totalidade do espaço rural desta Região, em decorrência do processo de modernização ocorrido na última década. A expressividade deste processo patenteia-se nas significativas transformações que se deram na organização agrária, como o intenso incremento das áreas dos estabelecimentos, das áreas em lavouras, do número do rebanho bovino, do número de máquinas e nas alterações havidas nas relações de produção. Ressalte-se, ainda, que foram as áreas ocupadas por produtos de alto valor comercial, destinados sobretudo à exportação, as que mais se expandiram, denotando com isso uma projeção ainda maior do setor da grande agricultura comercial, que mesmo antes da década em questão, já era expressivo no Sudeste.

Portanto, apesar das diferenciações observadas na forma como estava estruturada a produção nas diferentes microrregiões, a tendência à homogeneização é consubstanciada pela expansão e intensificação de uma economia de mercado que, ao se reproduzir de modo desigual e combinado, pode ou não manter, de forma subordinada, estruturas produtivas, não tipicamente capitalistas, caso estas sob condições determinadas, melhor se coadunem com suas necessidades de produção.

5 — CONCLUSÃO

Conforme analisado, foi no decorrer da década de 70 que a escala de reprodução do capital agrário ampliou-se de forma contundente, por um processo de modernização. Esta modernização da agricultura que envolve modificações na organização da produção deste setor e nas relações de trabalho nela configuradas, concretiza-se, fundamentalmente, na base técnica do processo de produção agropecuário. Neste sentido, o papel do Estado se revelou imprescindível pois, foi através das diretrizes concretizadas pelos diversos mecanismos de consecução dos objetivos políticos que tal processo, em grande medida, se viabilizou.

Assim, neste decênio, em acordo com as metas previstas no I e II PND's o Estado criou e/ou aperfeiçoou toda uma infra-estrutura destinada a agilizar o escoamento da produção dos estabelecimentos, ao mesmo tempo em que estimulou, através de uma ampla rede de

incentivos, a tecnificação da agricultura e a ampliação da área total dos estabelecimentos, por um processo de concentração fundiária.

O nível de concentração das terras que, no Brasil é bastante elevado, reflete a natureza da economia agrária brasileira onde a grande unidade produtiva constitui o elemento básico de um sistema econômico que, em termos gerais, objetiva o fornecimento, em larga escala, de produtos primários de alto valor comercial destinados, sobretudo, à exportação. Portanto, considerando-se as características assumidas pelo capitalismo agrário no Brasil, é a forte concentração fundiária que viabiliza o desenvolvimento da empresa agropecuária, fornecendo-lhe a base territorial concreta para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, a intensificação do processo de concentração nos anos 70, afigurou-se como condição fundamental do desenvolvimento do processo de produção capitalista que se deu nesta década. No mesmo contexto, a tecnificação constituiu-se, também, como elemento inerente à capitalização do campo pois, sendo a técnica um meio e não um fim em si mesmo, seu desenvolvimento em uma economia de mercado objetiva, em última instância, a maximização dos lucros das empresas agropecuárias.

Portanto, dado que os objetivos políticos predominantes na década de 70, preconizavam um maior estreitamento das relações internacionais de interdependência e complementaridade da economia brasileira, o processo capitalista no campo assumiu, nestes anos, características específicas onde a tecnificação da agricultura, nos moldes em que ocorreu, assim como a concentração fundiária foram fatores determinantes na viabilização daquele processo produtivo que, por sua vez, teve por base um extenso sistema de créditos oficiais. Considerando-se que o nível de maturação do capital no Sudeste, em relação às demais Regiões, já se configurava bastante elevado antes da década de 70, foram as empresas agropecuárias, instaladas nesta Região, por serem fundamentais ao conjunto da economia agrária do País, que canalizaram uma parte substancial dos financiamentos destinados ao incremento da grande agricultura comercial.

Nesse sentido, o sendo o Sudeste o pólo hegemônico da formação sócio-econômico-espacial brasileira, foi nesta Região que o processo de capitalização da agricultura — refletido pela modernização, em seu sentido amplo — adquiriu plena expressão na década de 70. Ressalte-se que este processo de capitalização, que é historicamente determinado, só pôde se realizar em um espaço que é, também, historicamente determinado. Esta realização dá-se a nível de um equilíbrio instável, não só pela ação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção mas, também, em função das características preexistentes neste espaço. Assim, a análise da configuração espacial do processo de modernização no Sudeste, permite estabelecer diferenciações que se configuram em um espaço que, ao nível da consecução das metas de incremento das empresas agropecuárias, foi submetido aos mesmos mecanismos de ação política. Nestes termos, verificou-se que, na Região, na década de 70, poucas foram as microrregiões onde a modernização agrária não incorreu em uma significativa modificação na organização da produção. Dentro de uma concepção que considera a tendência à homogeneização monopolística do espaço, o setor agropecuário de tais microrregiões representa áreas "residuais", uma vez que, de um modo

geral, nestas unidades de observação são as atividades produtivas do setor urbano que têm uma relevância econômica maior (Mapa 11) [13].

Mesmo microrregiões integrantes do grupo que apresentou algumas transformações de média intensidade em sua organização agrária, caracterizavam-se, igualmente, por um expressivo setor urbano. No entanto, nestas áreas, a economia rural é, também, significativa, destinando-se a maior parte da produção agropecuária ao abastecimento imediato dos grandes centros urbanos regionais, seja pela prática de uma pecuária predominantemente leiteira, seja pelo desenvolvimento intensivo de uma horticultura e/ou fruticultura, ou mesmo das duas atividades. Ressalte-se, ainda que em muitas destas unidades de observação — sobretudo a da Grande São Paulo e a da maioria das microrregiões a elas contíguas — já se praticava uma agricultura bastante capitalizada mesmo antes dos anos 70 o que, em grande medida, justificaria o incremento expressivo em máquinas apenas em termos relativos, na década. Algumas das microrregiões desse grupo que apresentaram incremento somente na área total dos estabelecimentos, se caracterizam por uma pecuária praticada em moldes tradicionais. Este é o caso daquelas que formam em agrupamento contíguo na região da Serra da Mantiqueira e do Alto Vale do Rio Doce [14]. O incremento em área desses estabelecimentos não implicou em maiores modificações no sistema criatório destas microrregiões, pois, tal expansão não está associada a qualquer forma de intensificação do processo produtivo, mas antes ao sistema de subsídios criados pelas políticas governamentais, que facilitaram o acesso à terra. Portanto, de um modo geral, não se pode afirmar que nessas áreas tenha havido propriamente um processo de modernização no último decênio.

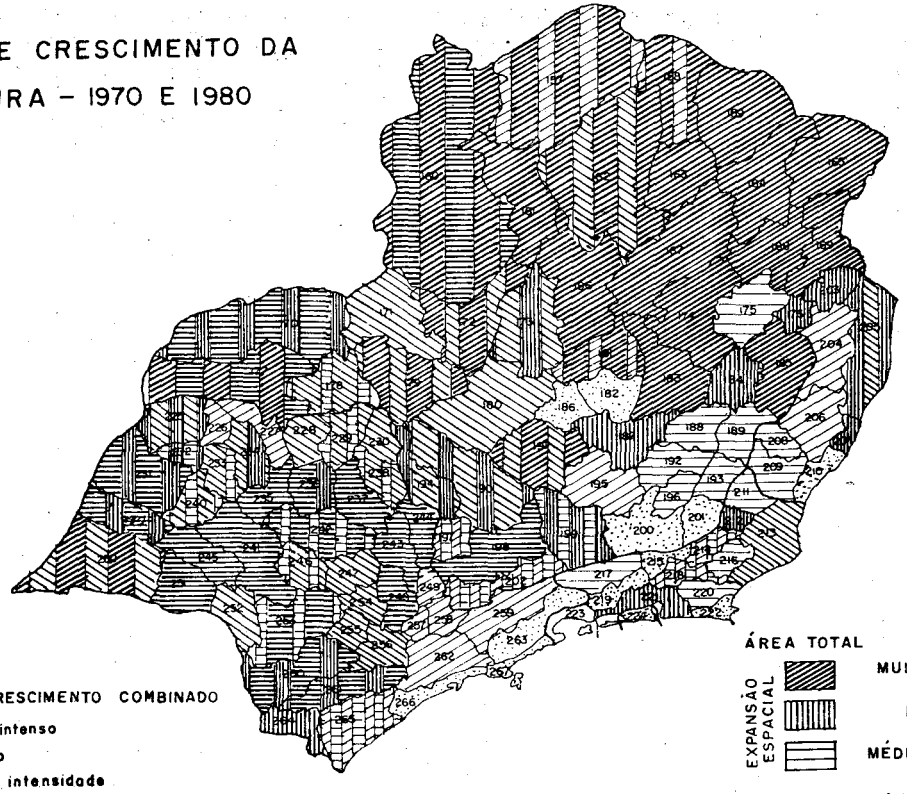
Foram sobretudo as microrregiões que apresentaram transformações intensas ou muito intensas na organização da produção que definiram o processo de alteração havido no Sudeste nos anos 70. Em termos espaciais releva-se, genericamente, dois grandes conjuntos de microrregiões. Em um, situado no centro-norte mineiro, o fator terra se destaca como principal elemento; em outro, formado por algumas microrregiões do sul de Minas Gerais e por várias outras distribuídas na hinterlândia paulista, é o incremento em máquinas que irá individualizá-lo. Enquanto neste último conjunto era reduzido o número das microrregiões, que se destacou, de modo significativo, apenas pela incorporação de máquinas, no primeiro, a área ocupada pelas microrregiões que se caracterizaram apenas pelo aumento da área total de estabelecimentos era bastante expressiva.

As microrregiões do Sudeste onde o fator terra ainda se destacava, no decorrer da década de 70, como o principal fator de produção, são áreas tipicamente pecuaristas, onde a atividade criatória é praticada extensivamente, sendo a formação das pastagens precedida pelo cultivo de um cereal. Embora, em certa medida, tenham sido introduzidas determinadas práticas intensivas no processo de produção dos estabelecimentos, não se pode afirmar que nessas áreas tenha havido propria-

13 O mapa 11 foi elaborado com base nos dados referentes as variações absolutas do número de tratores e da área total dos estabelecimentos. Da combinação dessas variáveis, previamente agrupadas em quintis, resultou uma sistematização das diferentes microrregiões, em um quadro onde estas foram alocadas de acordo com a forma predominante de concretização de processo de modernização no setor agropecuário.

14 Excetua-se apenas a Microrregião Vertente Ocidental do Caparaó (189), onde se desenvolve lavoura cafeeira em detrimento da atividade pecuária.

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA – 1970 E 1980



REGIÃO SUDESTE

Microrregiões Homogêneas

FORMAS DE CRESCIMENTO COMBINADO

- Muito intenso
- Intenso
- Média intensidade

ÁREA TOTAL — TRATORES

EXPANSÃO ESPACIAL — MODERNIZAÇÃO

- MUITO INTENSA
- INTENSA
- MÉDIA INTENSIDADE
- AUSÊNCIA DE CRESCIMENTO SIGNIFICATIVO

ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 11

mente um processo de modernização da agricultura. O que houve, nessas unidades de observação foi, antes, um crescimento horizontal da agricultura que se associa, sobretudo, à política de subsídios oficiais implantada a partir de meados dos anos 60.

Um efetivo processo de modernização ocorre na área formada pelas microrregiões localizadas no centro-oeste paulista, onde já se praticava uma lavoura e uma pecuária bastante capitalizadas da década de 60. Este conjunto se caracterizou por uma grande incorparação de máquinas ao processo de produção agropecuário nos anos 70, devido à conjuntura de mercado favorável e à política de modernização subsidiada, que viabilizou um maior aumento da composição orgânica do capital nestas microrregiões. Nas demais, as alterações na organização da produção, decorrentes do processo de modernização, foram consubstanciadas por uma tecnificação da agricultura e por uma concentração fundiária.

Nessas últimas microrregiões onde a produção, de um modo geral, apresenta, também, um alto valor comercial — o que viabilizou o maior investimento em máquinas — a expansão horizontal da agricultura deu-se tanto pela incorporação de novas terras, quanto, em áreas de aproveitamento mais antigo, por um rearranjo da malha fundiária. Neste caso estão as microrregiões do Oeste Paulista e do Triângulo Mineiro onde já se desenvolviam atividades de pecuária e de lavoura. Na década de 70, a pecuária passa a ser ali desenvolvida em moldes mais intensivos, enquanto as práticas agrícolas adquirem um caráter nitidamente comercial.

Já nas microrregiões nas quais se registrou um processo de expansão da fronteira agrícola, mesmo considerando que houve uma efetiva introdução de algumas práticas intensivas no processo de produção dos estabelecimentos, as atividades agropecuárias, em grande medida, ainda são desenvolvidas em moldes tradicionais. No caso da formação dos pastos, por exemplo, ela ainda é precedida pela cultura de cereais. Portanto, nestas microrregiões de ocupação recente, é muito significativo o desenvolvimento da produção agrária por um processo de expansão horizontal do espaço rural produtivo.

Assim, uma vez verificados os dados referentes à expansão em área dos estabelecimentos e ao aumento em máquinas, constatou-se que a homogeneidade do espaço rural do Sudeste é bastante relativa, pois sua relevância, só se exprime em termos comparativos com as demais Regiões. Em muitas áreas do Sudeste, o processo de produção se caracteriza por formas desiguais de crescimento, sendo o fator terra predominante em algumas microrregiões, enquanto em outras predomina a tecnificação e, por fim, em várias, esses dois fatores de produção aparecem conjugados. Mesmo considerando que as condições espaciais inerentes às diversas áreas — e que as individualizam — são causas explicativas relevantes, é preciso ater-se ao fato de que a forma pela qual se desenvolve o processo de modernização é um reflexo do próprio processo de reprodução do sistema dominante.

Nesse sentido, o fundamental não é a forma que o sistema de produção, ao se reproduzir, assume em seu processo de concretização. O fundamental é que esta forma, em condições historicamente determinadas, seja a que melhor possibilite a reposição dos pressupostos da produção capitalista no início do ciclo produtivo. Assim, a forma de concretização do processo de modernização só tem significado ao se considerar que ela espelha as condições necessárias de reprodução do sistema econômico dominante.

Objetivando a valorização do capital, o processo de modernização visa, com o desenvolvimento tecnológico, "a diminuir o ciclo de produção das culturas e criações e distribuir a produção ao longo do ano, reduzindo as diferenças entre os tempos de produção e de trabalho, buscando maiores taxas de lucro" [15]. Para tanto, é necessário aumentar a rotação do capital, elevando a produtividade do trabalho, através da introdução de práticas intensivas e de uma maior racionalização do uso dos diversos fatores de produção. Nesse processo de maximização dos lucros, a concentração fundiária e a tecnificação agrária também determinam uma redução dos custos com a força de trabalho, na medida em que restringem a demanda e aumentam a oferta de mão-de-obra.

Assim, ao lado da utilização de equipamentos cada vez mais complexos que, por sua própria natureza, reduzem a necessidade de mão-de-obra, o processo de concentração fundiária, ao se expandir, também aparece como um fator determinante das condições de demanda e oferta de força de trabalho, seja mediante a expropriação de parte da população rural, o que aumenta a oferta de mão-de-obra, seja garantindo o monopólio fundiário, o que impede que parte dessa força de trabalho tenha acesso à terra. Como o que determina a remuneração do trabalho é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, o processo de concentração fundiária e a tecnificação da agricultura, ao pender a equivalência oferta/demanda no sentido desse último fator, ocasiona uma redução dos custos de produção pela minimização do salário do trabalhador rural. Assim, esses dois fatores, que na década de 70 foram reflexos do processo de modernização, maximizam os lucros, por ocasionarem direta ou indiretamente, um aumento da produtividade do trabalho.

Portanto, visando à valorização do capital, através da maximização da rentabilidade do grande empreendimento agropecuário, a modernização, necessariamente, implicou em uma racionalização dos diversos fatores de produção, sendo que, em termos de mão-de-obra, sobretudo devido à tecnificação, foi marcante a generalização do emprego temporário. Ressalte-se que esta forma assumida pela capitalização do campo se correlacionou com as diretrizes políticas oficiais, e que em relação ao qüinqüênio 1980-85, o III PND mantém a mesma linha básica de orientação que caracterizou as políticas oficiais para o setor agrário a partir de meados dos anos 60. Nesse sentido, caso a modernização, em seu processo de configuração espacial, mantenha a tendência à expansão de grandes estabelecimentos que empregam técnicas poupadoras de mão-de-obra e privilegiam o emprego dos trabalhadores como volantes, haverá, necessariamente, uma deterioração das condições sociais existentes no campo.

15 GRAZIANO NETO, Francisco. *A questão agrária e ecológica;* Crítica da modernização. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 84.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO SUL NA DÉCADA DE 70

Olindina Vianna Mesquita *
Solange Tietzmann Silva *

SUMÁRIO

1 — Aspectos da reorganização agrária regional
2 — Diferenciação espacial de elementos de transformação da agricultura
3 — Formas de crescimento da agricultura
4 — Anexo

1 — ASPECTOS DA REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA REGIONAL

A Região Sul que se vinha caracterizando, até o final da década de 60, pela sua condição de produtora de alimentos para o mercado interno, teve alterada, ao longo da década de 70, a sua posição na divisão espacial do trabalho, uma vez que nela se processou grande expansão da lavoura comercial da soja, no âmbito dos estímulos oficiais à produção para exportação. Com efeito, as medidas de política agrícola, inseridas num contexto mais amplo do processo de acumulação de capital, ditado por interesses nacionais e transnacionais, influíram, de forma decisiva, na agricultura regional que, em alguns anos, teve modificado o seu patamar técnico-produtivo.

Assim, um dos fatos marcantes da evolução da agricultura do Sul do País, nos anos 70, foi representado pela expansão da lavoura temporária associada, sobretudo, ao incentivo à cultura da soja. De 1970 a 1980, a lavoura temporária teve sua área acrescida de 3.859.761 hecta-

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. As autoras agradecem a Edna Oliveira Barreto e Elcy Teixeira de Assis e Silva pela colaboração dada a este trabalho.

res, o que significou uma variação relativa de 40,8% (ver Chamada 1). Uma medida do extraordinário crescimento da área em lavoura temporária na Região Sul é fornecida pelo fato de nela se terem concentrado 30,4% do aumento absoluto da área em cultivos temporários no País[2]. O crescimento da superfície em lavouras temporárias no Sul reforçou a expressão agrícola das atividades primárias da Região, tendo elevado de 24,2 a 30,2%, no decênio, a proporção das lavouras na área dos estabelecimentos[3]. Por outro lado, a importância da atividade agrícola na organização espacial e no contexto econômico regional fica indicada quando se verifica que a Região Sul detinha, em 1980, 34,5% da área total de lavouras temporárias do País.

A expressão das lavouras temporárias diferencia-se, entretanto, segundo os estratos fundiários, uma vez que nos estabelecimentos basicamente caracterizados pelo trabalho familiar — os de menos de 100 hectares — é que se concentravam, em 1980, 63,5% da área em cultivos temporários[4]. A concentração desses cultivos se dá, em especial, na classe dimensional de 20 a 50 hectares que detinha, em 1980, 24,7% da superfície em lavouras temporárias. Importa observar que a passagem de uma economia policultora a uma base produtiva assentada na produção da soja englobou, também, as classes de pequenos estabelecimentos, sobretudo os de 20 a 50 hectares. Dessa forma, quer mantendo a estrutura tradicional de produção, quer se integrando à nova organização produtiva, os pequenos estabelecimentos de caráter colonial continuaram a deter posição hegemônica quanto à atividade agrícola, embora se tenha verificado, de 1975 a 1980, uma fraca redução da participação relativa das classes de pequenos estabelecimentos em favor dos estabelecimentos de maior tamanho, no que se refere à superfície em lavouras temporárias.

Tratando-se de uma das regiões que, já em 1970, apresentava o mais alto grau de ocupação no País, com 80,9% de seu território com estabelecimentos rurais, a expansão da lavoura durante a década de 70 se fez, em grande parte, à custa da intensificação do nível de aproveitamento do solo e da substituição de usos da terra. Contudo, registrou-se, ainda nesse decênio, a incorporação de 2.726.952 hectares à superfície dos estabelecimentos que, embora muito significativa no contexto regional, era incapaz de assegurar a magnitude já mencionada da expansão das lavouras temporárias registrada no período. O cres-

1 Ilustra bem o papel da soja na evolução da lavoura na Região Sul o fato de, somente no período 1970-75, ter ocorrido, conforme os dados censitários, um aumento de 2.998.807 hectares na área cultivada com essa leguminosa. Vale ressaltar que a soja, como elemento de transformação da estrutura produtiva nacional, centrou-se especialmente no Sul que, em 1975, detinha 89,7% da área cultivada com soja no País.

2 De magnitude semelhante foi o crescimento da área de lavouras temporárias no Centro-Oeste, única Região a ultrapassar o Sul quanto ao aumento absoluto da superfície em lavouras temporárias, concentrando 30,7% do crescimento registrado, no País, na década de 70.

3 A condição agrícola do Sul do País é essencialmente centrada nos cultivos temporários que, em 1980, passaram a ocupar 27,7% da área dos estabelecimentos, percentagem essa que, em 1970, era de 20,8%.

4 Essa concentração não é homogênea nas diferentes Unidades Federadas (UF's) da Região, sendo de 82,4% em Santa Catarina, 65,6% no Paraná e de 56,8% no Rio Grande do Sul, deixando indicado que, é nos dois últimos Estados e, em especial no Rio Grande do Sul, que a atividade agrícola mostra tendências mais nitidamente empresariais, já que os cultivos temporários, em 1980, chegavam a ocupar, nesse Estado, proporção significativa da área total desses cultivos, mesmo em estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares, que detinham, nesse ano, 9,9% da superfície em lavouras temporárias.

cimento da área dos estabelecimentos, pelas condições históricas de ocupação regional e pelas circunstâncias favoráveis à expansão do cultivo da soja, concentrou-se no Estado do Paraná, onde esse crescimento representou 72,9% do aumento verificado na Região. Com a expansão horizontal ocorrida, o Sul do País manteve a posição de Região de mais elevado grau de ocupação de seu território com estabelecimentos rurais: 85,7%, em 1980.

O processo de expansão das lavouras temporárias ocorreu num contexto de intensificação acentuada do processo produtivo, com a difusão acelerada da mecanização, elemento importante da agricultura moderna que marcou os anos 70. A Região Sul, que já possuía, em 1970, o maior número de tratores, comparativamente às demais Regiões, apresentou, no decorrer da década, um crescimento muito expressivo do emprego de máquinas nas atividades agrárias, tendo concentrado 45,4% do aumento absoluto do número de tratores no País, no período de 1970-80. Com isto, conservou, em 1980, a posição de Região mais concentradora de tratores, com 43,4% do total nacional.

A velocidade com que se processou a difusão da mecanização evidencia-se através das alterações verificadas na relação entre o número de estabelecimentos e o de tratores, no decorrer da década de 70. Assim, enquanto, em 1970, um trator servia a 19 estabelecimentos, no decorrer da década essa relação foi sensivelmente modificada, passando a ser de um para cinco, em 1980 (ver Chamada 5).

No que se refere à área média servida por trator, cabe à Região Sul, desde 1960, a primeira posição no País, tendo sido, ao longo da década de 70, especialmente modificada a relação entre a área dos estabelecimentos e o número de tratores. Com efeito, enquanto, em 1970, um trator servia a 703,6 hectares, em 1980, um trator era disponível para 209,2 hectares[6]. A nível de Unidade Federada (UF), a primeira posição, na Região, cabe ao Rio Grande do Sul, só ultrapassado, no País, pelo Estado de São Paulo. Importa ressaltar que, em 1980, os três Estados do Sul apresentaram índices pouco diferenciados, embora, em 1970, fosse bem acentuada a distância entre o Rio Grande do Sul, num estágio mais avançado do processo de modernização e os outros dois Estados, onde foi muito intenso o ritmo de incorporação de máquinas ao processo produtivo, no decênio.

Essa incorporação de máquinas se fez, contudo, de forma desigual, segundo os estratos fundiários, uma vez que a mecanização acompanhou a expansão das lavouras temporárias. Isto se evidencia, na medida que, à semelhança do que ocorreu com a área de lavouras temporárias, o número de tratores concentrou-se, também, nas classes de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares que, em 1980, detinham 63,8% do número de tratores da Região Sul[7]. Da mesma forma que com relação às lavouras temporárias, nesse intervalo dimensional, foi, ainda, a

5 Cabe observar que esses dados se distanciam consideravelmente da média nacional que, no início da década, era de um trator para 30 estabelecimentos e que, ao final, era de um para dez.

6 Esses índices afastam-se, de modo acentuado, da média nacional que, em 1970, era de um trator para 1.773,3 hectares e, em 1980, de um trator para 696,4 hectares.

7 Dos três Estados do Sul, é Santa Catarina que se afasta da média regional, concentrando nos estabelecimentos de menos de 100 hectares, 80,5% do número de tratores, enquanto no Paraná e no Rio Grande do Sul, onde os grandes empreendimentos agrícolas são mais relevantes, a concentração nas unidades produtivas de área inferior a 100 hectares, fica próxima à média regional com, respectivamente, 61,8 e 60,7% do número total de tratores.

categoria de unidades produtivas de 20 a 50 hectares que apresentou a proporção mais elevada de tratores: 29,7%. Outro aspecto significativo é o ganho de posição relativa dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, em detrimento, sobretudo, dos de 100 a 1.000 hectares, associado à expansão do cultivo modernizado da soja na década de 70, estimulada pelo crédito subsidiado, que facultou o acesso à mecanização de um segmento bastante expressivo de pequenos produtores. Uma medida da rapidez com que se processou a difusão de tratores nos estabelecimentos de menos de 100 hectares é dada pela redução de 13 para sete do número de estabelecimentos dessa categoria dimensional servidos por um trator, entre os anos de 1975 e 1980.

Ao mesmo tempo em que se reorganizava a atividade econômica regional, com as alterações registradas no nível técnico-produtivo da agricultura, processaram-se mudanças na estrutura fundiária, entre as quais a redução no número de estabelecimentos. Com efeito, no período de 1970-80, verificou-se um decréscimo de 127.431 estabelecimentos, concentrado, particularmente, no primeiro qüinqüênio desse período. Vale, contudo, lembrar que tal decréscimo encontra-se estreitamente vinculado à alteração do conceito censitário de estabelecimento, verificada entre 1970 e 1975 (ver Chamada 8).

No período de 1975-80, em que foi mantido o conceito censitário de estabelecimento, a persistência do decréscimo do número de estabelecimentos leva a supor que, efetivamente, esteja se verificando mudança na situação fundiária, pela incorporação de pequenas unidades produtivas a estabelecimentos de maiores dimensões. Tal mudança associa-se à expansão de cultivos comerciais ligados a um pacote tecnológico incompatível com unidades produtivas muito pequenas e à valorização de terras que acompanhou o processo de modernização efetuado ao longo da década de 70. As reduções no número de estabelecimentos restringiram-se, de fato, às unidades produtivas de menos de 100 hectares e, mais acentuadamente, às de menos de 10 hectares. Acompanhando a diminuição do número de estabelecimentos de menos de 100 hectares ocorreu uma redução, ainda que fraca, da participação dessa classe dimensional no número total de estabelecimentos. De fato, essa classe, que é a de peso mais expressivo na estrutura fundiária regional, representava 95,2% do número de estabelecimentos, em 1970, passando a constituir 93,9%, em 1980.

Indícios de um processo de concentração fundiária em curso na Região são também fornecidos pelo comportamento dos estabelecimentos de área superior a 100 hectares que, além de numericamente terem aumentado a sua participação no quadro fundiário tiveram, também, acrescida a proporção da área que ocupam na superfície dos estabelecimentos, proporção essa que passou de 55,6%, em 1970, a 60,7%, em 1980. O aumento da importância que os estabelecimentos de área superior a 100 hectares vêm apresentando na estrutura fundiária regional foi particularmente registrado no Estado do Paraná, onde eles tiveram sua participação elevada de 47,5 a 58%, na década de 70.

8 Uma análise dos efeitos dessa alteração sobre o número de estabelecimentos levantados em 1975 é encontrada no trabalho "Estimativa da variação do número de estabelecimentos recenseados em 1975 devido à modificação no conceito de estabelecimento a partir do Censo Agropecuário de 1970", elaborado na Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia, por Jairo Augusto Silva e Kátia de Fátima Dias.

Ao longo da evolução da agricultura regional, no período de 1970-80, o processo de modernização da agricultura e de concentração fundiária teve efeitos diretos sobre o contingente de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. A Região Sul contribuiu, nesse período, com apenas 5,6% do crescimento absoluto do número de pessoas que trabalham na agricultura e, apesar do fraco aumento do número de trabalhadores rurais, essa Região detinha, ainda em 1980, o segundo contingente de mão-de-obra da agricultura no País, com 20,8% do total do pessoal ocupado [9].

Embora se tenha verificado, na década de 70, um acréscimo de 195.943 pessoas à mão-de-obra utilizada na agricultura, na Região Sul, vale chamar a atenção para um significativo decréscimo de 444.115 pessoas, ocorrido no segundo qüinqüênio dessa década, o que deixa indicada uma redução na capacidade de absorção da mão-de-obra à medida que se consolidou a modernização do processo produtivo. As tendências de crescimento do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, no período de 1970-75, e de decréscimo no qüinqüênio subseqüente, observadas a nível regional, repetem-se em cada uma das UF's da Região Sul, mas são especialmente marcantes no Estado do Paraná, que concentrou 59,8% do decréscimo regional de mão-de-obra empregada na agricultura, no período de 1975-80.

Um outro aspecto significativo da evolução da mão-de-obra no campo, na Região Sul, é o fato de os decréscimos do número de pessoas ocupadas se terem concentrado nos estabelecimentos de menos de 100 hectares [10] e, como se verificou no Paraná, em especial nos de 2 a 20 hectares. É à reorganização técnico-produtiva regional que se associa tal comportamento do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, uma vez que o processo de modernização inviabiliza, em grande medida, a permanência desses estabelecimentos, que tiveram seu número reduzido no segundo qüinqüênio da década de 70, em função da concentração fundiária e da alternativa migratória para pequenos produtores não integrados à nova organização produtiva regional.

Por outro lado, pequenos estabelecimentos que se inseriram no processo de modernização, sobretudo os de 20 a 50 hectares, apresentaram, também, redução no número de pessoas ocupadas, uma vez que os meios modernos de produção possibilitaram a condução do processo produtivo apoiada, basicamente, no trabalho familiar. Contudo, a referida classe dimensional manteve, tanto em 1975, quanto em 1980, 1/4 do total da mão-de-obra ocupada na agricultura.

A reorganização da atividade agropecuária regional, na década de 70, atingiu, também, as formas de exploração dos estabelecimentos rurais, na medida que se acentuou a condição de exploração direta pelo proprietário e se reduziram as formas de exploração indireta, como a parceria e o arrendamento. Com efeito, a condição de produtor proprietário, que caracteriza a maioria das unidades produtoras, aumentou a

9 Cabe ao Nordeste a primeira posição com 44,1% do pessoal ocupado na agricultura do País.

10 Tais decréscimos, além de expressivos em termos absolutos significaram, também, uma perda da posição relativa da classe de estabelecimentos de menos de 100 hectares no total de pessoas ocupadas na agricultura. Com efeito, este segmento dimensional, que é o que concentra maior contingente de mão-de-obra, teve sua participação reduzida de 90,3 a 87,8%, no período 1975-80.

sua participação de 67,7 a 72,3%, no período 1970-80, enquanto os estabelecimentos explorados por arrendatários e parceiros tiveram sua participação reduzida, nesse período, de 9,2 a 7,9%, e de 14,5 a 10,8%, respectivamente.

Na Região Sul, o Paraná, Estado que apresentava, no início da década, a maior expressão das formas de exploração indireta, foi o que mostrou a redução mais acentuada do número de produtores arrendatários e parceiros. Nesta última categoria, em virtude da diminuição da importância da cafeicultura no norte do Estado, foi registrado um forte decréscimo, tendo a condição de parceiro, que representava 22,2% do contingente de produtores, em 1970, passado a constituir 14,5%, em 1980, representando, ainda, contudo, a maior proporção de produtores-parceiros registrada em Estado do Sul. No que se refere à condição de produtores-ocupantes, ela não sofreu grandes alterações, a nível regional, na participação no total de produtores, tendo esta passado de 8,6 a 8,8%, de 1970 a 1980. A nível estadual, entretanto, foi em Santa Catarina que se verificou aumento mais sensível na proporção de ocupantes, possivelmente em função da maior disponibilidade de espaços a serem integrados à atividade agropecuária, uma vez que, a partir de 1975, passou a ser esse Estado o de mais baixo grau de ocupação, no contexto regional.

Um fato importante a ressaltar, no que diz respeito às formas de exploração dos estabelecimentos rurais, é o das formas de exploração indireta, assim como a condição de ocupante estarem particularmente concentradas em pequenos estabelecimentos — de 2 a 50 hectares — e, até mesmo, somente nos de 2 a 10 hectares, como ocorre no Estado do Paraná [11]. A reorganização da atividade agrária regional comprometeu, de modo muito acentuado, a condição de sobrevivência dos pequenos produtores não proprietários, dada as limitações inerentes a essas categorias para o alcance das condições mínimas essenciais ao acesso aos recursos financeiros necessários ao ingresso dos produtores no processo acelerado de modernização que envolveu a região, na década de 70. Dessa forma, compreende-se que os pequenos produtores não proprietários tenham participado, grandemente, dos fluxos migratórios que se estabeleceram, a partir do Sul, em direção às áreas de fronteira agrícola, no decorrer dos anos 70.

Tendo em conta que as transformações ocorridas na agricultura da Região Sul, na década de 70, envolveram um amplo espectro de características da estrutura produtiva, cabe focalizar articulações entre as mudanças verificadas na produção e nos aspectos técnicos do processo produtivo e verificar as interações do novo sistema técnico-produtivo com as relações sociais de produção, numa escala mais detalhada de análise.

Assim, tomando-se a microrregião como unidade de observação, serão focalizados aspectos relevantes da evolução da agricultura regional, no sentido de verificar a diversidade interna associada às diferen-

11 No Paraná, a classe dimensional de 2 a 10 hectares concentrava, em 1980, 61,7% dos arrendatários, 68% dos parceiros e 61,5% dos ocupantes. Em Santa Catarina, nesse ano, os estabelecimentos de 2 a 50 hectares detinham 89% dos arrendatários, 92% dos parceiros e 84,7% dos ocupantes. No Rio Grande do Sul, igualmente são os pequenos estabelecimentos que se caracterizam por essas formas de exploração: 71,3% de arrendatários, nos estabelecimentos de 2 a 50 hectares e 76,9% de parceiros e 58% de ocupantes, nas unidades produtivas de 2 a 20 hectares.

ciações do impacto da modernização da agricultura no Sul do País, diferenciações essas ligadas tanto às condições preexistentes da estruturação espacial das diferentes áreas, quanto às características gerais que viabilizaram a organização atual da produção, em seu sentido mais amplo.

2 — DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL DE ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA

A expansão das lavouras temporárias e, em especial, a da soja, ao se constituir num dos fatos marcantes da evolução da agricultura na Região Sul, veio reforçar uma tendência, já esboçada em décadas anteriores, de a lavoura ocupar, indiferenciadamente, áreas de vegetação original de mata e de campo, deixando claro que a operação de processos amplos como o da capitalização do campo, ligada a interesses nacionais e transnacionais reorganiza, de forma semelhante, espaços que haviam sido estruturados de modo bastante diferenciado. Assim, as áreas de mais forte variação absoluta da superfície em lavouras temporárias correspondem, em geral, à porção ocidental da Região Sul (Mapa 1). Abrangem, no Paraná, áreas estruturadas em função da expansão cafeeira, como Londrina e Maringá, áreas de campos, como os de Ponta Grossa e Palmas e, áreas organizadas com base na pequena propriedade familiar policultora-suinocultora, como é o caso do oeste e do sudoeste do Estado. Nestas duas últimas áreas, as Microrregiões Extremo Oeste Paranaense (288) e Sudoeste Paranaense (289) responderam por 44,7% do crescimento absoluto da área de lavouras temporárias do Estado do Paraná, sendo que, na primeira delas, foi especialmente intenso tanto o processo de conquista de novas áreas para a produção de grãos, quanto o emprego de meios modernos de produção.

Em Santa Catarina, a grande expansão de lavouras temporárias se restringiu à porção oeste, onde a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense (306), estruturada em função da atividade agrícola policultora reforçou, ao longo da década de 70, sua posição de destaque na lavoura do Estado, tendo concentrado 60,9% do aumento absoluto da superfície em lavouras temporárias.

Foram envolvidas no processo de forte ampliação das superfícies em lavouras temporárias, no Rio Grande do Sul, tanto as áreas de pequena propriedade colonial do vale do rio Uruguai, quanto os campos do Planalto Médio, Missões e Campanha. Nas áreas de campos, a lavoura temporária expandiu-se de forma acelerada na década de 70, pois aos estímulos gerais do processo de expansão da produção comercial de grãos, elas acrescentam a sua condição topográfica plana favorável à mecanização agrícola. Assim, o modelo de crescimento da lavoura, no período 1970-80, ajustou-se, de modo visível, às áreas de campo, tendo as Microrregiões Campanha (321), Triticultora de Cruz Alta (322) e Colonial das Missões (323) contribuído com 44,8% do crescimento absoluto da área de lavouras temporárias no Estado.

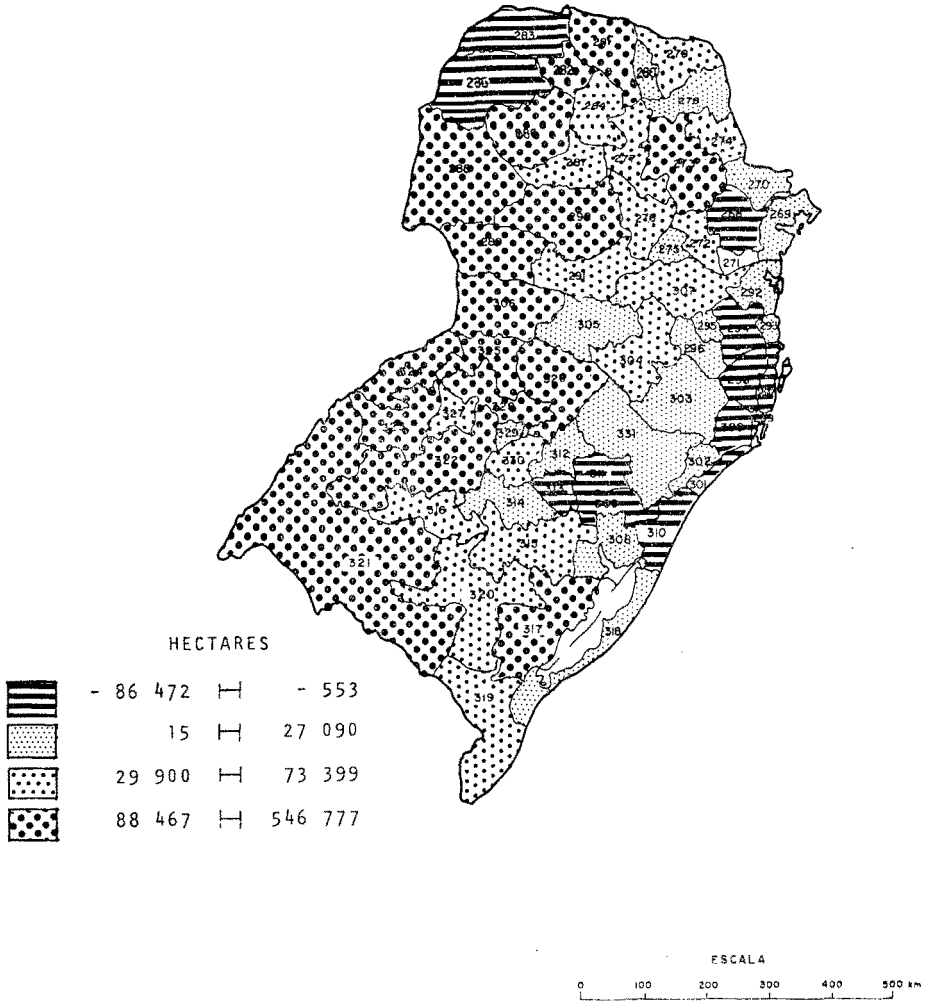
Quando se consideram as variações absolutas ocorridas na produção de soja, ao longo da década, constata-se que a essas áreas de mais forte expansão de lavouras temporárias estão associados os mais intensos crescimentos da produção de soja. A distribuição espacial dessa produ-

REGIÃO SUL

LAVOURA TEMPORÁRIA

Microrregiões Homogêneas

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA I

ção, em 1980 (ver Chamada 12) (Mapa 2), após uma década de fortes estímulos ao cultivo dessa leguminosa, apresenta ampla correspondência com a distribuição da variação da lavoura temporária, deixando indicado que à soja coube o comando do crescimento agrícola regional.

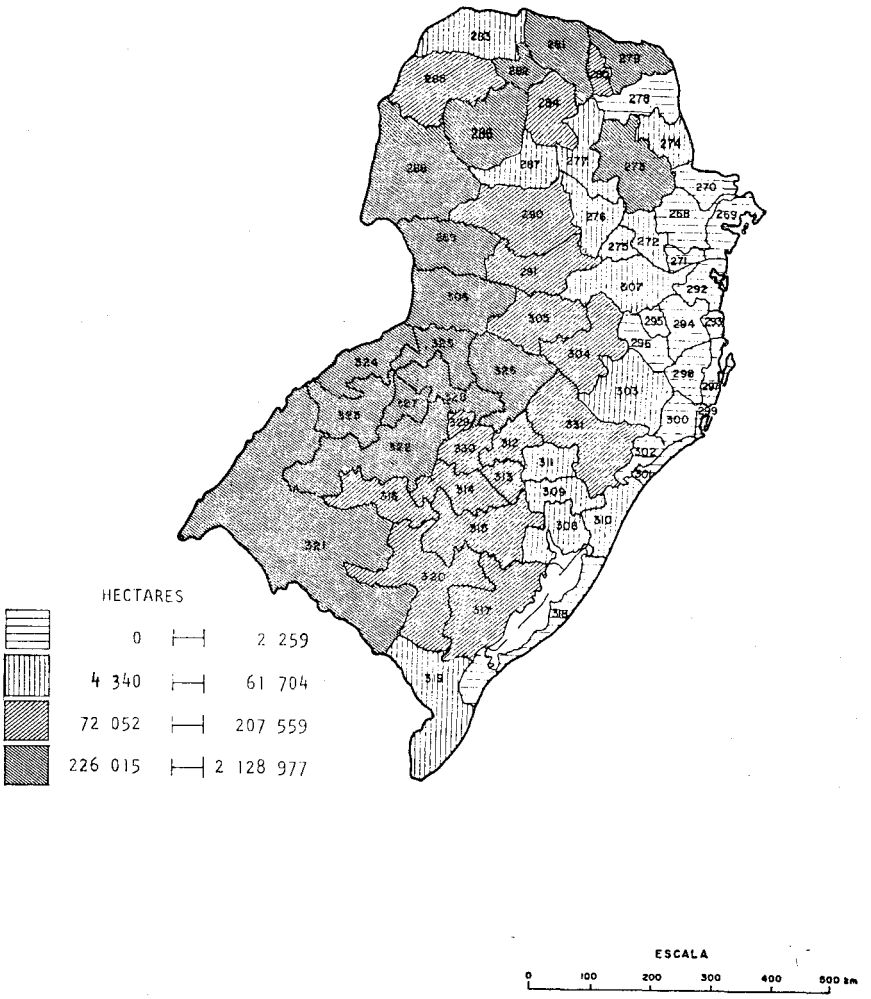
12 A produção de soja, na Região Sul, em 1980, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), era de 11.856.126 toneladas, correspondendo a 78,2% do total nacional. Segundo essa mesma fonte, o crescimento absoluto da produção regional, no período 1975-80 foi de 3.075.499 toneladas.

SOJA

QUANTIDADE PRODUZIDA - 1980

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Produção Agrícola Municipal (PAM) 1980, IBGE.

MAPA 2

Com efeito, no Paraná, a Microrregião Extremo Oeste Paranaense (288), que foi a de mais expressivo crescimento de lavouras temporárias em todo o Sul, apresentava-se, em 1980, como a maior produtora de soja, concentrando 39,4% da produção paranaense. Em Santa Catarina é ainda mais acentuada a concentração da produção de soja, uma vez que a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense (306), que se colocou como a de mais elevado aumento de superfície em lavouras temporárias, na década, detinha, em 1980, a elevada percentagem de 67,1% da produção estadual de soja.

No Rio Grande do Sul, não só é menos concentrada espacialmente a produção, como também essa concentração não se faz, necessariamente, nas microrregiões que tiveram maior impulso de crescimento de lavouras na década de 70. Nesse Estado, a expansão da soja, tanto nas áreas coloniais do alto rio Uruguai, quanto no Planalto Médio, ligada ao processamento local de matéria-prima, precedeu a grande difusão da leguminosa, efetuada na década de 70, em escala espacial ampla, como resultado de medidas de política de Estado que viabilizaram a implantação de um novo modelo agrícola. Dessa forma, o Rio Grande do Sul, ao se inserir na nova divisão espacial do trabalho, teve reforçada a expansão da soja nas áreas produtoras tradicionais e incorporou, ainda, novas áreas à produção, sobretudo em terras de campo. Em tal contexto, em 1980, as principais Microrregiões produtoras de soja eram as de Passo Fundo (328), Triticultora de Cruz Alta (322) e as coloniais do alto vale do Uruguai: Colonial de Santa Rosa (324), Colonial de Erechim (326) e Colonial do Iraí (325), cuja produção representava 56,8% do total estadual.

Coincidente com a distribuição espacial da produção da soja, apresenta-se a de uma outra lavoura temporária importante no contexto regional — a do trigo —, em função da alternância desses dois cultivos, no decorrer de um ano agrícola. É nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná que se encontram os mais altos volumes de produção, tendo, no primeiro deles, a expansão do trigo, em escala comercial, precedido a da soja, enquanto que, no Paraná, a evolução do binômio soja-trigo esteve condicionada à difusão acelerada do cutlivo da soja na década de 70 (ver Chamada 13).

Apesar das diferenças ocorridas na evolução do binômio soja-trigo nos dois Estados, vale ressaltar que as principais microrregiões produtoras de trigo, em 1980, coincidiram com áreas em que a expansão das lavouras temporárias associadas à difusão da soja se fez, de forma pronunciada, na década de 70. Incluem-se, entre elas, no Paraná, a Extremo Oeste Paranaense (288), concentrando 41,9% da produção tritícola estadual, no Rio Grande do Sul, Microrregiões caracterizadas pela forte expansão agrícola em terras de campo, como Triticultora de Cruz Alta (322), Colonial das Missões (323) e Campanha (321) que detinham, em 1980, 54,7% da produção estadual de trigo.

No quadro geral da evolução das lavouras temporárias na Região Sul, cabe chamar a atenção para o fato de a difusão da lavoura da soja e da expansão paralela do cultivo do trigo se terem efetivado em detrimento de culturas como a do feijão e a do arroz[14] que, ainda no segundo qüinqüênio da década, apresentaram reduções significativas de produção, em especial no Estado do Paraná, onde um outro cultivo — o café — mostrou, também, retração durante os anos 70 (ver Chamada 15).

---

13 De acordo com os dados da PAM/IBGE, houve, no segundo qüinqüênio da década de 70, um aumento de 666.898 toneladas na produção de trigo da Região Sul, que atingiu, em 1980, 2.375.282 toneladas, representando 87,9% do total nacional.

14 Com relação ao milho, a nível dos agregados regional e estadual, apenas se verificou retração da produção no Estado do Rio Grande do Sul, no período 1970-75, embora tenham ocorrido reduções de produção, de forma localizada, em áreas de acentuada desarticulação da organização produtiva anterior.

15 Esta retração se situou no período 1970-75, quando o Estado do Paraná teve sua produção de café reduzida de 1.226.000 para 330.670 toneladas, segundo os dados da PAM/IBGE.

A ampla reorganização produtiva que envolveu a Região Sul, na década de 70, repercutiu, também, sobre uma das atividades importantes na estruturação do espaço regional — a suinocultura — que, praticada anteriormente, de forma quase generalizada pelos pequenos produtores, passou a apresentar, no contexto das transformações às quais foi submetida a Região, a tendência a ser desenvolvida por um menor número de produtores especializados e segundo especificações técnicas ditadas pelas indústrias de processamento de matéria-prima [16]. Assim, ao mesmo tempo em que se verificou a modernização da suinocultura regional, ocorreu, também, uma redução do efetivo do rebanho suíno, redução que, embora pouco expressiva face à magnitude do rebanho regional [17], atingiu um número elevado de microrregiões. As mais fortes variações negativas do efetivo do rebanho ocorreram nos Estados onde foi mais intenso o impacto da nova organização econômica: no Paraná, onde 48,2% da redução do rebanho suíno concentraram-se nas Microrregiões Campo Mourão (286), Norte Novíssimo de Umuarama (285) e Extremo Oeste Paranaense (288) e no Rio Grande do Sul, em particular na Microrregião Colonial de Santa Rosa (324), que respondeu por 1/4 do decréscimo do rebanho suíno do Estado (Mapa 3).

No Estado de Santa Catarina, onde não se registraram altas variações negativas do rebanho, as retrações da suinocultura ocorridas em algumas microrregiões foram compensadas pelo forte crescimento do efetivo de suínos verificado no oeste do Estado. Nesta área, as Microrregiões Colonial do Oeste Catarinense (306) e Colonial do Rio do Peixe (305) (ver Chamada 18) concentraram 98,6% do aumento do número de suínos em Santa Catarina, o único Estado da Região Sul a apresentar crescimento do rebanho suíno no período 1970-80.

No contexto do desenvolvimento da atividade agropecuária ocorrido na Região Sul, nos anos 70, a pecuária bovina, atividade que, inicialmente caracterizou as áreas de campo dos três Estados meridionais, apresentou crescimento expressivo em outras áreas, perfazendo, em 1980, um efetivo de 24.457.479 cabeças, o terceiro do País, tendo ocorrido, no entanto, perda de posição no conjunto nacional, já que, em 1970, o Sul ocupava o segundo lugar quanto ao efetivo de seu rebanho bovino.

A expansão da pecuária durante o período 1970-80 ocorreu, sobretudo, no Estado do Paraná, no qual se concentrou o crescimento absoluto do rebanho bovino nesse período [19]. Com efeito, é nesse Estado que está a maioria das microrregiões que apresentaram as mais fortes variações absolutas do rebanho bovino na década de 70, abrangendo tanto áreas tradicionais de pecuária em terra de campo, como Campos de Guarapuava (290), quanto o norte, de estruturação cafeeira, e o oeste, de organização policultora-suinocultora. A reestruturação produtiva

16 Tal tendência à reorganização da atividade suinocultora na Região Sul, não trouxe alterações à caracterização dessa atividade como típica dos pequenos estabelecimentos, uma vez que, em 1980, segundo os dados censitários preliminares, os estabelecimentos de menos de 50 hectares concentravam 81% do efetivo do rebanho regional.

17 Durante a década de 70, ocorreu uma redução de 261.577 cabeças no rebanho suíno da Região Sul, que passou a contar em 1980, com 14.950.414 cabeças, conservando, contudo, a primeira posição no País, com 45,9% do rebanho nacional.

18 Nesta Microrregião, a presença de indústrias de processamento da produção de suínos teria assegurado a dinamização da suinocultura numa área em que também foi intensa a expansão da lavoura da soja na década de 70.

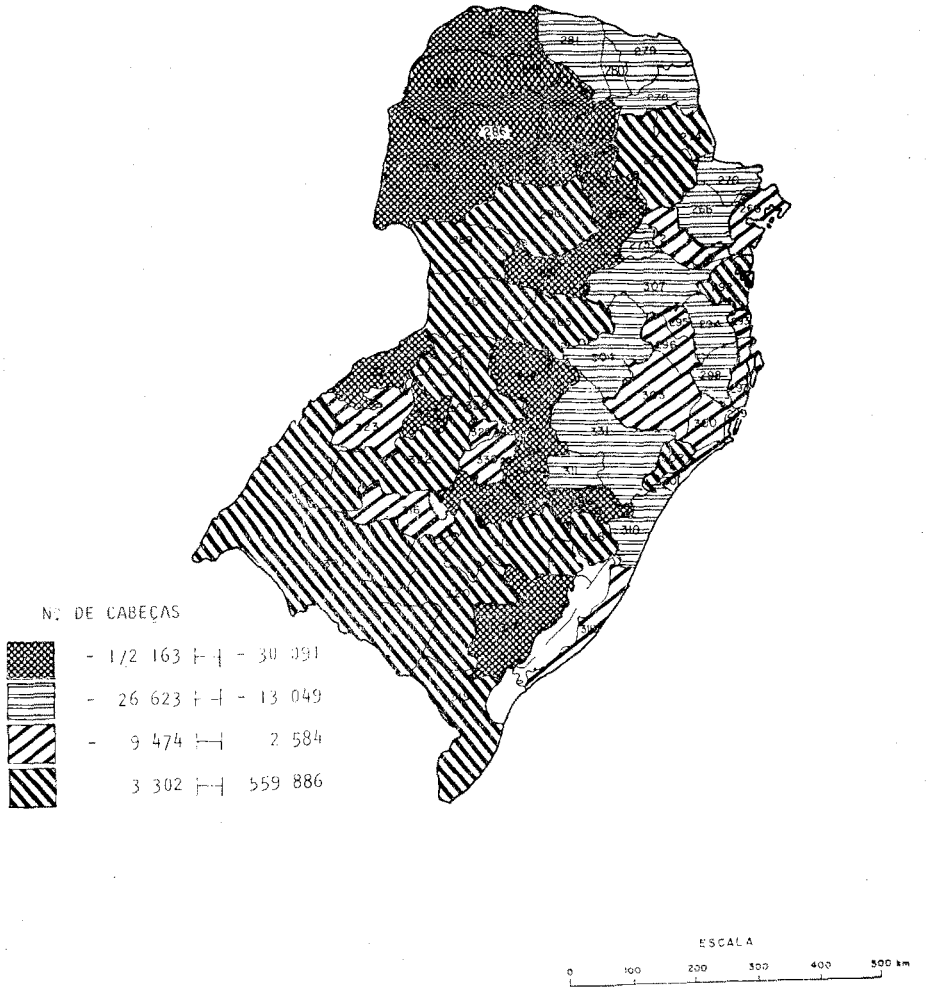
19 De um crescimento de 5.504.455 cabeças no rebanho bovino regional, no período 1970-80, couberam, ao Paraná, 57,8% desse aumento absoluto.

REGIÃO SUL

REBANHO SUINO

Microrregiões Homogêneas

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 3

que atingiu o Sul do País, caracterizando-se, por um lado, pela expansão da soja e retração de cultivos temporários tradicionais e da lavoura cafeeira, incluiu, por outro lado, a expansão dos pastos plantados e a ampliação dos rebanhos, uma vez que a pecuária se afigura, aos produtores, como atividade de rentabilidade garantida a longo prazo e menos sujeita do que a lavoura a eventuais desfavorabilidades climáticas. Assim, no Paraná, mesmo em áreas agrícolas envolvidas na década de 70 na difusão da lavoura da soja, o crescimento dos rebanhos

foi considerável, sobretudo nos estabelecimentos de área superior a 100 hectares [20]. Contudo, as duas Microrregiões mais destacadas quanto à expansão do efetivo do rebanho foram aquelas situadas a noroeste do Estado — Norte Novíssimo de Umuarama (285) e Norte Novíssimo de Paranavaí (283) — , onde não foi muito expressiva, em termos regionais, a expansão da produção da soja, na década de 70 (ver Chamada 21).

Apesar do grande crescimento do rebanho paranaense no período 1970-80, o Rio Grande do Sul continuou a deter, em 1980, a primeira posição quanto ao efetivo de bovinos na Região Sul, com 57,1% do rebanho regional, correspondendo a 13.968.223 cabeças. Neste Estado, as maiores variações absolutas do rebanho concentraram-se em áreas tradicionais de pecuária em terras de campo, tendo sido a Microrregião Campanha (321) aquela em que se registrou maior crescimento absoluto do rebanho, uma vez que concentrou 31,2% do aumento do efetivo de bovinos do Estado, na década de 70. Essa Microrregião encontra-se incluída entre aquelas de mais altas variações da área de lavouras temporárias [22] o que deixa indicada a expansão simultânea, na década, das duas atividades produtivas — a lavoura e a pecuária —, sendo comum a sua coexistência, em particular, nos médios e grandes estabelecimentos [23].

No Estado de Santa Catarina, o de mais fraco crescimento do rebanho bovino, as mais altas variações do número de bovinos, no período 1970-80, corresponderam às Microrregiões Colonial do Oeste Catarinense (306) e Campos de Curitibanos (304), o que se ajusta ao tipo de evolução já referido, de expansão da pecuária, tanto nos campos cujo espaço se estruturou a partir da criação de gado e onde, posteriormente, se difundiu a lavoura modernizada, quanto nas áreas de vegetação original de mata organizadas em função da policultura-suinocultura e reestruturadas com base na expansão do binômio soja-trigo. As duas microrregiões mencionadas detiveram 40% do crescimento do rebanho de Santa Catarina, Estado que, na Região Sul, apresenta a peculiaridade de ter grande parte do rebanho bovino concentrada em estabelecimentos de pequena dimensão em função da importância que a pecuária leiteira assume no Estado [24].

Uma outra atividade que apresentou um grande impulso durante os anos 70 foi a avicultura, num contexto de ampliação do mercado interno e de possibilidade de exportação de frangos de corte. Em 1980, o rebanho avícola do Sul se constituía no segundo do País [25] e durante a década de 70 foi nessa Região que se concentraram 39,2% do crescimento nacional do número de galináceos.

---

20 No Paraná, em 1980, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares concentravam 45,1% do rebanho estadual.

21 Essas duas Microrregiões responderam por 41,4% do aumento absoluto do rebanho bovino paranaense, no período 1970-80.

22 Segundo os dados da PAM, esta Microrregião colocou-se entre aquelas de mais altas variações da produção de soja, no período 1975-80.

23 No Rio Grande do Sul, a pecuária bovina encontra-se concentrada, em especial, nos estabelecimentos de 200 a 5.000 hectares, que detinham, em 1980, 59% do rebanho bovino do Estado.

24 No Estado de Santa Catarina, 52,9% do efetivo do rebanho bovino encontram-se concentrados nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares.

25 O Sul concentrava, em 1980, 35,4% do rebanho avícola nacional, sendo superado, apenas, pelo Sudeste.

O incremento da avicultura foi muito associado ao segundo qüinqüênio da década e, apesar de em Santa Catarina se ter verificado o maior aumento absoluto, o Rio Grande do Sul ainda detém a primeira posição na Região, embora não existam diferenças muito marcantes na magnitude do efetivo de aves dos três Estados do Sul [26].

A distribuição espacial das variações absolutas do rebanho avícola, durante o período 1970-80, mostra que os aumentos mais expressivos correspondem, em geral, a áreas onde é significativo o peso dos pequenos estabelecimentos na estrutura fundiária, uma vez que a avicultura vem se caracterizando como uma atividade diversificadora da renda dos pequenos estabelecimentos. Um aspecto comum aos três Estados do Sul do País é a concentração da criação de aves nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares [27]. Vale ressaltar que o segmento dimensional de menos de 10 hectares perdeu importância relativa ao longo da década de 70, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina, o que possivelmente se liga ao alto custo das instalações para a criação de aves, segundo técnicas modernas, sob sistema de integração à indústria, afastando, desse modo, da atividade de criação de aves, os pequenos produtores com reduzido acesso aos recursos financeiros.

Uma vez que a grande expansão da avicultura no Sul se fez na década passada, ela se processou, em sua maioria, em condições de integração às indústrias de processamento de matéria-prima, localizadas na própria Região e que exercem controle efetivo de todas as fases do processo produtivo. Em Santa Catarina, as maiores variações absolutas do rebanho avícola situaram-se nas Microrregiões do oeste — Colonial do Rio do Peixe (305) e Colonial do Oeste Catarinense (306) —, tendo sido decisivo o papel das indústrias localizadas na primeira dessas Microrregiões na difusão e na organização dessa atividade [28]. No Rio Grande do Sul é também muito localizada a área de forte variação do rebanho avícola nos anos 70, correspondendo, sobretudo à área colonial antiga do Estado, na qual uma das Microrregiões — Vinicultora de Caxias do Sul (311) — deteve 43,4% do crescimento estadual do efetivo avícola no período 1970-80 e concentrou, nesse último ano, 1/4 do total de galináceos do Estado. No Paraná, a Extremo Oeste paranaense (288) e a Campos de Ponta Grossa (273) contribuíram com 55,6% do aumento absoluto do número de aves no Estado. Na Extremo Oeste paranaense, onde está 1/5 do rebanho avícola paranaense, à indústria local de processamento da matéria-prima está subordinada a maior parte da produção de aves para corte, produção essa que coexiste, nos pequenos estabelecimentos, com outras atividades de caráter mercantil.

À reorganização produtiva correspondeu uma reestruturação profunda dos padrões técnicos da produção. A modernização das diferentes etapas do processo produtivo caracterizou, de forma marcante, a década de 70, sendo a utilização dos meios modernos de produção viabi-

26 Em 1980, o Rio Grande do Sul contava com 57.807.296 galináceos, o Paraná com 46.005.559 e Santa Catarina com 43.362.914.

27 No Paraná e no Rio Grande do Sul os estabelecimentos de 10 a 50 hectares concentraram, em 1980, respectivamente, 49,1 e 58,5% do efetivo avícola. Em Santa Catarina, 75,3% do total de galináceos são criados em estabelecimentos de 10 a 100 hectares, sobressaindo, em particular, os de 20 a 50 hectares, com 38,3% do rebanho avícola.

28 Vale chamar a atenção para o fato de, em 1980, essas duas Microrregiões terem concentrado 69,7% da criação de aves no Estado.

lizada pela concessão de crédito altamente subsidiado, ao qual tiveram acesso mesmo os pequenos produtores, desde que a escala de seus estabelecimentos fosse compatível com a nova organização produtiva.

Nesse contexto, a mecanização, um dos elementos do pacote tecnológico que, acompanhou a expansão da lavoura da soja em escala altamente mercantil, difundiu-se de forma acelerada, o que significou um rompimento com relação aos aspectos técnicos até então vigentes, representados, entre outros, pelo uso de implementos de tração animal. A mecanização englobou estabelecimentos de dimensão diversificada e se processou em áreas com características topográficas bastante diferenciadas — as de topografia plana dos campos, as de relevo pouco movimentado de grandes áreas de vegetação original de mata, como o oeste do Paraná e, mesmo, as porções de topografia mais favorável das áreas de relevo acidentado como o oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul.

Contudo, a semelhança dos aspectos definidores da transformação produtiva, a modernização também se fez de forma diferenciada na Região Sul, verificando-se existir uma forte convergência entre o padrão espacial de um dos elementos integrantes dessa modernização — a variação absoluta do número de tratores [29] — e aquele das lavouras temporárias e da cultura da soja, registrando-se as mais fortes variações na porção ocidental da Região Sul.

É no Rio Grande do Sul que se verifica a maior freqüência de altos crescimentos absolutos do número de tratores na década de 70 (Mapa 4), o que levou o Estado a manter a primeira posição quanto ao número de tratores utilizados na agricultura. Quatro Microrregiões, sendo duas da área colonial do alto vale do rio Uruguai — colonial de Santa Rosa (324) e colonial de Erechim (326) — e duas de grande expansão da lavoura em terra de campo — Triticultora de Cruz Alta (322) e Colonial das Missões (323) — englobaram parte significativa do crescimento do parque de tratores do Estado, com 30,6% desse crescimento.

No Paraná, onde foram expressivos tanto o processo de incorporação de áreas novas, quanto a ampliação da área produtiva, o número de tratores nos trabalhos agrícolas elevou-se grandemente, tendo a metade do aumento absoluto se concentrado em quatro Microrregiões — Extremo Oeste Paranaense (288), Campo Mourão (286), Sudoeste Paranaense (289) e Norte Novo de Londrina (281) —, cabendo à primeira dessas regiões 23,1% do crescimento do parque estadual de tratores.

O Estado de Santa Catarina foi o que, na Região Sul, apresentou menor participação no processo de difusão do uso de tratores, com ocorrências reduzidas de altas variações absolutas do número dessa máquinas agrícolas (Mapa 4).

A variação do número de tratores retratou, de forma significativa, um aspecto peculiar da década de 70, que foi a incorporação acentuada de máquinas ao processo produtivo. Uma visão adicional da questão da mecanização no Sul é fornecida pela relação entre o número de estabelecimentos e o número de tratores, ao final dessa década, visão essa que abarca não só o extraordinário crescimento do número de tratores nos anos 70 como também os aspectos vinculados, por um

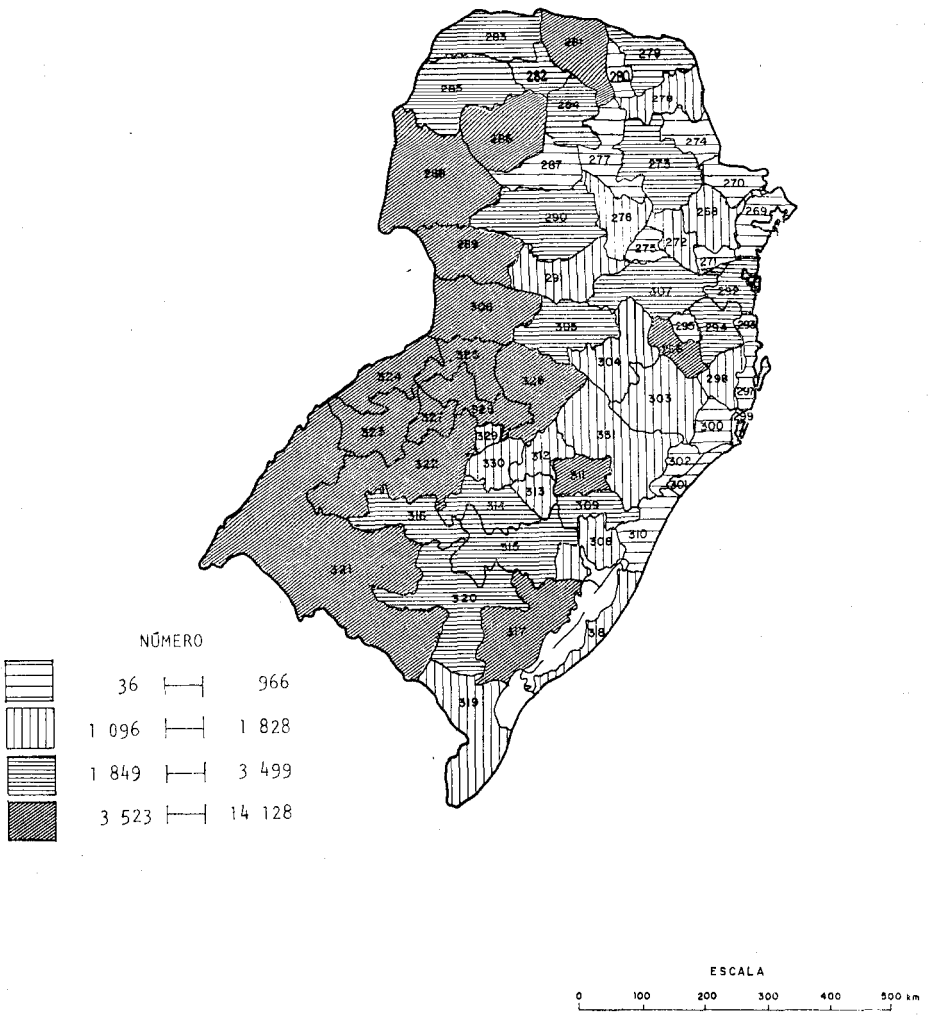
29 O fato de terem sido utilizadas, neste estudo, com relação a 1980, os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário contingenciou o uso de somente um item de modernização — o trator — para a caracterização da transformação técnica da agricultura no período 1970-80.

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

NÚMERO DE TRATORES

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

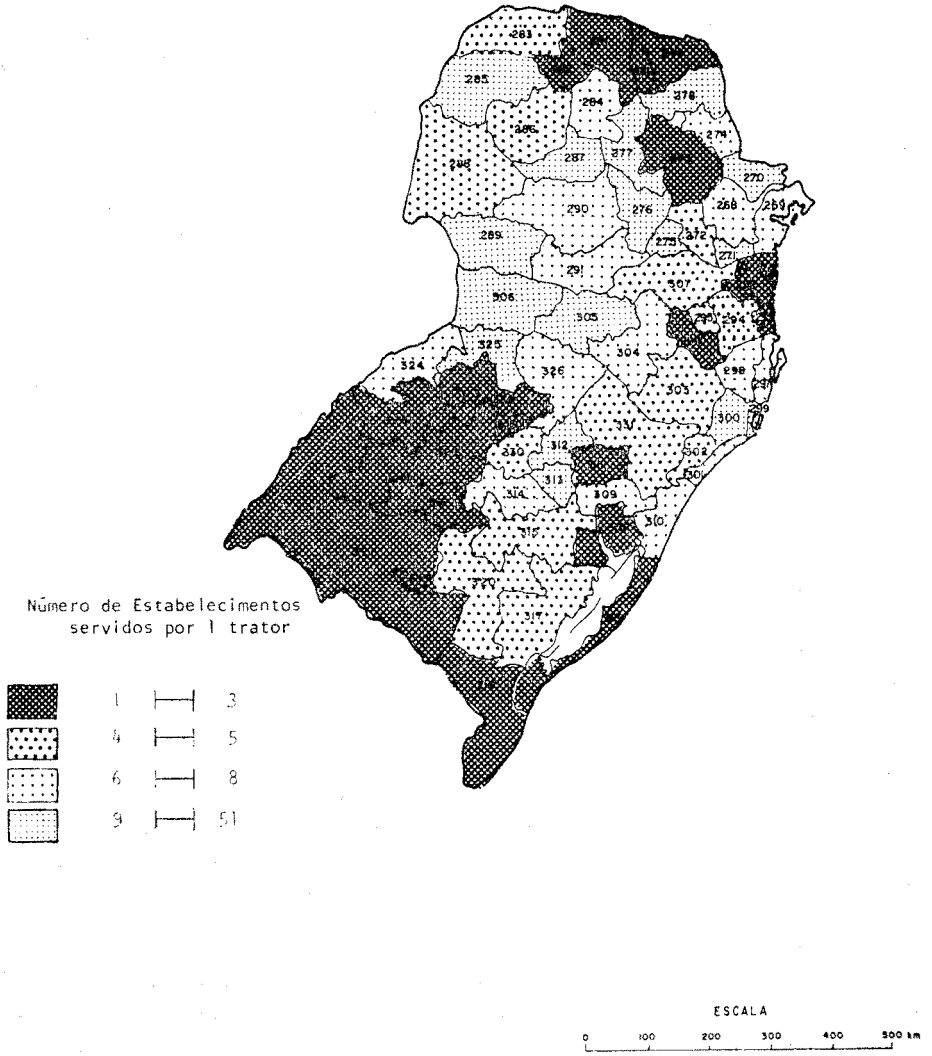
MAPA 4

lado, ao nível de modernização preexistente e, por outro, às características da estrutura fundiária e às próprias condições topográficas reguladoras da evolução do processo de mecanização na Região.

Cabe, inicialmente, chamar a atenção para o fato de que, de 1970 a 1980, reduziu-se, extraordinariamente, a nível de consideração microrregional, a amplitude da relação entre o número de estabelecimentos

servidos por um trator. Assim, se o número mínimo de estabelecimentos servidos por um trator era três, no início da década, e o número máximo era 305, em 1980 já eram freqüentes os casos de microrregiões com um trator por estabelecimento, enquanto o valor máximo da relação estabelecimento/trator havia decrescido para 51.

Os índices mais elevados de mecanização ocorreram, em maior freqüência, no Rio Grande do Sul, em 1980 (Mapa 5), em especial nas



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

áreas do Planalto Médio e da Campanha que, além de já se apresentarem, no início da década de 70, mais bem posicionadas quanto à existência de meios modernos de produção, associaram as condições de topografia favorável e de uma estrutura fundiária caracterizada pelos estabelecimentos de maiores dimensões, com acesso amplo aos meios de produção que implicam em níveis elevados de investimento.

O Estado do Paraná posicionou-se em segundo lugar quanto ao nível de mecanização. Além das microrregiões com índices mais altos de mecanização, situadas nos campos de Ponta Grossa e no norte, de estruturação cafeeira e com posterior avanço da soja, é expressiva a posição que ocupam as microrregiões do oeste, com índices imediatamente inferiores àqueles das áreas de maior tradição de modernização agrícola (Mapa 5) e cujo posicionamento em 1980 se deveu, basicamente, à difusão do uso de tratores, verificada na década de 70. Os índices altos de mecanização de duas Microrregiões do oeste paranaense (286 e 288) são especialmente significativos quando se tem em conta a particularidade de sua estrutura fundiária contar com mais de 90% de estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares, com um segmento expressivo de produtores excluídos da moderna organização produtiva. No sudoeste do Estado (289), assim como no oeste Catarinense (306), embora tenha sido intenso o crescimento do número de tratores na década de 70, o grande contingente de pequenos produtores impossibilitados de acesso aos meios modernos de produção e, a topografia desfavorável à mecanização, colocavam limites à difusão mais ampla do uso de máquinas e responderam pelos índices baixos de mecanização no contexto regional. No Estado de Santa Catarina, os índices mais elevados de emprego de máquinas por estabelecimento corresponderam à sua porção leste, onde áreas agrícolas de estruturação mais antiga já apresentavam, no início da década de 70, posição favorável quanto à mecanização das lavouras temporárias de caráter mercantil.

Além da incorporação de meios modernos de produção, uma das características do crescimento da agricultura na década de 70, verificou-se, também, como outra forma desse crescimento, a expansão espacial das atividades agropecuárias, com a ampliação da área dos estabelecimentos rurais.

No âmbito da expansão espacial registrada nesse período, as mais elevadas variações absolutas da superfície dos estabelecimentos restringiram-se, praticamente, ao Estado do Paraná (Mapa 6), que não só reunia condições favoráveis à implantação da organização produtiva comandada pela lavoura da soja, como também dispunha de espaços a serem integrados à ocupação produtiva. Na porção oeste do Estado, duas Microrregiões fortemente submetidas ao processo de mudança de sua estrutura técnico-produtiva — Extremo Oeste Paranaense (288) e Campo Mourão (286) — responderam do 1/5 do aumento absoluto da área dos estabelecimentos no Paraná.

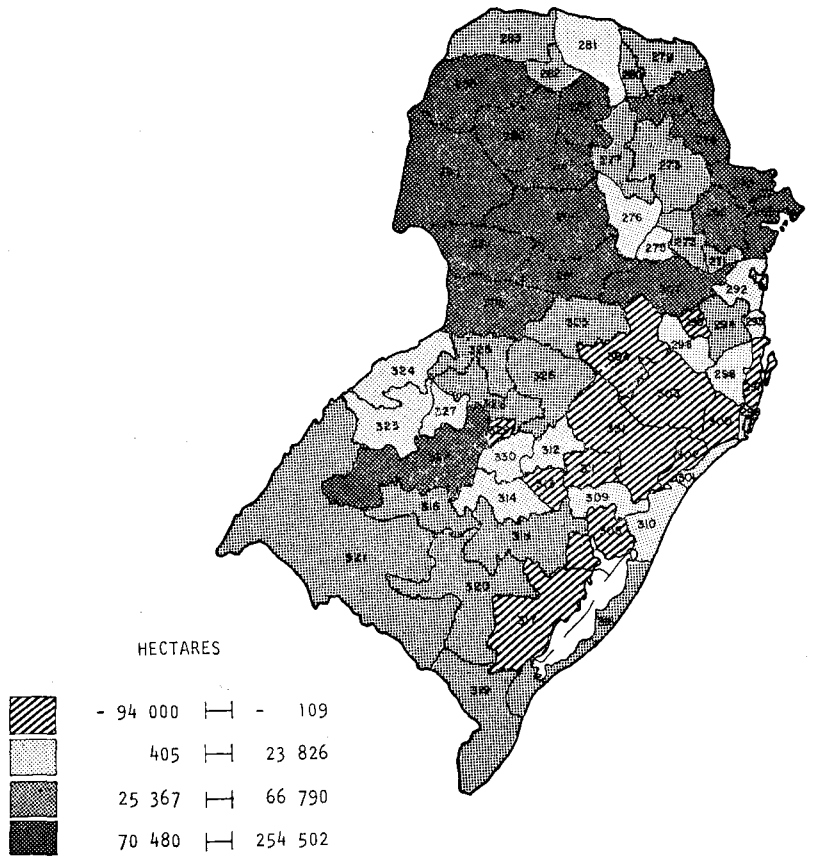
Participando também do processo de mudança técnico-produtiva associado à lavoura da soja e ao qual se vinculou a ampliação da área dos estabelecimentos, encontra-se a Colonial do Oeste Catarinense (306) que concentrou 41,5% do crescimento absoluto da superfície dos estabelecimentos no Estado. No Rio Grande do Sul, onde já se encontrava praticamente efetuado o processo de ocupação das terras no início da década, foi menos intensa a incorporação de novas áreas à superfície

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

dos estabelecimentos e, apenas a Microrregião de Triticultora de Cruz Alta (322), posicionou-se entre as de mais elevadas variações da área dos estabelecimentos, absorvendo 13,7% do crescimento absoluto da superfície dos estabelecimentos.

Cabe observar que também são registrados aumentos significativos da área dos estabelecimentos na porção oriental da Região Sul, não diretamente envolvida no processo específico da expansão da cultura

da soja (Mapa 6). Tais aumentos, ocorridos em especial no Paraná, podem se ligar a um processo mais amplo de capitalização no campo que engloba, por um lado, a modernização das atividades produtivas, sobretudo em espaços com condições favoráveis de acessibilidade aos mercados e às instituições viabilizadoras da mudança técnica e, por outro, a valorização acentuada das terras, que podem conduzir à ampliação do espaço agrário, tanto num contexto de utilização produtiva, quanto como alternativa de investimento para grupos de origem rural ou urbana.

A expansão espacial da agricultura, registrada na década de 70, elevou, ainda mais, o nível de ocupação das terras na Região Sul, que já se apresentava bastante elevado no início da década. Em 1980, o norte e o oeste paranaenses, a porção centro-ocidental de Santa Catarina e a maior parte do Rio Grande do Sul apresentavam mais de 85,1% da superfície das microrregiões ocupados com estabelecimentos rurais (Mapa 7), o que deixa indicado que a ampliação da área dos estabelecimentos ocorrida nos anos 70 colocou, para a evolução subseqüente da agricultura dessas áreas, a alternativa de uma ocupação mais intensiva da superfície dos estabelecimentos então já constituídos.

A forma de crescimento da agricultura através do aumento da área dos estabelecimentos ainda permanece viável em um número considerável de microrregiões situadas na porção oriental da Região Sul e no interior do Estado do Paraná, áreas que, em termos regionais, apresentam, os mais baixos graus de ocupação das terras com estabelecimentos rurais (Mapa 7).

O crescimento da agricultura ocorrido na Região Sul, nos anos 70, embora se tenha feito acompanhar, em certa medida, pelo processo de concentração de terras, não causou alterações profundas no perfil fundiário regional que mantém sua característica de dominância de pequenos estabelecimentos. Com efeito, em todas as microrregiões do Sul, os estabelecimentos de menos de 100 hectares ocupavam, em 1980, sempre mais de 60% do número de estabelecimentos (Mapa 8). As mais altas concentrações de pequenos estabelecimentos correspondem às áreas coloniais antigas e recentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ao sudoeste paranaense, este uma extensão da forma de ocupação das áreas anteriormente citadas, uma vez que foi ocupada com os excedentes populacionais resultantes do processo de subdivisão dos pequenos estabelecimentos daquelas áreas de estruturação mais antiga. Nessas áreas de mais forte concentração de pequenas unidades produtivas, os estabelecimentos de menos de 100 hectares representam mais de 90% do número e ocupam mais de 70% da área total dos estabelecimentos.

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina é muito elevada a freqüência de microrregiões em que os estabelecimentos de área inferior a 100 hectares constituem, também, mais de 90% do número, embora, em termos de área, tenham sua expressão mais reduzida, concentrando de 40 a 70% da superfície dos estabelecimentos.

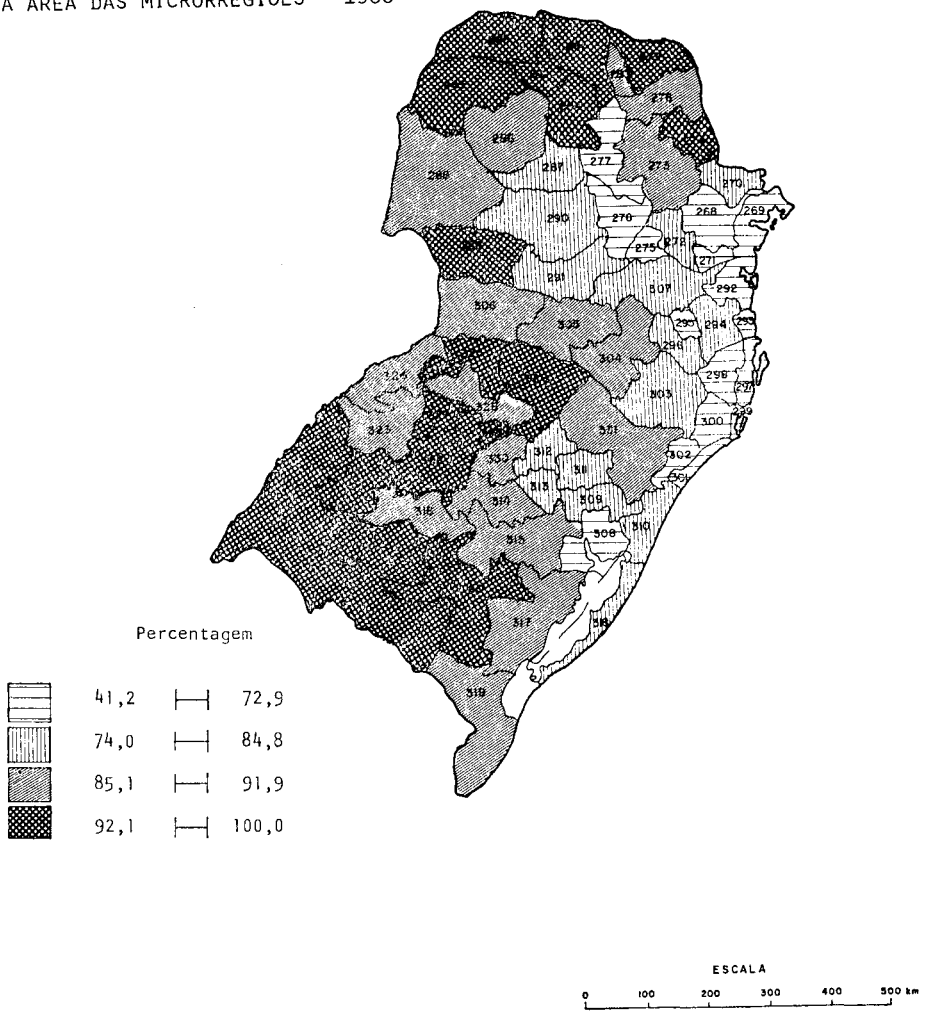
As áreas nas quais os pequenos estabelecimentos têm peso menos relevante na estrutura fundiária restringem-se, praticamente, aos campos do Rio Grande do Sul — Campanha, Planalto Médio, Missões e Vacaria — e aos campos de Lajes em Santa Catarina, onde tais estabelecimentos ocupam apenas de 5 a 25% da área total das unidades produtivas.

GRAU DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

PERCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NA ÁREA DAS MICRORREGIÕES - 1980



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

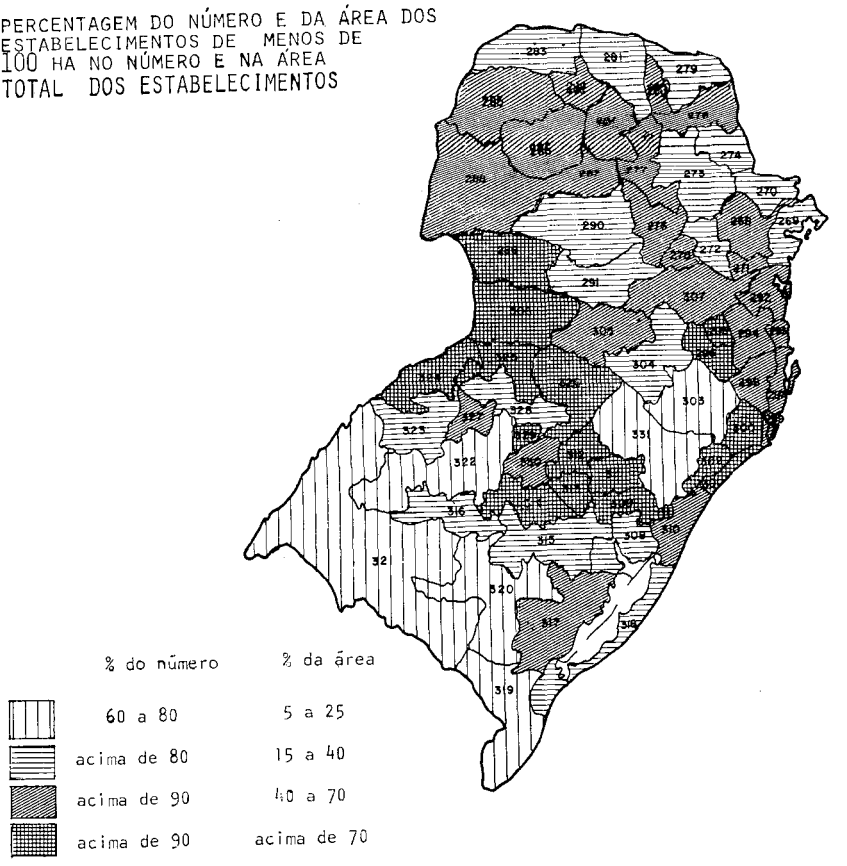
MAPA 7

No contexto fundiário da Região Sul, de alta dominância dos pequenos estabelecimentos foi, contudo, viável a intensa mudança da organização produtiva ocorrida na década de 70, o que deixa indicada a compatibilização da pequena unidade de produção baseada no trabalho familiar com um sistema produtivo, com ampla utilização de meios modernos de produção.

CONCENTRAÇÃO DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS - 1980

Microrregiões Homogêneas

PERCENTAGEM DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 100 HA NO NÚMERO E NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 8

Esse novo sistema produtivo teve, entretanto, repercussões acentuadas sobre o contingente de pessoas ocupadas na agricultura, uma vez que a modernização do processo de produção acaba por levar à redução dos níveis de absorção da mão-de-obra. Tal redução se fez de modo gradativo, no sentido de que se intensificou no segundo qüinqüênio da década de 70, à medida que se acelerava a difusão dos itens modernos poupadores de mão-de-obra no processo de trabalho. Com efeito, enquanto no primeiro qüinqüênio da década, 23,4% das micror-

regiões da Região Sul apresentaram decréscimo no total de pessoas ocupadas na agricultura, no segundo qüinqüênio essa proporção apresentou forte elevação, uma vez que 70,3% das microrregiões incluiram-se entre aquelas que tiveram redução no contingente de pessoas ocupadas nas atividades agrárias.

Assim, uma vez que os decréscimos de mão-de-obra foram pronunciados somente no segundo qüinqüênio da década, o exame da evolução do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1970-80, (Mapa 9) revela que foram restritas, espacialmente, as áreas com redução de pessoal ocupado, restringindo-se tal fenômeno, em especial, ao norte e oeste do Paraná onde acumularam-se reduções de mão-de-obra no primeiro e no segundo qüinqüênio. As Microrregiões paranaenses onde foi mais intenso o decréscimo da mão-de-obra foram: Norte Novíssimo de Umuarama (285), na qual, no decorrer da década reduziu-se a capacidade de absorção da mão-de-obra, com retração da área de lavouras temporárias e expansão da pecuária; Campo Mourão (286), com acentuada expansão da lavoura da soja em moldes modernos na década de 70 e, Norte Novo de Londrina (281), com ampla substituição da lavoura cafeeira pela lavoura da soja. Essas três Microrregiões responderam por 60% do decréscimo estadual de pessoas ocupadas na agricultura nos anos 70.

Em Santa Catarina, os decréscimos do contingente de mão-de-obra ocorridos na década restringiram-se à porção leste do Estado e, em especial, às Microrregiões Colonial de Joinvile (292) e Colonial de Blumenau (294), que concentraram 61,6% da redução da mão-de-obra na agricultura do Estado, no período 1970-80. Importa, entretanto, assinalar que a magnitude do decréscimo de pessoas ocupadas na agropecuária, nesse Estado, foi muito inferior àquela registrada no Paraná [30].

Na maioria das microrregiões da Região Sul e, em especial, no Estado do Rio Grande do Sul, o aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura, no primeiro qüinqüênio da década de 70 foi suficiente para compensar a retração registrada no segundo.

Tal retração, no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu de modo especial nas áreas coloniais (Mapa 10), dada a crise estrutural que afetou a pequena produção em função das dificuldades colocadas à sua reprodução, face à nova organização produtiva. As três Microrregiões do alto vale do rio Uruguai — Colonial de Santa Rosa (324), Colonial do Iraí (325) e Colonial de Erechim (326) — concentraram 1/3 do decréscimo estadual do número de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1975-80.

No Paraná, entretanto, é que se registraram as mais altas variações negativas do contingente de mão-de-obra no campo, nesse período. Essas variações verificaram-se no norte do Estado como reflexo da reestruturação da sua economia anteriormente centrada na lavoura cafeeira, mas foram particularmente significativas no oeste do Estado, área que, na década de 60, absorveu, na condição de fronteira agrícola, excedentes populacionais de antigas áreas coloniais e que, com a implantação de uma organização produtiva comandada pela lavoura modernizada da soja, teve, na década de 70, reduzida a sua capacidade de

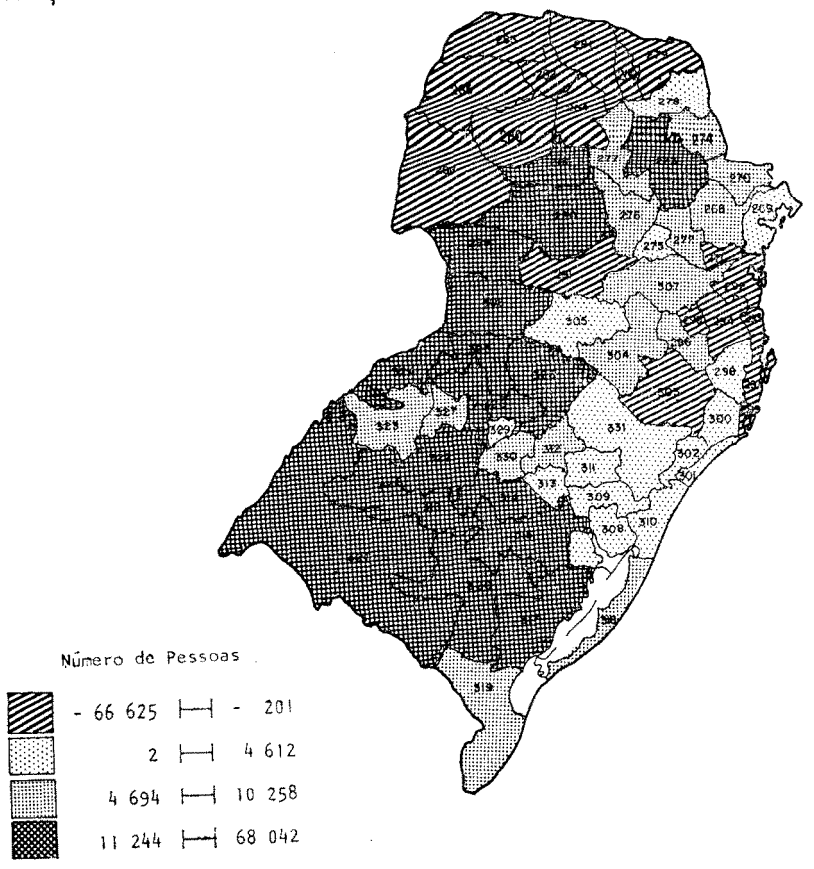
30 Com efeito, enquanto as três Microrregiões paranaenses referidas apresentaram redução de 176.658 pessoas na mão-de-obra no campo, em Santa Catarina, nas duas Microrregiões citadas, registrou-se apenas um decréscimo de 17.379 pessoas.

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

PESSOAL OCUPADO

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

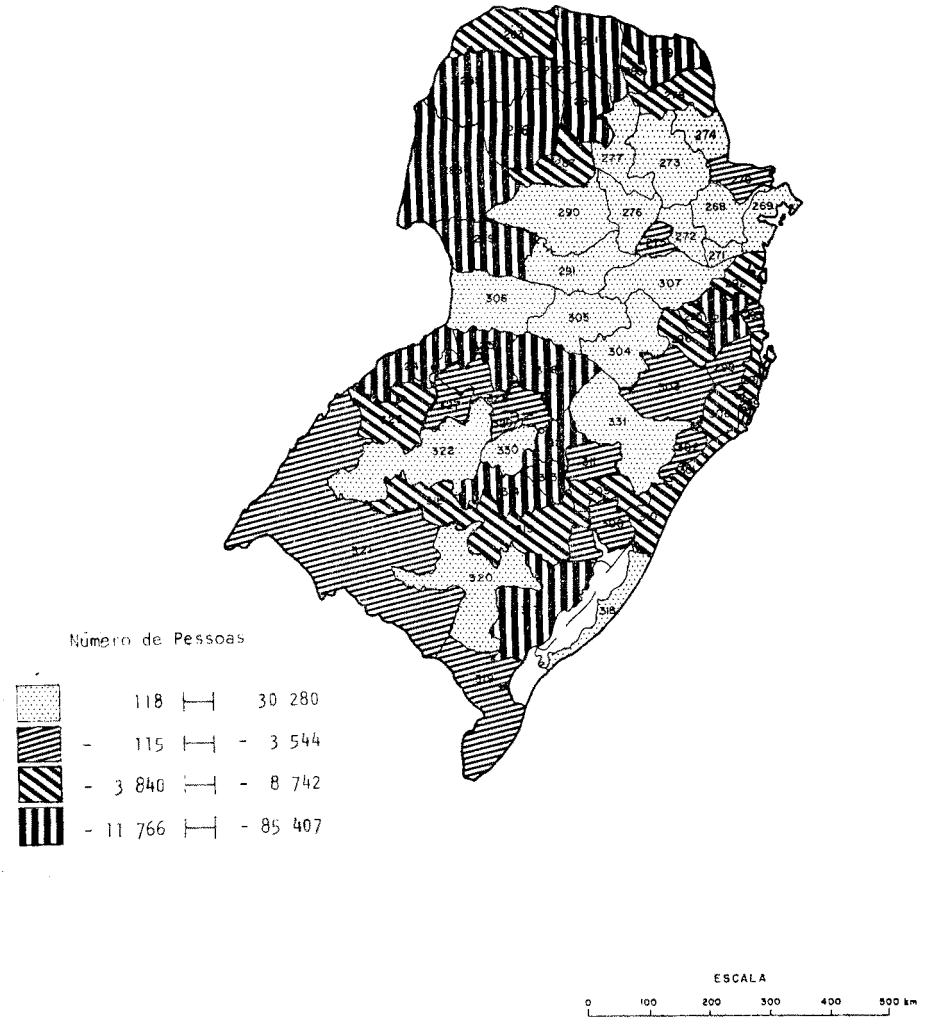
absorção de mão-de-obra. Ilustra bem o tipo de processo a que foi submetida essa área, a Microrregião Extremo Oeste Paranaense (288) que, com a passagem para um novo patamar técnico-produtivo, teve, no período 1975-80, uma redução de 85.407 pessoas no contingente ocupado na atividade agropecuária, o que representou 23,9% do de-

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

PESSOAL OCUPADO

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1975 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 10

créscimo total da mão-de-obra empregada na agricultura do Estado, nesse qüinqüênio.

A retração da mão-de-obra no campo, na década de 70, está intimamente associada às formas de exploração dos estabelecimentos rurais, uma vez que, no contexto de reestruturação da produção e de mudança do nível técnico da agricultura, as formas de exploração indireta da terra — a parceria e o arrendamento — foram especialmente envol-

vidas, dada a vulnerabilidade das condições de acesso à terra por parte dos produtores que praticam a agricultura sob tais formas de exploração.

Assim, os parceiros e os arrendatários participaram dos primeiros fluxos migratórios que, a partir da Região Sul, se dirigiram para áreas de fronteira agrícola, à procura de condições para sua reprodução, enquanto produtores diretos. Isto, de certa forma, se evidencia através dos dados de retração do número de produtores na condição de parceiros e arrendatários, dados esses que mostram que o impacto das transformações da agricultura atingiu essas categorias de produtores na fase inicial do processo de implantação da nova organização econômica, uma vez que essa retração se concentrou maciçamente no primeiro qüinqüênio da década de 70. No Paraná, Estado em que, em 1970, o número de parceiros e de arrendatários superava, por larga margem, o daquele verificado nos dois outros Estados da Região Sul e onde a reestruturação econômica dos anos 70 foi especialmente marcante, concentraram-se, na primeira metade da década de 70, 75,7% da redução de produtores parceiros e 89,9% do decréscimo do número de produtores arrendatários registrado no decênio [31].

Contudo, era ainda no Paraná que, em 1980, verificava-se maior freqüência de microrregiões em que a parceria apresentava posição expressiva como forma de exploração da terra. A área de maior importância de produtores parceiros correspondia às porções norte e ocidental do Estado, onde as lavouras do café e do algodão, às quais está mais ligada essa forma de exploração, ainda conservavam, ao final da década, importância econômica no quadro geral das atividades agrícolas, a despeito da grande transformação produtiva ocorrida nos anos 70.

No Rio Grande do Sul não foi tão significativo o decréscimo da importância das formas de exploração indireta da terra, uma vez que o arrendamento é muito vinculado a uma atividade agrícola tradicional, que continua a ser importante no contexto da economia agrária estadual — a lavoura do arroz. Encontram-se, ainda, por um lado, a parceria associada a cultivos como o do milho e do fumo, em áreas coloniais e, por outro, o grande arrendamento vinculado à expansão da soja em terras de campo que mantêm a sua atividade tradicional — a pecuária — que passou a dispor, também, de pastos formados em áreas arrendadas, por alguns anos, para o uso agrícola.

Em Santa Catarina, onde diferentemente dos outros dois Estados houve crescimento do número de produtores e, onde se registrou, também, aumento do total de pessoas ocupadas na agricultura, elevou-se tanto a importância relativa, quanto a absoluta, das formas indiretas de exploração da terra, estando a parceria mais restrita às áreas coloniais do oeste e, o arrendamento, ligado às áreas dos campos de Lajes e Curitibanos. Acredita-se que, durante a década de 70, o crescimento da agricultura, com ativação de atividades tradicionais e incorporação de novas atividades tenha possibilitado, também, as formas de exploração indireta num Estado que, relativamente aos dois outros da Região Sul, encontrava-se numa etapa menos avançada do processo de modernização da agricultura.

31 Na década de 70, o contingente de parceiros, no Estado do Paraná, decresceu de 122.937 produtores a 66.010 e o de arrendatários, de 68.741 a 46.188.

As transformações que, na década de 70, envolveram diferentes aspectos da agricultura, tais como o uso da terra, o nível de ocupação territorial, a estrutura fundiária, o contingente de pessoas ocupadas na agricultura e as formas de exploração da terra, encontram-se vinculadas às duas formas básicas de crescimento da atividade agropecuária — a modernização e a expansão espacial —, que não são específicas ao Sul, mas ao próprio modelo de crescimento da agricultura brasileira.

Nesse contexto, com vistas a caracterizar o Sul do Brasil quanto a essas formas de crescimento da agricultura no decorrer da década de 70 e, buscando recuperar as diferenciações internas da transformação da agricultura regional, será efetuada uma categorização espacial fundamentada nessas formas de crescimento que permitirá, ainda, sentir as tendências da evolução subseqüente da agricultura nos diversos segmentos espaciais da Região Sul.

3 — FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA

Na década de 70, a expansão espacial e a modernização da agricultura reorganizaram o espaço agrário da Região Sul que, ao final desse período, apresentava características diferenciadas em função do grau de incidência e da combinação das duas formas básicas de crescimento da agricultura.

No âmbito desta análise, a expressão dessas duas formas foi efetuada, no caso da expansão espacial, através da variação da área dos estabelecimentos, julgada válida para mostrar a conquista de novos espaços face às características específicas que assumiu a agricultura no Sul; no que se refere à modernização, a variação do número de tratores foi selecionada com vistas a exprimir a transformação técnica pela qual passou a agricultura regional [32]. Uma vez que a modernização agrária constituiu-se no aspecto mais marcante do crescimento da agricultura na Região Sul, na década de 70, esse aspecto será o elemento diferenciador na caracterização dos diversos segmentos espaciais efetuada a seguir.

A distribuição espacial das formas de crescimento da agricultura mostra que, as áreas submetidas a um processo muito intenso de modernização, concentram-se na porção ocidental da Região Sul, estando no Rio Grande do Sul a maior freqüência de microrregiões caracterizadas pela mudança técnica do processo produtivo (Mapa 11).

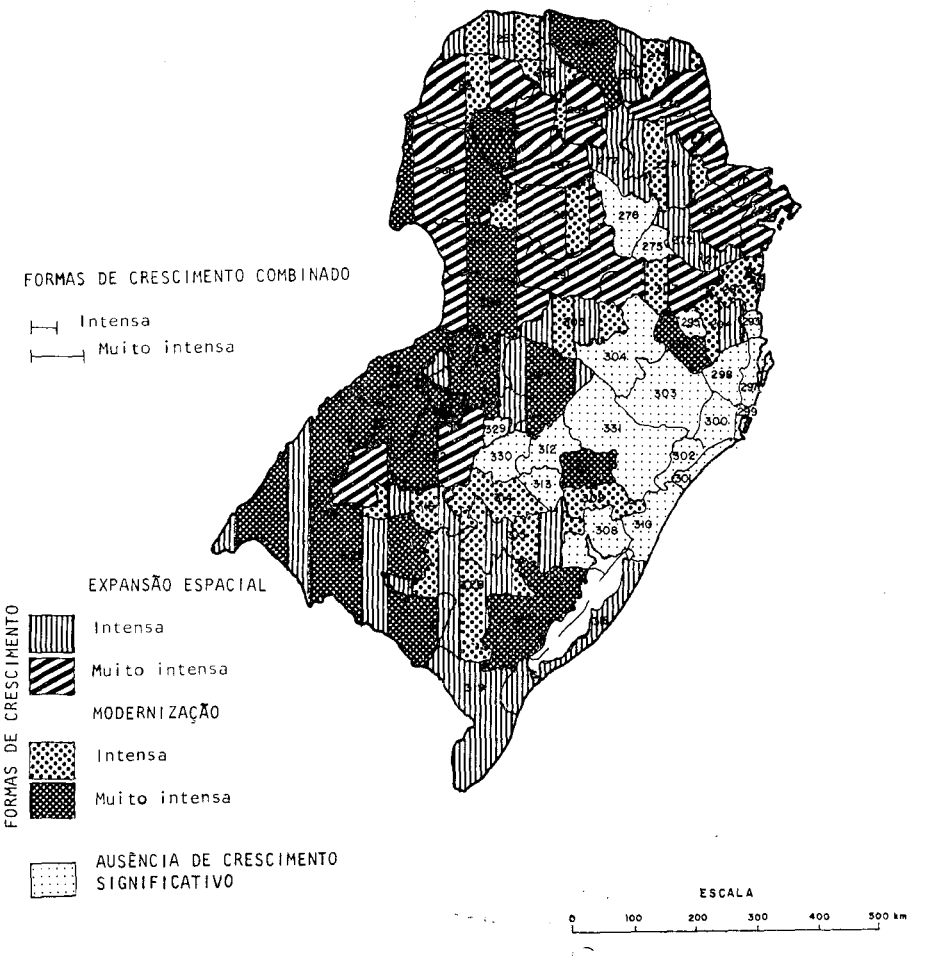
A utilização ampla de meios modernos de produção nesse segmento espacial não só incluiu o Estado do Paraná entre aqueles de agricultura modernizada, como também reforçou a posição de progresso técnico

32 A escolha dessas variáveis foi contingenciada pelo elenco de dados disponíveis na Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. Foram consideradas as duas classes de mais altas variações de área de estabelecimentos e de número de tratores para elaboração de um mapa de formas de crescimento da agricultura. Cada uma das formas é representada com duas intensidades que correspondem às duas classes de mais elevadas variações dos indicadores selecionados. Nesse mapeamento, algumas microrregiões foram caracterizadas por uma única forma de crescimento da agricultura e outras pela combinação das duas formas. Como microrregiões de ausência de crescimento significativo em qualquer uma das formas, foram consideradas aquelas que não se posicionaram nas classes de mais alta intensidade das duas variáveis que serviram de base ao mapeamento.

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA
1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA II

do Rio Grande do Sul, Estado que se constituiu num dos núcleos iniciais de modernização da agricultura do País.

O grande surto modernizador pelo qual passou a agricultura na Região Sul esteve muito associado à expansão da lavoura temporária representada pelo cultivo da soja, tanto que as 16 microrregiões caracterizadas pela modernização muito intensa (Anexo 1) concentravam,

em 1980, 73,9% (8.765.907 t) da quantidade de soja produzida na Região Sul [33].

Uma medida da posição relativa desse conjunto de microrregiões no contexto de modernização da agricultura e, em especial, da mecanização, é representada pelo fato de ele deter, em 1980, 54,7% do estoque de tratores do Sul do País. Nas microrregiões integrantes desta categoria de evolução da agricultura é, em geral, elevado o índice de mecanização, uma vez que, nelas, em termos regionais, a relação estabelecimento/trator revela uma difusão muito expressiva desse item de modernização.

O intenso processo de mecanização, associado a outras condições específicas de transformação da agricultura, acabou conduzindo à redução na capacidade de absorção de mão-de-obra no campo. A relação entre a retração de emprego na agricultura e o processo de modernização aparece de forma evidente no fato de as microrregiões em questão terem sido responsáveis por 48,3% do decréscimo total de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias da Região Sul.

Uma outra característica desse conjunto de microrregiões reside na simultaneidade do intenso processo de modernização e da significativa ampliação do espaço ocupado pelos estabelecimentos rurais. De fato, na maior parte das microrregiões com modernização muito intensa, verificou-se, também, expansão espacial das atividades agrárias, sendo esta muito acentuada no Estado do Paraná que, no início da década de 70, dispunha, ainda, nas terras do oeste, com condições propícias à lavoura, de vastos espaços a serem conquistados para ocupação produtiva. No Rio Grande do Sul, onde havia menor disponibilidade de terras, a expansão espacial se fez de forma menos marcante e registraram-se, também, ocorrências de microrregiões caracterizadas somente pela modernização muito intensa.

No âmbito da atuação dessas duas formas de crescimento não somente se verificou a expansão considerável da lavoura como também ocorreu um aumento significativo do rebanho bovino, uma vez que essas microrregiões de modernização muito intensa concentraram 31,4% da variação absoluta do efetivo do rebanho bovino da Região Sul, no período 1970-80, tendo a expansão do rebanho se associado tanto às áreas tradicionalmente pecuaristas dos campos do Rio Grande do Sul, quanto às áreas de mata do oeste de Santa Catarina e Paraná.

Ao final da década de 70, praticamente todas as microrregiões caracterizadas pela modernização muito intensa apresentavam taxas de ocupação elevadas em termos regionais e, mesmo, nacionais, restando, dessa forma, como alternativa para o crescimento subseqüente da agricultura, a expansão da área produtiva no âmbito dos estabelecimentos rurais. O fato de muitas das unidades incluídas nesta categoria espacial serem marcadas por uma estrutura fundiária com dominância de pequenos estabelecimentos, onde essa linha alternativa encontra-se já largamente adotada, reduz as perspectivas de reprodução da pequena produção face ao modelo atual da agricultura.

Com efeito, a transformação técnico-produtiva que se processou na atividade agropecuária regional e que apresentou forte impacto no conjunto de microrregiões em questão inviabilizou, de início, a permanência de um segmento de pequenos produtores, que se viu compe-

33 Para esta informação, foi utilizada como fonte a PAM/IBGE de 1980.

lido a migrar para outras regiões e vem, ainda, comprometendo, ao longo do tempo, a reprodução da pequena produção que, uma vez inserida na moderna organização produtiva comandada pela soja, deve atender aos requisitos dessa nova organização, nem sempre compatíveis com a escala da unidade produtiva e com o patamar financeiro desses pequenos agricultores.

A tônica do crescimento da agricultura na Região Sul, na década de 70 foi, sem dúvida, a modernização da agricultura e, nesse contexto, pode ser distinguido um outro conjunto de microrregiões que, se quando comparado com o anterior, mostrou índices menos elevados de adoção de meios modernos de produção, apresentou, contudo, mudança técnica considerável no seu processo produtivo. À escala regional, esse grupo pode ser considerado como tendo apresentado, nos anos 70, intensa modernização e tem sua correspondência espacial nos três Estados, embora, em termos de número de ocorrências, o Paraná esteja mais representado nesse grupamento de unidades de observação (Mapa 11). Nesse Estado, a sua porção norte e os campos de Ponta Grossa e de Guarapuava foram as áreas submetidas a intensa modernização, uma vez que participaram à exceção do extremo noroeste, do mesmo processo anteriormente, descrito de expansão acentuada da lavoura comercial de grãos. Também vinculada a esse processo estão, em Santa Catarina, a Microrregião Colonial do Rio do Peixe e, no Rio Grande do Sul, as microrregiões da Depressão Central e da Microrregião Alto Camaquã.

A difusão da lavoura modernizada nas 16 microrregiões integrantes deste segmento espacial (Anexo 1), o colocou em posição importante no quadro geral de produção de soja no Sul e, em 1980, a maioria dessas microrregiões aparecia com destaque na produção dessa leguminosa, concentrando essa categoria espacial 16,3% (1.928.467 t) [34] da produção de soja na Região Sul, nesse ano. Vale ainda registrar que duas Microrregiões catarinenses — as Coloniais de Joinvile e Blumenau — concentravam 1/3 da produção estadual de arroz, enquanto que as microrregiões do Rio Grande do Sul, anteriormente referidas, detinham, em 1980, praticamente 1/5 da produção desse cereal no Estado, tendo em ambas as UF's sido significativo, em termos regionais o crescimento da produção de arroz na década de 70, com incorporação de itens de modernização da agricultura que se difundiram de forma mais acentuada nessa década.

A intensificação do processo de modernização conferiu ao conjunto de microrregiões em questão, posição destacada quanto à mecanização da agricultura, uma vez que essas áreas de intensa modernização detinham, ao final da década de 70, 24,9% do número total de tratores existentes na Região Sul.

À semelhança do que ocorreu com as microrregiões de modernização muito intensa, as que constituem o grupo ora considerado apresentaram, também, redução do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, face às novas características do processo produtivo consubstanciadas na redução de absorção de mão-de-obra. De fato, no período 1970-80, as microrregiões submetidas a modernização intensa responderam por 30,9% do decréscimo regional do número de pessoas ocupadas em atividades agrárias, porporção essa que, quando acrescida

34 Esta informação se baseia nos dados da PAM/IBGE de 1980.

àquela correspondente à das áreas que passaram por um processo de modernização muito intenso, deixa claro ter sido a redução do emprego no campo associada à utilização de meios modernos de produção.

O processo de modernização no segmento espacial em análise fez-se acompanhar pela expansão da área dos estabelecimentos, como ocorreu nas microrregiões onde a modernização da agricultura se deu de forma muito intensa. Contudo, a magnitude da incorporação de espaços foi menos acentuada, uma vez que a maioria das microrregiões com intensa modernização corresponde a áreas que já apresentavam, no início da década, um grau elevado de ocupação do território com estabelecimentos rurais.

No conjunto de microrregiões caracterizado pela modernização intensa processou-se, ainda, no decorrer da década de 70, um crescimento expressivo do rebanho bovino em termos regionais, uma vez que esse conjunto concentrou 44,9% do crescimento do efetivo de bovinos do Sul do País, tendo as microrregiões do Estado do Paraná sido responsáveis pela posição significativa do segmento espacial de intensa modernização no contexto do crescimento absoluto do rebanho bovino.

As microrregiões caracterizadas pela modernização intensa apresentavam, no final da década de 70, uma diferenciação acentuada quanto ao grau de ocupação, uma vez que somente as unidades paranaenses, à exceção da Microrregião Campos de Guarapuava, mostravam percentual elevado da área dos estabelecimentos na área total das microrregiões. Essa Microrregião, assim como as dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, pelos seus mais baixos graus de ocupação, em termos regionais, deixavam ainda indicada a possibilidade de crescimento da agricultura através da expansão da área dos estabelecimentos. Por outro lado, por serem pouco freqüentes, nesse segmento espacial, microrregiões com índices elevados de mecanização é de supor que ainda seja viável a intensificação do emprego de itens modernos no processo produtivo.

Sem apresentar a relevância da modernização no contexto da reorganização do espaço agrário regional, a expansão espacial foi, contudo, a forma exclusiva de crescimento em 13 microrregiões do Sul do País (Anexo 1), onde os pequenos estabelecimentos apresentam as mais baixas participações em termos regionais. No Estado do Paraná, onde estão essencialmente concentradas essas microrregiões (Mapa 11), tal forma de crescimento processou-se nas porções leste e central do Estado e nos campos de Palmas onde, no início da década de 80, prevaleciam, ainda, baixos graus de ocupação territorial. A área central do Estado — Microrregiões Pitanga e Alto Ivaí — vem, mesmo, se constituindo em um espaço de reprodução da pequena produção excedente das áreas agrícolas modernizadas do oeste do Estado. Nela e nas Microrregiões com áreas de campo — Campos de Jaguariaíva e Campos de Lapa e no Município de Palmas — foi significativa a expansão, na década de 70, da lavoura temporária, assim como o crescimento do rebanho bovino, quer pela sua inserção, embora de forma menos ampla do que a das áreas modernizadas, no modelo de crescimento agrícola regional, quer pela ativação de sua ocupação, como reflexo da modernização do processo produtivo em áreas vizinhas. Por outro lado, em algumas das microrregiões do leste paranaense, a expansão espacial da agricultura esteve, na década de 70, muito associada à ocupação do espaço agrário como forma alternativa de

investimento, na medida que a melhoria crescente das condições de acessibilidade e os incentivos oficiais à agricultura, conduzindo a um acentuado processo de valorização das terras, deram lugar a uma perspectiva de alargamento do espaço agrário circunscrita não mais apenas aos produtores com tradição agrícola.

A expansão espacial como forma dominante de crescimento da agricultura caracterizou, ainda, duas Microrregiões do Rio Grande do Sul — Litoral Oriental da Lagoa dos Patos (318) e Lagoa Mirim (319) — ambas com crescimento expressivo do rebanho bovino[35] na década de 70 e a segunda com expansão da área em lavouras temporárias, entre as quais a do arroz, produto tradicionalmente importante nessa área do Estado.

À exceção dessas microrregiões gaúchas, que se apresentavam, em 1980, com índices elevados de uso de maquinaria agrícola, as demais unidades caracterizadas pela expansão horizontal da agricultura mostravam, nesse ano, a nível regional, índices baixos de difusão da mecanização. Dessa forma, supõe-se que, na evolução subseqüente da agricultura nessas áreas, ocorra intensificação do uso de meios modernos de produção. Por outro lado, uma vez que grande parte das microrregiões que constitui este segmento espacial ainda dispõe de espaços a serem integrados à área dos estabelecimentos rurais, pode-se admitir que a expansão horizontal ainda se venha a manter como um traço individualizador do crescimento agrícola dessas áreas, restando como elemento contingenciador, em espaços restritos, as condições topográficas e pedológicas desfavoráveis à atividade agropecuária, tal como esta vem evoluindo nos anos recentes.

Finalmente, com base nos critérios selecionados para avaliar a evolução da agricultura nos anos 70, distingue-se um segmento espacial caracterizado pela ausência de crescimento significativo. Trata-se de um conjunto de 19 microrregiões (Anexo 1) situadas, em sua maioria, no centro-leste de Santa Catarina e no nordeste do Rio Grande do Sul, com características físicas diferenciadas e que apresentaram como traço comum um crescimento da atividade agrária em ritmo inferior àquele registrado nas áreas anteriormente descritas (Mapa 11).

A expansão relativamente fraca das lavouras temporárias individualiza essas microrregiões no quadro da agricultura regional marcado, na década de 70, pela ampliação da área dessas lavouras. O cultivo da soja, que comandou essa ampliação, aparece com alguma importância somente nas Microrregiões gaúchas, à exceção da Porto Alegre e Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul concentrando apenas 5,3% da produção de soja no Sul do País, em 1980[36]. Também não foi significativo, nesse segmento espacial, o crescimento do rebanho bovino que se restringiu às áreas de campo — Campos de Lajes, Campos de Curitibanos e Campos de Vacaria — que responderam por 6,1% do aumento regional do efetivo de bovinos na década de 70.

---

35 O conjunto das 13 microrregiões que tiveram a expansão da área dos estabelecimentos como traço marcante da evolução da agricultura, respondeu por 13,1% do crescimento do efetivo de bovinos na década de 70.

36 Pode-se supor que as microrregiões paranaenses incluídas nesta categoria espacial, assim como os Campos de Curitibanos, em Santa Catarina, venham a se incluir entre as áreas de relevância de produção de soja, uma vez que, no segundo qüinqüênio da década de 70, elas figuraram entre aquelas de variação expressiva de produção dessa leguminosa.

A evolução da agricultura nesse segmento espacial, na década de 70, dependeu de muitos fatores, entre os quais se coloca aquele ligado às circunstâncias preexistentes ao grande surto de difusão da soja no decorrer dos anos 70. Assim, no caso de microrregiões de superfície reduzida, com grau de ocupação já elevado no início da década e com difusão expressiva da mecanização, como é o caso da Microrregião gaúcha Colonial do Alto Jacuí (329), o crescimento da agricultura, na década de 70, teria necessariamente de se colocar em níveis mais baixos do que o de outras com mais elevado potencial de crescimento. Por outro lado, microrregiões com condições topográficas e pedológicas pouco adequadas à mecanização, como a de Lajes, mantiveram os traços fundamentais da organização produtiva anterior, no caso, centrada na pecuária de corte, e desenvolveram, mais recentemente, linhas de produção que, já no final da década de 70, se apresentavam com perspectivas de crescimento, como a da fruticultura de clima temperado.

A tendência posterior de crescimento da agricultura nesse conjunto de microrregiões que se apresentava, de modo geral, como o mais fracamente ocupado ao final da década de 70 deve ser a da expansão da superfície dos estabelecimentos, excluídas apenas as áreas onde as condições físicas ou de acessibilidade não sejam favoráveis ao uso produtivo.

Por outro lado, pode-se admitir que seja intensificada a utilização de meios modernos de produção nas microrregiões em questão pois, a despeito de, em algumas delas, a agricultura ter sido atingida pela mudança técnica que marcou mais acentuadamente à década de 70, dominam fracos índices de difusão de máquinas e é baixo o estoque de tratores, relativamente às demais áreas da Região Sul — tanto nas de campo, com maior expressão espacial dos grandes estabelecimentos, quanto nas áreas coloniais de predomínio numérico dos pequenos estabelecimentos.

O modelo de crescimento da agricultura regional, reflexo do modelo mais amplo de evolução da agricultura do País, ao se centrar na modernização acelerada e subsidiada do processo produtivo, na ênfase aos cultivos de exportação e na intensificação da ocupação do território gerou problemas de tal ordem, a ponto de, na década atual, grande parte das ações das instituições ligadas à agricultura regional estar voltada para a preocupação de superar impasses criados pelos rumos da agricultura na década de 70.

A difusão dos meios modernos de produção, ao excluir uma parcela considerável de produtores da estrutura de produção implantada nos anos 70 e ao reduzir a capacidade de absorção de mão-de-obra no processo de trabalho, acentuou, por um lado, os desníveis sócio-econômicos existentes entre os produtores e limitou, por outro lado, as possibilidades de emprego no campo. Com isto, formou-se um excedente de mão-de-obra que se dirigiu para as áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, face às reduções crescentes da garantia de sobrevivência nos limites regionais. Com efeito, no contexto da evolução da agricultura da Região Sul, na década de 70, os espaços ainda disponíveis foram ocupados no processo de expansão espacial dos cultivos de alto valor comercial. Reduziram-se, assim, as possibilidades de acesso à terra por parte de pequenos produtores nessa região, na qual algumas áreas haviam, até então, funcionado como absorvedoras de excedentes demográficos de áreas de pequena produção situadas no próprio espaço

regional. Ao final da década de 70, as áreas com baixas taxas de ocupação haviam, também, sido submetidas a intensa valorização da terra, tornando-se inacessíveis para um grande segmento de produtores deslocados pelo novo sistema produtivo.

Assim, se a difusão intensa da lavoura modernizada da soja, um dos traços marcantes da evolução da agricultura regional, não se mostrou incompatível com a pequena produção caracteristicamente familiar do Sul do País, ela não se fez sem comprometer seriamente um segmento considerável de pequenos produtores. No início do processo de implantação da lavoura em moldes modernos, os produtores sem terra ou aqueles com acesso a propriedade de dimensão muito pequena, viram-se excluídos da nova estrutura produtiva e impossibilitados de reproduzir suas condições de existência no espaço agrário regional. Dos que se integraram na organização de produção comandada pela soja, um segmento se capitalizou, na medida em que alcançou a reprodução ampliada de seus meios de produção, enquanto outro segmento apenas consegue assegurar a manutenção da unidade familiar de produção. Os produtores que não se puderam manter inseridos no sistema produtivo vinculado à soja, buscaram em lavouras de alto valor comercial ou na criação de aves ou suínos em sistema de integração à indústria, opções de permanência na Região, enquanto produtores diretos.

Contudo, com relação aos inseridos na organização produtiva implantada nos anos 70, os altos custos envolvidos na produção da soja, a elevação das taxas de juros bancários, as condições nem sempre favoráveis de preço da produção agrícola, juntamente com a degradação das condições de solo face à intensa mecanização, têm conduzido a freqüentes avaliações do modelo vigente e à busca de soluções que visem a redução dos custos de produção via retração do uso de insumos industriais e à utilização mais racional da maquinaria pesada. Vale chamar a atenção para o fato de que o sistema atual, ao conjugar interesses nacionais e transnacionais, torna difícil a sua reorganização sem comprometimento dos diversificados e conflitantes interesses em jogo. Ainda que possa ser encaminhada uma reformulação da organização produtiva atual é pouco provável que seus efeitos perversos associados à sua natureza excludente — que limitou a reprodução da pequena produção, ao restringir as possibilidades de acesso a novos espaços regionais e que reduziu as possibilidades de emprego no campo com a retração da capacidade de absorção de mão-de-obra — possam ser substancialmente atenuados, no sentido de deter o agravamento da crise estrutural que envolveu a pequena produção do Sul do País na década de 70.

4 — ANEXO

Anexo 1

CATEGORIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, SEGUNDO AS FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NO PERÍODO 1970-80

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por modernização muito intensa.

PARANÁ

281 — Norte Novo de Londrina
286 — Campo Mourão
288 — Extremo Oeste Paranaense
289 — Sudoeste Paranaense

SANTA CATARINA

296 — Colonial do Alto Itajaí
306 — Colonial do Oeste Catarinense

RIO GRANDE DO SUL

311 — Vinicultora de Caxias do Sul
317 — Lagoa dos Patos
321 — Campanha
322 — Triticultora de Cruz Alta
323 — Colonial das Missões
324 — Colonial de Santa Rosa
325 — Colonial do Iraí
326 — Colonial de Erechim
327 — Colonial de Ijuí
328 — Passo Fundo

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por modernização intensa.

PARANÁ

273 — Campos de Ponta Grossa
282 — Norte Novo de Maringá
283 — Norte Novíssimo de Paranavaí
284 — Norte Novo de Apucarana
285 — Norte Novíssimo de Umuarama
290 — Campos de Guarapuava

SANTA CATARINA

292 — Colonial de Joinvile
294 — Colonial de Blumenau
305 — Colonial do Rio do Peixe
307 — Planalto de Canoinhas

RIO GRANDE DO SUL

309 — Colonial da Encosta da Serra Geral
314 — Fumicultora de Santa Cruz do Sul
315 — Vale do Jacuí
316 — Santa Maria
320 — Alto Camaquã

Microrregiões Homogêneas caracterizadas exclusivamente por expansão especial.

PARANÁ

268 — Curitiba
269 — Litoral Paranaense

270 — Alto Ribeira
271 — Alto Rio Negro Paranaense
272 — Campos de Lapa
274 — Campos de Jaguariaíva
277 — Alto Ivaí
278 — Norte Velho de Venceslau Bráz
280 — Algodoeira de Assaí
287 — Pitanga
291 — Médio Iguaçu

RIO GRANDE DO SUL

318 — Litoral Oriental da Lagoa dos Patos
319 — Lagoa Mirim

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por ausência de crescimento significativo.

PARANÁ

275 — São Mateus do Sul
276 — Colonial do Irati

SANTA CATARINA

293 — Litoral de Itajaí
295 — Colonial do Itajaí do Norte
297 — Florianópolis
298 — Colonial Serrana Catarinense
299 — Litoral de Laguna
300 — Carbonífera
301 — Litoral Sul Catarinense
302 — Colonial do Sul Catarinense
303 — Campos de Lajes
304 — Campos de Curitibanos

RIO GRANDE DO SUL

308 — Porto Alegre
310 — Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul
312 — Colonial do Alto Taquari
313 — Colonial do Baixo Taquari
329 — Colonial do Alto Jacuí
330 — Soledade
331 — Campos de Vacaria

RESUMO

A grande expansão, ao longo da década de 70, da lavoura comercial da soja com estímulos oficiais à produção para exportação, inseridos num contexto mais amplo do processo de acumulação do capital, influiu decisivamente nas transformações da agricultura da Região Sul, que até o final dos anos 60 se caracterizava como produtora de alimentos para o mercado interno.

O processo de expansão da lavoura temporária, associado, sobretudo, ao incentivo à cultura da soja, ocorreu num contexto produtivo marcado pela difusão acelerada da mecanização, elemento importante da agricultura moderna que marcou a década de 70. Concomitantemente às alterações ocorridas no nível técnico-produtivo da agricultura registraram-se mudanças na estrutura fundiária, uma vez que um processo de concentração de terras acompanhou as alterações na escala de produção. Efeitos diretos da modernização da agricultura e da concentração fundiária se fizeram sentir sobre o contingente de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e sobre as formas de exploração dos estabelecimentos rurais, uma vez que houve redução da capacidade de absorção da mão-de-obra na agricultura, acentuação da condição de exploração direta pelo proprietário e redução das formas de exploração indireta como a parceria e o arrendamento. Com isto, formou-se um excedente de mão-de-obra que se dirigiu para as áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, em face das reduções crescentes da garantia de sobrevivência nos limites regionais.

Entretanto, se a difusão intensa da lavoura modernizada da soja excluiu da nova estrutura produtiva os pequenos produtores sem terra ou com acesso a propriedade de dimensão muito pequena, que se viram impossibilitados de reproduzir suas condições de existência no espaço agrário regional, houve, nesse espaço, a integração de pequenos produtores da nova organização produtiva comandada pela soja. Um segmento desses pequenos produtores se capitalizou, uma vez que conseguiu a reprodução ampliada de seus meios de produção, enquanto outro segmento consegue apenas garantir a manutenção da unidade familiar de produção. Aqueles produtores diretos que não conseguiram se manter no sistema produtivo associado à soja, tiveram, como opção de permanência na região, a vinculação às lavouras de alto valor comercial ou à criação de suínos e aves em sistema de integração à indústria.

O modelo de crescimento da agricultura da Região Sul, reflexo do modelo de crescimento mais amplo da agricultura nacional, gerou problemas que levam, na década atual, as instituições ligadas à agricultura regional a atuarem no sentido de procurar superar impasses criados pelos rumos da agricultura nos anos 70, em especial procurando deter o agravamento da crise estrutural em que se viu envolvida a pequena produção regional.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO CENTRO-OESTE NA DÉCADA DE 70

Dora Rodrigues Hees *
Maria Elisabeth de Paiva Corrêa de Sá *
Tereza Cone Aguiar *

SUMÁRIO

1 — Introdução
2 — Papel do Estado: expansão agrícola e impasses sociais
3 — As principais transformações do quadro agrário na década de 70
4 — Diferenciações espaciais da agropecuária no Centro-Oeste
5 — Considerações finais
6 — Bibliografia
7 — Anexo

1 — INTRODUÇÃO

Para a compreensão das transformações da agropecuária que se desencadearam no Centro-Oeste, ao longo dos anos 70, procurar-se-á situar a Região num contexto de criação de políticas governamentais, voltadas para a agricultura. Assim, será considerado seu posicionamento como área de grande potencial para a expansão da atividade agropecuária, numa fase de desenvolvimento econômico nacional em que são canalizados recursos para a agricultura, a fim de que esta atividade possa concorrer para o crescimento urbano-industrial e fazer frente a compromissos assumidos, pelo Brasil no mercado externo.

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Elcy Teixeira de Assis e Silva e Iaci Leandro Ferreira pela colaboração prestada a este trabalho.

Nesse sentido, será realizado um estudo evolutivo da organização do quadro agrário regional, na década de 70, no qual buscar-se-á compreender os diversos arranjos espaciais que emergiram do impacto dessa nova orientação governamental e as modificações que ocorreram no processo de produção agropecuária.

2 — PAPEL DO ESTADO: EXPANSÃO AGRÍCOLA E IMPASSES SOCIAIS

A agricultura da Região Centro-Oeste, no período que antecedeu a 1930, encontrava-se essencialmente voltada para o atendimento das necessidades da população local, sendo a atividade criatória o principal suporte da economia regional. Com o início do processo de desenvolvimento industrial e o conseqüente aumento do mercado de consumo urbano, as áreas agrícolas do Centro-Oeste voltaram-se para esse mercado interno e expandiram-se através do alargamento da sua fronteira agrícola. Assim, esboçam-se modificações na economia dessa Região, quando então se processa uma diversificação dos produtos agrícolas e a mercantilização de sua agricultura, ocorrendo, dessa forma, uma incipiente acumulação de capital.

Esse período marca o início de uma iniciativa oficial com o objetivo de criar políticas aceleradoras do processo produtivo regional incluindo-se dentre elas, a da "Marcha para o Oeste", originada em 1938, no Governo Vargas. Essa política visava promover a ocupação do oeste brasileiro — fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas do País — numa época em que era fundamental o aumento da produção para o consumo interno que crescia com o impulso da expansão urbano-industrial. Com esse objetivo, foram criados projetos de colonização no sul de Mato Grosso e de Goiás.

A partir da década de 60, mais especificamente no seu final, é que o Estado passou a atuar de forma decisiva na economia da Região Centro-Oeste, fomentando condições favoráveis a uma ampla acumulação de capital. Para isso, intervém, cada vez mais, nos diversos setores econômicos da Região, notadamente naqueles ligados às atividades primárias.

Dessa forma, o Estado incentiva a aplicação de capital na agropecuária, o que contrasta fortemente com suas políticas de épocas passadas que se restringiam, em linhas gerais, a apoiar o desenvolvimento dessa atividade sem, no entanto, intervir diretamente nesse processo. Assim, no período de expansão e auge da cafeicultura, por exemplo, o papel do Estado era o de estimular a importação de mão-de-obra para as lavouras, cuidar da implantação de meios de comunicação, através de empresas privadas estrangeiras, e, quando necessário, criar medidas de sustentação de preços agrícolas.

Dessa forma, a agricultura do Centro-Oeste passa a se estruturar de acordo com o modelo econômico que, a partir de 1968, assumiu novas bases com a supressão das normas democráticas, medida essencial para que se efetivasse, no campo econômico, um alto grau de centralização e de concentração do capital. Essa ação preponderante do Estado, no setor agropecuário, traduziu-se, essencialmente, numa ampliação do espaço agrário com base na implantação de grandes projetos agropecuários. Esse modelo de ocupação tornou-se o mais ade-

quado ao sistema econômico vigente, uma vez que são os grandes proprietários aqueles mais capazes de se constituirem em mercado de consumo de máquinas e equipamentos agrícolas e insumos modernos. Verifica-se que, a partir do final da década de 60, a ênfase dada à racionalização da agricultura, através de sua modernização, vinha ao encontro de uma política de desenvolvimento industrial. Esta pretendia consolidar o modelo brasileiro de capitalismo industrial que, entre outras medidas, privilegiava a produção de insumos básicos, entre os quais estão incluídos os fertilizantes e os defensivos, além dos equipamentos agrícolas, para os quais estava, também, prevista e exportação.

Tal esforço de modernização tornava-se viável através da grande disseminação de empresas rurais, de capital nacional ou multinacional, às quais o Governo oferecia apoio financeiro e fiscal. Este novo modelo pretendia colocar o Brasil numa posição de destaque no mercado mundial de alimentos, de matérias-primas agrícolas e de produtos agrícolas industrializados, com a finalidade de criar divisas necessárias à importação de bens fundamentais ao desenvolvimento industrial. Além da ênfase à expansão das lavouras, a produção de origem animal também deveria crescer sendo dada atenção especial aos programas de pecuária de corte, suinocultura, avicultura e pesca. Este empenho em integrar a economia do País ao contexto mundial resultou num vasto programa de estímulo à exportação, no qual foram privilegiados, principalmente, produtos agrícolas não tradicionais, notadamente a soja.

A viabilidade dessa política deveu-se, principalmente, ao fato de o Brasil contar com ampla disponibilidade de espaços e, nesse aspecto, a Amazônia e o Centro-Oeste assumiram um papel de particular importância, já que essas regiões eram as que possuíam melhores condições de responder aos anseios governamentais da época. A Região Centro-Oeste, entretanto, mostrava diferenciações internas importantes, haja vista que, em Goiás, o processo de povoamento encontrava-se mais avançado do que em Mato Grosso. Dispondo este Estado de áreas que se constituíam em grandes vazios demográficos, despertou especial atenção, no que diz respeito às estratégias de geopolítica, e, assim, situou-se em posição prioritária diante do Programa de Integração Nacional (PIN) e das políticas de ocupação do território brasileiro.

É nesse contexto de "exportar é o que importa" e de abertura às empresas multinacionais que se deve procurar compreender as transformações que se processaram na agricultura do Centro-Oeste, na década de 70, uma vez que foi nessa porção do Território Nacional que as novas políticas governamentais, voltadas para o setor agrícola, encontraram espaço para sua concretização.

Particularmente, a Região Centro-Oeste oferecia um conjunto de condições bastante propícias à aplicação das medidas preconizadas pelo Governo Federal e que tinham como principal preocupação o aumento da produtividade do setor agrícola. Por sua vez, este objetivo veio ao encontro de recentes conquistas, no campo da tecnologia, que permitiram a exploração produtiva do cerrado através de cultivos mecanizados, em grandes propriedades, que ampliaram, consideravelmente, a extensão das áreas ocupadas com lavouras, principalmente daquelas dirigidas à exportação.

Acresce, ainda, que a posição geográfica do Centro-Oeste, contígua a todas as Regiões do País, lhe confere uma condição de fácil intercâmbio com elas, principalmente, se levarmos em consideração que o Estado já havia criado um sistema viário ligando os principais centros do País ao Centro-Oeste e à Amazônia. Sua localização, portanto, permite não apenas o escoamento da produção, especialmente para o Sudeste, como também torna viável a chegada para a sua área rural de importantes fluxos migratórios provenientes do Sul e do Nordeste do País.

Deve-se ressaltar, ainda, que participando a Região, desde 1930 do processo de alargamento da fronteira agrícola e do abastecimento do mercado interno, já contava com uma infra-estrutura comercial necessária ao intercâmbio com outras Regiões, em especial com o Sudeste. Porém, no momento, trata-se de criar as bases na Região para o desenvolvimento de uma atividade voltada para o mercado internacional.

Sendo a Região caracterizada por fraca densidade de população e pela presença de vastas áreas a serem ocupadas, permitiu a expansão das grandes empresas agropecuárias nacionais e multinacionais, implantadas em resposta aos benefícios e estímulos fornecidos por parte do Estado.

Em linhas gerais, as políticas voltadas para a agricultura e que beneficiavam as grandes empresas agropecuárias incentivavam, basicamente, a ocupação de grandes extensões de terras, principalmente de áreas novas, através da concessão de incentivos fiscais, facilidades para a obtenção de crédito agrícola, subsídios à exportação e política de preços mínimos. Ainda com a finalidade de fomentar o processo de acumulação de capital nessa área, o Estado passou, também, a atuar no setor de infra-estrutura, responsabilizando-se, principalmente, pela construção de estradas vicinais, eletrificação rural e implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento dos produtos agrícolas. Essa atuação do Estado veio em resposta a compromissos assumidos com o empresariado interessado em investir na Região.

Nesse mesmo período, o Estado também se preocupou em criar órgãos e a dar novas regulamentações a instituições oficiais que atuavam na Região, com o objetivo de promover uma abundante aplicação de recursos nessas áreas. Ao mesmo tempo, criou, com recursos do PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), inúmeros programas cuja atuação se restringe a áreas selecionadas: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e projetos de colonização ao longo de novos eixos viários. Esses programas visavam o desenvolvimento, principalmente, dos setores de pecuária de corte, extração industrial de madeira, mineração e indústrias eletrolíticas e lavouras selecionadas de caráter comercial, pesca empresarial e turismo [1]. Previam, fundamentalmente, no que tange às atividades agropecuárias, a disseminação de nova tecnologia e vinham respaldados, a nível nacional,

1 II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.

por fortes incentivos governamentais que favoreciam, na sua maioria, as empresas multinacionais fabricantes de equipamentos agrícolas e tratores.

Esse estímulo ao emprego de mecanização e de insumos modernos, recomendados pela técnica para serem utilizados em grandes extensões de terra, vinha reforçar, por outro lado, o amplo apoio de incentivo que a classe dos grandes proprietários rurais e empresários estava destinada a receber, na atual política do Governo Federal. De fato, a partir de meados da década de 60, praticamente, todo grande empreendimento privado da Amazônia Legal (nessa delimitação está incluída parte considerável do Centro-Oeste) tinha o apoio de órgãos e agências governamentais federais, estaduais e municipais.

As conseqüências desse conjunto de medidas logo se fizeram sentir e rápidas transformações se desencadearam no setor agropecuário do Centro-Oeste nessa década. No plano econômico, os resultados dessas políticas foram a incorporação de novas áreas, através do rápido avanço da fronteira agrícola, a intensificação do processo de pecuarização e a expansão das lavouras temporárias, especialmente da soja e do arroz. O estímulo governamental, portanto, favoreceu, prioritariamente, os grandes proprietários e as grandes empresas que, quando implantadas, têm sua produção destinada, fundamentalmente, à atividade agroexportadora. O avanço dessa atividade, entretanto, veio estabelecer nítidas diferenças entre a agricultura comercial e a de subsistência.

O alcance dessas medidas, no plano social, fez-se sentir na acentuação da concentração fundiária, uma vez que as estratégias governamentais não deram ênfase a soluções de problemas relativos à questão da terra, que já vinha se agravando desde a década anterior. Nesse sentido, avolumaram-se os conflitos envolvendo remanescentes indígenas, posseiros e grileiros. Da mesma forma, os pequenos produtores — colonos, arrendatários e parceiros — foram subestimados por essas medidas e, como conseqüência, muitos se proletarizaram. Acresce o fato de que a intensificação do processo de pecuarização, juntamente com a mecanização das lavouras, colocou em disponibilidade considerável excedente de mão-de-obra que, ou se direcionou para as áreas urbanas, ou se dirigiu para novas áreas de fronteira agrícola, num processo de sucessivos deslocamentos.

No tocante ao uso do solo, os efeitos do papel do Estado, na Região, foram também notórios. Como a maioria dos programas de desenvolvimento agropecuário previa a aplicação de recursos para áreas selecionadas, a penetração do capital deu-se de forma desigual e, assim, passou a ser um dos elementos diferenciadores do arranjo espacial da atividade agropecuária, que, até então, encontrava-se fortemente definida pelas características naturais da Região. Da mesma maneira, a própria organização urbano-regional torna-se mais hierarquizada, dando origem a centros urbanos de maior expressão, voltados para o atendimento de serviços e comércio, necessários às transformações que se produziram na área rural. Nesse sentido, acelera-se a urbanização, na década de 70, e o excedente de mão-de-obra rural, procurando uma solução para seu problema de desemprego, busca a cidade e, paradoxalmente, provoca o esvaziamento do campo, numa Região em que as atividades agropecuárias são o suporte de sua economia regional.

3 — AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES DO QUADRO AGRÁRIO NA DÉCADA DE 70

As medidas e políticas governamentais que atingiram a Região Centro-Oeste, na década de 60, ao permitirem sua maior integração com o restante do País, bem como uma participação mais acentuada no processo produtivo nacional, geraram, sobretudo a partir dos anos 70, nova feição, nessa porção do território, que contrasta com suas característica do passado. A Região Centro-Oeste apresentava certas singularidades que a mantiveram, durante muito tempo, num certo isolamento, destacando-se dentre elas a sua localização que impunha sérias dificuldades de comunicação. Além disso, a falta de fatores que pudessem se constituir em atrativos econômicos promissores e estáveis não estimulava o desenvolvimento de uma atividade econômica importante. Note-se que essa Região, em nenhum momento do passado, participou da economia agroexportadora que marcou a história econômica brasileira. Sua ocupação realizou-se, principalmente, com base em surtos econômicos restritos ao seu espaço regional, os quais resultaram, apenas, em agrupamentos isolados e descontínuos. Nesse sentido, tem-se a mineração e a exploração de alguns produtos vegetais — a borracha, a erva-mate e a poaia — como elementos que, a partir do século XVIII, contribuíram para tal estruturação do espaço. Já no século XIX, a pecuária e a lavoura adquirem caráter econômico e promovem um povoamento mais regular.

A pecuária expandiu-se, de forma extensiva, aproveitando-se das condições naturais favoráveis encontradas, principalmente no Pantanal e nos campos cerrados, e, assim, contribuiu para uma ocupação de caráter disperso. Já, a lavoura, valendo-se de características ambientais propícias existentes nas áreas de mata, notadamente no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul, originou um povoamento mais concentrado.

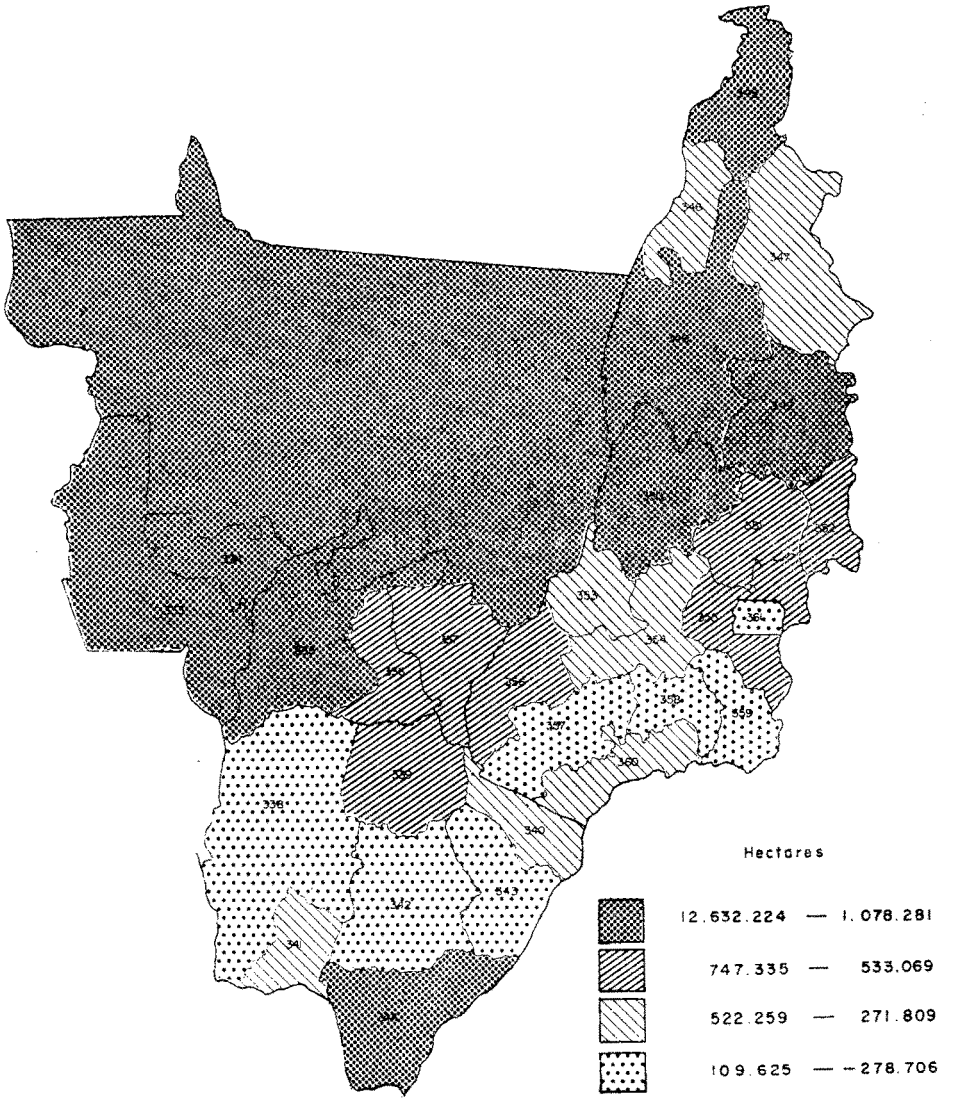
Essas condições ambientais favoráveis, aliadas às solicitações de produtos para o consumo interno, em função do crescimento das principais metrópoles do País — Rio de Janeiro e São Paulo — permitiram o desenvolvimento da atividade agropecuária regional que apresentou considerável expansão na década de 70.

Embora a Região Centro-Oeste ainda se caracteriza por possuir vastos espaços a serem ocupados, a incorporação de terras ao processo produtivo nacional, nos anos 70, deu-se de forma bastante acentuada. Assim, verifica-se que, em 1970, a maior parte de suas terras encontrava-se à margem do processo de produção agrícola, haja vista que apenas 43,47% representavam a superfície voltada para as atividades agrárias. Já, em 1980, este índice de ocupação elevou-se para 61,36%, o que demonstra uma grande expansão da área dos estabelecimentos rurais. Na realidade, foi essa Região a que apresentou maior dinamismo na expansão horizontal da agropecuária, em termos nacionais, até mesmo pelo fato de ser uma das regiões brasileiras que ainda apresenta maiores condições para ampliar suas atividades agrárias. Nesse período, o Centro-Oeste acusou um aumento de 33.622.307 hectares na área de seus estabelecimentos rurais, equivalendo a um crescimento de 41,2%. Ao se considerar essa variação a nível de microrregião, constata-se que foi, sobretudo, nas áreas onde o processo de integração se deu mais recentemente que o aumento da superfície dos estabelecimentos rurais é mais acentuado (Mapa 1). Essa expansão foi viabilizada pela ampliação da rede viária que consistiu na abertura de grandes eixos de comunicação, destacando-se entre eles a Rodovia

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

(*) Foram registradas variações negativas apenas nas Microrregiões Pantanais (338) e Pastoril de Campo Grande (342).

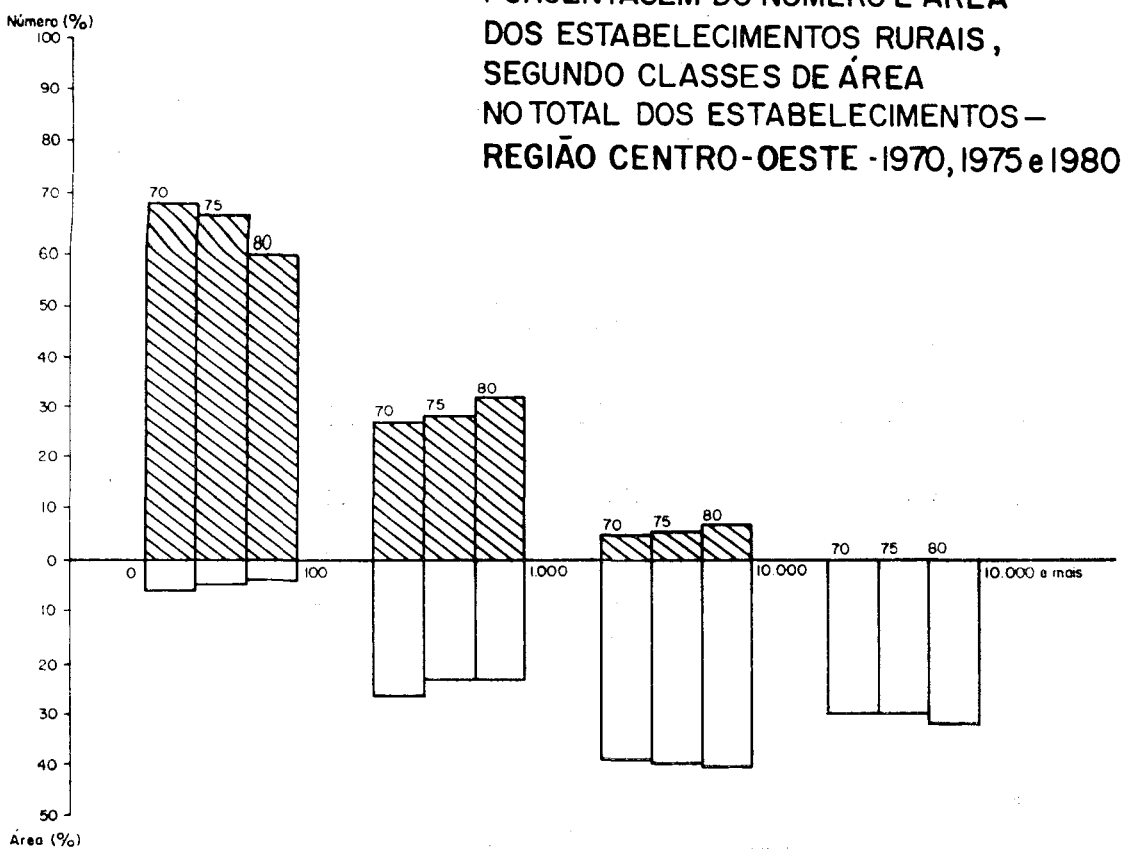
MAPA 1

Belém-Brasília. As facilidades de acesso à Região, aliadas às políticas de concessão de crédito e de incentivos fiscais, podem ser apontadas como as principais causas de atração que a Região Centro-Oeste passou a exercer para a realização de investimentos particulares, provenientes de outras áreas do País.

No entanto, a forma pela qual vem se dando essa incorporação de terras ao processo nacional, tem, na realidade, contribuído para o agravamento de inúmeros problemas, dentre eles, o da concentração fundiária. Isto se comprova ao se atentar para o fato de que a Região Centro-Oeste, embora tenha sido responsável por 44,56% do crescimento da área dos estabelecimentos rurais do País, teve uma insignificante participação no que se refere ao aumento do número total dos estabelecimentos rurais que foi de apenas 6,09%, refletindo que essa expansão do espaço agrário vem se realizando, em larga escala, através da implantação de grandes unidades produtivas. Este fato tem ocasionado, muitas vezes, a eliminação de pequenas unidades de produção, quer por sua compra, quer pela expulsão de seus produtores, sobretudo dos ocupantes, pelo fato de não possuírem garantias legais que lhes assegurem a permanência nas terras que exploram.

Essa questão da distribuição desigual das terras agrícolas no Centro-Oeste, apesar de não específica dessa Região, vem se constituindo num dos seus principais problemas agrários. Assim, as unidades produtivas de área até 100 hectares, apesar da tendência ao decréscimo, mantiveram um forte predomínio numérico, ao longo da década, e em 1980, correspondiam a 60,1% do total das unidades produtivas e a, apenas, 4,1% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, restringindo-se a uma porção inexpressiva do espaço agrário (Gráfico 1). No entanto, é nesses pequenos estabelecimentos que se concentrava quase a metade da força de trabalho empregada na agropecuária regional e parte significativa da área total dedicada à lavoura. Apesar de muito restrita, essa parcela da área dos estabelecimentos rurais continha 22,71% da área de lavoura, bem como, 47,74% da força de trabalho empregada na agropecuária, o que vem demonstrar que, em termos relativos, a agricultura praticada nos pequenos estabelecimentos é mais intensiva do que a que é realizada nos grandes estabelecimentos. Isto é possível graças à extensão da jornada de trabalho do produtor e de sua família e não em função de uma real capitalização do imóvel rural.

As grandes unidades de produção — aquelas com área de 1.000 a 10.000 hectares e acima de 10.000 hectares — apesar de seu reduzido número (em 1980 representavam, respectivamente, 6,7 e 0,5% do total de estabelecimentos), dominavam o espaço agrário do Centro-Oeste, uma vez que correspondiam, naquela ordem, a 40 e 31,9% da área total dos estabelecimentos rurais (Gráfico 1). Apesar disso, absorvem pouca mão-de-obra (apenas 16,15% do total de pessoal ocupado na agropecuária, em 1980) devido, principalmente, ao elevado grau de subutilização de suas terras, às características do sistema criatório empregado, como também ao recente incremento da mecanização que se observou ao longo da década. De fato, era nessas unidades produtivas que se concentravam, em 1980, 44,09% dos tratores do Centro-Oeste, resultado dos estímulos dirigidos à agropecuária, visando a incorporação de solos com vegetação de cerrado para a prática da lavoura e da pecuária. A criação bovina é a principal atividade econômica praticada nesses estabelecimentos que, em 1980, detinham 58,11% do rebanho regional.



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

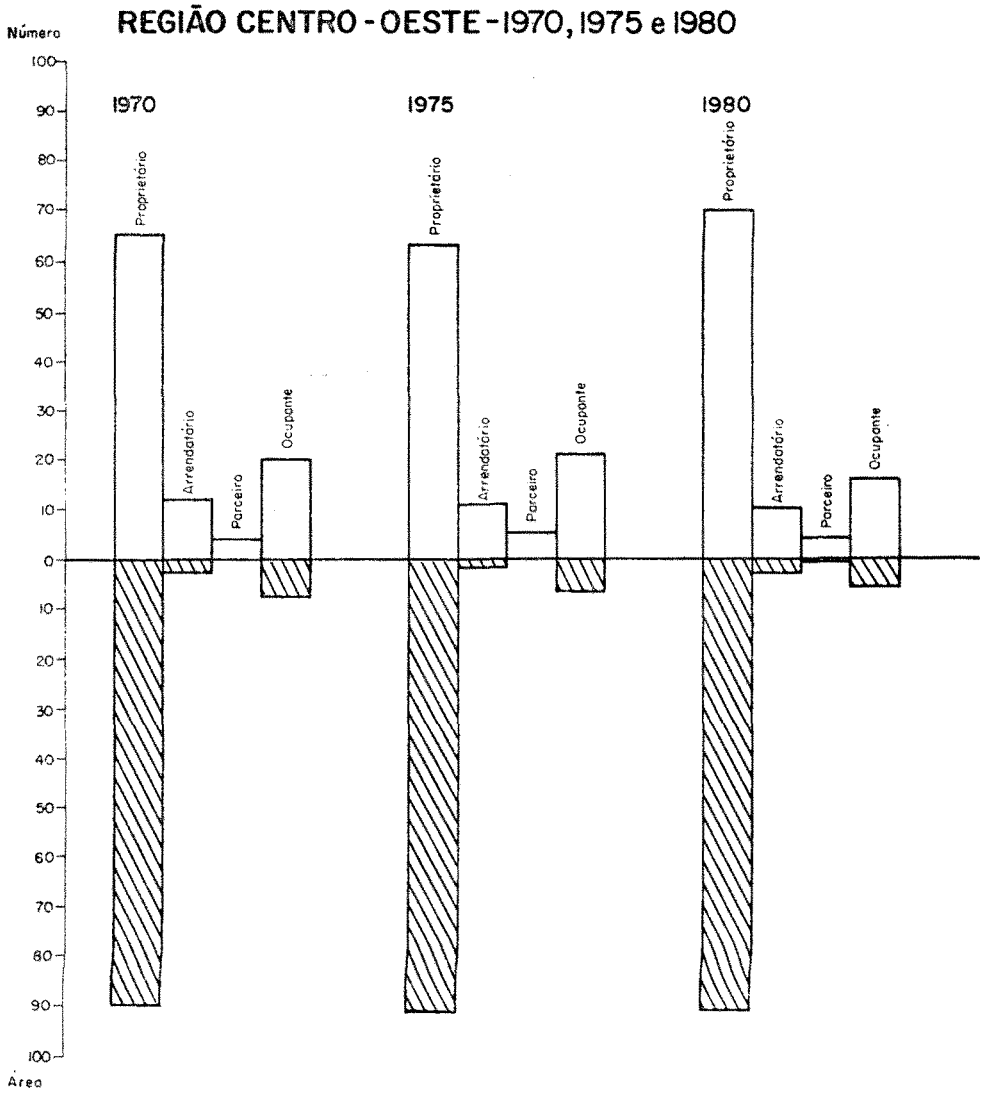
GRÁFICO 1

Levando-se em consideração essas características relativas à agropecuária, a nível de Unidades da Federação (UF's), verifica-se que, de modo geral, elas estão presentes nos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, observando-se apenas algumas variações que não contrariam a tendência da Região. Tanto em Mato Grosso, quanto em Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária é altamente concentrada, enquanto que a distribuição de terras no Estado de Goiás se apresenta de forma menos concentrada, pois esse Estado não acusa uma participação tão elevada das unidades de produção com menos de 100 hectares que representam 54,2% do total de estabelecimentos, nem da área das grandes unidades produtivas (1.000 a 10.000 ha) que, reunidas, ocupam 54,6% da área total dos estabelecimentos rurais.

Tal modalidade de ocupação do espaço tem privilegiado principalmente, os produtores proprietários, em detrimento, sobretudo, dos ocupantes que representam a segunda categoria de produtores mais expressiva no Centro-Oeste. Nesse sentido, esboça-se ao longo da década de 70, uma tendência à privatização das terras, a ponto de se consti-

tuírem os proprietários, em 1980, em 70,1% dos produtores rurais, enquanto os ocupantes se restringiam a 15,6%. Apesar dessa tendência, mantém-se no Centro-Oeste praticamente a mesma estrutura, quanto à participação dos diversos produtores rurais, que se caracteriza pelo acentuado predomínio de proprietários que exploram a maior parte do espaço agrário regional (Gráfico 2).

PORCENTAGEM DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR RURAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS - REGIÃO CENTRO-OESTE - 1970, 1975 e 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

GRÁFICO 2

Essa forma de apropriação do espaço tem se apresentado como um dos mais sérios problemas sociais da Região, na medida em que tem desencadeado a luta dos posseiros pelo seu acesso e fixação à terra, problema que vem adquirindo maiores proporções e repercussões a nível nacional. Nessa luta, incluem-se também os indígenas que vêm perdendo parte substancial de suas reservas, em função da expansão das grandes empresas agropecuárias e dos projetos de construção de estradas.

Ao se examinar a questão dos produtores rurais nos Estados do Centro-Oeste, percebe-se que em Mato Grosso e em Goiás, onde o processo de expansão da agropecuária vem se dando de forma intensa e onde ainda existe disponibilidade de espaços a serem incorporados às atividades agropecuárias, deu-se uma expansão de estabelecimentos rurais sob a responsabilidade de diversas categorias de produtores (Tabela 1). Somente os ocupantes, em Goiás, sofreram retração na área de suas explorações rurais, uma vez que, nessa fase de expansão da agropecuária, quando é altamente estimulada a implantação de grandes unidades de produção, são principalmente, esses produtores sem titulação definitiva de suas terras, os mais propensos a serem alijados do processo produtivo.

Em Mato Grosso do Sul, a situação que se apresenta é diferente da dos demais Estados do Centro-Oeste, pois, nele ocorreram aumentos de área de estabelecimentos rurais apenas relativos às unidades produtivas de proprietários e de parceiros. Em termos absolutos, a expansão das unidades de exploração dos proprietários foi a mais expressiva e a principal responsável pela ampliação do espaço agrário registrado em Mato Grosso do Sul. A parceria também vem acusando crescimento, uma vez que esse sistema é comumente empregado pelos proprietários na formação de pastos, que tem como uma das vantagens a redução dos seus custos (Tabela 1).

Tem-se, ainda, como uma particularidade desse Estado, o decréscimo do número de estabelecimentos sob a responsabilidade das diversas categorias de produtores. No caso dos proprietários e parceiros, uma vez que tiveram suas áreas ampliadas nessa década, essa redução do número de unidades produtivas significa que esses produtores vêm explorando áreas de maiores dimensões. Já, no caso dos arrendatários

TABELA 1

EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CATEGORIAS DE PRODUTOR REGIÃO CENTRO-OESTE — 1970-1980

REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS (Variação Relativa 1970—1980)				ÁREA (Variação Relativa 1970—1980)			
	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Região Centro-Oeste.....	13,70	—12,80	27,30	—15,60	41,60	42,50	428,80	2,10
Mato Grosso.....	75,60	—0,10	90,00	1,40	100,00	351,20	606,90	69,60
Mato Grosso do Sul....	—1,50	—54,40	—42,00	—27,20	9,30	—9,60	403,40	—52,70
Goiás.....	7,90	35,00	211,00	—21,30	38,80	70,70	254,20	—0,70
Distrito Federal.....	—42,90	4 175,00	225,00	21,30	—17,60	8 649,30	96,90	74,40

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

e ocupantes, esse fato expressa na realidade, uma retração das suas unidades produtivas, num sistema em que o modelo de ocupação do espaço predominante não privilegia essas formas de exploração, mas aquelas baseadas na propriedade privada da terra (Tabela 1).

É nesse contexto de permanência de uma estrutura fundiária concentrada, que tem afetado algumas categorias de produtores rurais, que se desencadeiam, no Centro-Oeste, transformações ao nível das suas atividades agrárias. Essas modificações traduzem, na verdade, alterações que já vinham se dando na agricultura brasileira e que permitiram que esta respondesse às necessidades da industrialização. Assim, o aumento da oferta de matérias-primas e de alimentos para o mercado interno, sem prejuízo do setor exportador, responsável pela geração de divisas que viabilizava o processo de industrialização, via substituição das importações, é uma das transformações observadas. Além disso, deu-se uma integração maior da agricultura ao circuito global da economia, na medida em que esta, deixando de ser apenas compradora de bens de consumo industriais, passa a demandar também quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo setor industrial [2].

Nesse sentido, ocorreram, no Centro-Oeste, modificações no âmbito de suas atividades agrárias, como a ampliação dos espaços dedicados aos produtos da lavoura, o que situa esta Região como uma importante área fornecedora de alimentos para o mercado interno. Com efeito, na década de 70, o aumento da área total de lavouras foi de 4.077.217 hectares, o que equivaleu a um crescimento de 169,67%. Esse incremento teve uma expressão significativa, em termos nacionais, já que representou 26,82% do crescimento das áreas em lavoura ocorrido no País. Observando-se esse crescimento, a nível de Microrregião, verifica-se que são as de ocupação mais recente, e de grande incorporação de áreas aos estabelecimentos rurais, as que acusaram os mais significativos crescimentos da lavoura, à exceção da Alto Taquari (339) e Pastoril de Campo Grande (342), entre outras, que embora tenham expandido pouco a área de seus estabelecimentos rurais, mostraram um acentuado aumento de suas áreas em lavouras (Mapa 2). Este fato se deve, substancialmente, a uma alteração das formas de utilização da terra, quando extensões de campos cerrados passaram a ser cultivados com lavouras comerciais. Apesar disso, as terras cultivadas com lavouras, quando comparadas às enormes extensões ocupadas pelos estabelecimentos rurais dessa Região, apresentavam-se todavia, muito restritas, em 1980, não chegando a alcançar 6%.

Na primeira metade da década de 70, as pastagens também ampliaram suas áreas em 5.826.873 hectares, representando, nesse período, 50,61% do crescimento das pastagens no País. No entanto, no que diz respeito ao ritmo de crescimento das áreas em pastos, da ordem de 10,5%, constatou-se ter sido este inferior ao da lavoura, no período de 1970 a 1975, quando esta acusou um crescimento de 81%, o que se deve ao fato de a lavoura ter tido o seu grande impulso, no Centro-Oeste, a partir dos anos 70.

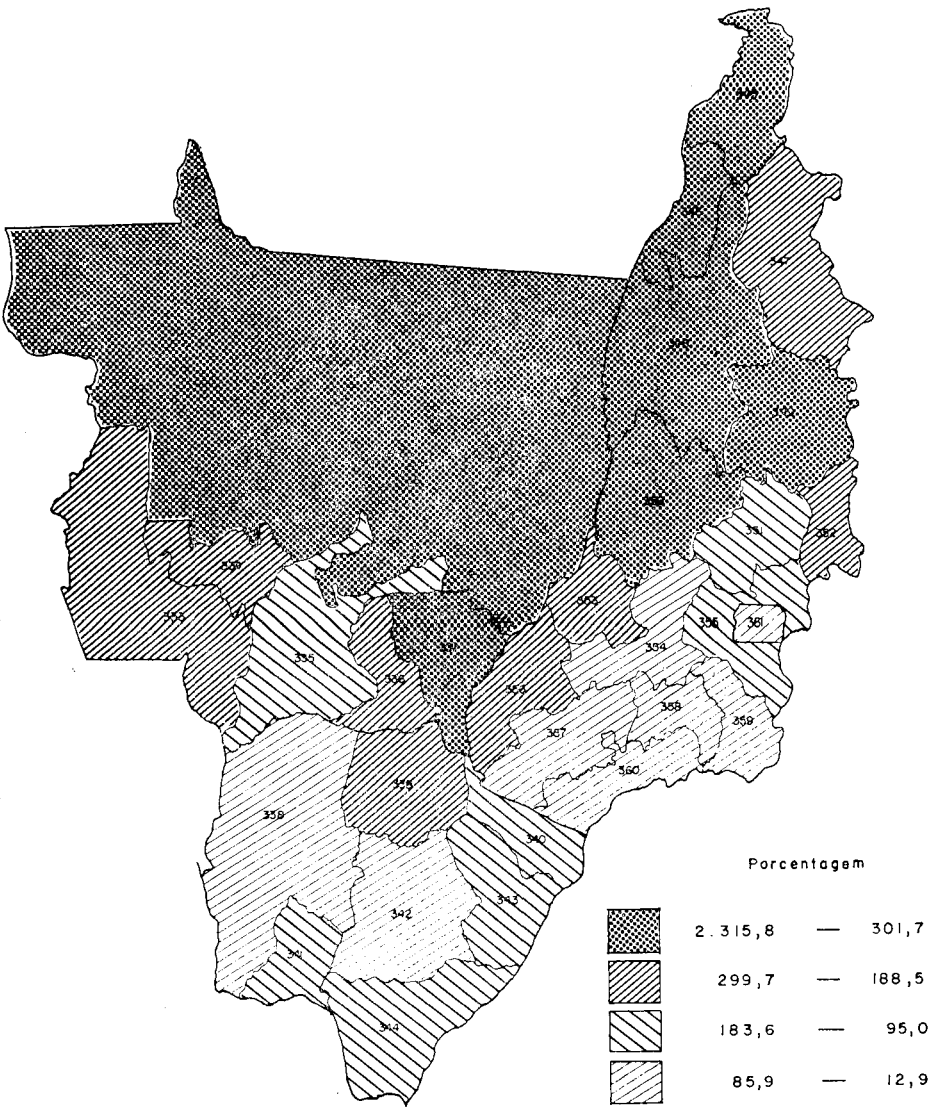
Nesse contexto de dinamização das atividades agrárias, ocorre também um enorme crescimento do rebanho bovino que, praticamente, duplicou seu efetivo na década, apresentando uma variação de 92,43%

2 SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 47.

VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA EM LAVOURAS - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 2

que significou, em termos absolutos, um aumento de 15.946.944 cabeças. Considerando a situação das microrregiões, quanto a esse aspecto, percebe-se que o rebanho bovino acusou um crescimento bastante significativo em áreas de expansão da fronteira agrícola, como o norte de Mato Grosso, e onde a criação de gado já vem sendo praticada em melhores condições técnicas, como no centro e sul de Mato Grosso do Sul e no sul de Goiás. Ao contrário, no Pantanal, área tradicional de criação extensiva, chegou a ocorrer decréscimo do seu efetivo bovino, na década de 70 (Mapa 3). Paralelamente a este fato, percebem-se algumas melhorias técnicas no seu sistema criatório, como por exemplo, a preocupação crescente por parte de muitos produtores rurais com a formação de pastagens artificiais. Na primeira metade da década de 70, deu-se uma redução da área em pastos naturais, em favor daquela em pastagens artificiais. Apesar disso, eram ainda as gramíneas nativas as que predominavam largamente nas unidades produtivas, representando, em 1975, 49% da área dos estabelecimentos rurais do Centro-Oeste, enquanto, nesse mesmo ano, as artificiais correspondiam a 16,3%.

Com efeito, o papel tradicional que o Centro-Oeste tem desempenhado como Região abastecedora de carne bovina dos mercados do Centro-Sul pode ser avaliado, em certa medida, pela importância do número de reses que se destinaram à venda e ao abate, em 1975, que chegou a representar 24,99% do total nacional.

Além da carne, os produtos da lavoura temporária como o arroz, a soja e o milho são os que mais se destacam pela sua importância comercial e são também os que possuem maior expressão espacial. Dentre eles, é o arroz o mais importante quanto à área que ocupa, representando 42,2% da área total dedicada aos produtos da lavoura temporária em 1980, e o que mais aumentou sua área cultivada, durante a década de 70. A importância da produção desse grão no Centro-Oeste, torna-se patente quando se constata que correspondia, em 1980, a 27,05% da produção brasileira de arroz. Já a soja, produto que foi difundido nessa Região a partir do início dos anos 70, destacou-se, não só, por sua área cultivada — 18,4% da área total em lavouras temporárias, em 1980 — mas, sobretudo, pelo rápido crescimento que apresentou, na década, ao acusar uma variação de 4.217,9%.

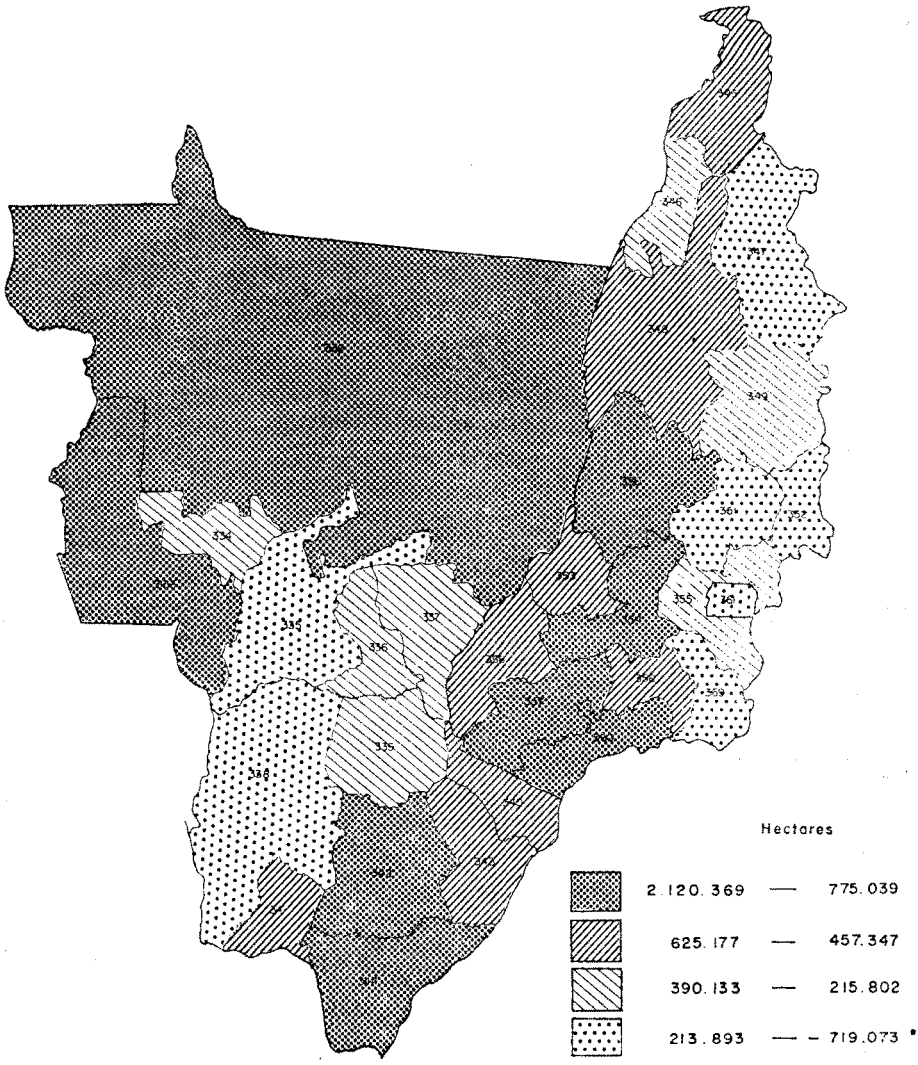
Essa expansão das atividades agrárias, ligada às solicitações de mercado, vem, cada vez mais, sendo acompanhada de transformações técnicas no sistema de produção agrícola. Este fato se deve, não apenas às necessidades impostas pelas características físicas das áreas de cerrado incorporadas à agropecuária, mas também à vinculação deste processo de produção agrícola a um sistema de crédito e de comercialização que lhe impõe determinadas exigências, quanto à forma de produzir e à qualidade do produto final.

Assim, o Centro-Oeste passou a incorporar ao seu processo de produção agropecuária o emprego de tratores que foi se difundindo, consideravelmente, no decorrer da década de 70. Houve um acréscimo, nesse período, de 51.793 unidades o que representa um crescimento da ordem de 500,9%. Essa modernização privilegia, não só algumas culturas, aquelas de maior valor comercial, que no caso do Centro-Oeste são, principalmente, o arroz, a soja, o milho, como também as pastagens, em função da criação bovina, e ainda, alguns tipos de unidades de produção (médias e grandes). De fato, somente os esta-

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EFETIVO BOVINO - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

(*) Este dado é a única variação negativa dessa classe e corresponde à Microrregião Pantanais (338).

MAPA 3

belecimentos rurais com área de 1.000 hectares e mais, que correspondem a apenas 7,2% do número total de unidades produtivas, detinham, em 1980, 44,09% dos tratores existentes no Centro-Oeste. Esse maior emprego de tratores assinala uma nova modalidade de ocupação dos cerrados que requer investimentos em técnicas modernas para o seu aproveitamento com lavouras e pastagens plantadas. Nesse sentido, as áreas que tiveram grande incorporação de espaços às atividades agrárias foram também as que apresentaram os mais elevados crescimentos do número de tratores, verificando-se, pois, a grosso modo, os maiores índices de crescimento da mecanização nas microrregiões do norte de Mato Grosso e centro e norte de Goiás (Mapa 4).

No entanto, essas transformações não se dão sem pesados custos sociais, pois, nesse processo ocorre, com freqüência, a expulsão de produtores de suas terras e a proletarização do trabalhador rural. A redução da pequena produção familiar é um sinal de que muitos produtores perderam o acesso à terra onde realizavam sua subsistência, podendo-se supor ainda a sua passagem para a condição de trabalhadores assalariados.

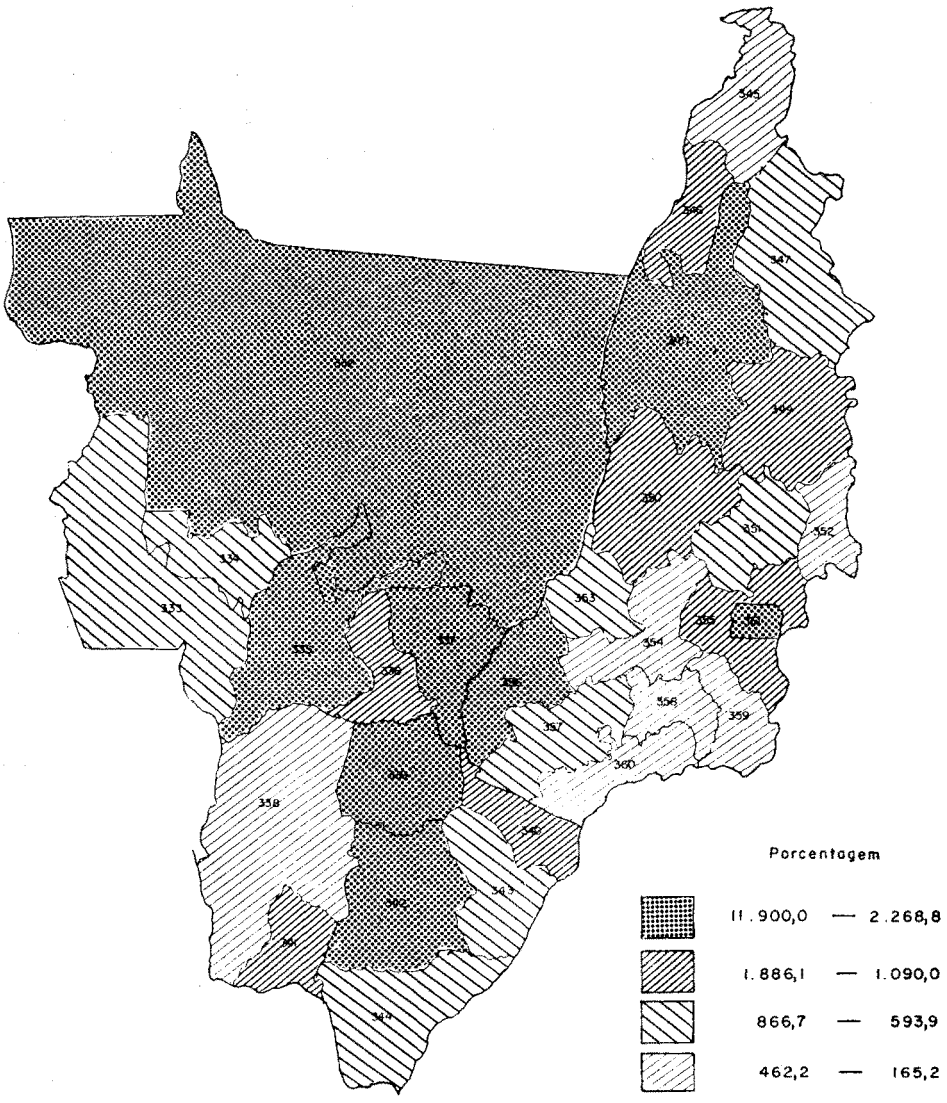
De fato, verificou-se, não só, um crescimento da mão-de-obra assalariada, concomitantemente a esse processo de expansão da agropecuária em moldes empresariais modernos, como também um crescimento do contingente de trabalhadores rurais, ao longo da década de 70, da ordem de 43,1%. Apesar desse aumento, sabe-se que o grau de absorção da força de trabalho pelos estabelecimentos rurais é, ainda, muito reduzido, embora seja o Centro-Oeste uma das regiões brasileiras que tem oferecido, na última década, maiores condições de absorção de mão-de-obra rural. Assim, a relação entre o número de pessoas envolvidas nas atividades agrárias e a área das unidades produtivas indica um índice muito baixo de emprego, que ao longo da década de 70, foi de apenas uma pessoa ocupada por 100 hectares de estabelecimento rural. Este problema de fixação dos trabalhadores como mão-de-obra nos estabelecimentos rurais tem se agravado, principalmente, em função do modelo de exploração agropecuária que vem sendo estimulado — grandes projetos para a criação bovina — e do processo de modernização técnica da agricultura que não conduz, via de regra, ao aumento da demanda de trabalho rural.

Com base nessas considerações, constatou-se que o Estado de Goiás foi o que apresentou os mais elevados crescimentos absolutos da área em lavouras (1.186.728 ha), do número de tratores (21.183 unidades) e do pessoal ocupado na atividade agropecuária (224.212 trabalhadores) durante a década de 70, expressando, assim, o dinamismo de seu processo de expansão da agropecuária. Ao mesmo tempo, em termos relativos, Goiás também se destaca dos demais Estados da Região, por concentrar, em 1980, as áreas em lavouras (49,83%), os tratores (43,25%) e os trabalhadores rurais (58,12%). Em fase de grande crescimento das atividades agrárias, sobretudo naquelas regiões onde vastas áreas foram recentemente incorporadas à produção agrícola, é comum que ocorra um aumento do pessoal ocupado, pois, principalmente, por ocasião da implantação de empreendimentos agropecuários, há maior demanda de mão-de-obra rural, ainda que a mecanização já venha sendo empregada na execução de determinadas tarefas agrícolas.

VARIAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE TRATORES - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

Essa expansão da agricultura no Centro-Oeste, tendo em vista a existência de amplos espaços a serem ocupados, e a implantação da Capital Federal, na década de 60, constituíram-se em alguns dos fatores de atração para contingentes de população que, então, se deslocaram de diversos pontos do País, em direção ao oeste brasileiro. Na realidade, foram os fluxos migratórios os principais responsáveis pelo acelerado crescimento de sua população total que acusou, na década, uma variação da ordem de 49,83% (ver Chamada 3). No entanto, esse crescimento é inferior ao ocorrido na década anterior, quando chegou a alcançar 71,8%, tendo sido o mais elevado do País. Essa diminuição do ritmo de crescimento da população se dá paralelamente a uma redução da população rural que chegou a apresentar um decréscimo de 6,67%. Na verdade, os habitantes rurais que, até 1970, se constituíam na maior parte da população total, com uma participação de 51,8%, passaram a representar 32,2% do contingente populacional do Centro-Oeste, em 1980. Essa mudança verificada na distribuição da população dessa Região, em favor da concentração de população nos centros urbanos, acompanha uma tendência geral do País que é a urbanização, em função da evasão da população do campo. No caso do Centro-Oeste, o êxodo rural não se dá, apenas, por uma questão de atração exercida pelas cidades, ligada à existência de determinados serviços e equipamentos de infra-estrutura que não estão presentes na área rural, mas, sobretudo, em decorrência da incapacidade de o setor agrícola absorver, de maneira satisfatória, a mão-de-obra disponível.

Finalmente, deve-se considerar que a grande aplicação de capital na atividade agrícola do Centro-Oeste, não só provocou alterações no seu processo produtivo, como gerou diferenciações no arranjo espacial dessa atividade. Sem dúvida, os grandes estímulos que para o Centro-Oeste foram direcionados, ao mesmo tempo em que deram origem ao alargamento da fronteira agrícola, tornando nítidos os espaços pioneiros, geraram também a retomada de áreas à retaguarda dessa fronteira. Ainda foram responsáveis pela ampliação das áreas dedicadas à lavoura e provocaram melhorias técnicas no sistema de produção agropecuária em áreas mais bem dotadas quanto à acessibilidade aos mercados. Entretanto, observa-se que em determinadas áreas essas transformações do setor agrícola ainda não se fizeram sentir amplamente, mantendo, dessa forma, uma organização de produção mais tradicional.

4 — DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS DA AGROPECUÁRIA NO CENTRO-OESTE [4]

Ao longo dos anos 70, as atividades agrícolas no Centro-Oeste encontravam-se, ainda, espacialmente dominadas pela pecuária, enquanto as lavouras ocupavam extensões reduzidas de terra, embora já bastante significativas e bem superiores à área que abrangiam em

3 Ao se analisar a origem da população dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, percebe-se a elevada participação de pessoas provenientes de outros Estados. Em Mato Grosso (anteriormente à sua divisão), essa participação atingiu 64,49%, em Goiás, 42,63% e, no Distrito Federal, 99,89%, segundo o Censo Demográfico de 1970.

4 Para a elaboração desse Capítulo foram consideradas idéias expostas em BECKER, Bertha K.; BERNARDES, Julia A. — *Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil*. Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978. mimeo.

décadas anteriores. Porém, apesar de já estar se estendendo, também para áreas de cerrados, antes ocupadas apenas pela criação extensiva, essas novas áreas de lavoura ainda se apresentam com uma distribuição muito concentrada, localizando-se em áreas de fácil acesso aos mercados do Centro-Sul.

Nesse contexto de predomínio da atividade criatória, considerou-se, como elementos diferenciadores do espaço agrário, a dimensão espacial da atividade criatória, definida pela participação da área de pastagens na área total dos estabelecimentos, sua dimensão econômica, através da participação do valor da produção da pecuária no valor total da produção. Ainda se considerou uma dimensão qualitativa da pecuária, expressa por meio da densidade do rebanho, além da expressão espacial e econômica da lavoura e do grau de ocupação (Anexo 1). Apoiando-se nessas variáveis, definiram-se quatro tipos de áreas agrícolas no Centro-Oeste: *áreas de predomínio da atividade criatória melhorada, área de predomínio da atividade criatória, áreas agropastoris* e *áreas de grande disponibilidade de espaços em processo de integração pela agropecuária (a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e norte de Goiás)* (Mapa 5).

4.1 — Áreas de predomínio da atividade criatória melhorada

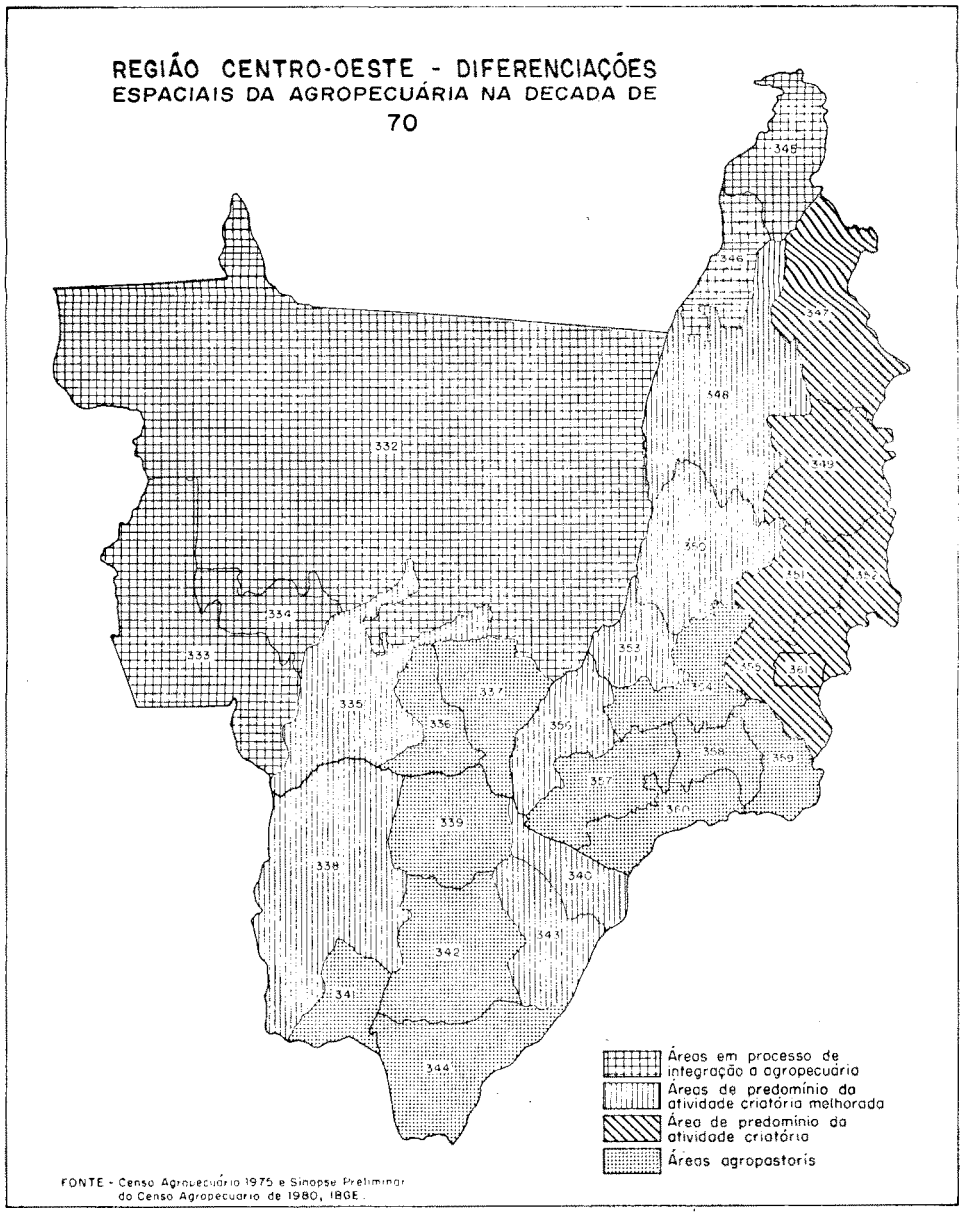
Caracterizaram-se por uma participação das áreas de pastagens superior a 52% e pelo valor da produção da pecuária superior a 50%. Essas áreas apresentaram, ainda, em 1975, uma densidade do rebanho relativamente elevada, denotando, já uma certa melhoria do sistema em que é realizada a atividade criatória. Segundo esses critérios foram definidas duas subáreas, o *Pantanal Mato-grossense,* composto pelas Microrregiões Baixada Cuiabana (335) e Pantanais (338) e o *oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul,* formado pelas Microrregiões Médio Tocantins-Araguaia (348), Alto Tocantins (350), Rio Vermelho (353), Alto Araguaia Goiano (356), Paranaíba (340) e Três Lagoas (343).

4.1.1 — Subárea dos pantanais

É formada, essa subárea, na quase totalidade, pelo chamado Complexo do Pantanal, região fisiográfica de características incomuns do continente sul americano, que, devido à riqueza de sua vegetação e fauna, pode ser considerada uma das reservas ecológicas mais importantes do mundo (Mapa 6).

Banhado pelo rio Paraguai e seus tributários, o Complexo do Pantanal constitui-se numa extensa planície com altitudes variando entre 40 e 100 metros, sujeita a inundações na estação chuvosa que se constituem num importante elemento físico, favorável à renovação das pastagens naturais aí existentes.

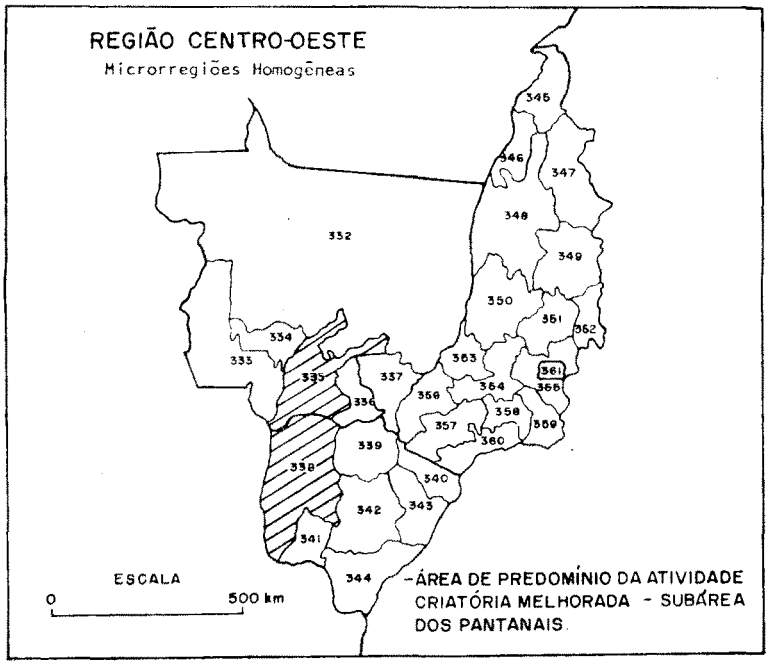
Toda essa área, portanto, apresenta-se, ainda, bastante dependente das condições naturais, não só com relação ao tipo de atividade econômica que aí é desenvolvida, como também, quanto ao sistema em que é praticada. Assim sendo, o Complexo do Pantanal, por conter diversas formações vegetais, representadas por trechos de matas, cerrados, campos limpos, vegetação aquática e outras ocorrências, cons-



MAPA 5

titui-se, no seu conjunto, numa mistura de espécies arbóreas e herbáceas que formam excelentes pastagens. Este fato permitiu à economia pantaneira voltar-se para a atividade pastoril, praticada de forma extensiva, que aí passou a desempenhar papel de grande importância no abastecimento regional e nacional.

Entretanto, devido ao processo de pecuarização que se difundiu a partir dos anos 70, pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Pantanal perdeu, relativamente, a sua expressão, percebendo-se, nitidamente que a pecuária dessa subárea, atravessa um período de



MAPA 6

estabilização, ao mesmo tempo em que outros setores da economia permanecem em plano secundário.

Deve-se destacar que a subárea do Pantanal apresenta uma situação particular de isolamento, provocada, em parte, pelo processo histórico que norteou sua ocupação, pela grande distância existente entre seus núcleos urbanos, inclusive Cuiabá, e pelo deficiente sistema de circulação que, nessa década, teve suas condições agravadas principalmente, por enchentes de caráter excepcional. Na realidade, o grande isolamento existente entre as diversas áreas que abrangem essa extensa subárea, advém, também, do fato de as atividades econômicas do Pantanal serem comandadas por centros que lhe são estranhos, especialmente os grandes centros consumidores do Sudeste e Campo Grande, que desempenham importante papel na organização espacial dessa subárea.

Assim, a situação do Pantanal, no que diz respeito às vias de circulação internas e ao acesso aos principais mercados consumidores, tornou-se desvantajosa para as atividades pastoris, quando comparada a outras áreas criatórias dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse fato se explica uma vez que essas áreas foram beneficiadas pela abertura de novas rodovias e pela pavimentação das principais estradas já existentes, enquanto o Pantanal apresenta sérios problemas quanto à circulação, pois apesar de dispor da BR-262, esta é sujeita a interrupções no seu tráfego, na época das inundações, e a navegação fluvial, ainda presente na subárea, se faz de maneira bastante precária. Portanto, o Pantanal conta, na realidade, para o escoamento de sua produção, com a antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, construída em 1914. Entretanto, a navegação fluvial no passado se cons-

tituiu no seu mais importante sistema de circulação, sendo que era através do rio Paraguai que Mato Grosso entrava em contato com a Região Sudeste. Hoje, com a abertura de rodovias que atingem Cuiabá e a porção setentrional de Mato Grosso, em direção à Amazônia, o transporte fluvial tornou-se deficitário e suas áreas ribeirinhas, que dele dependiam, entraram em franco declínio.

Além desses problemas que afetam, em certa medida, o desempenho da atividade criatória nessa subárea, outras questões relativas à redução na concessão de crédito agrícola e às grandes inundações têm levado a sua economia a inúmeras crises [5].

Na realidade, essas crises advindas desse conjunto de problemas, parecem ser um indicador da atual tendência da economia, nessa subárea, que é a estabilização da pecuária pantaneira.

De fato o total do rebanho bovino do Pantanal, no período de 1970 a 1980, apresentou um expressivo decréscimo, passando de 4.317.789 para 3.829.751 animais. Essa diminuição, associada ao grande aumento verificado no efetivo bovino da Região Centro-Oeste, o qual fez surgir importantes áreas de pecuária melhorada, com melhor localização em relação aos mercados consumidores, foi, em parte, responsável pela significativa perda de expressão do rebanho pantaneiro, que em 1970 representava 25,34% do rebanho regional, e, em 1980, correspondia a apenas 11,5%. A falta de dinamismo da atividade criatória se traduziu, ainda, no pequeno aumento dos pastos plantados que, no entanto, deve ter sido responsável pelo aumento verificado no número de tratores, que passou de 791, em 1970, para 3.182, em 1980, já que, nesse período, a lavoura não revelou crescimento que justificasse essa mecanização.

Apesar desses aspectos darem conta de que a atividade criatória pantaneira não experimenta mais a fase de prosperidade que a caracterizou, praticamente, durante quatro décadas, é possível encontrar sinais que denotam que essa atividade também se renova e perde muitas de suas características de extensividade, já que apresentou importantes inovações visando obter maior produtividade do rebanho [6].

Embora, no conjunto dessa subárea, tenha sido nítida a situação estável da atividade criatória, esta foi mais flagrante na Microrregião Pantanais, onde se deu, entre 1970 e 1980, uma redução, da ordem de 719.073 cabeças, no plantel bovino. Na porção setentrional dessa subárea, entretanto, onde a pecuária, no passado, apresentou um ritmo de crescimento mais lento do que aquele verificado na Microrregião Pantanais, verifica-se uma tendência à maior dinamização. Na década de 70, ao se expandir o povoamento para o norte do Estado a Microrregião Baixada Cuiabana passa a usufruir dos incentivos governamentais para a implantação de projetos agropecuários e da abertura de novas rodovias que convergem para o Sudeste, passando, assim, a contar com melhores condições de acesso ao mercado, apesar de mais distante desses centros consumidores. Acresce, ainda, que a rapidez

5 As inundações de 1974 e anos subseqüentes foram responsáveis pela diminuição do efetivo bovino em vários municípios dessa área. Ver a respeito em: DIAGNÓSTICO sócio-econômico; Microrregião Baixada Cuiabana. Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, 1980.

6 UNE, Mitiko Yanaga; AGUIAR, Tereza Coni. *Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro, IGU, 1982. p. 127.

com que se deu o processo de urbanização nesse Estado, bem como a instalação do Frigorífico da Sadia Oeste, nessa área, foram fatores que ampliaram, consideravelmente, o mercado consumidor estadual de carne. Com novos estímulos, a pecuária, nessa porção da subárea, vem apresentando uma tendência à expansão, tendo ocorrido, na década de 70, um aumento de 177.035 cabeças no seu rebanho bovino que em mais de 80% destinava-se, em 1975, ao corte.

Já o desenvolvimento da lavoura, nessa subárea, é bastante fraco, sendo praticada, quase que exclusivamente visando à subsistência dos produtores e de seus familiares. Por esse motivo, as lavouras ocupam fração muito reduzida da área total dos estabelecimentos, 0,7% nos Pantanais e 4% na Baixada Cuiabana, sendo os produtos tradicionais — arroz, feijão e mandioca — os mais cultivados. O único produto que está mais voltado para a comercialização é a cana-de-açúcar, cultivo ligado aos primórdios da ocupação e localizado, principalmente, na porção setentrional dessa subárea, ao longo do rio Cuiabá, onde, ainda hoje, tem uma posição de destaque a nível local.

Apesar da pequena expressão da lavoura, como atividade econômica, nota-se que no decorrer dos anos 70 houve um acréscimo de 183.607 hectares à área cultivada, nessa subárea. Embora, esse dado, comparado ao de outras áreas agrícolas da Região Centro-Oeste, não seja muito expressivo, ele retrata, principalmente, o aumento do cultivo de um produto — o arroz — que se expande nas áreas de cerrado situadas na Baixada Cuiabana, em função, não apenas dos estímulos para aí dirigidos na década de 70 pelas políticas governamentais, mas, principalmente, devido ao aumento da demanda dos mercados regionais. De fato, essa subárea não apresentou condições favoráveis à implantação de lavouras voltadas ao mercado externo, tal como se deu em outras áreas do Centro-Oeste. Esta situação encontra explicação nas condições naturais da área favoráveis à pecuária, e, também, na falta de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e à comercialização de seus produtos.

O fato de a subárea dos Pantanais ter se desenvolvido e firmado em função de uma economia baseada na criação bovina, praticada em moldes extensivos, favoreceu, sem dúvida, a formação de uma estrutura fundiária baseada em grandes propriedades. Atualmente, embora a pecuária tenha apresentado modificações que alteraram, em muito, o caráter de extensividade que caracterizou, no passado, o seu sistema criatório, o padrão de distribuição de terras altamente concentrado, vigente em 1980, é o que continua predominando na área. Os pequenos estabelecimentos (0 a 100 ha) ocupam uma área bastante inexpressiva, haja vista que abrangem, apenas, 0,88% da área total dos estabelecimentos, na Microrregião Pantanais, e 2,44%, na Baixada Cuiabana, embora sua participação numérica seja bastante significativa, correspondendo a 55,91% do número total de estabelecimentos na Microrregião Pantanais, e 76,34%, na Baixada Cuiabana. Essa desproporção existente entre a área e o número dos estabelecimentos, fica ainda mais flagrante quando se atenta para as unidades produtivas de maiores dimensões. Na Baixada Cuiabana, os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares ocupam mais de 90% da área total das unidades produtivas e participam com apenas 5,32% do número total dessas unidades. Já na Microrregião Pantanais, a participação dessas unidades produtivas é mais elevada, chegando a atingir a 25% do

número total dos estabelecimentos. Esta característica se deve ao fato de ter sido aí a distribuição das terras fundamentada em grandes unidades de produção que poucas alterações sofreram, quanto ao padrão altamente concentrado de sua estrutura fundiária, desde o início de sua ocupação. Verificou-se ainda, nessa década, na Baixada Cuiabana, a expansão, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos, em todas as classes de área, fato que se retratou no aumento do seu grau de ocupação que de 54,5%, em 1970, passou para 70,5%, em 1980.

Essa situação particular à Microrregião Baixada Cuiabana é um reflexo da construção de estradas que demandam o norte do Estado, e dos demais incentivos que se fizeram sentir nessa área em função da abertura da fronteira agrícola no norte mato-grossense.

Outra característica antiga dessa subárea, e que se mantém, praticamente, desde a sua ocupação diz respeito à baixa capacidade de absorção de mão-de-obra. Essa situação foi agravada, nos últimos anos, pela falta de dinamismo que caracterizou a atividade agropecuária e que chegou a provocar na segunda metade da década uma redução do pessoal ocupado na área rural: de 81.472 em 1975, para 74.220 pessoas, em 1980. Essa problemática teve efeitos, também, na distribuição da população que, há três décadas, se caracteriza pelo predomínio da população urbana sobre a rural, tendo apresentado, nos anos 70, uma aceleração no seu processo de urbanização, quando a participação da população, que vivia nos núcleos urbanos, passou de 57,87%, em 1970, para 77,3%, em 1980. Esse crescimento deveu-se, em parte, à saída de população da área rural, que nesse mesmo período sofreu uma perda de 27.091 pessoas. Deve-se, ainda, acrescentar, no que diz respeito à distribuição de população, que a Baixada Cuiabana contou com maior dinamismo populacional, traduzido numa variação relativa da ordem de 86,5%, enquanto a Microrregião Pantanais manteve um ritmo de crescimento lento, atingindo, apenas, a variação de 12,5%. Essa diferença de comportamento, entre as duas microrregiões que compõem essa subárea, se prende, principalmente, às características específicas de cada uma delas. Assim, a Baixada Cuiabana recebe atualmente as influências do avanço da fronteira no norte mato-grossense, fato que a torna uma área rural mais dinâmica, enquanto os Pantanais formam uma região onde, em quase sua totalidade, a atividade pastoril já se encontra estruturada como importante atividade econômica, desde o século passado, o que lhe imprime um aspecto de maior estabilidade.

Deve-se ainda acrescentar que essa área, como as demais do Centro-Oeste, também foi beneficiada, nessa década, através de incentivos especialmente daqueles provenientes da criação do PRODEPAN, cujos objetivos giraram em torno da complementação da infra-estrutura de transportes, energia elétrica e saneamento, do controle de enchentes, da melhoria das pastagens, incluindo-se, além disso, técnicas da defesa sanitária e de manejo do gado. Pretendia-se também dar o estímulo necessário ao avanço da industrialização de matérias-primas locais, principalmente da carne.

Entretanto, os dados referentes à agropecuária parecem demonstrar que essa subárea não respondeu às expectativas do Governo, notadamente no que se refere à modernização da atividade agrícola. Com efeito, o fato de a criação bovina mostrar-se, ainda, altamente lucrativa mesmo sem grandes investimentos de capital, aliado às dificuldades de implantação de uma lavoura voltada à exportação, deixa

claro que essa subárea, quando comparada às demais da Região Centro-Oeste, não foi um campo fértil à expansão de uma agricultura em moldes capitalistas modernos.

4.1.2 — Subárea do oeste goiano e nordeste de Mato Grosso do Sul

Essa subárea se estende pelas terras goianas drenadas pela bacia do Araguaia-Tocantins, prolongando-se em direção ao sul, até os rios Paraná e Pardo, abrangendo, assim, o nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 7). O vale do rio Tocantins se constituiu, no passado, na principal via de penetração do norte de Goiás e, através da navegação fluvial, essa porção do Estado mantinha ligações comerciais com outras áreas do País, notadamente com o Maranhão e o Pará.

A partir da implantação da Rodovia Belém-Brasília reorienta-se o sistema de circulação dessa área que passa a ter acesso aos mercados mais dinâmicos do Sudeste. Hoje, além da Belém-Brasília que a atravessa no seu trecho goiano, no sentido norte-sul, existem também outras rodovias que cortam essa área, em direção à Amazônia, no sentido leste-oeste, alcançando os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre.

O nordeste do Mato Grosso do Sul, teve, por sua vez, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que alcançou essa porção do Estado em 1914, importante fator de dinamização da atividade criatória, sendo também responsável pelo crescimento que a Cidade Três Lagoas passou a apresentar a partir de então. Mais recentemente, a ligação rodoviária dessa área com o Oeste Paulista trouxe novo impulso às atividades agropecuárias que já vinham se desenvolvendo num ritmo crescente.

MAPA 7

Com efeito, as vias de circulação têm desempenhado um papel de particular importância que, atualmente, se vê reforçado com a implantação de políticas governamentais que vêm privilegiando áreas localizadas ao longo dos principais eixos de circulação do País. Nessa subárea estão localizadas duas áreas-programa do POLOCENTRO: Três Lagoas, situada ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (entre Campo Grande e Três Lagoas) e Gurupi, ao longo da Belém-Brasília (entre Gurupi e Porangatu) para onde estava prevista a alocação de recursos destinados à infra-estrutura de apoio às atividades agropecuárias.

Além de contar com a facilidade de acesso aos principais mercados consumidores do País, dispõe também essa subárea, como as demais do Centro-Oeste, de extensões de cerrados que, atualmente, não se destinam, apenas, à pecuária mas à expansão da lavoura de produtos não tradicionais. Além desses aspectos já considerados, essa subárea tem na pecuária extensiva o esteio de sua economia, atividade que vem respondendo positivamente aos estímulos provenientes não só de importantes áreas criatórias do Oeste Paulista e do Triângulo Mineiro, mas, também, de mercados consumidores da Região Centro-Oeste e do norte do País. Esses fatores pesaram, provavelmente, na definição das áreas-programa aí instaladas pelo POLOCENTRO, cujo objetivo principal era a difusão de tecnologia agrícola adequada aos cerrados em direção a uma modernização dessa atividade, como já vinha ocorrendo noutras partes do País.

Sendo assim a pecuária, atividade econômica dominante, chega a representar, atualmente, em todas as microrregiões dessa subárea mais de 50% do valor da produção das atividades do setor primário e, após impulsos recebidos com a implantação da Rodovia Belém-Brasília, experimentou na década de 70 uma expansão em função dos recursos que lhe foram direcionados.

Assim, o plantel bovino desse conjunto de microrregiões, aumentou numericamente, passando de 2.770.616 cabeças, em 1970, para 6.701.305, em 1980, e, igualmente em termos relativos, teve sua participação elevada de 16,05 para 20,19%, em relação ao total do rebanho bovino do Centro-Oeste, nesse mesmo período. Outros aspectos indicam, ainda, a expansão da criação bovina, tais como a ampliação das áreas em pastagens que, em 1970, abrangeram 12.076.704 hectares e, em 1975, atingiram 14.399.433; o aumento dos pastos plantados que representou uma incorporação de 1.864.835 hectares, e, ainda, a elevação da densidade do rebanho bovino.

Observa-se, no que diz respeito às mudanças ocorridas no sistema criatório, que não obstante o grande crescimento da área em pastagens artificiais — entre 1970 e 1975, foi de 101,56% — ainda predominam os pastos naturais que, apesar de terem acusado um crescimento de apenas 4,47% no período de 1970 a 1975, ainda correspondiam, em 1975, a 74,3% da área total das pastagens dessa subárea. Esses dados no seu conjunto, indicam que embora venham ocorrendo transformações, em direção à melhoria do sistema criatório, a pecuária de corte, principal finalidade do rebanho bovino (83,8% das cabeças de gado, em 1975), ainda se desenvolve nessa subárea, segundo um sistema predominantemente extensivo.

Paralelamente a essa expansão da pecuária, deu-se também, um crescimento das áreas voltadas para a lavoura que acusaram uma

variação de 234,32% (Mapa 2). Apesar desse aumento, a superfície ocupada com cultivos, em 1980, era de apenas 1.086.414 hectares, correspondendo a 4,55% da área total dos estabelecimentos rurais. Nesse contexto, destacou-se a expansão da lavoura do arroz que ao longo da década, teve um aumento de 326.911 hectares e a introdução de um novo produto, a soja, que de 29 hectares passou a ocupar 47.236. Por outro lado, o milho e o feijão que no Centro-Oeste encontram-se ligados, sobretudo, à pequena produção de subsistência vêm apresentando retração de suas áreas.

Concomitantemente à expansão das atividades agropecuárias, quando se dá uma grande incorporação de áreas ao processo produtivo, especialmente daquelas com vegetação de cerrado, acentua-se a mecanização, o que se constata pelo acentuado aumento do número de tratores que, em 1970, era de apenas 821 e, em 1980, atingia 8.997 unidades. Essa transformação relaciona-se ao fato de que o cultivo de produtos comerciais e, também a formação de pastagens, vêm cada vez mais sendo realizadas com o emprego da mecanização, dada a existência de subsídios para a aquisição de máquinas agrícolas, nessa década (Mapa 4).

Embora já se tenha iniciado esse processo de modernização das atividades agropecuárias, este não é ainda suficiente para provocar uma redução do grau de absorção de mão-de-obra rural. Tanto é assim, que se verificou um crescimento do contingente de trabalhadores, ao longo dos anos 70, da ordem de 71.869 pessoas, representando uma variação relativa de 49,79%. Deve-se, entretanto, observar que as informações oficiais referem-se ao pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, mas não se dispõe de dados sobre o número de pessoas que não foram, efetivamente, absorvidas no setor rural. Dessa forma, o excedente de mão-de-obra que não teve possibilidade de se engajar nas lides rurais, estaria abandonando o campo em busca de outras áreas, rurais ou urbanas, que se apresentassem mais vantajosas em termos de oferta de emprego.

De fato, na década de 70, ocorreu uma redução da população rural na maioria das microrregiões que compõem essa subárea, que correspondeu a um decréscimo de 38.897 pessoas. Esse esvaziamento do campo, embora possa estar correlacionado com a atração exercida pelos centros urbanos, prende-se mais à estrutura fundiária vigente que se encontra apoiada num sistema de grandes propriedades ligadas, predominantemente, a atividades poupadoras de mão-de-obra.

No que diz respeito a essa questão da distribuição das terras, observou-se, nesse conjunto de microrregiões, a mesma tendência da Região Centro-Oeste, na década de 70, que é a acentuação da concentração fundiária, uma vez que houve redução do número e da área dos estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares e expansão dos demais com área superior.

Essa concentração fundiária se dá paralelamente a um processo de privatização das terras. Assim, em 1980, os proprietários totalizavam 31.552 produtores responsáveis pela exploração de uma área que atingia 21.608.802 hectares. Essa predominância dos proprietários contrasta com a reduzida expressão dos demais produtores — arrendatários e parceiros — que não dispõem da propriedade da terra. Os arrendatários na década de 70, acusaram, em seu conjunto, diminuição do número e passaram a dispor, para a realização de suas explo-

rações agropecuárias, de menores extensões de terra. Já a categoria dos parceiros, embora tenha acusado uma ligeira redução numérica, apresentou significativo aumento da área total sob sua responsabilidade. Ao contrário, os ocupantes experimentaram sensível perda de expressão, pois tiveram seus estabelecimentos reduzidos em 30,2% do número e 20,4% da área, ao longo da década de 70, apesar de se constituírem na categoria de produtor rural mais numerosa, após a dos proprietários. Em 1980, os ocupantes exploravam 1.649.817 hectares que correspondiam a 5.786 estabelecimentos rurais.

4.2 — Área de predomínio da atividade criatória — o leste goiano

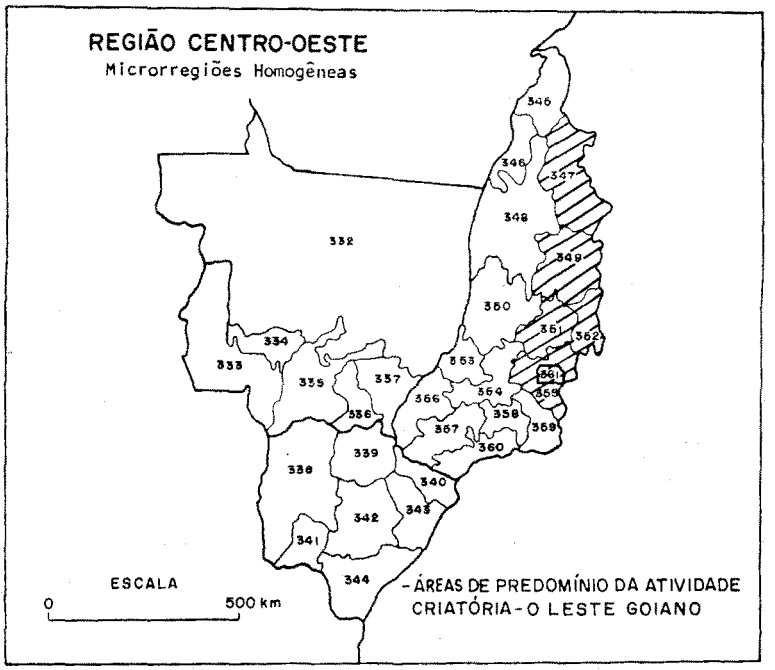
Considerou-se área de predomínio da pecuária o conjunto de microrregiões onde a participação das pastagens foi, também, superior a 52% sendo, porem, o valor da produção relativa à atividade criatória inferior a 50% do valor total da produção. Verificou-se, ainda, nessa área, o predomínio de densidades mais fracas do rebanho bovino apontando, assim, a dominância de uma atividade criatória tradicional, predominantemente extensiva. Esses critérios definiram a área do *leste goiano* compreendido pelas Microrregiões Tocantina de Pedro Afonso (347), Serra Geral de Goiás (349), Chapada dos Veadeiros (351), Vão do Paranã (352) e Planalto Goiano (355).

Essa área é composta na sua maioria por microrregiões que se encontram, de certa forma, marginalizadas em relação às principais vias de circulação do Estado de Goiás — BR-153 (Belém-Brasília) e BR-020 (Brasília-Fortaleza) — e, por conseguinte, não se beneficiam das vantagens oferecidas por essas vias, especialmente no que diz respeito ao acesso aos mercados mais importantes do País. Exclui-se dessa característica a sua Microrregião mais meridional — a Planalto Goiano — circunvizinha ao Distrito Federal e, portanto, servida por todas as rodovias que demandam à Brasília (Mapa 8). Por essa posição geográfica a Microrregião Planalto Goiano apresenta algumas características relativas à sua atividade agropecuária que a aproximarão mais do sul de Goiás, embora, no conjunto, apresente como dominantes as particularidades que definem o leste goiano como um todo.

Constitui-se o leste de Goiás numa área predominantemente pastoril, que apesar dos incentivos oferecidos na década de 70, não chegou a modificar as características de sua principal atividade econômica, que continua se desenvolvendo de forma extensiva, predominando os cultivos voltados para a subsistência. Acresce, ainda, que a exploração da madeira tem, aí, um papel de relevância, principalmente na Microrregião Vão do Paranã, onde chega a se constituir em importante atividade econômica, notadamente através da extração da aroeira.

Traduzindo a falta de dinamismo das atividades econômicas que se desenvolvem no leste goiano, a maioria de seus centros urbanos, antigos núcleos ligados à mineração aurífera, ou originados com a introdução da atividade criatória, caracterizam-se, hoje, pela pouca expressão que assumem em termos regionais. Constituem-se, assim, em núcleos que desempenham funções de caráter eminentemente local, não desenvolvendo funções ligadas à comercialização ou beneficiamento da produção agrícola dessa área.

Acresce, ainda, que suas atividades agrárias não foram dinamizadas pela implantação da Capital Federal, apesar de sua relativa pro-



MAPA 8

ximidade. Essa situação se prende, não só às frágeis condições da infra-estrutura de apoio às atividades agropecuárias, mas também à existência de outras áreas agrícolas já organizadas como produtoras de alimentos, no Centro-Oeste e fora dele, que apresentavam maiores possibilidades de atender à demanda do mercado consumidor da Capital Federal.

Apesar de a proximidade de Brasília não ter sido um fator a impulsionar um maior desenvolvimento das áreas rurais do leste goiano, são aquelas das imediações da Capital Federal as que apresentam melhores condições de expandir seu processo produtivo. Essa vantagem advém, principalmente, da recente implantação de rodovias federais e estaduais, em direção à Brasília, e do fato de ter sido essa área alvo de dois programas especiais: o PERGEB e o POLOCENTRO que aí selecionaram a Vão do Paranã como área de atuação. O POLOCENTRO, na sua política de difusão de tecnologia agropecuária previu para essa área-programa beneficiamentos ligados, principalmente, à infra-estrutura de transportes, de energia elétrica e à instalação de equipamentos de moagem e armazenagem da produção. Já o PERGEB considerou essa área favorável ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, com a possibilidade de se constituir numa bacia leiteira voltada para o consumo de Brasília e de estimular uma agricultura irrigada que propiciaria a absorção de grandes contingentes populacionais. Segundo o PERGEB, essa área poderia, assim, atenuar o fluxo migratório nordestino que se destina a Brasília.

As estratégias previstas pelo PERGEB para a Vão do Paranã incluem medidas ligadas à saúde e educação, ao abastecimento d'água,

à distribuição de rede telefônica, além de medidas mais amplas, previstas, também, pelo POLOCENTRO.

Assim, para solucionar problemas tão complexos quanto, por exemplo, o da retenção do fluxo migratório para o Distrito Federal, as estratégias do POLOCENTRO e do PERGEB em pouco se diferenciaram daquelas estabelecidas para outras áreas do Centro-Oeste não tendo sido consideradas suas particularidades e problemas.

Uma das transformações do quadro agrário que mais retrata a ação de incentivos governamentais, no leste de Goiás, diz respeito à elevação do grau de ocupação, em todas as suas microrregiões, e à incorporação de área aos estabelecimentos rurais que na década de 70, foi da ordem de 3.587.098 hectares (Mapa 1). A desproporção existente entre o pequeno aumento ocorrido no número das unidades produtivas (que foi da ordem de 19,87%) e o elevado aumento verificado na sua área (43,74%) indicam que a incorporação de terras vem se dando através de grandes estabelecimentos rurais. Apesar dessa tendência, observou-se, ainda, que devido à grande disponibilidade de terras existente no leste goiano, verificou-se o aumento do número e da área dos estabelecimentos em todos os estratos fundiários.

Respondendo aos estímulos criados pela política governamental, essa área apresentou, no período de 1970 a 1980, uma série de indicadores que expressam uma reativação das suas atividades agropecuárias, notadamente da criação bovina. Entretanto, quando se compara o valor da sua produção pecuária e a sua densidade do rebanho bovino com as demais subáreas identificadas no Centro-Oeste, verifica-se que, no leste goiano, a atividade criatória tem reduzida expressão econômica, embora tenha ocorrido, na década de 70, um aumento de 1.012.902 cabeças no seu efetivo bovino (Mapa 3). Esse aumento, entretanto, não foi suficiente para alterar a posição do seu rebanho, com relação ao do Centro-Oeste, pois, manteve, praticamente, a mesma participação — em torno de 6% — em 1970 e 1980.

A criação bovina, no leste goiano, tem no corte sua principal finalidade, para a qual se destinavam mais de 80% do seu rebanho em 1975. Excetua-se apenas a Microrregião Planalto Goiano, onde assume certa importância a pecuária leiteira, para a qual se orientam 22,1% do efetivo bovino dessa Microrregião.

A atividade criatória desenvolve-se, ainda, nessa área, de forma bastante extensiva, já que, na primeira metade da década de 70, tiveram significativo aumento as pastagens naturais (1.016.638 ha), embora já mereçam destaque os pastos plantados que acusaram, simultaneamente, um acréscimo de 436.434 hectares. A importância da pecuária, no leste goiano, torna-se flagrante quando se verifica que suas pastagens atingiram mais de 60% da área dos seus estabelecimentos rurais, em 1975, chegando a ocupar 77,9% da área total das unidades produtivas locais, na Planalto Goiano.

Já, a lavoura tem uma posição secundária, baseando-se na produção de bens alimentares para consumo da população local (Mapa 2). Destaca-se apenas, a Planalto Goiano, onde essa atividade chega a alcançar 7,3% da área dos estabelecimentos rurais, sendo sua participação, nas demais microrregiões, inferior a 4%. No entanto, apesar da pouca expressão que as lavouras assumem no leste goiano, verificou-se, na década de 70, um aumento bastante significativo da área cultivada que passou de 152.111 hectares, em 1970, para 403.064, em 1980. Foi

o arroz o produto que mais se expandiu, nesse período, quando aumentou 62.252 hectares em sua área colhida. Com relação aos demais produtos de subsistência, verificou-se que não acusaram aumentos significativos de suas áreas colhidas, chegando, mesmo a verificar decréscimo na área colhida com feijão, em algumas microrregiões. Ressalte-se que a soja que tem a sua produção estimulada pelo Governo Federal teve nessa década seu cultivo introduzido na Planalto Goiano.

Participação mais expressiva do que a das áreas em lavouras acusaram as matas que, em 1975, chegaram a atingir 17% da área total dos estabelecimentos rurais, traço que dá singularidade ao leste goiano. As Microrregiões Vão do Paranã e Tocantina de Pedro Afonso, em 1975, com cerca de 30% da área total de suas unidades produtivas cobertas por matas, têm na exploração da madeira uma das suas mais importantes atividades econômicas.

A expansão das lavouras comerciais e a formação de novas pastagens deram-se juntamente com um expressivo aumento do número de tratores que, de 256 máquinas empregadas nas atividades agrícolas, em 1970, passou a 2.648, em 1980. Apesar desse aumento, essa área não foi das que mais se destacou pela incorporação de mecanização, haja vista ter sido a Microrregião Planalto Goiano que concentrou 61,48% das máquinas que passaram a integrar seu processo de produção agrícola (Mapa 4).

Apesar desse aumento da mecanização nas atividades agropecuárias do leste goiano que é sabidamente um fator poupador de mão-de-obra, deu-se, na década de 70, um crescimento de 59,97% do pessoal ocupado nessas atividades que passou de 112.742 pessoas, em 1970, para 188.000, em 1980. Esse aumento ocorreu em todas as microrregiões devido, não apenas à expansão das lavouras de arroz e de soja e da pecuária, mas também em função de novas unidades produtivas que, nessa década, aí se implantaram.

Apesar de o leste goiano mostrar sinais de difusão do capitalismo no campo, como noutras áreas do Centro-Oeste, nessa área esse processo parece ter se iniciado mais tarde e, por essa razão, as atividades de subsistência ainda têm um papel bastante expressivo, embora aquelas voltadas para o mercado venham se dinamizando. Assim, por ser a área rural pouco integrada aos principais eixos de circulação do País, nota-se que apenas recentemente vem ampliando seu espaço dedicado à agropecuária, no sentido de maior integração ao processo produtivo nacional. Por esta razão, essa área ainda guarda particularidades que não são comuns às outras áreas do Centro-Oeste já estruturadas e vinculadas aos principais mercados do País. Entre essas particularidades sobressai, sem dúvida, o número elevado de ocupantes que em Tocantina de Pedro Afonso chega a ultrapassar o de proprietários. Apesar da importância desse tipo de produtor, observa-se já uma leve tendência à diminuição de seu número, ao longo da década de 70. Entretanto, com exceção da Microrregião Planalto Goiano, a área abrangida por seus estabelecimentos vem apresentando significativos acréscimos.

Paralelamente verificou-se, também, um grande aumento do número e da área de estabelecimentos explorados por proprietários, refletindo o interesse que o leste goiano tem suscitado nessa categoria de produtores (Tabela 2). Assim, assistiu-se nessa área à chegada de produtores provenientes de outras partes do País o que, devido à presença expressiva de ocupantes, levou a freqüentes disputas pela terra e, conseqüentemente, ocasionou inúmeros conflitos.

TABELA 2

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE PRODUTORES RURAIS — ÁREA DO LESTE GOIANO — 1970-1980

MICRORREGIÕES	PRODUTORES RURAIS							
	Proprietários				Ocupantes			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL	**20 700**	**25 999**	**6 847 396**	**9 843 103**	**8 898**	**8 617**	**1 312 250**	**1 766 016**
Tocantina de Pedro Afonso	1 648	2 791	866 651	1 193 093	4 066	3 833	669 247	885 440
Serra Geral de Goiás	3 705	5 431	2 114 240	3 121 464	2 629	2 950	475 361	695 708
Chapada dos Veadeiros	3 103	4 089	783 346	1 397 645	1 044	1 047	79 784	114 229
Vão do Paranã	3 397	4 217	832 837	1 268 067	342	238	11 208	31 218
Planalto Goiano	8 847	9 471	2 230 322	2 862 834	817	549	76 650	39 421

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Outro aspecto que diferencia essa área das demais identificadas no Centro-Oeste diz respeito ao predomínio da população rural sobre a urbana em 1980, excetuando-se, apenas, a Microrregião Planalto Goiano que foi, também, a única a apresentar decréscimo da população rural na década de 70. Embora a população que vive no campo tenha, ainda, uma superioridade numérica sobre a população dos núcleos urbanos, já se observa uma diminuição da sua participação total, o que vem mostrar uma modificação no padrão de sua distribuição em direção à tendência geral do Centro-Oeste, em 1980, que é o predomínio da população urbana (Tabela 3).

TABELA 3

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL — ÁREA DO LESTE GOIANO — 1970-1980

MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO							
	Urbana				Rural			
	1970		1980		1970		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL	**85 046**	**20,70**	**244 041**	**41,60**	**325 977**	**79,50**	**341 413**	**58,30**
Tocantina de Pedro Afonso	10 603	15,80	15 157	20,90	56 498	84,20	57 534	79,10
Serra Geral de Goiás	16 346	18,70	36 615	31,00	71 056	81,30	81 684	60,00
Chapada dos Veadeiros	5 668	13,40	13 977	24,10	36 688	86,60	44 070	75,90
Vão do Paranã	9 806	19,80	22 709	32,20	39 780	80,20	47 853	67,80
Planalto Goiano	42 623	25,90	155 583	58,50	121 955	74,10	110 272	41,50

FONTE — Censo Demográfico 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, IBGE.

Embora o Distrito Federal se encontre localizado no leste goiano, os dados relativos à sua atividade agropecuária não foram considerados na definição dessa área do espaço rural goiano, devido às peculiaridades inerentes ao fato de ser a capital do País. Dentre essas peculiaridades, cabe destacar a sua característica eminentemente urbana (em 1980, 96,8% da sua população total concentrava-se nas áreas urbanas), a questão da propriedade das terras que, na sua maioria, pertencem ao Poder Público e a expansão nas áreas rurais de sítios de lazer. Assim, as características de sua atividade agropecuária em muito diferem daquelas que definiram o leste goiano. Apesar de sua função político-administrativa que o individualiza, o desenvolvimento de atividades agropecuárias vem sendo incentivado, através de programas que visam a formação de um cinturão verde para o abastecimento de Brasília e a expansão de grandes lavouras comerciais (trigo, soja e arroz) e da pecuária. Considerando-se que a grande maioria das terras do Distrito Federal é de propriedade do Governo Federal, uma das soluções encontradas para pôr em prática a idéia do cinturão verde, foi a criação de Núcleos Rurais. Estes deveriam contar com infra-estrutura de comercialização, além de assistência técnica e creditícia ao pequeno produtor.

Considerando-se que a produção hortigranjeira desses Núcleos Rurais concentra-se em pequenos e médios estabelecimentos, a Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal vem também pretendendo a dinamização dessa atividade, através de medidas que assegurem a comercialização em Brasília.

Para atender a esses objetivos, essa mesma Secretaria estabeleceu políticas prioritárias de ação viabilizadas através de uma série de programas específicos. Destaca-se, dentre eles, o PROHORT que é um programa de caráter emergencial voltado para o incentivo à produção e comercialização de hortigranjeiros no Distrito Federal.

Contrastando com a situação dos Núcleos Rurais cujos objetivos não foram totalmente atingidos, situam-se os Projetos Especiais que têm posição privilegiada no tocante à canalização de recursos, gerando uma incômoda situação de seletividade em relação aos pequenos produtores locais. O fato de esses projetos privilegiarem empresários em detrimento de pequenos produtores, bem como de voltarem-se para atividades que não estão ligadas ao mercado de Brasília, mas, sim, destinadas aos mercados nacional e internacional, dificulta a expansão de áreas realmente voltadas para o abastecimento da Capital Federal.

Nesse contexto, tem-se uma estrutura fundiária altamente concentrada, uma vez que, em 1980, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares correspondiam a 80% do número e englobavam 20,5% da área, enquanto que os grandes estabelecimentos, aqueles de área superior a 1.000 hectares, representavam apenas 1,5% do número e abrangiam 28,8% da área. A disparidade no ritmo de crescimento do número e da área de estabelecimentos, no período de 1970 a 1980 — 37 e 64%, respectivamente — assinalam a expansão de estabelecimentos de maiores dimensões, o que poderá se constituir numa tendência, haja vista a própria política agrícola nacional que privilegia, de fato, o grande produtor rural.

Ao que tudo indica, os grandes produtores rurais, no Distrito Federal são, principalmente, proprietários e arrendatários por serem aqueles que já, em 1980, detinham estabelecimentos de maior área média. Nota-se, no entanto, que os proprietários perderam expressão

espacial e numérica, ao longo da década de 70, enquanto que, em 1980, destacaram-se os arrendatários como os mais numerosos, o que se compreende pelo fato de ser a maior parte das terras no Distrito Federal de propriedade do Poder Público.

Nesse sentido, compreende-se o insucesso dos Núcleos Rurais hortigranjeiros, constituídos de pequenos e médios produtores, e o avanço das grandes explorações de lavouras comerciais principalmente arroz e soja, amparadas pelos Projetos Especiais. De fato, ao longo da década, as lavouras temporárias incorporaram à sua área de produção 40.716 hectares, o que acarretou um significativo aumento na participação dos cultivos temporários, na área total dos estabelecimentos, que, de 5%, em 1970, passou a representar 17,6%, em 1980.

Da mesma forma que as grandes lavouras comerciais, a pecuária, predominantemente leiteira, também, foi alvo de incentivos desses Projetos Especiais, verificando-se, ao longo da década, um aumento do rebanho bovino de 116%. As condições em que se desenvolve essa atividade revelam uma melhoria do sistema criatório, já que, em 1975, assistia-se a um declínio das áreas em pastos naturais em favor daquelas em pastagens formadas. Nesse processo de aprimoramento das técnicas de criação bovina e de expansão da lavoura, um fator relevante foi o avanço da mecanização verificado através do aumento do número de tratores que, nessa década, foi de 1.211 unidades.

Apesar desse incremento da mecanização, esta não foi ainda capaz de provocar uma retração no emprego da mão-de-obra agrícola que continua a acusar crescimento, uma vez que, nessa década, o contingente de trabalhadores foi acrescido de 7.235 pessoas, correspondendo a uma variação de cerca de 100%.

Além desse aspecto, nota-se também um dinamismo com relação ao crescimento da população total do Distrito Federal que, ao longo dos anos 70, sofreu um acréscimo de 657.318 habitantes, equivalendo a uma variação de mais 100%, referente principalmente à população urbana.

4.3 — Áreas agropastoris

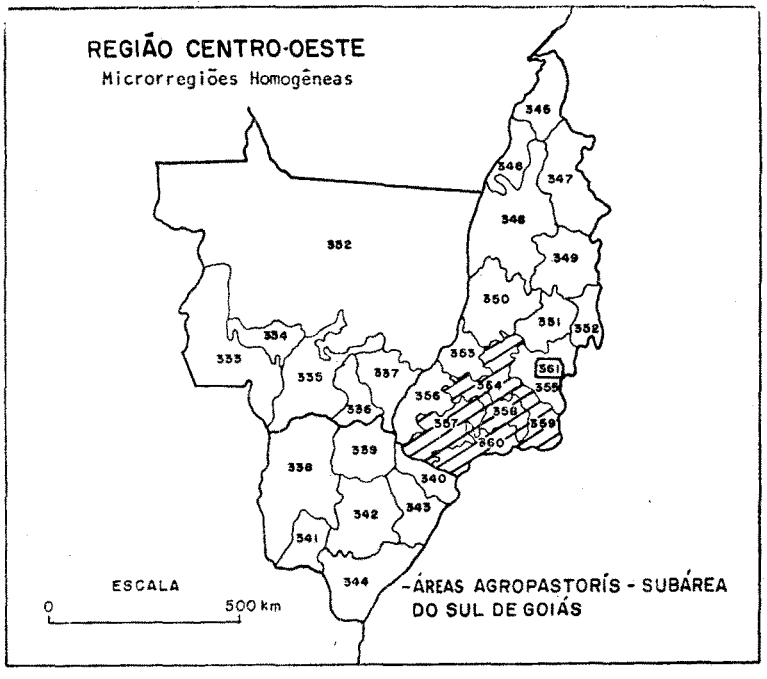
Essas áreas, embora tenham sido definidas pelos mesmos critérios utilizados para a caracterização das de predomínio da atividade criatória, diferenciaram-se bastante destas por apresentarem maior destaque no valor da produção da lavoura sobre o de pecuária e, também, por contarem com elevadas densidades do rebanho na maioria das microrregiões que as compõem. Essas áreas agropastoris compreendem o *sul de Goiás* e o *eixo da BR-163*. A primeira subárea é formada pelas Microrregiões "Mato Grosso" de Goiás (354), Serra do Caiapó (357), Meia-Ponte (358), Sudeste Goiano (359) e Vertente Goiana do Paranaíba (360). A segunda é composta por Rondonópolis (336), Garças (337), Alto Taquari (339), Bodoquena (341), Pastoril de Campo Grande (342) e Campos de Vacaria e Mata de Dourados (344).

4.3.1 — Subárea do sul de Goiás

Em função de sua posição geográfica essa subárea sofre influência das áreas consumidoras do Sudeste e da importante área pastoril formada pelo Triângulo Mineiro, fatores que, aliados às diretrizes para o desenvolvimento econômico da Região, são responsáveis pela carac-

terização da atividade agropecuária das microrregiões que compõem essa subárea (Mapa 9).

O sul de Goiás sobressai por apresentar-se como uma das mais importantes áreas de lavouras da Região Centro-Oeste, cujo valor da produção chega a ultrapassar o da pecuária que aí é caracterizada por um maior grau de qualificação técnica.



MAPA 9

É o sul de Goiás a mais próspera área do Estado onde estão localizados seus mais importantes centros urbanos — Anápolis e Goiânia — que formam importante e crescente mercado consumidor para sua produção agropecuária, juntamente com a Capital Federal que se situa próxima a essa subárea.

A posição dessa subárea é, ainda, privilegiada pelo traçado de importantes eixos rodoviários que não apenas colocam o sul de Goiás em contato com o norte do País, como interligam seus principais centros urbanos e, dessa forma, permitem o escoamento da produção agropecuária local.

Num passado recente, o sul de Goiás foi uma das poucas áreas do Centro-Oeste para onde convergiram os estímulos governamentais através dos quais foi criado importante núcleo de colonização em área de mata. A partir de então, aí se verificou um desenvolvimento agrícola expressivo, que colocou o sul de Goiás em destaque com relação às demais áreas agrícolas do Centro-Oeste, especialmente porque sua principal atividade econômica passou a ser o cultivo de produtos alimentares para comercialização, o que contrastava com as áreas pastoris que predominavam na Região.

Com as atuais políticas de incentivos governamentais voltadas para o Centro-Oeste, as áreas de cerrados presentes no sul de Goiás e as particularidades de sua localização passam a oferecer condições altamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária, visto que as extensões de cerrado mais próximas do Sudeste não se encontram mais atualmente, apenas, voltadas para as atividades pastoris, mas também vêm sendo ocupadas com cultivos comerciais. Nesse sentido o POLOCENTRO selecionou uma área contida entre os rios Verde, Grande e Claro e o eixo da BR-060, no Município Rio Verde, na Microrregião Serra de Caiapó, como uma de suas áreas-programa para o desenvolvimento de tais atividades.

Com efeito, entre as transformações ocorridas na área rural do sul de Goiás, na década de 70, destaca-se uma significativa incorporação de terras que chegou a atingir 829.264 hectares, dos quais 655.361 foram anexados no primeiro qüinqüênio da década. Observa-se, ainda, que foi na Vertente Goiana do Paranaíba e na "Mato Grosso" de Goiás que maiores extensões de terras passaram a fazer parte da área total dos estabelecimentos, sendo as variações de 287.787 e 271.809 hectares, respectivamente (Mapa 1).

Em relação às medidas governamentais previstas para a área tem-se que, a partir da criação do POLOCENTRO (1975), o sul de Goiás apresentou menor extensão de terras incorporadas à área dos estabelecimentos. Isto talvez se explique na medida em que a maior abundância de terras no Centro-Oeste encontra-se nas suas áreas setentrionais, tendo esta subárea, já desde o início da década de 70, um grau de ocupação bastante elevado, superior a 80%.

No que se refere à expansão de terras ocupadas com lavouras, verificou-se uma incorporação da ordem de 607.620 hectares, dos quais 409.331 (67,4%) referem-se à expansão ocorrida na Serra de Caiapó e Vertente Goiana do Paranaíba, Microrregiões vizinhas ao Triângulo Mineiro e que se constituem nas áreas que sofreram as maiores transformações na década (Tabela 4). Nesse mesmo período, deu-se nessas duas Microrregiões maior expansão da soja, cultivo que ampliou sua área colhida para 193.787 hectares que correspondem a 86,9% da expansão de soja ocorrida em todo o sul de Goiás. Além desse produto, destacou-se também, o milho pela ampliação de sua área colhida. A expansão do cultivo de soja corresponde a um significativo incremento do número de tratores, pois, no sul de Goiás, em 1970, a atividade agrícola contava com apenas 5.123 tratores, número que se elevou para 16.688, em 1980 (Tabela 5). Se, por um lado, houve um aumento de área colhida com um produto que emprega tecnologia moderna, por outro, verificou-se uma diminuição quase equivalente, em área, do arroz e do feijão, produtos cultivados de forma tradicional, geralmente por pequenos produtores. Essa perda de expressão dessas lavouras deu-se, principalmente, na "Mato Grosso" de Goiás e na Vertente Goiana do Paranaíba, porém, através de processos diversos. Na "Mato Grosso" de Goiás não houve uma introdução significativa da soja, tal como ocorreu na Vertente Goiana do Paranaíba, podendo-se inferir, portanto, que aí, o processo de substituição da lavoura pela pecuária foi mais significativa do que a expansão das lavouras comerciais [7].

7 Em determinadas áreas da "Mato Grosso" de Goiás ocorreu também uma expansão da horticultura, porém, essa atividade assume diminuta expressão espacial.

TABELA 4

EXPANSÃO DAS LAVOURAS — SUBÁREAS DO SUL DE GOIÁS — 1970-1980

MICRORREGIÕES	ÁREA TOTAL DE LAVOURAS (ha)		VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS (%)	PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS NO TOTAL DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%)	
	1970	1980	1970/80	1970	1980
TOTAL	1 145 343	1 752 983	53,05	8,98	12,77
Mato Grosso de Goiás	404 971	457 128	12,90	12,90	13,40
Serra de Caipó	181 955	453 948	149,50	5,40	13,20
Meia-Ponte	133 961	229 857	71,60	8,30	13,70
Sudeste Goiano	71 785	122 021	70,00	3,50	5,60
Vertente Goiana do Paranaíba	352 671	490 009	38,90	12,90	16,20

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

TABELA 5

EXPANSÃO DE TRATORES — SUBÁREA DO SUL DE GOIÁS — 1970-1975-1980

MICRORREGIÕES	EXPANSÃO DE TRATORES					
	Número de tratores			Variação		
	1970	1975	1980	1970/75	1975/80	1970/80
TOTAL	5 123	10 568	16 688	5 445	6 120	11 565
Mato Grosso de Goiás	1 407	2 746	3 732	1 339	986	2 325
Serra de Caiapó	868	2 201	3 899	1 333	1 698	3 031
Meia-Ponte	651	1 242	2 259	591	1 017	1 608
Sudeste Goiano	226	576	1 167	350	591	941
Vertente Goiana do Paranaíba	1 971	3 903	5 631	1 832	1 828	3 660

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Embora tenha se verificado, na década de 70, um aumento das áreas de lavouras nos estabelecimentos rurais, essa expansão não chegou a fazer com que esse uso da terra assumisse primazia espacial tanto que as pastagens continuam a predominar na área total das unidades produtivas. Outro aspecto a considerar é que a expansão das lavouras se deveu, basicamente, ao incremento dos cultivos temporários, mantendo-se as lavouras permanentes com a inexpressiva participação de 1%.

A importância espacial da pecuária é, pois, evidenciada não apenas pelo fato de que, em todas as microrregiões que compõem essa subárea, mais de 67,2% da superfície dos estabelecimentos em 1975, eram ocupados com pastagens, mas também pelo aumento dos pastos plantados, no período de 1970 a 1975, excetuando-se, apenas, a Microrregião Meia-Ponte onde se deu um decréscimo de 12,5%.

As Microrregiões "Mato Grosso" de Goiás, Serra de Caiapó e Vertente Goiana do Paranaíba concentravam 38% do rebanho do sul de Goiás e essa subárea reunia 50,9% do efetivo bovino do Estado de Goiás (8.170.044 cabeças), em 1980. Concomitantemente ao aumento das pastagens e do efetivo bovino, verificaram-se maiores densidades do rebanho, uma vez que, com exceção da Serra de Caiapó, cuja densidade é de 36 cabeças por 100 hectares de pastagem, nas demais alcança 48. Apesar da expansão da atividade criatória nessa subárea, o valor da produção das lavouras predomina no valor total da produção agropecuária, exceto em Meia-Ponte, onde os valores são equivalentes e na Sudeste Goiano, onde predomina o valor da produção da pecuária.

Apesar da existência de áreas voltadas para a produção de leite, nas proximidades dos grandes centros urbanos do sul de Goiás, a pecuária de corte nessa subárea tem tido expressivo incremento concentrando mais de 56% do rebanho, enquanto que, no período de 1970 a 1975, verificou-se significativa tendência à diminuição do rebanho leiteiro. Apenas em Meia-Ponte, deu-se uma variação positiva de 29,5% para esse tipo de rebanho. A proximidade do oeste de São Paulo e do Triângulo Mineiro, onde estão instalados importantes frigoríficos do País, e a presença desse tipo de indústria no sul de Goiás (em Pires do Rio, por exemplo) são responsáveis pela importância que essa atividade vem assumindo na subárea.

Apesar do incremento que ocorreu nas atividades agropecuárias do sul de Goiás, observou-se, ao longo da década de 70, uma significativa tendência à redução de proprietários e de posseiros, categorias de produtores que perderam expressão quando comparadas às demais. Já, com relação aos arrendatários e parceiros, deu-se, na maior parte das microrregiões do sul de Goiás, o aumento e a manutenção dos seus índices de participação. Ao mesmo tempo houve, também, uma tendência ao aumento da área, principalmente daquela sob responsabilidade dos arrendatários. Essas alterações podem ser devidas à atuação desses produtores no processo de formação de pastagens, fato que vem comprovar que, ao mesmo tempo em que as políticas governamentais avançam sobre a área provocando a modernização da agricultura e contribuindo para a acumulação de capital, o fazem através da utilização de formas de produção não capitalistas, como é o caso do arrendamento nessa área de Goiás.

A perda de expressão numérica dos proprietários e posseiros nessa área, está relacionada ao processo de concentração de terras aí verificado na década de 70, o qual se caracterizou por acentuado decréscimo dos pequenos estabelecimentos, principalmente daqueles cuja dimensão varia entre 0 e 10 hectares. As unidades produtivas pertencentes ao grupo de área de 10 a 100 hectares praticamente não sofreram alteração quanto ao número e à área, o mesmo ocorrendo com relação à sua participação no total da área dos estabelecimentos. Porém, quando se observa a variação no número e na área dos estabelecimentos com

área superior a 100 hectares verifica-se, então, significativo aumento em todas as microrregiões que compõem o sul de Goiás. Observa-se, ainda, que os estabelecimentos com área superior a 10.000 hectares eram, praticamente, inexpressivos nessa subárea, tendo apresentado um aumento significativo em número e em área, o que resultou, também, num aumento de sua participação no total dos estabelecimentos rurais. Assim, um importante aspecto a considerar, a partir desses dados relativos ao processo de concentração fundiária, é que esse afetou, principalmente, antigas áreas de colonização e áreas onde a pequena produção de subsistência passou a ser um empecilho à expansão da atividade agropastoril exportadora em curso nos anos 70. Ora, o aumento da concentração de terras nessa área de colonização e, também, em áreas onde a pequena produção de subsistência era a atividade predominante, constitui prova de que a questão fundiária não mereceu, por parte dos planos governamentais, a atenção que lhe era devida. Tratava-se, aí, de melhorar a situação do pequeno lavrador e de criar condições para que ele permanecesse no processo produtivo. Entretanto, a concentração de terras avançou juntamente com a pecuária, conquistando áreas de pequenos colonos e posseiros dedicados à pequena produção de bens alimentares.

Os colonos e pequenos lavradores, ao perderem seu principal meio de produção — a terra — quando não buscam áreas de fronteira no norte do Estado, ou não migram para as áreas urbanas, são praticamente obrigados a descerem na escala social, passando a fazer parte, ou da parcela de produtores que lidam diretamente com a terra, sem a possuirem, como os arrendatários e os parceiros, ou a integrar a força de trabalho assalariada da sua área rural. Considerando-se esses aspectos relacionados à mobilidade vertical de trabalho, tem-se mais um elemento para compreender o aumento da utilização de formas de produção não capitalistas e o incremento da força de trabalho assalariada que, nessa subárea, acusou variações que oscilaram entre 12 e 45%.

Embora tenha sido uma preocupação prioritária das políticas governamentais voltadas para essa subárea, tanto a fixação da mão-de-obra no campo, quanto o aumento da força de trabalho, calcula-se que isto foi direcionado de forma a privilegiar, principalmente, as tarefas de caráter temporário e o emprego de mão-de-obra em épocas de maior demanda de trabalho, principalmente, o plantio e a colheita. Esta situação se prende ao fato de que as atividades que aí se expandiram, nessa época, não são absorvedoras de mão-de-obra ao longo de todo o ano agrícola.

O fato de o aumento da força de trabalho guardar estreita relação com a expropriação de pequenos produtores e não com a ampliação permanente do mercado de trabalho é um dos fatores que pode ajudar a compreender a perda de população rural na subárea de maior expressão agrícola do Centro-Oeste. O êxodo rural no sul de Goiás prendeu-se, portanto, às transformações que aí ocorreram, entre as quais sobressaem o processo de substituição da lavoura de bens de subsistência pela pecuária e a expansão, através de estímulos governamentais, das atividades poupadoras de mão-de-obra: pecuária extensiva e lavoura mecanizada. Em áreas de colonização, a saída de população relacionava-se ao excessivo parcelamento da terra que não comporta a permanência,

nos estabelecimentos rurais, de família numerosa especialmente de seus membros adultos, o que leva à migração dos mais jovens [8].

Além da falta de perspectiva de trabalho rural, sabe-se que a precariedade das condições de vida das populações rurais acelera o processo de esvaziamento do campo. Esse fenômeno foi agravado, principalmente nessa década, uma vez que não foram criadas as prioridades que se faziam necessárias para que essas camadas mais baixas de população permanecessem na área rural. Assim, as medidas preconizadas pelas políticas governamentais principalmente pelo PERGEB, relativas à fixação de mão-de-obra no campo, não foram atingidas, tendo ocorrido na década de 70 uma perda de população rural da ordem de 261.370 pessoas, o que estabeleceu nessa subárea o predomínio da população urbana [9].

De fato, a área que apresentou o maior esvaziamento rural foi a "Mato Grosso" de Goiás, com uma perda de 134.524 pessoas, seguido da Vertente Goiana do Paranaíba, cuja população rural decresceu em 72.651 habitantes. Note-se que foram essas Microrregiões aquelas que sofreram maior impacto decorrente da ação de políticas governamentais, gerando as mais sensíveis transformações em suas áreas rurais.

4.3.2 — Subárea do eixo da Rodovia BR-163

Essa área que se estende ao longo da BR-163, desde o extremo sul de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, caracteriza-se pela elevada expressão das suas atividades agropecuárias que têm na importância das lavouras temporárias a particularidade que a diferencia de outras áreas do Centro-Oeste (Mapa 10). Essa faixa de terras sobressai na Região, juntamente com o sul de Goiás, como área onde o valor da produção das lavouras ultrapassa o da pecuária e onde já se inicia um processo de modernização das atividades agropecuárias.

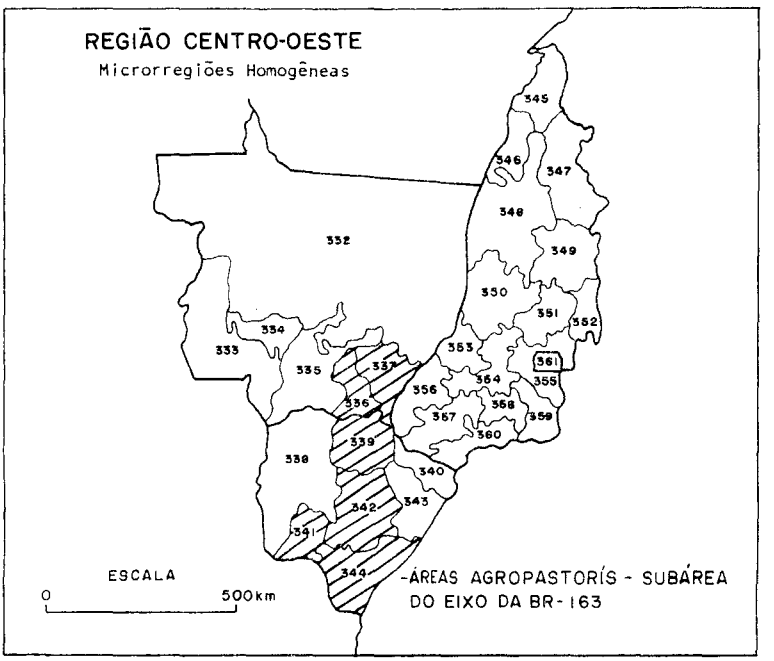
O fortalecimento dessas atividades reflete, sem dúvida, uma sucessão de fases onde determinadas atividades econômicas tiveram preponderância na economia regional. Retrata, ainda, o avanço da fronteira agrícola em diferentes períodos de tempo e a retomada dos espaços vazios que ficaram à retaguarda dessa fronteira agrícola.

O impulso inicial que essa subárea recebeu, por volta dos anos 40, através de colonização federal em terras de mata, na região de Dourados, vem se renovando pela existência de mercados próximos, com acesso facilitado pelas vias de transporte existentes e pela criação de programas que beneficiaram a área, nos últimos 20 anos, e que reorientaram o seu papel na economia nacional. Apesar dos problemas que vêm desdourando o vigor econômico dessa subárea, a pecuária melhorada e as lavouras não tradicionais se expandiram a partir de Dourados, em direção a Mato Grosso, atingindo áreas circunvizinhas a Rondonópolis, que antes voltavam-se a atividades de menor importância comercial.

8 A esse respeito ver: REGIÃO geoeconômica de Brasília; a produção de bens alimentares básicos e horticolas e o mercado da Capital Federal. Tereza Coni Aguiar et alii. mimeo.

9 O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília previa que a minimização do fluxo migratório deveria ser alcançada por meio da ampliação da oferta de novas oportunidades de trabalho, nas áreas liberadoras de população e pontos estratégicos da trajetória do migrante, compreendidos nos limites da Região Geoeconômica de Brasília.

Esse processo de expansão das atividades agropecuárias veio acompanhado de uma rápida evolução da urbanização, que se deveu principalmente, ao intenso êxodo rural ocorrido na década de 70, o qual resultou na saída de 98.014 pessoas da área rural, restringindo-se, sua população, em 1980, a 437.199 habitantes. Embora se saiba que essa saída de população rural se dá em direção às áreas de fronteira do extremo norte de Mato Grosso e às da Amazônia, tem sido também, muito expressivo, o deslocamento de população para as cidades mais próximas. Esse esvaziamento do campo é uma conseqüência direta das intensas modificações que ocorreram nas áreas rurais e que afetaram, de forma profunda, todo o processo produtivo dessa subárea, trazendo alterações significativas no arranjo do seu espaço rural.



MAPA 10

Tais modificações se devem, principalmente, ao forte incentivo governamental que essa subárea passou a receber, notadamente na sua porção meridional onde atuam o PRODEGRAN e o POLOCENTRO, através de duas áreas-programa: Campo Grande—Três Lagoas, ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e Bodoquena, no eixo da rodovia de ligação entre Aquidauana e Bonito. Tais programas também previam a incorporação de áreas de cerrado que, até a década de 70, ainda ocupavam grandes extensões.

Essa subárea responde, pois, às expectativas dos programas visto ter apresentado, em seu conjunto, o significativo aumento de 3.318.949 hectares na área total de seus estabelecimentos, o que equivale a cerca de 10% do total de incorporações de terra da Região Centro-Oeste. Somente Campos de Vacaria e Mata de Dourados apresentou um total

de 1.138.016 hectares incorporados à área total de suas unidades produtivas, enquanto Rondonópolis e Garças tiveram um aumento de 686.066 e 614.803 hectares, respectivamente (Mapa 1). Essa incorporação de terras teve como conseqüência a elevação do grau de ocupação de toda a subárea, notadamente em Rondonópolis e Garças, que, em 1970, correspondia a 47,8% e 55,1%, respectivamente, e, em 1980, alcançou 76,8% e 70,6%. De fato, encontravam-se essas duas Microrregiões, já em fins da década de 60, em pleno processo de expansão da fronteira agrícola, o que ajuda a compreender o elevado grau de ocupação alcançado.

A Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, por sua vez, experimentou nessa década um crescimento da área dos estabelecimentos rurais só comparado ao que ocorreu em áreas que se encontram em processo de abertura de fronteira agrícola. Esse fato, a princípio estranho, se explica pelo grande vigor que suas atividades agropecuárias apresentaram, advindo de inúmeros fatores, a começar pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1946, e pelas iniciativas de colonização particular que floresceram, tornando essa área a mais importante do Estado quanto à atividade agrícola. Além desses fatores, contribuiu, também, para o fortalecimento econômico dessa Microrregião, a grande proximidade de São Paulo e do Paraná, o que a colocava em contato com os centros urbanos mais dinâmicos do País, através de um sistema viário composto por rodovias asfaltadas e pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que, através de ramal, corta importante área dessa Microrregião até atingir a Cidade de Ponta Porã. A presença de colonos de diferentes áreas do País que contribuem para a introdução de novas técnicas no processo produtivo e a existência de manchas de solos basálticos de boa fertilidade, foram, ainda, fatores que se somavam aos demais no sentido de manter o ritmo de crescimento econômico da área. Na década de 70, a política do Governo, apoiando-se na vocação agrícola dessa subárea e na perspectiva de ampliação dos seus espaços agropastoris, através da ocupação do cerrado, veio reforçar, ainda mais, sua tendência com relação à capacidade de expansão de atividades agropastoris. Criou-se, dessa forma, o PRODEGRAN, cujo objetivo era "elevar e manter cinco milhões de hectares cultivados com cereais e oleaginosas e manter nesse nível a área produtiva com utilização de tecnologia adequada" [10].

Desse modo, impulsionada por tais estímulos, toda essa subárea apresentou, na década de 70, um significativo aumento das áreas em lavoura, da ordem de 1.682.084 hectares. Esse processo foi mais expressivo nas Microrregiões situadas no sul dessa subárea, embora esteja presente nas demais, chegando Rondonópolis a acusar a maior participação das lavouras na área dos estabelecimentos (13,9%) de toda a subárea, seguida da Campos de Vacaria e Mata de Dourados, onde essa participação alcançou 11,9%. Essa posição que as lavouras vêm adquirindo, recentemente, em função do avanço tecnológico que permitiu o aproveitamento de áreas de cerrado, deve-se basicamente, à expansão das lavouras temporárias que nessa subárea, alcançam participação elevada no valor total da produção agropecuária. Este fato se destaca, notadamente, em Alto Taquari, Garças e Pastoril de Campo Grande, onde a lavoura temporária assume o primeiro lugar no valor da pro-

10 TEIXEIRA, Osandy Ribeiro. *Planejamento regional;* uma experiência na Região Centro-Oeste. Cuiabá, Encontro de Secretários Estaduais de Planejamento, 1977. mimeo.

dução. Em Campos de Vacaria e Mata de Dourados a lavoura temporária e a pecuária se equivalem quanto à sua participação no valor total da produção, e em Rondonópolis e em Bodoquena, a pecuária sobressai em termos econômicos.

É nessa subárea que se encontra a maior diversidade de produtos agrícolas da Região Centro-Oeste, concentrada nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados, pois além do arroz, milho, feijão, algodão, amendoim, mandioca, cana-de-açúcar e mamona, já cultivados desde a época de sua colonização, a produção de soja e de trigo foi bastante significativa a partir da década de 70. As demais microrregiões acompanharam, de certa forma, a expansão das novas culturas, principalmente no que se refere à introdução da soja. Já, em 1980, de acordo com o levantamento da Produção Agrícola Municipal (PAM), deu-se grande expansão da área colhida com a soja que chegou a alcançar 820.501 hectares, não mais localizados quase exclusivamente na Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, mas situados ainda de forma bastante concentrada. Assim, seu cultivo se expandiu ao longo da década, pelos campos cerrados da Microrregião Pastoril de Campo Grande que, juntamente com a Campos de Vacaria e Mata de Dourados, em 1980, englobavam 85,51% de área colhida de soja dessa subárea.

Merece destaque, também, a posição do trigo, produto que teve seu cultivo iniciado no eixo da BR-163, basicamente na década de 70, tendo alcançado, em 1980, uma área colhida de 121.785 hectares, dos quais 111.680 concentravam-se nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados.

Com relação aos demais produtos que já eram cultivados nessa subárea, sobressai o arroz que acusou significativo aumento de sua área colhida, em todas as microrregiões, tendo alcançado uma variação de 411.849 hectares. O café também expandiu sua área colhida, fato que se deu, principalmente, nas microrregiões meridionais da subárea do eixo da Rodovia BR-163, as quais foram responsáveis pelo aumento de 22.282 hectares de sua área colhida. A cana-de-açúcar teve expansão de seu cultivo, principalmente, nas áreas de cerrado, o que se deve provavelmente aos incentivos do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), tendo sido as Microrregiões Alto Taquari e Pastoril de Campos Grande responsáveis pelo incremento de 10.279 hectares na sua área colhida. Em Rondonópolis o cultivo da cana-de-açúcar vem também se expandindo, favorecido pela presença de uma usina, no Município de Jaciara.

O feijão embora tenha apresentado um decréscimo da sua área colhida, nas Microrregiões mais setentrionais da subárea do eixo da Rodovia BR-163, acusou um aumento de 33.973 hectares, concentrados em Bodoquena, Pastoril de Campo Grande e Campos de Vacaria e Mata de Dourados.

O amendoim e o algodão são produtos que, embora guardem ainda uma relativa expressão econômica, principalmente em Campos de Vacaria e Mato de Dourados, têm apresentado uma diminuição de sua área colhida. Em Rondonópolis esses produtos são cultivados, principalmente por colonos que para aí se dirigiram na época da colonização estadual, porém, atualmente, esses cultivos perderam totalmente sua expressão econômica, com a introdução da agricultura capitalista que se implantou em toda a subárea.

Esse processo que implicou na modernização da atividade agrícola teve, na intensificação do emprego de máquinas, uma de suas características mais marcantes. De fato, deu-se nessa subárea um expressivo incremento do número de tratores, pois, em 1970, existiam 2.791 máquinas, número que se elevou para 12.084, em 1980, o que significava que, no início da década, um trator servia a 6.110 hectares, passando, em 1980, a servir a 1.597 (Tabela 6).

TABELA 6

EXPANSÃO DE TRATORES — SUBÁREA DO EIXO DA RODOVIA BR-163 — 1970-1980

MICRORREGIÕES	EXPANSÃO DE TRATORES			
	Número de tratores		Trator p/ hectare	
	1970	1980	1970	1980
TOTAL	2 791	12 084	6 110	1 597
Rondonópolis	142	1 909	7 962	1 004
Garças	22	1 277	99 478	2 195
Alto Taquari	200	898	14 323	1 442
Bodoquena	122	521	13 767	1 702
Pastoril de Campo Grande	1 252	3 509	3 888	969
Campos de Vacaria e Mata de Dourados	1 053	4 070	4 095	681

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Apesar da importância econômica que as lavouras assumem nessa subárea, a pecuária apresenta-se renovada e vem se expandindo, experimentando maior grau de modernização que fica evidenciado pelo aumento da densidade do rebanho, pela grande incorporação de pastos plantados e, ainda, pelo elevado aumento do efetivo bovino (Mapa 3).

Esse processo de expansão da atividade pastoril embora tenha afetado toda a subárea do eixo da Rodovia BR-163, foi particularmente acentuado na área da Micro Campos de Vacaria e Mata de Dourados, onde a densidade do rebanho passou de 50 para 73 cabeças por 100 hectares de pastagem, a formação de pastos plantados conquistou uma área de 869.283 hectares (entre 1970 e 1975) e o efetivo bovino foi aumentado em 2.120.369 cabeças ao longo da década. Assim, apenas essa Microrregião reúne, hoje, o maior plantel do Centro-Oeste — 3.457.958 cabeças — chegando mesmo a ultrapassar a área criatória dos Pantanais, tradicionalmente, possuidora do maior rebanho bovino da Região Centro-Oeste.

No conjunto, a subárea conta com 8.047.046 cabeças que correspondem a 24,24% do rebanho regional, sendo ultrapassada, em pouco, pelo rebanho da subárea do sul de Goiás que conta com 8.170.084 cabeças (24,61% do rebanho regional). A criação bovina, na subárea

do eixo da Rodovia BR-163, se destina basicamente ao corte, uma vez que, mais de 80% dos rebanhos das microrregiões que a compõem, voltavam-se, em 1975, a essa finalidade.

Em 1970, os pastos plantados ocupavam uma área de 2.839.791 hectares, que através de um processo de formação de novas pastagens, elevou-se para 4.293.316 hectares, em 1975. Entretanto, os pastos naturais que, em 1970, abrangiam 10.058.998 hectares, demonstrando o elevado grau de extensividade da atividade pastoril aí praticada, acusaram, em 1975, um decréscimo de 12,97% (1.305.447 ha). Essa variação das pastagens naturais e plantadas é um importante indicador da modernização que a pecuária vem experimentando, impulsionada principalmente pela proximidade dos mais importantes mercados consumidores nacionais. De fato, forma essa subárea uma das mais importantes áreas de invernadas do País, juntamente com o oeste de São Paulo, norte do Paraná, sul de Goiás e Triângulo Mineiro. Essa especialização da atividade pastoril, notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, recebeu forte impulso, tendo nessas áreas se instalado grandes pecuaristas e os mais importantes frigoríficos do País. A localização de frigoríficos nas áreas de invernadas é uma tendência que vem se acentuando e se firmando a partir da segunda metade dos anos 50, por ser mais vantajosa, economicamente, a diminuição das distâncias entre as áreas de engorda e as de abate.

Todas essas transformações que ocorreram no processo produtivo dessa subárea e, principalmente, nas suas relações de produção se deram baseadas na aceleração da concentração fundiária aí verificada, através da acentuada tendência à diminuição do número e ao aumento da área dos estabelecimentos rurais. Entretanto, em Bodoquena e na Pastoril de Campo Grande, embora se verifique uma estrutura fundiária caracterizada pela desigualdade na distribuição de terras, a concentração, na década de 70, não se acentuou com a mesma intensidade que nas demais microrregiões.

Se, por um lado, essa subárea experimentou uma acentuada expansão das atividades agropecuárias, por outro, a forma como esta se deu, através da lavoura mecanizada e da pecuária, não gerou uma ampliação do mercado de trabalho rural, ao contrário, tem ocasionado uma sensível redução da oferta de emprego. A única exceção foi a Microrregião Pastoril de Campo Grande, que apresentou decréscimo da força de trabalho no período de 1970 a 1975, acusando, porém, um pequeno aumento no último qüinqüênio.

No conjunto, a subárea do eixo da Rodovia BR-163 apresentou, entre 1970 e 1975, um crescimento do pessoal ocupado da ordem de 31.990 pessoas, embora nos últimos cinco anos da década tenha apresentado um decréscimo na força de trabalho de 30.063 pessoas, o que equivaleu, ao final da década, a um acréscimo de apenas 1.927 trabalhadores rurais. Essa diferença do ritmo de crescimento traduz a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, através da implantação de projetos agropecuários que necessitaram empregar maior contingente de mão-de-obra nessa fase de abertura e formação das novas áreas agrícolas. O decréscimo de pessoal ocupado, que se verificou no qüinqüênio seguinte, denota a não inserção dessa força de trabalho às lides agrárias em virtude de terem aí se estabelecido atividades econômicas altamente poupadoras de mão-de-obra (Tabela 7).

TABELA 7

PESSOAL OCUPADO — SUBÁREA DO EIXO DA BR-163 — 1970-1975-1980

MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO		
	1970	1975	1980
TOTAL	230 675	262 665	232 602
Rondonópolis	36 729	40 828	33 467
Garças	24 290	27 304	25 573
Alta Taquari	21 615	26 221	20 275
Bodoquena	9 529	15 026	14 103
Pastoril de Campo Grande	30 218	28 957	31 232
Campos de Vacaria e Mata de Dourados	108 294	124 329	107 952

FONTE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 — IBGE.

Outro aspecto que reflete, também, as transformações nas atividades agropecuárias dessa subárea diz respeito às modificações que ocorreram no regime de exploração que estão, por sua vez, intimamente ligadas à acentuação da concentração fundiária. No decorrer da década de 70 deu-se uma sensível diminuição do número de proprietários, ao mesmo tempo em que houve uma elevação da área por eles explorada. Deve-se considerar que essa área conta com expressivo número de colonos que para lá se deslocaram estimulados pela criação de projetos de colonização oficial, como se deu no sul de Mato Grosso e pela perspectiva de acesso à terra, como se verificou na região em torno do Município de Rondonópolis [11]. A grande valorização que vem ocorrendo nessa subárea provocando a atração de investimentos ligados à produção para a exportação têm, muitas vezes, ocasionado a redução do número de pequenos proprietários. Nessas circunstâncias, esses produtores têm condições de vender sua terra por preço mais elevado e adquirir maiores áreas, principalmente, no norte de Mato Grosso onde hoje se encontra a fronteira agrícola. Outra situação, também freqüente, ocorre quando o pequeno proprietário não desejando sair de sua terra torna-se uma barreira à expansão da agricultura capitalista na área. É comum, nesse caso, que esse pequeno proprietário, já empobrecido, seja alvo de inúmeras pressões que o levam finalmente à venda da terra por preço que não lhe permite muitas vezes, a compra de outra propriedade. Nesse caso ele passa a pertencer às categorias que não detêm a propriedade da terra ou migra para as áreas urbanas.

Os ocupantes, na subárea do eixo da Rodovia BR-163, por sua vez, constituem outra categoria de produtor rural que nessa década sofreu significativa diminuição do seu número e da área por eles explorada. Excetuam-se apenas duas Microrregiões, Rondonópolis e Garças, onde ainda se processou um aumento da área ocupada por posseiros. Deve-se ressaltar que essa área setentrional formada por essas duas microrregiões caracterizou-se na década de 70 como zona pioneira, tendo, até

11 Nessa área, o processo de colonização se deu de forma espontânea, tendo o Governo Estadual regularizado a situação das terras na década de 60.

mesmo, favorecido a alguns posseiros a expansão de suas áreas, ao mesmo tempo em que para outras já se tornava cada vez mais difícil a sua fixação à terra, em virtude dos conflitos surgidos nessa década, principalmente, em áreas mais valorizadas.

As Microrregiões Rondonópolis, Garças e Campos de Vacaria e Mata de Dourados que se destacaram pela maior incorporação de áreas ao processo produtivo foram também as que apresentaram maior aumento da área explorada por arrendatários. Sabendo-se que essa incorporação de terras foi direcionada em grande parte, para a atividade criatória entende-se que tenha ocorrido, aí, uma grande participação desse tipo de produtor, uma vez que o processo de formação de pastagens, quando os proprietários não são altamente capitalizados, está intimamente relacionado à utilização do trabalho dos arrendatários. Nas demais microrregiões verificou-se o decréscimo tanto do número quanto da área explorada pelos arrendatários. Ao que tudo indica, a tendência à diminuição do número desses produtores deve-se ao fato de que nessas microrregiões muitos projetos agropecuários já se encontram instalados.

Ainda na fase de formação dos grandes projetos agropecuários tornava-se também vantajosa a utilização da parceria, principalmente, porque esse sistema permite a "socialização" dos custos e das perdas da produção e, também, um aumento da produtividade do trabalho [12]. Atualmente, o emprego da parceria, em áreas onde os projetos ligados à criação de gado já se encontram implantados torna-se menos necessária, tal como o arrendamento, o que resulta em gradativa expulsão de parceiros para outras áreas, principalmente de fronteira agrícola onde as atividades agropecuárias se encontra em fase de expansão.

Assim, as transformações que afetaram essa subárea, no sentido do avanço de uma agricultura realizada em moldes capitalistas apresentavam, também, conseqüências negativas para essa área rural. Além de ter levado a uma diminuição das perspectivas de trabalho no campo ocasionou, também, o enfraquecimento da pequena produção que tem papel muito importante no abastecimento dos mercados regionais.

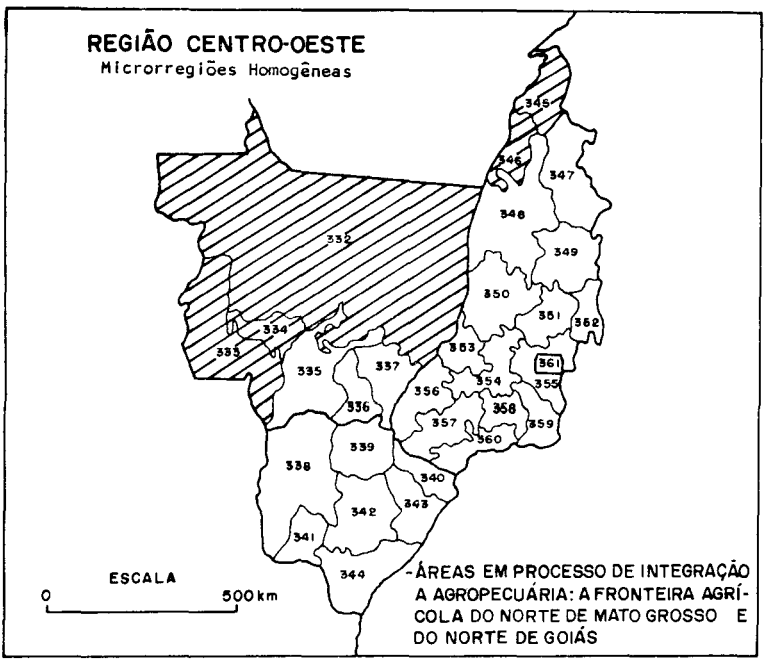
4.4 — Áreas em processo de integração à agropecuária: a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás

As participações das áreas em pastagem na área total dos estabelecimentos rurais e do valor da produção da pecuária no valor total da agropecuária, inferiores a 52 e 50%, respectivamente, definiram as áreas do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás que, dado o arranjo de suas atividades agropecuárias, correspondem de uma maneira geral às características das áreas de fronteira agrícola. Assim, essas áreas apresentaram um comportamento diferente das demais áreas do Centro-Oeste, principalmente no que diz respeito ao grau de ocupação, que na maioria de suas microrregiões foi inferior a 60%. A grande disponibilidade de espaço e, ainda, o rápido aumento de população na última década demonstram tratar-se de áreas em pleno processo de integração à economia regional. Compõem essas áreas de fronteira agrícola as Microrregiões Norte Mato-grossense (332), Alto Guaporé—Jauru (333),

12 LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, *1977. p. 130-1.*

Alto Paraguai (334), Extremo Norte Goiano (345) e Baixo Araguaia Goiano (346).

A fronteira agrícola no Centro-Oeste estende-se por vasta área que inclui todo o norte e oeste de Mato Grosso e o extremo norte de Goiás (Mapa 11). Tratando-se de áreas mais afastadas dos principais centros consumidores do País ficaram, por longo tempo, pouco integradas ao processo produtivo nacional. O extremo norte de Goiás beneficiado pela Rodovia Belém—Brasília na década de 60 afirmou-se, a partir dessa época, como área abastecedora dos mercados do Norte e Centro-Sul do País. Já, em Mato Grosso, a integração a esses centros consumidores se dá posteriormente pois a pavimentação e a abertura de grandes eixos de penetração, parte de políticas de ocupação do espaço brasileiro, só vieram a se concretizar a partir do final da década de 60.



MAPA II

Caracterizaram-se essas subáreas na década de 70 pela grande expansão das terras dos estabelecimentos rurais, pelo rápido e intenso crescimento de sua população e ainda por contarem com vastas extensões de terras disponíveis a serem incorporadas ao processo produtivo. A intensidade com que se desencadeou esse processo de alargamento da fronteira agrícola se deve fundamentalmente a uma série de medidas e políticas governamentais que tornaram a aplicação de capital nessas áreas do Centro-Oeste investimentos altamente vantajosos. Nesse sentido, essas áreas apresentam uma situação peculiar no Centro-Oeste, uma vez que, além de se beneficiarem dos planos relativos à utilização produtiva dos cerrados, recebem também os incentivos provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em

função de estarem localizados na Amazônia Legal. No que diz respeito à atuação do POLOCENTRO tem-se duas áreas selecionadas em Mato Grosso, a de Parecis, ao longo da BR-364 e a de Xavantina, no Município Barra do Garças. Para essas áreas previam-se melhorias da infra-estrutura de transportes e de apoio à produção agropecuária. Quanto ao POLOAMAZÔNIA, criou nessas áreas em questão os Pólos de Aripuanã, Xingu/Araguaia e Araguaia/Tocantins que compreendem Programa de Pólos Pecuários com a finalidade de estimular o crescimento do rebanho bovino e Programas de Lavouras Selecionadas que previam principalmente o incentivo à produção de borracha, cana-de-açúcar, cacau, dendê, frutas, pimenta-do-reino e arroz.

A criação desses programas vem expressar uma menor autonomia das administrações estaduais na condução das atividades agropecuárias, atribuição esta que a partir de 1964 tornou-se altamente centralizada na esfera federal. Essa mudança traz repercussões no nível de acumulação na fronteira, uma vez que a concessão de incentivos não beneficia somente as classes dominantes locais mas em grande parte, empresários de outras áreas do País e grupos econômicos nacionais e multinacionais. Embora a centralização do Poder Público tenha efeitos negativos em todo o País, na fronteira agrícola assume maiores proporções, uma vez que aí se verifica uma superposição da atuação de diversas instituições e programas governamentais que, por não serem formulados de maneira articulada entre si geram, muitas vezes, problemas na sua execução.

Como resultado do conjunto de medidas e políticas governamentais que visavam a ocupação produtiva da fronteira, deu-se, ao longo da década de 70, uma acentuada expansão da área dos estabelecimentos rurais que totalizou, nessas subáreas de fronteira agrícola, 18.065.386 hectares (Mapa 1). Como essa expansão se deu com base em grandes unidades produtivas verificou-se um aumento menos expressivo do número de estabelecimentos rurais equivalente a 76,15%, enquanto sua área acusava um ritmo de crescimento bastante superior, chegando a alcançar 141,71%.

Nesse contexto de expansão de fronteira destacou-se o norte de Mato Grosso com a maior incorporação de terras do espaço agrário do Centro-Oeste (15.999.373 ha), que teve como modelo de sua ocupação grandes projetos agropecuários que encontraram nos incentivos governamentais o principal estímulo para a sua implantação.

Esse avanço acentuado da área dos estabelecimentos rurais, durante a década de 70, resultou num aumento do grau de ocupação das terras nessas áreas de fronteira agrícola. No entanto constata-se ainda a existência de amplos espaços a serem ocupados, sobretudo na Microrregião Norte Mato-grossense que, em 1980, tinha apenas 29,3% de suas terras compreendidas pelos estabelecimentos rurais. Já na Microrregião Baixo Araguaia Goiano, o grau de ocupação se mostra mais elevado, da ordem de 66,8%, pelo fato de se tratar de uma região cujo processo de integração aos mercados consumidores já vem sendo consolidado desde os anos 60.

O modelo de ocupação incentivado pelo Governo tem levado a um aumento da concentração fundiária, o que se constata pela redução da participação da área e do número dos estabelecimentos com menos de 100 hectares, ao mesmo tempo em que se acentua a participação da área e do número das unidades produtivas com mais de 1.000 hectares. Nessas áreas de fronteira agrícola, os estabelecimentos com área de

até 100 hectares tiveram a participação de sua área reduzida de 4,47%, em 1970, para 3,18, em 1980, enquanto seu número que representava 75,1%, no início da década, passou para 68,22%, no final desse período. Por outro lado, as grandes unidades produtivas — aquelas com mais de 1.000 hectares — cuja área correspondia a 79,99%, em 1970, tiveram um aumento dessa participação que alcançou 83,28%, em 1980. Quanto ao número verificou-se essa mesma tendência, uma vez que, ao longo da década sua porcentagem se elevou de 4,12%, em 1970, para 6,18, em 1980.

A má distribuição das terras nessas áreas de fronteira vem, por sua vez, acompanhada de um processo de privatização do solo em função da alta valorização que essas áreas experimentaram num curto período de tempo. Este fato tem levado a uma grande aquisição de terras não só com a finalidade de desenvolver atividades agropecuárias, mas também, com o objetivo de auferir lucros através de sua especulação.

Assim, verifica-se um enorme afluxo para a fronteira de compradores de terras, dentre eles empresários, tanto que no período de 1970 a 1980 observa-se um aumento de 18.215 produtores proprietários no conjunto dessas Microrregiões do norte goiano e mato-grossense. Como esses novos investidores se estabelecem, muitas vezes, em terras já ocupadas por posseiros ou destinadas a indígenas, inicia-se uma situação de conflitos envolvendo a propriedade e o uso da terra. De fato, concomitantemente ao aumento das explorações de proprietários, verifica-se uma redução do número de produtores posseiros cujas explorações se tornaram incompatíveis com a forma capitalista de exploração da terra. No entanto, nessa fase de expansão da fronteira, os ocupantes ainda se constituem numa categoria de produtores expressiva, haja vista totalizarem, em 1980, 12.213 num total de 57.480 produtores, ocupando uma área de 1.794.907 hectares.

Apesar da tendência ao predomínio das explorações baseadas na propriedade privada da terra, sabe-se que os proprietários se valem com freqüência de formas de relação de produção não tipicamente capitalistas, como a dos arrendatários e parceiros. De fato, nessas áreas do norte de Mato Grosso e de Goiás esses produtores vêm se tornando mais numerosos e ampliando suas áreas de exploração, ao longo da década de 70.

Essas regiões de fronteira onde a existência de terras livres levou ao surgimento de unidades produtivas do tipo familiar, têm sido foco de inúmeros conflitos e tensões sociais, uma vez que a terra deixou de ter apenas o valor de uso e passou a ter um valor de troca. É nas áreas beneficiadas pelos grandes eixos de penetração que essa transformação se dá mais rapidamente, embora esse processo venha ocorrendo em toda a fronteira. Além desse aspecto, cabe ressaltar que em 1971, pelo Decreto n.º 1.164, as terras devolutas marginais às rodovias federais, numa extensão de 100 km de cada lado, foram apropriadas pela União e entregues ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para sua administração [13]. Como a atuação desse Órgão tem sido demasiadamente lenta e muitas vezes omissa, por não atender aos

13 Cabe ao INCRA a competência de proceder a discriminação das terras e buscar soluções para os problemas verificados em sua jurisdição. Cabe-lhe ainda a responsabilidade de fomentar a colonização, zelar pelo patrimônio fundiário da União e responder nos termos do Estatuto da Terra pela execução da política fundiária do País.

interesses de grande parte dos produtores sem registro legal de suas terras, agravam-se os conflitos e tensões sociais.

Apesar dos problemas fundiários que dificultam uma maior expansão das atividades agropecuárias nessas áreas de fronteira, observa-se, nessa década, um crescimento tanto da lavoura quanto da pecuária (Mapas 2 e 3). No entanto, a porção dos estabelecimentos que é efetivamente utilizada com essas atividades não chegava a representar, em 1975, 50% da área total das unidades produtivas em praticamente todas as microrregiões dessas áreas onde é, ainda, bastante significativa a presença de matas. Na Norte Mato-grossense e na Alto Paraguai, em Mato Grosso e na Extremo Norte Goiano as matas chegam a se constituir no uso de terra preponderante, haja vista estarem essas Microrregiões localizadas na zona equatorial, sob o domínio da floresta amazônica que, principalmente em Mato Grosso, só recentemente vem sendo desmatada para o aproveitamento agrícola.

A grande incorporação de terras, que vem se desencadeando nessas áreas de fronteira se constitui numa séria ameaça às matas que cada vez mais cedem lugar a novas pastagens que se formam. De fato, foi intenso o ritmo de crescimento dos pastos plantados no período de 1970 a 1975, que em praticamente todas as microrregiões foi superior a 100%. No sistema de criação bovina característico dessas áreas os pastos naturais continuam sendo largamente utilizados dada a presença de campos cerrados em meio às florestas equatoriais, abrangendo extensões muito superiores às das pastagens plantadas, em grande parte das microrregiões. Apenas na Alto Paraguai e na Extremo Norte Goiano a área ocupada com gramíneas plantadas ultrapassa a de pastagens naturais, onde também se verifica uma das maiores densidades do rebanho bovino do Centro-Oeste. Essa particularidade pode estar relacionada ao fato de se tratar de áreas que já se encontram mais vinculadas a mercados consumidores que lhe estão próximos, como é o caso de Cuiabá e Belém, e, por essa razão, apresentaram características de um sistema criatório melhorado.

Esse aumento das pastagens foi acompanhado de um notável crescimento do efetivo bovino que chegou a acusar, ao longo da década de 70, um crescimento superior a 230% em todas as microrregiões. A área de fronteira do Estado de Mato Grosso apresentou, em 1980, um rebanho de 3.270.158 cabeças, que no início da década era de 697.984 reses. Também na área do norte goiano foi expressivo o aumento do rebanho que, em 1970, contava com 294.071 bovinos e, no final da década, atingia 1.043.144 unidades. Essa expansão da criação bovina é resultado dos estímulos governamentais, especialmente aqueles ligados ao Programa de Pólos Agropecuários que catalizaram investimentos sobretudo para a pecuária de corte, atividade orientada, também, para a exportação. Na verdade, é o corte a finalidade principal da criação bovina dessas microrregiões para a qual voltavam-se, em 1975, mais de 76% dos seus rebanhos.

No tocante às lavouras, estas se constituem nessas áreas de fronteira do norte de Mato Grosso e de Goiás no uso da terra menos expressivo, haja vista não representarem, em 1980, em nenhuma microrregião, 5% da área total das unidades de exploração. No entanto são os produtos da lavoura os responsáveis pelo valor mais elevado da produção agropecuária, chegando a representar mais de 50% do seu total em todas as microrregiões. Cabe ressaltar que nessas áreas adquirem expressão apenas os cultivos temporários que vêm, ao longo dos anos 70, acusando

crescimento significativo. Destaca-se o arroz como o produto comercial mais importante dessas áreas, sendo também o mais expressivo quanto à área colhida e aquele que apresentou, no período de 1970 a 1980, maior incorporação de terras à sua produção. De fato, esse produto revelou um crescimento de 526.995 hectares no período de 1970 a 1980, uma vez que, em 1970, detinha 110.672 hectares e, em 1980 chegou a apresentar 637.667 hectares. Além do arroz cultiva-se ainda o milho e o feijão que, no entanto, detêm área colhida bastante inferior à do arroz e vêm até mesmo, experimentando decréscimo em algumas microrregiões.

Além desses produtos tradicionais cabe registrar que alguns produtores, nas Microrregiões Norte Mato-grossense e Alto Paraguai, vêm realizando o cultivo do café que no início da década era praticamente inexistente e, em 1980, passou a ocupar 23.889 hectares. Essa inovação está intimamente relacionada ao fato de que o norte de Mato Grosso tem sido buscado por inúmeros produtores, sobretudo gaúchos e paranaenses que, dada a sua tradição agrícola lançam-se, nessas áreas de fronteira, na realização de novos empreendimentos agrícolas.

Na realidade, tanto o norte de Mato Grosso quanto o de Goiás vêm se tornando áreas de atração para populações do Centro-Oeste e de outras regiões do País que para elas se deslocam na tentativa de encontrar melhores oportunidades econômicas. Assim, verificou-se, na década de 70, um grande crescimento populacional sobretudo no norte de Mato Grosso, que apresentou um aumento de 348.524 habitantes. Já em Goiás, o incremento demográfico da ordem de 108.571 pessoas mostrou-se inferior ao do norte de Mato Grosso. Essa dinâmica na variação da população se deve ao fato de ter sido essa região fortemente incentivada pelo Governo Federal, num período em que, noutras áreas agrícolas, vinham-se agravando os problemas relativos a pressões sobre a terra e à absorção de mão-de-obra rural, o que favoreceu o deslocamento de contingentes populacionais para a fronteira. É sobretudo para as áreas rurais que se dirigem os fluxos migratórios, observando-se, assim, nessas áreas de fronteira um predomínio da população rural sobre a urbana, tanto em 1970, quanto em 1980. No entanto, são os contingentes de população urbana os que acusam ritmos de crescimentos mais elevados como se pode observar, por exemplo, no norte de Mato Grosso onde, enquanto os habitantes rurais variavam a uma taxa de 21,48% na década, os urbanos cresciam a 348,58%. Esta situação pode estar relacionada, por um lado, ao próprio processo de expansão das áreas de fronteiras que ao gerar transformações no meio rural provoca um rápido crescimento de seus núcleos urbanos, já que neles se concentram serviços e equipamentos de apoio à atividade agropecuária. Por outro lado, o crescimento urbano deve-se, também, ao fato de que boa parte das pessoas que se dirigem à zona rural, com vistas à ocupação de terras ou à obtenção de trabalho, não conseguem aí se fixar por longo tempo dirigindo-se, então, para os núcleos urbanos locais. Além desses, contribuem, também, para o crescimento urbano, parcela significativa de produtores e de trabalhadores rurais que vêm sendo progressivamente excluídas do processo de produção agrícola.

Apesar disso é grande o aumento de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias no norte mato-grossense e goiano que acusaram acréscimos da ordem de 148.631 e 35.265 trabalhadores rurais respectivamente. O maior dinamismo do crescimento da força de trabalho, ocorrido no norte de Mato Grosso, que chegou a atingir 408,3% na

década de 70, deve-se não apenas à sua grande extensão territorial, mas também, ao fato de se tratar de uma área mais recentemente incorporada à economia e atualmente se constituir em importante zona de atração de mão-de-obra rural.

Nesse contexto de incremento da atividade agropecuária dá-se também, um significativo aumento da mecanização das tarefas agrícolas observado pelo maior emprego de tratores (Mapa 4). Foi, principalmente, no norte de Mato Grosso que esse fato assumiu maior importância, uma vez que de 1970 a 1980 houve um aumento de 6.121 tratores enquanto no norte de Goiás esse aumento foi de 576 unidades.

Essas transformações ocorridas no âmbito da atividade agropecuária, na década de 70 se, por um lado, levaram ao aumento da produção voltada para os mercados interno e externo, ampliando consideravelmente o espaço agrário nacional, por outro foram responsáveis por alterações na forma de apropriação da terra e no seu aproveitamento, que resultaram numa situação de conflitos e tensões sociais. Isto se agrava na medida em que essas áreas continuam a exercer atração sobre contingentes populacionais, que para elas afluem e esbarram no sério problema de acesso à terra e de absorção de mão-de-obra pelos estabelecimentos rurais que, em função da atividade criatória neles desenvolvida e da intensificação da mecanização tendem, cada vez mais, a uma baixa absorção da força de trabalho.

5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro-Oeste é uma das Regiões brasileiras que tem se destacado pela concentração de investimentos no setor agrícola, em função da nova orientação da política governamental que incentivou a expansão da agricultura em moldes empresariais modernos, visando atribuir a essa Região um papel preponderante como produtora de bens agrícolas, principalmente para a exportação.

Assim, foi nos anos 70 que se desencadearam importantes transformações no seu espaço rural, que se orientaram no sentido da incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional e no de adoção de técnicas modernas de produção. Na realidade, foi o Centro-Oeste a Região que mais contribuiu para a expansão do espaço agrário brasileiro, fato que se deu, não só pelo aproveitamento do cerrado como área de cultivo, mas, também pelo progressivo avanço em direção às áreas de fronteira agrícola até então não integradas ao mercado. Essa expansão provocou o rompimento de uma forma de organização do espaço agrícola já existente estruturando-se, a partir de então, novos tipos de utilização da terra ditados basicamente pela maior ou menor aplicação de capital. Assim, a Região Centro-Oeste se caracteriza, na década de 70, tanto pela formação de novos espaços produtivos através do alargamento da fronteira agrícola, quanto pela transformação e reativação de áreas agropecuárias já estruturadas.

Esse novo modelo de ocupação do solo, que se baseia na implantação de empreendimentos capitalistas, leva a novo arranjo do espaço agrário acentuando a concentração fundiária que no Centro-Oeste já se constituía em grave problema, ao mesmo tempo em que provoca a retração da produção de subsistência. Por sua vez, o crescente número de projetos agropecuários que se instalam e que se caracterizam por absorver pouca mão-de-obra contribui para ampliar, consideravelmente, o excedente

de trabalhadores rurais o que leva a constantes deslocamentos da força de trabalho em direção a áreas que ofereçam melhores oportunidades de emprego. Situa-se, ainda, como conseqüência direta dessa nova forma de apropriação do espaço o crescimento urbano acelerado que teve como principal fator o intenso êxodo rural. A saída de população da área rural nessa região remete a uma questão de caráter nacional já que em função da grande disponibilidade de espaço e das perspectivas de expansão da atividade agropecuária, o Centro-Oeste se constituiria numa área em condições de absorver o excedente de mão-de-obra de outras regiões brasileiras, fato que não vem se concretizando uma vez que durante a década de 70 presenciou-se uma redução do contingente de população rural.

Esse conjunto de problemas que hoje afeta a Região Centro-Oeste dá conta de que os planos e programas elaborados pelo Governo, sem a preocupação de solucionar suas principais questões sociais, foram definidos por critérios econômicos que têm privilegiado o crescimento da grande produção. Nesse aspecto, a Região Centro-Oeste vem assumindo posição de destaque no País, porém experimenta nessa década o agravamento de problemas sociais que culminaram em sérios conflitos e tensões.

6 — ANEXOS

Anexo 1

NOTA METODOLÓGICA

O estudo das diferenciações espaciais das transformações da atividade agropecuária do Centro-Oeste foi realizado a partir de um grupamento das suas microrregiões. Para tanto, consideraram-se como variáveis definidoras a importância espacial eeconômica das atividades agrárias do Centro-Oeste. Uma vez que a pecuária se situa como a atividade que, até os dias atuais tem significativa expressão na organização do seu espaço agrário, apesar das mudanças ocorridas na economia regional, considera-se válido o grupamento das microrregiões tendo como critério seletivo variáveis relativas a essa atividade.

Dessa forma, a importância da pecuária foi medida pela participação das pastagens na área total dos estabelecimentos — dimensão espacial — e, pela participação do valor da produção da pecuária, no valor total da produção agropecuária — dimensão econômica. Com base nesses indicadores definiram-se três grupos de áreas:

— microrregiões que apresentaram mais de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e mais de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção pecuária. Esse grupo corresponde, portanto, às áreas com predomínio espacial e econômico da atividade criatória;

— microrregiões que apresentaram mais de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e menos de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção da pecuária. Esse grupo corresponde às áreas em que, embora espacialmente se verifique o predomínio da atividade criatória, em termos econômicos a pecuária divide ou mesmo perde sua importância para outras atividades econômicas;

— microrregiões que apresentaram menos de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e menos de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção da pecuária. Esse grupo corresponde ao conjunto de microrregiões onde a atividade criatória tem menor expressão espacial e econômica, o que leva a supor que outras atividades estariam participando da organização da agropecuária.

Após a definição desses grupos de microrregiões considerou-se necessário obter maior detalhamento através do levantamento de outras variáveis, buscando-se inicialmente, uma que expressasse o nível de melhoria da atividade criatória — a densidade do rebanho bovino — além da participação espacial e econômica da lavoura, na área total dos estabelecimentos, por ser esta uma atividade que, recentemente, vem se impondo no espaço agrário da Região. Da mesma forma, por se tratar, o Centro-Oeste de uma região que ainda dispõe de amplos espaços a serem ocupados, julgou-se importante considerar, também, o grau de ocupação.

Assim, verificou-se que no primeiro grupo de microrregiões, a pecuária mantinha, realmente, uma primazia em termos econômicos e já apresentava também densidades do rebanho mais elevadas, sugerindo uma *atividade criatória melhorada*. Nesse agrupamento foram enquadradas duas subáreas: a subárea do pantanal e a subárea do oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.

No segundo grupo de microrregiões verificou-se a existência de diferenciações internas significativas que originaram seu fracionamento em dois grupos: um, onde a pecuária, apesar de ser a atividade predominante, tanto espacial, quanto economicamente, tem características mais extensivas e menor valor da produção, constituindo-se numa área de *predomínio da atividade criatória*, formada pelo leste goiano. No outro grupo, a pecuária embora melhorada, adquiriu menor expressão do que a lavoura que é a principal atividade econômica, enquadrando-se nessas características duas subáreas denominadas *áreas agropastoris*, formadas pelo sul de Goiás e pelo eixo da BR-163.

No terceiro grupo de microrregiões a menor participação do valor da produção da pecuária no valor total da produção agropecuária se deveu ao elevado valor alcançado pelas lavouras, ao mesmo tempo em que se verificou que, aí o grau de ocupação era sensivelmente inferior ao do restante do Centro-Oeste. Constatou-se que esse grupo corresponde, grosso modo, às áreas de fronteira agrícola. Embora nesse grupo houvessem emergido duas subáreas — o norte de Mato Grosso e o norte de Goiás — dada a similaridade do processo de expansão de suas atividades agropecuárias, optou-se por uma única análise desses dois grupos de microrregiões.

Após essas etapas do grupamento foram, ainda, solucionadas questões relativas ao enquadramento de duas Microrregiões nas áreas agropastoris. São elas a Microrregião Bodoquena (341) e a Microrregião Sudeste Goiano (359) que embora tivessem sido definidas como áreas de atividade criatória melhorada apresentaram características relativas a um aumento recente da lavoura que as aproximaram mais do sul de Goiás e do eixo da BR-163, razão pela qual foram enquadradas nessas duas subáreas.

Portanto, com a finalidade de se sistematizar o estudo das transformações agrárias do Centro-Oeste, este será realizado de acordo com

os resultados desse grupamento de microrregiões que ficou assim definido:

1 — Áreas de predomínio da atividade criatória melhorada
   1.1 — Subárea do pantanal
   1.2 — Subárea do oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul

2 — Área de predomínio da atividade criatória — o leste goiano

3 — Áreas agropastoris
   3.1 — Subárea do sul de Goiás
   3.2 — Subárea do eixo da BR-163

4 — Áreas em processo de integração à agropecuária: a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás.

7 — BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no nordeste.* Petrópolis, Vozes, 1980, 244 p.

ALBUQUERQUE. Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira.* 2.ª ed., Rio de Janeiro, Groal, 1981.

A MECANIZAÇÃO da agricultura do Rio Grande do Sul 1920-75. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1979. 246 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas.* Recife, SUDENE, 1982. 497 p. (Estudos regionais, 7)

25 ANOS de economia gaúcha; a agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979. v. 3.

BECKER, BERTA K. — BERNARDES, Júlia A. *Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil.* Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978. mimeo.

BENITES, Miguel Gimenez. *Notas sobre os frigoríficos da Grande São Paulo e arredores.* Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978.

BRITO, Maristella de Azevedo; MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970/75. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, *44*(1):3-49, jan./mar. 1982.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro.* 2.ª ed., Petrópolis, Vozes, 1982, 220 p.

CASTRO, Antônio Barros de. *O desenvolvimento recente do Nordeste.* In: SETE ensaios sobre a economia brasileira, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1972. v. 2, p. 141-215.

CHALOULT, Yves. Questão agrária e política do Estado; o Polonordeste. *Revista Econômica do Nordeste, 11*(4):527-61, 1980.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1970. 256 p. (Monografia, 29).

COSTA, W. Messias da. *O espaço como uma categoria de análise.* Rio de Janeiro, UGI, Conferência Regional Latino-americana. Comissão Nacional do Brasil. 1982. mimeo.

DIAGNÓSTICO da economia catarinense. Florianópolis, Fundação Instituto de Economia Catarinense, 1980. v. 4, 181 p.

DIAGNÓSTICO Sócio-econômico; Microrregião Baixada Cuiabana. Cuiabá. Governo do Estado de Mato Grosso, 1980.

DINIZ, José Alexandre Felizola. *A área centro-ocidental do Nordeste.* Recife, SUDENE, 1982. 229 p. (Estudos regionais, 8).

———; *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste meridional.* Recife, SUDENE, 1981. 281 p. (Estudos regionais, 5).

———; DUARTE Aluízio Capdeville. *A região cacaueira da Bahia.* Recife, 1983. 295 p. (Estudos regionais, 10).

DIVISÃO DO Brasil em microrregiões homogêneas; 1968. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. 564 p.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Atividades agropastoris. In: GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Leste. Rio de Janeiro, IBGE, 1965. v. V, p. 273-310.

———; MARICATO, Armely T. Atividades agrárias. In: GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. v. IV, t. II, p. 89-188.

ECONOMIA baiana; subsídio para um plano de governo; documento síntese. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1978. 320 p.

———; ———; diagnóstico do setor agropecuário. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1978. 163 p.

ESTRUTURA agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. J. F. Graziano da Silva et alii, 2.ª ed., São Paulo, Hucitec, 1980. 267 p.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: ———. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1976. p. 131-50.

FIGUEIREDO, Alvanir de. O extremo sul de Mato Grosso. In: GUIAS de Excursões da AGB. Presidente Prudente, I Encontro Nacional de Geógrafos, 1972.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski. *Os aventureiros da terra e as aventura do capital na fronteira Amazônica oriental.* Tese (Doutorado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1982. 220 p.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra, a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 315 p.

GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, IBGE, 1960, v. II (A), 430 p.

———; ———. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. IV, 364 p.

———; Região Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. I, 458 p.

GOODMAN, David. Expansão da fronteira e colonização rural; a recente política de desenvolvimento no centro-oeste do Brasil. In: DIMENSÕES do desenvolvimento brasileiro. Werner Baer et alii, Rio de Janeiro, Campus 1978. p. 331-37.

GRAZIANO NETO, F. *A questão agrária e ecológica;* crítica da modernização. São Paulo, Brasiliense, 1982. 154 p.

GUIMARÃES, Alberto P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 — 362 p.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra;* história social da terra e da luta pela terra, uma área da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1978. 236 p. (Sociologia brasileira, 8)

———. A origem política da SUDENE. *Revista Mexicana de Sociologia,* México (4): 647-59, oct./dic. 1971.

———. *Ditadura e agricultura;* o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia — 1964-1978. Rio de Janeiro, 1979. 249 p. (Retratos do Brasil, 131).

———. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).* 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 316 p.

KELLER, Elza Coelho S. Atividades agrárias. In: GEOGRAFIA do Brasil; Região Sudeste, Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. III, p. 383-483.

KOSTROWICKI, Jersy. Some methods of determining land used and agricultural orientations as used in Polish land utilizations and typological studies. *Geografia Polonica,* Varsóvia (18):93-120,1970.

KOWARICK, L. *Estratégias do planejamento social no Brasil.* São Paulo, Brasilienses, 135 p. (Cadernos CEBRAP, 2).

LEWIN, H. A temática do "mundo rural" no plano brasileiro de desenvolvimento econômico. *Debate e Crítica,* São Paulo, (4):83-105, nov. 1974.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo.* Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MAHAR, Dennis G. *Desenvolvimento econômico da Amazônia;* uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. 259 p. (Relatório de pesquisa, 39).

MARTINS, José de S. *Expropriação e violência;* a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980. 181 p.

MELLO, Mario Lacerda de. *O meio norte.* Recife, SUDENE, 1983. 478 p. (Estudos regionais, 9).

———. *Os agrestes;* estudos dos nordestinos do sistema gado policultura de uso de recursos. Recife, SUDENE, 1980. 553 p. (Estudos regionais, 4).

———. Regionalização agrária do nordeste. Recife, SUDENE, 1978. 225 p. (Estudos regionais, 3).

MELO, Fernando Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos,* Rio de Janeiro, *10*(2):57-101, maio/ago. 1980.

———; CANTON, Adolfo Walter P. Risco na agricultura brasileira; nordeste "versus" sul. *Revista Econômica do Nordeste, 11*(3):471-83, jul./set. 1980.

MODERNIZAÇÃO da agricultura no sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro, IBGE/EMBRAPA, 1982. 164 p.

MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia;* pequena história crítica. 2.ª ed., São Paulo, Hucitec, 1983. 138 p.

MOREIRA, R. O espaço agrário e classes sociais rurais. *Revista da Cultura Vozes,* Petrópolis, *2*(74):123-36, mar. 1980.

MÜLLER, Charles C. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no centro-oeste. *Pesquisa e planejamento Econômico,* Rio de Janeiro IPEA, *13*(2):619-60, 1983.

NICHOLLS, Wilham H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil; o Estado do Paraná — 1920-1965. *Revista Brasileira de Economia,* Rio de Janeiro, *24*(4):35-91, out./dez. 1970.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia;* desenvolvimento, integração ecologia. São Paulo, Brasiliense, CNPQ, 1983. p. 144-322.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira;* crítica à razão dualista. São Paulo, Brasiliense, 1975. (Seleções CEBRAP, 1).

———. *Elegia para uma re(li)gião.* 3.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, 1).

———; REICHSTUL, Henri-Philippe. *Mudança na divisão interregional do trabalho no Brasil.* São Paulo, Brasileira de Ciências, 1973. p. 130-68. (Cadernos CEBRAP, 4).

PANAGIDES, Stahis. Possibilidade de realocação de mão-de-obra na agricultura brasileira; novas terras. *Revista Brasileira de Economia,* Rio de Janeiro, *24*(2):47-69, abr./jun. 1970.

II PLANO de Desenvolvimento da Amazônia; detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979. Belém, SUDAM, 1975. 334 p.

I PLANO Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Brasília, 1971.

II PLANO Nacional de Desenvolvimento 1975-1979. Brasília, 1974.

III PLANO Nacional de Desenvolvimento 1980-1985. Brasília, 1981.

PLANO Salte; Relatório e Contas da Administração Geral, 1949-1951. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1953.

———; ———, 1952. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1954.

PLANO Trienal de Desenvolvimento Social 1963-1965. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1963.

POLOCENTRO e o Desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, IPEA, 1979. mimeo.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil.* 2.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.

———. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 9.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1969. 390 p.

PROGRAMA de metas. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1958. t. I-II.

———; Relatório das Atividades do Conselho de Desenvolvimento, 1958. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1959.

PROGRAMA Estratégico de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1967.

PROJETO Radambrasil. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia, 1974-1978 — v. 4-18.

REGIÃO do Cariri. Edilmar Norões et alii. Fortaleza, Bel Publicações, s/d., 270 p.

REGIÃO Geoeconômica de Brasília; a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. Tereza Coni Aguiar et alii. mimeo. 179 p.

RELATÓRIO Anual de 1982. Recife, SUDENE, 1983. 220 p.

SÁ JUNIOR, Francisco. *Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência.* São Paulo, Brasiliense, 1975. (Cadernos CEBRAP, 1).

SAMPAIO, Yony. IRMÃO, José Ferreira; GOMES, Gustavo Maia. *Política agrícola no Nordeste;* intenções e resultados. Brasília, BINAGRI, 1979. 360 p.

SANDERS, John; BEN Frederich. Desenvolvimento agrícola na fronteira: sul de Mato Grosso. *Estudos econômicos,* Rio de Janeiro, *6*(2):85-108, 1976.

SANTOS, Milton. *Economia espacial;* críticas e alternativas. São Paulo, Hucitec, 1979. 167 p.

———. *Espaço e sociedade.* Petrópolis, Vozes, 1979. 152 p.

———. *Por uma geografia nova.* São Paulo, Hucitec, 178. 236 p.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A economia do Estado do Pará.* Belém, Coordenadora de Documentação e Informação, 1978. 289 p. (Relatório de Pesquisa, 10).

SERTÃO Norte; área do sistema gado-algodão. Marlene Silva et alii. Recife, SUDENE, 1982. 344 p. (Estudos regionais, 6).

SILVA, Jairo Augusto. A pecuária no Brasil; algumas considerações. Rio de Janeiro, IBGE 1979. 20 p., mimeo.

———. DIAS, Katia de Fátima. Estimativa da variação do número de estabelecimentos recenseados em 1975 devido a modificação no conceito de estabelecimentos a partir do Censo Agropecuário. (no prelo)

SILVA, José F. Graziano da. *A modernização dolorosa.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 197 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia;* geografia e ideologia. Petrópolis, Vozes, 1976. 135 p.

———. *Radiografia de um modelo.* 3.ª ed.; Petrópolis, Vozes, 1977. 169 p.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira.* Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 149. p. (Agricultura e sociedade).

SUBSÍDIOS ao planejamento da área nordestina; Crato, Juazeiro do Norte e sua área de influência. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. 26 p.

SZMRECSANYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Hucitec, 1979. 540 p.

TAMBARA, Elomar. Modernização e crise na agricultura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Documento), 16).

TEIXEIRA, Osandy Ribeiro. *Planejamento regional;* uma experiência na Região Centro-Oeste. Cuiabá, Encontro de Secretários Estaduais de Planejamento, 1977. mimeo.

UNE, Mitiko Yanaga; AGUIAR, Tereza Coni. *Pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro, International Geographical Union. 1982.

VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1964. 395 p.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979. 261 p.

———. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 137 p. (Agricultura e sociedade)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel. *Capital e propriedade fundiária;* suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ZOCKUN, Maria Helena Garcia Palhares. *A expansão da soja no Brasil;* alguns aspectos de produção. São Paulo, USP, 1978. 228 p.

RESUMO

As tranformações ocorridas na atividade agropecuária da Região Centro-Oeste, na década de setenta, estão intimamente vinculadas às políticas governamentais de incentivo à agricultura. Assim, considerando que a Região Centro-Oeste apresenta grande potencial para a expansão dessa atividade, este estudo pretende avaliar a evolução da expansão da atividade agrária, no período citado, e compreender os diversos arranjos espaciais provocados por tal evolução.

Dentro desse enfoque foram consideradas as conseqüências da concentração dos investimentos no setor agropecuário, traduzidas, principalmente, pela incorporação de novas terras e pela adoção de tecnicas modernas de produção, que são as duas formas pelas quais se dá a expansão das atividades agropecuárias na Região.

Considerando que o modelo de ocupação do solo, compatível com a política governamental dos incentivos fiscais, está centrado na expansão de grandes empreendimentos capitalistas, foram considerados os principais problemas dele decorrente e que se resumem principalmente, na concentração fundiária, retração da pequena produção, pouca absorção de mão-de-obra e êxodo rural que é o grande causador do crescimento urbano acelerado. A ocorrência de tais problemas indica que os planos e programas desenvolvimentistas voltados para o meio rural desse Região tiveram como preocupação critérios econômicos voltados para a expansão da grande produção comercial e deixaram, em segundo plano, as soluções direcionadas para os problemas sociais crescentes na Região.